UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Cibelia Renata da Silva Pires

A construção da imagem do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*
(versão corrigida)

São Paulo
2018

Cibelia Renata da Silva Pires

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO EX-PRESIDENTE HUGO CHÁVEZ NO DISCURSO DA REVISTA *VEJA*

(versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras na linha de pesquisa de Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P667
Pirc

Pires, Cibelia Renata da Silva
A construção da imagem do ex- presidente Hugo Chávez no discurso da revista Veja / Cibelia Renata da Silva Pires ; orientadora Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade. - São Paulo, 2018.
256 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Hugo Chávez. 2. Linguística Sistêmico-Funcional. 3. Análise Crítica do Discurso. 4. Estratégias discursivas. 5. Venezuela. I. Andrade, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira, orient. II. Título.

Nome: PIRES, Cibelia Renata da Silva

Título: A construção da imagem do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras na linha de pesquisa da Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português.

Aprovado em: 26/ 10/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. **Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade** (presidente) – USP

Assinatura: _____

Profa. Dra. **Ana Rosa Ferreira Dias** – USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. **Paulo Roberto Gonçalves Segundo** – USP

Assinatura: _____

Prof. Dra **Paula de Souza Gonçalves Morasco**

Assinatura: _____

Prof. Dr. **Fábio Fernando Lima – PUC/RJ**

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas que, em momentos diferentes, cruzaram meu caminho e trouxeram contribuições maravilhosas à minha vida e, consequentemente, a esta pesquisa. A essas pessoas que não se fazem mais presentes, mas deixaram marcas indeléveis na minha vida, deixo minha gratidão.

À minha querida orientadora, Profa Dra Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade, pelo respeito, pela paciência, pela compreensão e pela sabedoria com que me orientou por todo o período da minha pesquisa. Suas aulas enriquecedoras me abriram as portas para um universo de possibilidades. Muito obrigada por estar presente nesta fase da minha vida.

Aos professores membros da banca examinadora, Prof Dra Paula de Souza G. Morasco e Prof Dr Paulo Roberto Gonçalves Segundo, pela generosidade, respeito, zelo e extrema competência no modo como contribuíram para a confecção desta tese. Suas valiosas observações e sugestões, fornecidas durante o exame de qualificação desta pesquisa, foram recursos imprescindíveis para que eu pudesse seguir um caminho mais satisfatório.

Aos meus queridos amigos da FAP, Cláudio Lopes e Úlima Tácita Stedten, pois foi por meio de nossos debates políticos, sempre muito profícuos, que surgiu a idéia de pesquisar algo tão envolvente e, ao mesmo tempo, tão desafiador. Obrigada por terem plantado a primeira semente dessa árvore cheia de possibilidades.

À minha irmã, Sandra Pires Toledo Pedroso, e ao meu cunhado, Gustavo José Toledo Pedroso, pela leitura atenta ao meu trabalho, pelas inúmeras conversas e sugestões de leituras que foram, além de enriquecedoras, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao querido amigo Ademir Marcondes Novaski que, através de sua infinita amizade e de todo suporte técnico, pode me socorrer inúmeras vezes.

Aos amigos Hilda Amarante, Cláudia Paiva, Rui Miguel da Fonseca Pinheiro e Arnaldo Oliveira pelo permanente incentivo, pelas diversas vezes que me fizeram sorrir e por nunca terem me abandonado, apesar de minha ausência constante.

Aos queridos amigos, Ana Paula Nascimento de Oliveira e Barney Boyek, por terem me escutado por tantas vezes em que o cansaço batia à porta e me lembrarem de que a companhia de amigos verdadeiros, alegres e incentivadores é tão importante quanto as diversas noites que eu passei acordada lendo para a confecção desta tese.

Ao querido amigo, Ali Abou Zenni, que, mesmo não concordando com as minhas considerações a respeito do governo chavista, tem demonstrado que não só é possível, como também fundamental e enriquecedor, estabelecer o diálogo entre pessoas de pensamentos, muitas vezes, distintos.

Por fim, meu agradecimento à pessoa que mais amo na vida: minha mãe. Agradeço a essa mulher por ter sido minha melhor amiga, meu esteio em tempos difíceis e meu maior exemplo de força e perseverança. Receba meu agradecimento por toda dedicação, pelo amor incondicional e pela presença constante em minha vida.

A Deus pela vida e por sua infinita misericórdia.

RESUMO

PIRES, C. R. S. **A construção da imagem do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*** 2018. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese tem como objetivo analisar as estratégias discursivas utilizadas pela revista *Veja* na representação do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. Para isso, esta pesquisa, de natureza qualitativa-interpretativa, segue os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, notadamente o enfoque feito por Fairclough (2003), o inventário sociossemântico proposto por Van Leeuwen (2008) e o aparato teórico disponibilizado pela Linguística Sistêmico-Funcional proposta por Halliday e Matthiessen (2004). O material que compõe o *corpus* desta pesquisa foi composto por 15 reportagens que correspondem ao período de 1999 a 2012 em que Chávez exerceu o cargo de presidente.

De modo geral, nossas análises demonstraram que: I) o ex-presidente Hugo Chávez é representado por meio de personalização individualizada, indicando um discurso que enfatiza a identidade do indivíduo e revela uma grande visibilidade representacional; II) Chávez ocupa o papel de ator nas orações transitivas formadas por processos materiais em ações que envolvem práticas de poder e abusos de autoridade; III) por meio dos processos relacionais, principalmente os atributivos, Chávez é caracterizado como autoritário e personalista: IV) na maioria das vezes, ocupa a posição de dizente nos processos verbais, mas sempre vinculado a contextos de acusação, ordens e agressividade; V) por meio dos processos mentais, Chávez é representado como alguém que não racionaliza suas ações, age apenas no plano dos desejos e direcionado pelas emoções e, por isso, torna-se alguém imprevisível, impulsivo e pouco confiável.

Diante dos resultados desta pesquisa, concluímos que o discurso da revista *Veja* tem um papel importante como produtor de significados. Ao caracterizar o ex-presidente venezuelano como uma pessoa agressiva e autoritária ou como um político autocrata e personalista, a revista o representa como uma ameaça para a democracia, um inimigo comum que deve ser combatido.

PALAVRAS-CHAVE: Hugo Chávez; estratégias discursivas; Análise Crítica do Discurso; Linguística Sistêmico-Funcional

ABSTRACT

PIRES, C. R. S. **The construction of the image of former president Hugo Chávez in the speech of the magazine *Veja*** 2018. 256s. Thesis (PhD) – College of Philosophy, Languages and Humanities,, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

This Thesis aims to analyze the discursive strategies used by magazine *Veja* in the representation of former Venezuelan president Hugo Chávez. For this, this research, of qualitative-interpretative nature, follows the theoretical presuppositions of the Critical Discourse Analysis, notably the approach made by Fairclough (2003), The socio-semantic categories proposed by Van Leeuwen (2008) and the theoretical support in Systemic-Functional Linguistics as proposed by Halliday e Matthiessen (2004).

Our analyzes chiefly demonstrate: I) the former president Hugo Chávez is represented by individualized personalization, indicating a discourse that emphasizes this identity and reveals a great representational visibility; II) Chávez occupies the role of actor in the transitive clauses formed by material processes in actions involving practices of power and abuses of authority; III) through relational processes, mainly attributives, Chávez is characterized as authoritarian and personalistic person; IV) in most cases, he occupies the position of sayer in verbal processes, but always linked to contexts of accusation, orders and aggression; and V) through the mental processes, Chávez is represented as someone who does not rationalize his actions, acting only for the desires and emotions and, therefore, becomes impulsive, unpredictable and unreliable.

Observing the results of this research, we conclude that the discourse of magazine *Veja* has an important role as producer of meaning. In characterizing the former Venezuelan president as an aggressive and authoritarian person, or an autocrat and personalist politician, the magazine represents him as a threat to democracy, an enemy that must be fought.

KEYWORDS: Hugo Chávez; discursive strategies; Critical Discourse Analysis; Sistemic Functional Linguistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recontextualização da LSF na ACD
(RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 61) 51

Figura 2 – Tipos de processos
(CUNHA & SOUZA, 2007, p. 55) 60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Modos de operação da ideologia
(adaptado de Thompson (1995, p. 81)).....42
Quadro 2- Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional 49
Quadro 3- Exemplo de processo material.....62
Quadro 4- Exemplo de processo material transformativo 62
Quadro 5- Exemplo de processo material com
os participantes *escopo* e *recebedor* 63
Quadro 6- Exemplo de processo mental desiderativo 64
Quadro 7- Exemplo de processo relacional identificativo.....66
Quadro 8- Exemplo de processo relacional atributivo 66
Quadro 9- Exemplo de processo comportamental.....68
Quadro 10- Exemplo de processo verbal.....69
Quadro 11- Exemplo de processo existencial 69
Quadro 12- Resumo de todos os processos e seus
participantes opcionais e/ou obrigatórios (adaptado de Melo (2013)) 70

Quadro 13- Tipos de elementos circunstanciais
(adaptado de Melo (2013, p. 101)) 71
Quadro 14- Representação dos atores sociais
(adaptado de Van Leeuwen (2008)) 84
Quadro 15- Diferenças entre notícias e reportagens
(adaptado de Pena (2013)).....98
Quadro 16- Perfil dos leitores de *Veja*.....102
Quadro 17- Dados sobre as matérias 185
Quadro 18- Números de ocorrências de tipos de processos
encontrados no *corpus* da pesquisa 186
Quadro 19- Números de ocorrências de tipos de processos
mentais encontrados no *corpus* da pesquisa.....187

Quadro 20- As categorias sociossemânticas mais utilizadas
na representação de Hugo Chávez.....221

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD: Análise do Discurso

AD: Acción Democrática

ACD: Análise Crítica do Discurso

ADTO: Análise de Discurso Textualmente Orientada

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

CANTV: Companía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CC: Conselhos Comunais

COPEI: Comité de Organización Política Electoral Independiente

CRBV: Constituição da República Bolivariana da Venezuela

CTV: Comitês de Terras Urbanas

CTV: Confederação de Trabalhadores da Venezuela

DOE: Departamento de Energia dos Estados Unidos

EUA: Estados Unidos da América

FMI: Fundo Monetário Internacional

FMLM: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

FSLN: Frente Sandinista de Libertação Nacional

La Causa R: La Causa Radical

LC: Linguística Crítica

LSF: Linguística Sistêmico-Funcional

MAS: Movimiento Al Socialismo

MBR-200: Movimiento Bolivariano Revolucionário 200

MVR: Movimiento Quinta República

MTAs: Mesas Técnicas de Água

OPEP: Organização dos Países Produtores de Petróleo

PCV: Partido Comunista Venezuelano

PDVSA: Petróleos de Venezuela

RCTV: Radio Caracas Televisión

TELESUR: Televisión Del Sur

TEVES: Televisora Venezuela Social

VIASA: Venezolana Internacional de Aviación Sociedad Anónima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO 1

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRINCÍPIOS E MÉTODOS 28

1.1 A Análise do Discurso 28
1.2 A Análise Crítica do Discurso: princípios teóricos e metodológicos 31
1.2.1 Ideologia: a origem do conceito e seus possíveis desdobramentos 35
1.2.2 O exercício da hegemonia 38
1.2.3 As estratégias do discurso ideológico 41
1.3 Análise Crítica do Discurso: propostas e relações com a Linguística Sistêmico-Funcional 47

CAPÍTULO 2

APORTE TEÓRICO 53
2.1 A Linguística Sistêmico-Funcional. 53
2.2 O Sistema de Transitividade 58
2.2.1 Processos materiais. 61
2.2.2 Processos mentais 64
2.2.3 Processos relacionais. 65
2.2.4 Processos comportamentais 67
2.2.5 Processos verbais. 68
2.2.6 Processos existenciais 69
2.2.7 Os elementos circunstanciais. 70
2.3 O significado representacional: a taxonomia de Van Leeuwen 75
2.3.1 Ativação x Apassivação. 77
2.3.2 Indeterminação x Determinação 78
2.3.3 Generalização x Especificação 80
2.3.4 Inclusão por personalização assimilada 81
2.3.5 Inclusão por impersonalização (objetivação). 82
2.3.6 Sobredeterminação 83

CAPÍTULO 3

GÊNEROS DISCURSIVOS 85
3.1 Gêneros discursivos: histórico e características. 86
3.2 Dialogismo: as diversas vozes do discurso.....88
3.3 Gêneros jornalísticos: entre a opinião e a informação.....94
3.4 A reportagem 97
3.5 O jornalismo de revista.....98
3.5.1 Características.....99
3.5.2 A revista *Veja*.. 100
3.6 A objetividade jornalística.....103
3.7 A construção do fato jornalístico: critério jornalístico
e padrão de manipulação.. 104

CAPÍTULO 4

O GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ: RELAÇÔES POLÍTICO-ECONÔMICAS 110

4.1 A geopolítica do petróleo na Venezuela.....111
4.2 O segundo governo de Carlos Andrés Pérez e a crise do petróleo 114
4.3 A eleição de Chávez e as mudanças na Venezuela 118
4.4 O golpe midiático-militar 123
4.5 O 'Socialismo do século XXI' e os rumos
da nova política 128
4.6 Chávez e a mídia venezuelana: uma relação conflituosa 131
4.7 A política externa de Chávez 133

CAPÍTULO 5

REGIMES POLÍTICOS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO 135

5.1 Democracia: algumas considerações 136
5.2 A democracia representativa 139
5.2.1 Críticas ao modelo de Schumpeter 143
5.3 Regimes não-democráticos 145
5.3.1 Regimes autoritários: a ditadura militar 147
5.4 A democracia participativa e protagônica de Chávez 154

CAPÍTULO 6

O CARÁTER IDEOLÒGICO DO DISCURSO DA REVISTA *VEJA*.....163

6.1 A imprensa brasileira e o discurso partidário 164
6.2 O modelo político-econômico neoliberal 169
6.3 A ideologia do neoliberalismo e seu discurso de base 174
6.4 A cobertura da revista *Veja* sobre a Venezuela 176

CAPÍTULO 7

LEITURA CRÍTICA DAS REPORTAGENS..... 183

7.1 O Sistema de Transitividade em análise.....185
7.2 A representação dos atores sociais 219
7.2.1 A representação do ator social Hugo Chávez 220
7.2.2 A representação dos venezuelanos 223
7.2.3 A representação dos 'especialistas' 228
7.3 Análise interpretativa 230

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 235

BIBLIOGRAFIA 242

INTRODUÇÃO

Desde que venceu as eleições em 1998, na Venezuela, até a sua morte, o presidente Hugo Chávez Frias ocupou com frequência as páginas de jornais e revistas não só na Venezuela como também no Brasil. Considerado hoje o país com a maior reserva de petróleo do mundo[1], a Venezuela, país localizado na América do Sul, tem sido alvo de interesses estrangeiros que buscam novas fontes de exploração desse recurso cada vez mais escasso.

A ascensão de Hugo Chávez à presidência fez com que a Venezuela entrasse em um processo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Com base no que ele chamou de socialismo do século XXI, o governo bolivariano ganhou projeção internacional devido às diversas mudanças que operou na política interna, bem como por ter mantido uma nova postura na política externa, que se caracterizou pelo não alinhamento com os EUA.

Chávez aderiu aos projetos de integração regional (UNASUL, ALBA e MERCOSUL) como alternativa ao alinhamento estadunidense, implementou reformas de caráter nacional-desenvolvimentista, afastou-se do modelo econômico liberal e, com as rendas provenientes do aumento do preço do petróleo, investiu em projetos sociais, além de criar uma área de influência própria na América Latina.

O afastamento do modelo econômico liberal, a contínua contestação em relação à liderança global norte-americana e o discurso de caráter nacionalista abriram caminho para a intensa rivalidade entre a Venezuela e os EUA. Esse antagonismo se manteve presente durante todo o mandato de Hugo Chávez e continuou mesmo após sua morte.

Não demorou muito para que o ex-presidente Hugo Chávez enfrentasse uma oposição dentro de seu próprio território. A partir desse momento, todos os setores, que se sentiam prejudicados com o modo como Hugo Chávez vinha conduzindo a política de seu país, uniram-se em diversas ações para tentar destituí-lo do poder. Logo nos primeiros anos de seu governo, grande parte dos meios de comunicação internacionais travou uma luta contra a sua imagem e seu governo. Seu discurso anti-imperialista, com ênfase nacionalista, não era visto

---

[1] Segundo o relatório anual da Organização do Países Exportadores de Petróleo (Opep), a Venezuela ultrapassou a Arábia Saudita em volume de reservas de petróleo cru. Com 296,5 bilhões de barris em seu solo, a Venezuela torna-se o número um no ranking dos países com maiores reservas de petróleo, posto ocupado tradicionalmente pela Arábia Saudita, que caiu para o segundo lugar, com 264,5 bilhões de barris. Fonte: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado em maio de 2016. O economista e diretor executivo da Câmara de Comércio e indústria Brasil-Venezuela, Severo (2012, p.115), com base no relatório da OPEP divulgado em 2011, afirma: "(...) a Venezuela chegou ao fim de 2010 com uma reserva comprovada de mais de 250 bilhões de barris, superando a Arábia Saudita: as reservas venezuelanas triplicaram nos últimos cinco anos e alcançaram quase 20% do total mundial."

com bons olhos pela elite econômica local, pelos EUA e pelos grandes veículos de comunicação, principalmente por ter sido uma região marcada por ditaduras militares.

Em 2002, os empresários, a elite econômica do país e o alto escalão do exército venezuelano, com apoio do governo norte-americano e da mídia venezuelana, destituíram Hugo Chávez Frias da presidência da Venezuela, por meio de um golpe de Estado, elegendo o dirigente empresarial Pedro Carmona como presidente interino. Reconduzido ao poder em apenas 24 horas depois do golpe orquestrado contra ele, Chávez governou o país até 2013 quando morreu em decorrência de um câncer.

Reeleito cinco vezes em um país onde o voto não é obrigatório, Chávez construiu uma trajetória política específica que o diferenciou dos demais líderes latino-americanos. Com seu discurso contrário às políticas neoliberais propostas por Washington, além de uma aproximação com a figura de Fidel Castro, gerou posicionamentos a favor e contra seu governo dentro do seu próprio país.

Os sucessivos acontecimentos ocorridos durante o governo do ex-presidente Hugo Chávez, na Venezuela, têm incentivado a produção de um número significativo de estudos em diversas áreas (Ciência Política, Sociologia e estudos da mídia). Seguindo diferentes linhas teóricas, os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento buscaram compreender qual o papel da mídia ao promover a circulação de conhecimento sobre a política empreendida na Venezuela por Hugo Chávez, os motivos pelos quais ela faz uma representação negativa do ex-presidente, bem como os mecanismos de que se utiliza para cumprir o seu objetivo. Dentre esses trabalhos podemos citar os artigos de Leite e Gomes (2013a, 2013b), Vieira e Fonseca-Silva (2013), Soares e Silva (2008), Santana e Abreu (2014) e Gonçalves-Segundo (2014), bem como outras pesquisas acadêmicas mais extensas como Adami (2008), Bundchen (2008), Mendes (2009), Vieira (2009), Corte (2009), Silveira (2010), Santana (2012), Holdorf (2013) e Salgado (2015)[2]. No entanto, somente Holdorf (2013), Corte (2009) e Vieira (2009) realizaram uma pesquisa acadêmica extensa seguindo uma orientação linguística.

A pesquisa de Holdorf (2013) tem como objetivo demonstrar como os veículos da mídia impressa (*Veja, Carta Capital, Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) fizeram a representação dos presidentes da Argentina, Chile e Venezuela. No entanto, sua tese de doutorado, sob a perspectiva da Semiótica, não teve como foco específico o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, nem se aprofundou em um veículo de comunicação específico.

[2] Embora tenhamos citado agora o livro de Tiago S. Salgado, lançado em 2015, pela Paco Editorial, todas as referências e citações realizadas na presente pesquisa são feitas com base em sua dissertação de mestrado, defendida em 2012, que deu origem ao livro.

Em sua pesquisa de mestrado, Corte (2009) apresentou uma análise de duas reportagens da revista *Veja* ('À sombra de El Supremo' e 'Por que Chávez quer a guerra?') com base nas contribuições de Halliday e Matthiessen (2004) para a noção de texto e contexto e nos modos de organização do discurso de Charaudeau. A partir do conceito de gênero de Bakhtin (tema, construção composicional e estilo), a pesquisa pretende mostrar como as características dos modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo e narrativo) contribuem no processo de argumentação para a defesa do ponto de vista sustentado pelas duas reportagens da revista *Veja*.

Com base na Análise do Discurso de orientação francesa (AD) e na filosofia de Foucault, Vieira (2009) procurou especificar de que modo Chávez era representado no discurso da revista *Veja*. Para isso, o pesquisador trabalha a partir de três enunciados presentes na materialidade discursiva da revista *Veja*: 1) Chávez é um tirano; 2) Chávez é um comunista; e 3) Chávez é um inimigo da democracia, no sentido de compreeender porque esses enunciados em funcionamento são 'autorizados' e outros não. Nessa pesquisa, por considerar a mídia como 'lugar de memória na sociedade contemporânea' ou de 'lembrança e esquecimento', no qual se materializam os discursos autorizados ou 'proibidos', Vieira (2009, p.112) não considerou as relações de poder subjacentes ao discurso dos meios de comunicação, tampouco o caráter ideológico que sustenta as relações de dominação: "não é objetivo deste trabalho assumir uma postura panfletária e/ou politicamente engajada, uma vez que o que nos interessa é a relação entre discurso e memória."

Nesse sentido, a pesquisa aqui empreendida visa a preencher essa lacuna, contribuindo com o conhecimento sobre o discurso da grande imprensa em relação ao ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, também sob a perspectiva dos estudos linguísticos, mas considerando as relações de poder que permeiam os discursos da revista *Veja*. Na perspectiva de Gramsci, os meios de comunicação são considerados 'aparelhos privados de hegemonia' que não só difundem visões particulares de mundo como também se utilizam de seu poder de influência para exercer a dominação. No entanto, o seu poder não é exercido pelo uso da força, mas sim pela estratégia de criação de consenso que naturaliza as práticas e as relações sociais (MORAES, 2016).

Nesta pesquisa, a imprensa é considerada um agente ideológico dos poderes sociais e econômicos dominantes, representando, portanto, interesses hegemônicos que buscam controle do espaço público (RICÓN & MAGRINI, 2010, p. 86). Portanto, ao proceder com a análise linguística, a pesquisa aqui empreendida questiona o discurso hegemônico divulgado pelos meios de comunicação, incentiva o pensamento crítico e busca trazer contribuições a

respeito da prática discursiva adotada pelos meios de comunicação e o impacto disso na sociedade.

Inserida em um projeto maior chamado *Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC)* da FFLCH-USP [3], e no *Projeto de História do Português Paulista (PHPP)*[4], que engloba pesquisadores da USP, UNESP e UNICAMP, a pesquisa aqui intitulada "A construção da imagem do ex-Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*", com base em um corpus mais extenso que as pesquisas já realizadas, busca não só demonstrar que a grande imprensa faz uma representação negativa do ex-presidente Hugo Chávez em suas reportagens, como também descrever e analisar os mecanismos linguísticos utilizados por ela para representá-lo de forma negativa, discutindo assim o caráter ideológico de seus discursos.

Pardo Abril (2005, p. 169) afirma que "é importante analisar, de forma crítica, o conjunto de representações que os meios de comunicação elaboram sobre a realidade para identificar não só a coincidência dos acontecimentos com o que de fato ocorre, mas também a existência de mecanismos de orientação do pensamento"[5]. Isso nos leva a compreender que a imprensa influi na formação de consciências e nos modos de pensar, o que a insere no campo de disputas de sentidos e contrassentidos que atravessam a sociedade civil como um todo. Portanto, faz-se necessário pensar criticamente a imprensa, reconhecendo a sua centralidade na arena das lutas ideológicas.

Segundo Fairclough (2003, p. 13), o processo de fazer significado (ou significar) produzido no texto não se restringe apenas aos aspectos linguísticos. Torna-se também necessária uma investigação do significado do contexto como um todo, verificando por exemplo quem escreveu o texto, o público diverso de leitores, sua distribuição etc.

---

[3] Este grupo, coordenado pelo profo Dr Paulo Roberto Gonçalves Segundo e pela profª Drª Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, é vinculado à linha de pesquisa "Linguística Textual e Teorias do Discurso no Português" e tem como objetivo investigar, seguindo os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso, a constituição dos gêneros discursivos e a construção das representações sociais em textos orais e/ou escritos.

[4] Projeto temático financiado pela FAPESP (Processo 11/51787-5) envolve investigadores de diversas linhas de pesquisa das universidades paulistas USP, UNESP e UNICAMP e consultores de universidades no Brasil e no exterior e tem por objetivo, através de diferentes perspectivas teóricas, fazer um mapeamento das características e história do português paulista, contribuindo com o Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB). A nossa pesquisa se encontra no Subprojeto Gêneros jornalísticos impressos: historicidade, constituição e mudança em uma perspectiva crítico-discursiva, coordenado pela Profa Dra Maria Lucia C.V .O.Andrade, que tem por objetivo o estudo de gêneros jornalísticos impressos (séculos XIX a XXI) numa perspectiva sócio-discursiva, utilizando como base a Teoria das Tradições Discursivas (TD) e da Análise Critica do Discurso (ACD).

[5] Nossa tradução de "és relevante analizar, en forma crítica, el conjunto de representaciones que los medios elaboran sobre la realidad para identificar no sólo La coincidencia de los acontecimentos con lo que en efecto sucede, sino la existencia de mecanismos de orientación del pensamiento." (PARDO ABRIL, 2005, p.168).

Diante disso, para este trabalho, selecionamos a revista *Veja* que, por possuir uma alta tiragem de exemplares e ser consumida por um público de alto poder aquisitivo e de instrução[6], indicando seu elevado poder de influência, costuma ser utilizada também como fonte de pesquisa em escolas e universidades. Além disso, por se declarar "a maior revista do Brasil e segunda maior revista semanal de informação do mundo"[7], pode influenciar de modo considerável a opinião pública dos brasileiros, tornando-se assim um objeto científico de grande relevância:

> (...) Quando as matérias problematizam o esporte, a economia, a educação, a saúde e outras temáticas, elas compõem textos culturais que produzem formas de fazer, de aprender, de ensinar e, sobretudo, de ser e de compreender o mundo. À medida que os meios de comunicação instituem a si mesmos como espaço e tempo dos acontecimentos, eles atravessam e ocupam espaços públicos, interagindo na constituição da opinião pública, nas decisões e nas concepções que circulam no mundo (GERZSON, 2007, p. 13).

O segundo motivo para a escolha da revista *Veja* é que, de acordo com as pesquisas realizadas por Silva (2016), Holdorf (2013), Santana (2012), Adami (2008), Gerzson (2007), Silva (2005), Giannotti (2004), Hernandes (2004) e Souza (2003), o veículo segue uma linha ideológica neoliberal ao abordar diversos assuntos como política, emprego, educação etc.

O Neoliberalismo é um projeto político responsável por facilitar a reestruturação das relações sociais de acordo com as demandas do capitalismo global, que se espalhou por diversos países como sendo um rápido sistema de transformação e renovação econômica e de reintegração dentro da economia global (BORDIEU, 1997).

Segundo Sader (2007), dentre os motivos que levam os jornalistas, ligados aos grandes veículos de comunicação no Brasil, a se posicionarem contra Chávez reside no fato de que o ex-presidente venezuelano sempre se colocou contra o imperialismo estadunidense, ao mesmo tempo em que promoveu um discurso de orientação socialista, implementando mudanças político-econômicas que iriam de encontro aos interesses da elite econômica venezuelana, mas que favoreceria a população mais pobre.

De maneira geral, os estudos já realizados demonstram que *Veja* propõe um combate a qualquer ideologia opositora ao pensamento liberal, comumente caracterizada como 'comunista' ou 'bolivarista' (SILVA, 2016 b, p. 130). Portanto, em nossa análise linguística,

---

[6] No capítulo 3, serão mostrados alguns dados referentes ao público leitor da revista.

[7] Fonte: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf (acessado em 31/01/2018)

buscaremos investigar de que forma este posicionamento ideológico pode ou não influenciar nos discursos sobre o ex-presidente venezuelano.

Desse modo, foram coletadas vinte reportagens, de 1999 a 2012, da revista *Veja*. A seleção das matérias e o recorte temporal foram realizados com base nos anos em que Chávez esteve em exercício na presidência e alguns episódios de maior relevância na política venezuelana, tais como votação pela Nova Constituição, referendo, tentativa de golpe etc, que ocorreram durante o seu governo[8].

Esta pesquisa tem como base os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), especificamente o enfoque feito pelo linguista Norman Fairclough (2003, 2001).[9]A ACD propõe um arcabouço teórico-metodológico para a explicação crítica de questões ligadas à relação de poder e dominação no plano sociodiscursivo. Como instrumental teórico para a análise das práticas discursivas, a ACD busca deslindar a relação dialética entre linguagem e sociedade, observando como o discurso pode sofrer intervenções dos elementos históricos, ideológicos e culturais. Ao analisar o discurso como prática social que reflete as relações de poder, a ACD não só denuncia os diversos conflitos sociais e, por consequência, as práticas de dominação neles envolvidos, como também explora e propõe projetos de mudança social, a fim de ampliar a participação democrática e contribuir para uma emancipação social.

A relação assimétrica entre os meios de comunicação e a sociedade pode ser entendida como um problema social, tendo em vista que essa relação sustenta uma associação assimétrica de poder entre aqueles que detêm o espaço para veicular suas ideias e, portanto, o poder de fala, e aqueles que apenas têm acesso a essas publicações e discursos. Segundo Giannotti (2004, p. 167), "(...) para *Veja* e toda mídia que defende a mesma classe que ela, a função da mídia é impedir qualquer mudança nos rumos da sociedade. Seu objetivo é manter, conservar, proteger, defender sua classe."

Um dos objetivos da ACD é verificar a função do discurso no interior de problemas sociais contextualmente situados, ocupando-se com os efeitos ideológicos produzidos por meio de textos (discursos) nas relações sociais. Para Fairclough (2003, p. 8), textos podem conduzir a mudanças em nosso conhecimento, nossas crenças, atitudes e valores. Tendo em vista que a relação entre mídia e sociedade ocorre por meio de textos (discursos), podemos

---

[8] Excluimos o ano de 2013 por ser o ano em que Chávez já estava afastado do poder por motivos de saúde.

[9] Não há, até agora, nenhum registro de algum trabalho que tenha utilizado a ACD como embasamento teórico para análise de reportagens deste periódico abordando este tema. Gonçalves-Segundo (2014) foi o único, neste sentido, a realizar uma pesquisa sobre representação de Chávez pela perspectiva da ACD, mas seu trabalho teve como foco o gênero discursivo Carta do Leitor e não reportagem.

enfatizar a natureza social dessa relação e promover, por meio dessas mesmas práticas discursivas, as mudanças sociais necessárias.

Desse modo, este referencial teórico tem-se mostrado bastante eficaz para quem quiser fazer um estudo sobre língua e a influência do contexto histórico e social na produção do discurso, bem como nas diversas formas de reprodução de discriminação, legitimação do poder, manipulação do consentimento que se refletem na produção discursiva dos diversos atores sociais, principalmente dos meios de comunicação. Segundo Melo (2010, p. 85):

> A ACD entende o discurso tanto como reprodutor quanto transformador de realidades sociais e o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial, como não só propenso ao moldamento ideológico e linguístico, mas também agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Para a ACD, o sujeito e o discurso se constituem num processo dialético, que ora se conforma às práticas discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, ressignificando as, reconfigurando- as.

Sendo assim, esta pesquisa, além de utilizar os princípios teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001, 2003), que compreende o discurso como uma prática efetivamente social, ainda utilizará, dentro dessa perspectiva, as categorias de Van Leuween (2008, 1997,1996) para representação de atores sociais, a fim de demonstrar como foi construída uma identidade social negativa do então ex-presidente venezuelano, através dos sentidos veiculados pela grande mídia brasileira. A taxonomia proposta por este autor, vinculada ao campo de estudos da ACD, interessa-se pelos processos de mudança discursiva e de demandas vinculadas ao exercício do poder, nem sempre explícitas no discurso, uma vez que, conforme observa Resende e Ramalho (2006, p. 72), "a maneira como os atores sociais são representados nos textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades."

Para a análise de dados, utilizaremos também a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (2004), mais especificamente as categorias que compõem o sistema de transitividade verbal referente à metafunção ideacional, a fim de compreender os diferentes tipos de processos verbais e o modo como se articulam para construir a imagem social do ex-presidente Hugo Chávez. Para Fairclough (2003, p. 5), ao contrário de outras teorias linguísticas, "a LSF está profundamente interessada na relação entre linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, e sua abordagem para a análise linguística de textos está

sempre orientada para o caráter social dos textos[10].” Isso faz dela um recurso valioso para a ACD. Por esse motivo que Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem que a LSF é a teoria linguística que mais tem em comum com a ACD e mais tem a oferecer a ela. Ambas as teorias compreendem a linguagem como um construto social e partilham de uma visão dialética da linguagem, em que os eventos discursivos particulares influenciam seus contextos de ação e são, ao mesmo tempo, influenciados por esses mesmos contextos.

Como a ACD é considerada uma abordagem interdisciplinar[11], por utilizar outras teorias em favor da abordagem sociodiscursiva, faremos uso de outras disciplinas que trabalhem os conceitos de democracia, ditadura e cujas reflexões relacionem os conceitos de discurso e poder. Para isso, utilizaremos como base os conceitos de autoritarismo e democracia com base em Pasquino (2002), Dahl (2001) e Schumpeter (1961), a fim de podermos compreender quais as características de um sistema considerado democrático que o diferenciam de outros considerados não democráticos para depois analisarmos como a revista *Veja* trabalha com essas categorias em seu próprio discurso.

Também faremos uso de algumas reflexões de Friedman (2012), Hayek (2013), Anderson (2012) e Moraes (2001) sobre o Neoliberalismo que, segundo Boron (2012), constitui-se como um conjunto de receitas econômicas e programas políticos os quais, inspirados nas obras de Milton Friedman da Escola de Chicago e Hayek da tradição austríaca, caracterizam-se pela defesa do Estado mínimo, desregulações e aberturas indiscriminadas dos mercados como condição para um maior crescimento econômico. Os conceitos fundamentais tratados por estes autores que embasam a proposta neoliberal serão muito importantes, uma vez que, segundo Fairclough (2010, p. 230), o neoliberalismo contribui para o “enfraquecimento da democracia”.

Ao analisar as reportagens da revista *Veja*, percebemos que seu posicionamento em relação à política de Chávez não tem sido localizado, nem temporalizado, antes constante. O ataque ao seu governo e, principalmente, à sua pessoa, tem sido processual. Em uma análise superficial, já é possível observar o posicionamento ideológico do periódico. Nas textualizações da revista brasileira *Veja*, é possível notar a existência de uma regularidade

---

[10] “(...) SFL is profundly concerned with the relationship between language and other elements and aspects of social life, and its approach to the linguistic analysis of texts is always oriented to the social character of texts.”

[11] Para Fairclough (2001, p. 276): “A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política.”

discursiva. Em todo seu discurso, ela culpabiliza o ex- presidente Hugo Chávez pelos conflitos de seu país, gerados por uma oposição ao seu governo. Desse modo, construiu-se uma imagem negativa do presidente que também reflete no seu modo de governar. Grande parte da cobertura da revista se concentrava no caráter antidemocrático do governo Chávez e seu desrespeito às regras democráticas.

Analisando as reportagens, identificamos, em primeiro lugar, que há uma crítica direcionada à pessoa do presidente, considerado personalista, incompetente, transformando-o em uma ameaça, não apenas para a Venezuela, como para toda a América Latina. Segundo o discurso preponderante do periódico, Chávez é considerado uma ameaça que extrapola as fronteiras de seu país, com o objetivo de atingir outros países da América Latina, estimulando um possível conflito bélico no continente, respaldado pelo dinheiro do petróleo. A partir da representação negativa de Hugo Chávez, a revista busca deslegitimar o seu governo, caracterizando-o como antidemocrático, centralizador e ditatorial. Assim, a revista sugere que a ameaça oferecida pela instabilidade do governo de Chávez representaria um risco para os países da América Latina, que ainda estariam lutando por solidificar suas instituições políticas e jurídicas.

O que podemos observar, a partir do discurso veiculado por essa revista sobre o ex-presidente venezuelano, é que a construção de suas reportagens revela certos posicionamentos ideológicos que, mais tarde, se transformariam em práticas sociais concretas.

Com base nos discursos veiculados por esse periódico, procuramos elaborar algumas questões que pudessem nortear nossa pesquisa: (I) Quais estratégias linguísticas são mobilizadas nos discursos dessa revista, a fim de que o ex-presidente Hugo Chávez seja retratado como ditador e autoritário, constituindo-se em uma ameaça para a Venezuela e América Latina?; (II) A visibilidade dada ao ex- presidente venezuelano, Hugo Chávez, nas reportagens e a ênfase em sua agentividade colaboram na construção de sua representação negativa? E (III) a representação dos venezuelanos e dos "especialistas" podem colaborar na construção da imagem do ex-presidente?

Como o ex-presidente Hugo Chávez foi eleito cinco vezes pelo voto popular, o que o caracterizaria como um governo que segue os princípios democráticos, a nossa tese é de que a revista *Veja* utilizou os elementos da léxico-gramática da transitividade e dos recursos disponíveis na taxonomia de Van Leeuwen para construir uma imagem de autoritarismo.

Para responder as perguntas anteriores e também demonstrar como foi construída a imagem do ex-presidente Hugo Chávez, a presente pesquisa se estrutura em 9 seções: a

introdução, cuja finalidade é descrever o objetivo, a justificativa e os procedimentos analíticos levantados na pesquisa, seguida por 7 capítulos e, por último, as considerações finais.

No 1º capítulo, focamos na Análise Crítica do Discurso (ACD), demonstrando como o discurso jornalístico se insere no contexto da prática social e, através dos estudos de Van Dijk (1999, 2012), Fairclough (2001, 2003) e Thompson (1995) como esse discurso ideologicamente orientado se relaciona com as estruturas de dominação.

No capítulo 2, encontram-se as categorias de análise ancoradas na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday e Matthiessen (2004) e a taxonomia de Van Leeuwen (2008, 1997,1996). Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da LSF, mais especificamente o aspecto da transitividade proposto por Halliday e Matthiessen (2004) que, por ter uma estreita ligação com a ACD, oferece ferramentas de análise para compreender a maneira como as relações assimétricas de poder são sustentadas através dos sentidos produzidos no discurso. Neste capítulo, serão descritos os processos de transitividade (materiais, verbais, mentais, relacionais, comportamentais e existenciais), pois cada um deles está relacionado ao modo como os atores sociais representam suas experiências em relação ao mundo físico-social e nos permite compreender como as práticas discursivas são construídas, tanto no aspecto linguístico quanto no social. Em seguida, discorreremos sobre o inventário sócio-semântico de Van Leeuwen (2008,1997,1996) de modo a demonstrar por meio de quais maneiras os atores sociais podem ser representados no discurso.

Não só a maneira como os atores são representados no discurso como também outras características, como o formato por meio do qual ele se apresenta num veículo de comunicação e as diversas vozes que o compõem, são importantes para compreender como se processa o gênero reportagem, que foi tomado como objeto nesta pesquisa. Por esse motivo, no 3º capítulo, nossa atenção recairá sobre os gêneros discursivos e, mais especificamente, o gênero jornalístico reportagem, levantando suas principais características que o diferem de outros gêneros. Ainda sem perder de vista o foco no gênero reportagem, abordaremos o tema jornalismo de revista para, logo em seguida, elencarmos as principais características do periódico que foi utilizado em nosso estudo: revista *Veja,* bem como as principais estratégias de manipulação utilizadas na construção do fato jornalístico pelos meios de comunicação.

Diante da complexidade do cenário político venezuelano durante o período em que Hugo Chávez esteve no poder, bem como a atuação da imprensa venezuelana e a geopolítica em torno do petróleo da região, faz-se necessário apresentar um pequeno panorama do período no qual Chávez governou o país. Portanto, no 4º capítulo, discorreremos sobre a

importância do petróleo venezuelano no cenário geopolítico atual, a eleição de Hugo Chávez, as motivações que culminaram na tentativa de golpe midiático-militar, bem como aspectos relevantes da sua política interna e externa, que, por diversas vezes, serviu de motivo para discursos inflamados contra o seu governo.

Mesmo o presidente Hugo Chávez tendo vencido as eleições dentro dos pressupostos democráticos, tal como é defendido pela revista *Veja*, o periódico continuou a reafirmar o caráter autoritário de seu governo. Portanto, a fim de ampliar o entendimento da motivação ideológica da revista, ao utilizar termos que remetem a um regime autoritário para se referir ao ex-presidente e seu governo, procederemos, no 5^0 capítulo, a uma análise acerca da construção dos conceitos de autoritarismo e democracia pela revista, com base nos autores Pasquino (2002), Dahl (2001) e Schumpeter (1961) . Pretende-se compreender os motivos que levaram à utilização do termo para definir a realidade social venezuelana e o governo de Chávez. Acredita-se que conceitos ligados à ditadura militar, tão combatidos pelos brasileiros durante o regime militar, vivido no período de 1964 a 1985, quando associados à Venezuela, ajudam a direcionar o imaginário dos leitores, contribuindo para a formação de uma imagem negativa do ex-presidente. A revista se utilizaria de um campo simbólico historicamente construído sobre ditaduras, associando-o a Chávez, a fim de conferir a ele um caráter antidemocrático e ameaçador.

Em seguida, discutimos as características da chamada "democracia participativa e protagônica" instituída através da Nova Constituição promulgada em 1999 e que prevalece até hoje.

O esclarecimento acerca da dinâmica político-social que levou Hugo Chávez à presidência, a correlação de forças durante seu governo e o papel dos meios de comunicação na Venezuela é importante para proceder à análise do discurso da imprensa brasileira e compreender como e por quais motivos as revista *Veja* retratou o presidente Venezuela durante sua gestão, criticando não apenas seu governo, considerado antidemocrático, como na esfera privada a própria figura do ex-presidente, caracterizando- o como personalista e ditador.

Nesta pesquisa, entendemos os meios de comunicação como recursos de poder importantes no que diz respeito ao acesso, manutenção, espaço e articulação das lutas de poder. Portanto, no 6º capítulo, daremos um panorama das relações entre meios de comunicação e poder político, focando, principalmente, no discurso da revista *Veja*. Ao considerar as pesquisas já realizadas que apontam o semanário como um importante ator político defensor do neoliberalismo, discorremos sobre esse programa político-econômico e,

posteriormente, conduzimos o leitor a observar as marcas desse discurso de base nas textualizações desta revista que serve de objeto de estudo desta pesquisa.

No sétimo e último capítulo, faremos a análise das reportagens e discussão dos dados, a fim de verificar, através dos recortes linguísticos noticiados e estratégias sociodiscursivas mobilizadas, a representação social do ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, construída discursivamente na revista *Veja*. Para isso, utilizaremos os pressupostos teóricos metodológicos de Fairclough (2001,2003), Thompson (1995) e Halliday (2004) já discutidos nos capítulos 1 e 2, bem como os padrões de manipulação propostos por Abramo (2003) no capítulo 3. Ainda neste capítulo, em uma análise interpretativa, apresentamos os resultados alcançados com a pesquisa, entendendo que esses resultados correspondem a uma pequena possibilidade de abordar reflexões sobre a representação de Chávez e de seu governo no discurso da revista *Veja*, assim como um pequeno recorte dentro do leque de propostas que a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e a Análise Crítica do Discurso (ACD) oferecem ao estudo da linguagem.

Nos comentários finais, a partir de uma síntese das investigações empreendidas e do resultado das análises, pudemos mostrar as conclusões a que chegamos, bem como apontar sugestões para pesquisas futuras envolvendo ACD e mídia, além de propor reflexões críticas sobre o conjunto da análise, sempre apontando para caminhos que levem à reflexão sobre o papel e as características dos meios de comunicação no Brasil.

Esta investigação científica pretende adotar um papel político perante seu objeto de estudo, assumindo o compromisso de luta por uma dinâmica social mais justa. Sabemos que a cobertura do noticiário é influenciada por um conjunto complexo de relações institucionais, que incluem interesses políticos e comerciais de grandes corporações e atuam no sentido de homogeneizar a informação, gerar consensos e dirimir os possíveis focos de oposição. Esta pesquisa tem o objetivo de fazer o caminho inverso. Por meio da descrição, análise e interpretação do discurso veiculado pela imprensa brasileira, especificamente pela revista *Veja*, colocar à mostra os sentidos não tão evidentes do discurso hegemônico, contribuindo não apenas para a pluralidade de informação, mas também para estabelecer novas formas de contrapoder, que são a base do processo de transformação social.

CAPITULO 1

Análise Crítica do Discurso: princípios e métodos

Este capítulo consiste em uma explanação sobre o universo teórico-metodológico em que se insere esta pesquisa. Desse modo, são apresentadas as principais teorias que dão sustentação e embasamento para a posterior análise da representação do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e seu governo no periódico *Veja* em reportagens de 1999 a 2012.

Em primeiro lugar, discorreremos sobre a origem da Análise do Discurso (AD) e Análise Crítica do Discurso (ACD), bem como os principais conceitos desta última como ideologia, hegemonia e poder, mobilizados para a aplicação da teoria e diretrizes metodológicas. Em seguida, daremos ênfase para as categorias de Thompson (1995) e no modo como elas se articulam para estabelecer, sustentar ou subverter relações de dominação. Por fim, no sub item 1.3, *Análise Crítica do Discurso: propostas e relações com a Linguística Sistêmico-Funcional*, abordaremos a proposta de Fairclough (2001, 2003), Análise do Discurso Textualmente Orientada, e o diálogo entre a ACD e a LSF através de uma recontextualização e operacionalização dos conceitos fundamentais de Halliday.

1.1 A Análise do Discurso (AD)

A Análise de Discurso (AD) é uma área proveniente dos estudos linguísticos e filosóficos da academia francesa, nos anos 60, do século XX, num período em que a França passava por diversas agitações e lutas políticas (o famoso maio de 68, consolidação do Partido Comunista francês, independência das colônias francesas etc). Esses fatores favoreceram o uso da Análise do Discurso como ferramenta para a análise do discurso político do período. No Brasil, esta área só começou a ser explorada nos anos 80, e, assim como na França, foi apropriada por outras áreas de pesquisa que buscavam refletir sobre o funcionamento dos discursos sociais (PAULA & STAFUZZA, 2010, p.13)

A Análise do Discurso (AD) foi desenvolvida na França pelo filósofo Michel Pêcheux, que procurou analisar o papel que a ideologia exercia no conjunto de práticas linguísticas, ou seja, como a dominação ideológica poderia ser exercida através do discurso.[12]

> Historicamente, a análise de discurso, fundada por M.Pêcheux, se dá nos anos 60 do século XX. Filiada teoricamente aos movimentos de ideias sobre o sujeito, a ideologia e a língua, ela marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo da ciência da linguagem (ORLANDI, 2012, p. 37)

No Brasil, neste mesmo período, no plano linguístico, o formalismo americano chomskyano era a forma dominante nas pesquisas acadêmicas. A linguística formal, dita imanente, excluía qualquer possibilidade de se pensar o sujeito, a história, o político e a ideologia como constitutivos da linguagem. No formalismo, linguagem e contexto estariam desvinculados, pois a língua atuaria de forma autônoma sem condicionamentos externos a ela. Descrever e mapear estruturas linguísticas tem-se tornado a tarefa daqueles que aderiram ao formalismo como método de estudo eficaz para compreender os fenômenos linguísticos. Desse modo, a análise neste âmbito não tem a pretensão de ultrapassar o nível da sentença, ficando restrita aos aspectos morfossintáticos do texto, sem transpor os limites da sentença[13].

Segundo Melo (2012, p.56-58), no Brasil, a partir de 1980, quando o formalismo começa a perder força no meio acadêmico, devido ao surgimento de novas propostas teóricas funcionalistas, a influência do aspecto social nos estudos da linguagem começa a crescer e abrir espaço para novos campos de investigação linguística. É nesse período que aparecem práticas científicas que reconhecem não só a influência do contexto social na produção discursiva, como também a sua relevância[14]. Dentre as várias correntes teóricas que seguem essa perspectiva está a Análise do Discurso (AD), cujo foco de interesse é "a investigação de

---

[12] Embora a disciplina Análise de Discurso tenha Pêcheux como seu fundador, o termo "Discourse Analysis" foi proposto pelo linguista americano Zellig Harris, em 1952, que tinha por objetivo fazer uma análise que transpusesse os limites da frase. Esta disciplina, como o próprio nome já indica, tinha o discurso como o seu principal objeto de estudo (MACHADO, 2010, p. 205).

[13] Sobre o empreendimento gerativo ver Silva e Costa (2009), Oliveira (2009) e Negrão (2013)

[14] Segundo Cunha (2008,p. 174): "(...) o funcionalismo difere das abordagens formalistas-estruturalismo e gerativismo- primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e, segundo, porque seu interesse de investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo as motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. O funcionalismo admite que um grande número de fenômenos lingüísticos é resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades comunicativas. Se a função mais importante da língua é a contínua interação entre as pessoas, que se alternam como falantes e ouvintes, essa função deve, de algum modo, condicionar a forma do código linguístico."

como os sistemas linguísticos funcionam na representação da realidade, na construção de relações e identidades e na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias."

Mesmo com o aparecimento da Pragmática e da Sociolinguística, que são áreas de pesquisa em que se reconhece a participação do contexto no processo de funcionamento da linguagem, as pesquisas se restringiam à descrição e explicação dos contextos específicos de uso, no caso da Pragmática, e dos processos de variação e mudança linguística, no caso da Sociolinguística. Toda relação entre discurso, poder e ideologia foi deixada fora do interesse e atuação dessas linhas de pesquisa, sendo contemplada, no entanto, pela Análise do Discurso (AD).

A AD chega ao Brasil em pleno período de ditadura militar, quando havia uma profusão de discursos midiáticos e militares contraditórios, pois embora defendessem a democracia em seus discursos, negavam-na em suas ações. A questão central política estava na relação de luta dos movimentos de esquerda contra a ditadura, bem como a censura e tortura promovidas por esta. Nesse cenário, tornou-se necessário para os movimentos de resistência aprender que "para falar uma coisa pode-se falar outra", nas palavras de Orlandi (2012, p. 17). Essa urgência em "desviar os discursos" e de mostrar sentidos alternativos à discursividade dominante foi o que favoreceu a instalação da AD no Brasil e o seu amoldamento à realidade brasileira.

Em 1990, com base nos estudos da AD sobre a influência das estruturas sociais no funcionamento e produção do discurso, mas buscando, a partir da redefinição de alguns conceitos basilares[15], um maior engajamento político, surge a Análise Crítica do Discurso (ACD).

[15] Sobre alguns conceitos da Analise do Discurso (AD) ver Fernandes (2008) e Brandão (2004).

1.2 A Análise Crítica do Discurso: princípios teóricos e metodológicos

A Análise Crítica do Discurso (ACD) surgiu em 1985, em um artigo escrito pelo linguista Norman Fairclough da Universidade de Lancaster.[16] Abordagem teórica filiada à Linguística Crítica (LC)[17], consolidou-se como disciplina no início da década de 1990, com o lançamento da revista *Discourse in Society*, e mais especificamente durante um simpósio em Amsterdã, realizado em janeiro de 1991, no qual estavam presentes os linguistas Teun V. Dijk, Norman Fairclough, Theo V. Leeuwen, Gunther Kress e Ruth Wodak[18]. Nesse evento, que representou um marco simbólico para os estudos críticos do discurso, os pesquisadores puderam discutir teorias e métodos de análise do discurso, confrontando as diversas abordagens e expondo similaridades dentro da perspectiva da ACD. A partir desse primeiro encontro, foi consolidada uma nova agenda de pesquisa e o grupo de pesquisadores se expandiu, disponibilizando novas ferramentas de estudo para analisar o discurso.

Desde o seu surgimento, os analistas críticos do discurso sempre demonstraram preocupação com a relação dialética entre a estrutura social e o discurso, pois a capacidade linguística de produção de significado poderia ser um produto da estrutura social. Desse modo, da linguagem, reconhecida como uma prática social, emergem os processos ideológicos que regulam relações de poder e dominação.

> Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática e a estrutura social: a última é um tanto condição como efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

---

[16] Segundo Melo (2009, p. 9), em 1979, já havia pesquisas em ACD. Desse período o autor cita o trabalho teórico dos britânicos Fowler, Hodge & Kress chamado "Language and control".

[17] Segundo Wodak (2004, p. 225): "A LC e a ACD podem ser definidas como campos fundamentalmente interessados em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou do discurso).

[18] Neste período, havia também outras obras que marcaram o período como Language and Power, de Norman Fairclough (1989); Language, Power and ideology, de Ruth Wodak (1989) e Prejudice in discourse (1984), de Teun. V. Dijk.

Por manter uma relação dialética com a estrutura social, o discurso reflete as relações de poder. No entanto, essas relações assimétricas não ocorrem de modo transparente, antes o controle e poder exercido por um grupo hegemônico é conduzido no discurso de forma não explícita, levando as pessoas a agirem de forma consensual, sem que elas percebam.

A Análise Crítica do Discurso procura exatamente não apenas analisar, mas revelar de que forma o discurso tem-se colocado como instrumento de dominação, por meio da produção de efeitos ideológicos subjacentes, expondo os processos linguísticos utilizados por determinados grupos hegemônicos para preservar seu poder sobre os outros menos privilegiados.

Associando estudos da Linguística aos de Sociologia e Estudos Culturais, Fairclough (2001) buscou utilizar a Análise do Discurso como instrumento político contra a injustiça social, incentivando os analistas críticos a serem agentes de tranformação nas relações de poder e nas diversas lutas sociais vigentes. Assim, a alteração nas práticas discursivas fomentaria uma mudança na prática social.

Portanto, a ACD, longe de ser apenas uma abordagem teórico-metodológica sobre o estudo linguístico, visa a uma análise aprofundada sobre práticas e estruturas engendradas pela linguagem com vistas a revelar aspectos importantes da vida social. Nesse sentido, ao analisar criticamente os textos, os analistas críticos do discurso refletiriam a respeito do processo de interação entre elementos discursivos e estrutura social, ou seja, como pode a realidade social e as relações de poder se manifestarem discursivamente:

> A ACD se propõe a desconstruir os significados não óbvios ou ‘agendas ocultas’ presentes nos textos, expondo elementos indiciais reprodutores da organização social, que privilegia certos grupos e indivíduos em detrimento de outros, por meio de formas institucionalizadas de ver e avaliar o mundo (ideologias) ou preservação de poderes (hegemonia) de grupos dominantes (MELO, 2012, p. 68)

Embora seguindo métodos de abordagem diferentes uns dos outros, os analistas críticos seguem princípios gerais que norteiam suas análises. Precursores de uma variedade de estudos críticos do discurso, todos eles consideram o discurso como forma de ação social. Conforme aponta Bolívar (2003, p.12), todas as correntes da ACD partem do princípio de que “o discurso é social porque as palavras e os significados são construções na interação social, e

dependem da interação entre os grupos, assim como dos lugares e dos propósitos de sua interação."[19]

Os analistas críticos do discurso focaram, cada um a partir da sua perspectiva, nos diversos aspectos ideológicos que participam da produção e articulação do discurso, bem como das relações de poder engendradas por ele. Eles perceberam que, através de uma análise interpretativa e explicativa, podemos desvendar as estruturas ideológicas que sustentam as relações de poder presentes no próprio discurso, com vistas a explicitar, questionar, superar e transformar toda forma de opressão que transborda, muitas vezes, em desigualdade social. Desse modo, segundo Melo (2012, p.77): "A ACD busca promover a conscientização dos indivíduos quanto às relações entre discurso e estruturas sociais, *representando, portanto, uma forma de luta por mudanças na sociedade*."[20]

Um dos pontos principais da ACD, que se constitui em um dos pilares da teoria, está no explícito engajamento político-social. Esse posicionamento leva os pesquisadores da área, também chamados de analistas críticos do discurso, ao estatuto de interventores sociais, dado seu trabalho de análise ter como um de seus objetivos transformar a sociedade através de propostas de ação de contrapoder e resistência a situações de opressão (FAIRCLOUGH e WODAK, 2000, p. 368). Na ACD, os pesquisadores não "fazem análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua, mas como instrumento político contra a injustiça social", assumindo assim uma parcialidade[21] diante do objeto analisado (MELO, 2009, p. 13).

Rajagopalan (2003, p.45) observa que a responsabilidade do linguista não se resume a dizer a 'verdade' sobre as coisas que ele investiga, ou seja, não manipular ou ocultar as conclusões de sua pesquisa, mas também deve haver um compromisso e responsabilidade social do pesquisador para com a sociedade que lhe dá respaldo para a sua própria pesquisa.

> A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender,

[19] Tradução nossa.
[20] Grifo nosso
[21] Rajagopalan (2003, p.124) observa que a ideia de 'neutralidade' do cientista, principalmente nos estudos da linguagem, é uma herança do positivismo que exercia grande influência no período em que a Linguística se consolidava como disciplina autônoma. Ou seja, falsa 'isenção' do pesquisador esconde conotações político-ideológicas.

> desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social (VAN DIJK, 2008, p.113)

A ACD busca, assim, compreender e descrever linguisticamente textos, buscando uma explicação para sua estrutura interna e organização global, mas, por outro lado, visa também a identificar, na própria produção discursiva, as relações de dominação subjacentes e a manipulação, com o objetivo de trazer uma dimensão crítica à análise dos textos e, com isso, produzir mudanças que vão além da esfera discursiva, alcançando também as práticas sociopolíticas efetivas:

> Podemos falar de dominação quando relações estabelecidas de poder são 'sistematicamente assimétricas', isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 1995, p.80).

Ao procurar desnaturalizar certas práticas discursivas, a ACD expõe a maneira como as estruturas de poder atuam na sociedade em detrimento de grupos particulares com o propósito de não apenas por em evidência essas práticas, mas de provocar mudanças sociais concretas. Desse modo, a ACD possui um posicionamento político aberto ao se declarar engajada com mudanças sociais profundas, visando a superar as práticas de dominação e hierarquias produzidas por diversos tipos de relação[22].

Essa concepção de análise, proposta pela ACD, contribui para que o estudo do discurso se transforme em um instrumento indispensável à construção de uma democracia em que permite aos homens atuarem sobre o mundo, além de compreender os diversos discursos que circulam na sociedade. Assim, o indivíduo pode ter, em diferentes instâncias, uma plena participação social como indivíduo crítico e ativo diante das muitas realidades.

Um dos lugares em que mais observamos a reprodução de estruturas sociais e ideológicas é o discurso dos meios de comunicação de massa, que tem sido objeto de estudo das diferentes vertentes da ACD. Os analistas críticos do discurso se debruçaram sobre as estruturas e outras propriedades do texto, falado ou escrito, que participem desse processo discursivo de reprodução da dominação e manutenção da desigualdade social.

---

[22] Segundo Resende e Ramalho (2006, p.140): "A neutralidade não é um mito na ADC. Ao contrário de outros (as) pesquisadores (as), que se esforçam no sentido de uma neutralidade inatingível, para os (as) analistas do discurso esse não é um problema. Admitimos que a suposição de neutralidade em ciência não é senão um posicionamento ideológico e, assim sendo, não nos pretendemos neutros-sabemos que não podemos sê-lo e, mais do que isso, *não queremos sê-lo*."

Como a ACD busca teorizar e descrever tanto os processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto as categorias linguísticas que compõem o discurso, o conceito de ideologia e sua relação com as estruturas de poder é fundamental para o analista crítico do discurso.

1.2.1 Ideologia: a origem do conceito e seus possíveis desdobramentos

O conceito de ideologia foi introduzido originalmente pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796 e, com o passar dos anos, esse termo foi ganhando diferentes acepções pelas Ciências Sociais. Segundo ele, o conceito de ideologia estaria vinculado à análise de ideias e sensações de forma sistemática, de modo a garantir um conhecimento científico. Também conhecida como "ciência das ideias", a ideologia era considerada a "primeira ciência" e serviria de base para outros campos de conhecimento como gramática, lógica, educação etc, além de fornecer subsídios para a compreensão da natureza humana e, consequentemente, abriria a possibilidade de reestruturação da ordem social e política, de acordo com as aspirações humanas. Com o passar do tempo, o termo ideologia foi adquirindo novos sentidos, bastante diferentes do original, principalmente quando atingiu a esfera política (THOMPSON, 1995, p.47).

As reflexões de Marx a respeito do conceito de ideologia fizeram com que o termo adquirisse uma importância como um componente essencial de um novo sistema teórico. No início de sua obra, o conceito de ideologia foi empregado no contexto de sua crítica aos jovens hegelianos e, mais tarde, Marx e Engels expandem o seu significado, vinculando a produção e difusão das ideias à relação de classes sociais. Assim, a ideologia seria a expressão dos interesses da classe dominante, bem como de suas estratégias para garantir e manter sua posição de dominação, ou seja, uma construção simbólica que sustentaria as relações de cominação, ao mesmo tempo em que impediriam mudanças sociais profundas (THOMPSON, 1995, p. 54).

Depois de Marx, o conceito de ideologia assumiu um papel importante em diversas áreas do conhecimento, ganhando múltiplos e variados usos. Se em Marx o conceito de ideologia operou com contornos negativos, uma vez que expressavam os interesses da classe dominante que procurava sustentar seu *status quo*, na literatura subsequente, a ideia tende a perder o seu sentido negativo, passando por um processo de neutralização. Em muitos

momentos, as novas definições de ideologia ofuscaram o aspecto assimétrico e os efeitos de dominação, antes elaborado por Marx. Essa renúncia ao caráter valorativo da ideologia é refletida nos estudos do analista crítico Van Dijk (1997, p.111):

> As ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando assim, indiretamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, consequentemente, também as produções escritas e orais de seus membros.

Essa definição seria o que Thompson (1995, p.72) convencionou chamar de "concepção neutra da ideologia" que, segundo ele, não teria um caráter ilusório, portanto negativo, nem estaria ligado a interesses de um grupo particular. A ideologia, nesse sentido, seria um aspecto da vida social e poderia estar presente em qualquer programa político.

Por outro lado, outros teóricos contemporâneos mantiveram, em suas concepções sobre ideologia, elementos pensados por Marx. É o caso da filósofa Marilena Chauí que, em sua definição de ideologia, manteve a sua relação com a noção de dominação de classe. De acordo com Chauí (2006 a, p. 23), em sociedades divididas em classes, determinadas ideias e representações são difundidas pela classe dominante, a fim de legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Para manter esse tipo de controle social, faz-se necessário esconder da classe dominada a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política, bem como a forma que determinadas relações sociais são produzidas. Para a autora, esse processo de ocultação da realidade social, que permite a legitimação da dominação política e manutenção da desigualdade social de uma classe pela outra, dá se o nome de ideologia. Nesse sentido, a ideologia criaria um efeito ilusório e distorcido da realidade para que o indivíduo considerasse como verdadeiras e justas determinadas formas de dominação e, consequentemente, não apresentasse resistência a elas.

O conceito de ideologia utilizado pela Teoria Social do Discurso, uma vertente da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough (2001), provém dos estudos de Thompson (1995, p.15-17), que, ao reformular o conceito de ideologia, não retira dele o seu sentido negativo. Pelo contrário, sua reformulação, considerando os inúmeros aspectos negativos, pode ser vista como uma concepção crítica da ideologia. Nesse sentido, a ideologia agiria como instrumento capaz de sustentar e legitimar relações assimétricas de

poder. Dito de outro modo, a ideologia estaria a serviço da classe dominante. Segundo Resende e Ramalho (2006, p.49): "A concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes."

Apesar de considerar o aspecto negativo presente no conceito de ideologia por ele assumido, Thompson, ao contrário de Chauí, por exemplo, não considera a ideologia como uma imagem distorcida e invertida do 'real'. Esse fato o distancia da ideia marxista de pensar a ideologia como algo ilusório.

Seguindo na concepção crítica de ideologia, Thompson (1995, p.76) propõe uma reflexão sobre a maneira como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder.[23] Segundo ele:

> Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos *desde que* eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. *Desde que:* é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente quando servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. (grifos do autor)

Embora Van Dijk (1997) não postule a ideologia em termos de luta de classes, não há como negar seu uso por determinados setores da sociedade em seus discursos como a imprensa, por exemplo, que, segundo Althusser (1985, p. 75), funciona como um "aparelho ideológico do Estado (AIE)".

Os "Aparelhos Ideológicos do Estado", que compreendem a igreja, escola, família, sindicatos, sistemas políticos e meios de comunicação de massa, são locais onde a ideologia dominante se materializa, opera e se expande, submetendo os indivíduos a relações desiguais na ordem social vigente. De acordo com essa perspectiva, os aparelhos ideológicos de Estado têm por objetivo reproduzir as relações de exploração capitalista e, cada um deles, obtêm esse resultado através da sujeição dos indivíduos à ideologia da classe dominante. Assim, os valores e crenças socialmente partilhados, como elementos constitutivos da ideologia dominante, quando difundidos na sociedade pelos chamados aparelhos ideológicos do Estado,

---

[23] "Por 'formas simbólicas', eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos." (THOMPSON 1995, p.79)

garantem a manutenção das relações sociais vigentes e do poder exercido pela classe dominante.

É importante lembrar que Althusser (1985) confere um papel aos meios de comunicação de massa dentro de uma ordem social concebida em termos de relações entre classes sociais. Para ele, as instituições de comunicação de massa, como parte dos 'Aparelhos Ideológicos do Estado', têm como função garantir a coesão e a reprodução social através da difusão da ideologia da classe dominante. A partir de uma análise crítica da ideologia, Weiler (2014, p. 284) corrobora, de certa forma, as reflexões de Althusser sobre os meios de comunicação e a difusão da ideologia hegemônica:

> Tipicamente, sistemas capitalistas tendem a concentrar grandes quantidades de poder econômico em poucas mãos. Em uma sociedade de massa, tecnologicamente avançada, isso inclui poder sobre os meios de comunicação de massa, de modo que a maior parte das informações que as pessoas recebem desses meios acabam se coadunando à ideologia dominante.

Porém, compreendemos que a análise da ideologia não se limita ao estudo das doutrinas políticas e relações assimétricas de poder restritas à luta de classes, mas abrange as diferentes formas simbólicas que circulam no mundo social. Assim, é necessário reconhecer que existem relações de poder sistematicamente assimétricas que são baseadas em fatores diferentes dos de classe como, por exemplo, em fatores de sexo, idade, origem étnica, etc. Desse modo, faz-se necessário, ao abordar o conceito de ideologia, ampliar o marco referencial considerando esses fatores (THOMPSON, 1995, p.127).

1.2.2 O exercício da hegemonia

A dominação pode ser produzida e reproduzida nos textos de modo que se apresente como natural. Cabe, assim, ao analista crítico do discurso, através de uma abordagem multidisciplinar, procurar descrever as estruturas linguísticas no interior das estruturas sociais, buscando analisar a relação entre dominação e discurso, bem como o modo como os dominados aceitam a dominação. Desse modo, a noção de hegemonia, conceito formulado a partir dos estudos de Gramsci, torna-se importante nos estudos da ACD.

O conceito de hegemonia de Gramsci harmoniza-se com a concepção de discurso de Fairclough e fornece subsídios para a sua teoria da mudança (tanto em âmbito discursivo quanto social) em relação à evolução das relações de poder. Isso ocorre porque a concepção de luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos se coaduna com a concepção dialética de discurso. Para Fairclough (2001, p. 122), as estruturas discursivas possuem o mesmo equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia. Além disso, o processo de articulação e rearticulação dessas estruturas discursivas podem materializar um projeto hegemônico.

Ao analisar as relações hierárquicas e institucionais, percebe-se que há, por um lado, alguns indivíduos que manipulam as formas de poder e controle e, por outro, a aceitação por parte daqueles sobre os quais se exerce o poder, de modo que o exercício deste se torne ainda mais eficaz (PEDRO, 1997, p. 39)

Fairclough (1997, p. 77-79), citando Gramsci, declara que o poder nas sociedades capitalistas modernas se caracteriza pela hegemonia que, assim como a luta hegemônica, concretiza-se nas práticas discursivas das instituições e organizações. De acordo com os estudos de Gramsci sobre as estruturas de poder nas sociedades capitalistas ocidentais, o poder político, exercido pela classe dominante, sustenta-se em dois pilares: I) dominação através do uso das forças de repressão e/ou uso da coerção social, e II) "liderança intelectual e moral" ou "hegemonia". Desse modo, pode se dizer que a classe dominante exerceria um controle hegemônico sobre as instituições da sociedade civil (escola, trabalho, família etc) através do uso de forças coercitivas (repressivas e ideológicas), a fim de controlar e impedir uma transformação revolucionária nas sociedades capitalistas modernas.

> O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento -em vários domínios da sociedade civil (como o trabalho, a educação, as atividades de lazer)- de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são, na sua maioria, práticas discursivas. A um conjunto específico de convenções discursivas (por exemplo, como conduzir uma consulta médica ou uma entrevista num meio de comunicação social, ou redigir relatos jornalísticos acerca de crimes) estão, implicitamente, associadas determinadas ideologias-crenças e conhecimentos específicos, "posições" específicas para cada tipo de sujeito social que participa nessa prática (ou seja, médicos, pacientes, entrevistados, leitores de jornais) e relações específicas entre categorias de participantes. Quando as convenções são naturalizadas e passam a fazer parte do senso comum, o mesmo acontece com esses pressupostos ideológicos. As convenções discursivas naturalizadas são um mecanismo extremamente eficaz para perpetuar e reproduzir dimensões culturais e ideológicas da hegemonia. Por conseguinte, um objetivo importante da luta hegemônica é a desnaturalização de convenções existentes e a substituição por outras (FAIRCLOUGH, 1997, p. 80).

Desse modo, a hegemonia busca, além da aceitação de sua prática, uma universalização de perspectivas particulares através da instrumentalização da ideologia. Esta garante que a relação de dominação possa se basear no consenso e não no uso da coerção. Daí derivam os discursos baseados na naturalização de práticas e relações sociais para manutenção do poder. Conforme apontam Bucci e Kehl (2004, p. 21), é importante salientar que:

> (...) nenhuma estrutura de poder, da mais centralizada à mais democrática, das mais arcaicas às mais modernas, pode se sustentar se não for capaz de produzir algum tipo de engajamento subjetivo daqueles que ela submete, organiza, explora ou protege. A passagem do poder soberano ao poder disciplinar representa um aperfeiçoamento nesses recursos, mas não significa que os poderes soberanos se sustentassem exclusivamente pelo uso da força. Mesmo os monarcas absolutistas contavam, no mínimo, com o referendo divino e a chancela da Igreja, produtra milenar de mitos no Ocidente, para produzir entre os súditos o que La Boétie chamou de *servidão voluntária*.

Segundo Weiler (2014, p.274-275), em sociedades relativamente não repressivas, a ideologia oferece uma alternativa à coerção física, permitindo que a população acredite e reconheça como legítima a autoridade exercida por alguém ou por um grupo dominante. Desse modo, a ideologia pode produzir uma espécie de torpor social semelhante ao efeito de um 'tranquilizante' que induz a uma acomodação e, até mesmo uma resignação. Isso ocorre porque ela, a ideologia, tem por função convencer os dominados, através do consenso, sobre a legitimidade do poder exercido pelo grupo dominante.

Observando o conceito de Gramsci, Fairclough (2001) aponta que o poder de um grupo sobre os demais baseia-se mais no consenso do que no uso da força, agindo através de um equilíbrio instável. Nas relações de dominação, o poder de uma classe sobre a outra é atingido de forma parcial e temporária na luta hegemônica e, por isso, pode ser contestado e transformado a partir de ações oriundas de práticas refratárias. A ideologia, cuja existência material se encontra nas práticas discursivas, assumiria um papel de destaque na sustentação dessas relações de poder, pois, ao naturalizar determinadas práticas e relações sociais, faria prevalecer relações de dominação e agiria na preservação de hegemonias.

Entre discurso e hegemonia há duas relações que se estabelecem: I) Tanto a prática quanto a luta hegemônica se materializam na prática discursiva (oral ou escrita), pois é nesta última que observamos o exercício, a reprodução e negociação do poder, além de luta ideológica, considerando que o próprio discurso é uma esfera da hegemonia; II) O segundo

aspecto diz respeito ao modo como a hegemonia de uma classe ou grupo molda as práticas discursivas e as ordens de discurso a fim de preservar, reestruturar ou renovar seu poder sobre os grupos dominados (FAIRCLOUGH, 1997, p. 80-82)

O engajamento político dos analistas críticos do discurso permite que, no decurso da luta hegemônica dentro do discurso, haja espaço para a reestruturação das práticas discursivas e, consequentemente, das relações de dominação. É a análise discursiva de orientação crítica que nos permite questionar e reestruturar as relações hegemônicas existentes, abrindo alternativas para um processo de superação dessas práticas de dominação, bem como de transformação social por meio de relações de contrapoder e confronto de práticas discursivas diversas.

1.2.3 As estratégias do discurso ideológico

A manipulação da informação, com o objetivo de dominação, praticada hoje pela imprensa brasileira tem se concretizado através de vários padrões de operação. Por isso, utilizaremos nesta pesquisa os modos de operação estabelecidos por Thompson (1995, p. 80-85) como um instrumento de análise das reportagens. Segundo ele, os modos de operação geral da ideologia podem estar imbricados com estratégias de construção simbólica em condições sócio-históricas específicas. São eles: *Legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação*. Esses modos de operação ideológica, quando associados a determinadas estratégias de construção simbólica, podem indicar os mecanismos que mantêm, subvertem ou estimulam relações de dominação através do modo como o sentido pode ser mobilizado no mundo social.

Modos Gerais de operação da ideologia	Algumas estratégias típicas da construção simbólica
Legitimaçao	• Racionalização • Universalização • Narrativização
Dissimulação	• Deslocamento • Eufemização • Tropo(sinédoque, metonímia,metáfora)
Unificação	• Estandardização • Simbolização da unidade
Fragmentação	• Diferenciação • Expurgo do outro
Reificação	• Naturalização • Eternalização • Nominalização/passivização

Quadro 1- Modos de operação da ideologia- adaptado de Thompson (1995, p. 81)

Através de um modo de operação da ideologia conhecido como *legitimação*[24], as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem apresentadas ou reconhecidas socialmente como legítimas. Weber, citado por Thompson, apresentou três tipos de fundamentos sobre os quais as vozes, que buscam por legitimidade no discurso, normalmente se baseiam: fundamentos racionais (recorrem à legalidade de regras), fundamentos tradicionais (apelam para a sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (apelam para a figura de alguém portador de autoridade reconhecida).

Como uma das principais funções sociais da ideologia[25], a *legitimação*, quando associada à estratégia de *racionalização*, cria uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar um conjunto de práticas, relações ou instituições sociais, a fim de convencer o público de que suas ações são legítimas e dignas de apoio.

Outra estratégia típica é a *universalização*. Por meio dessa estratégia, acordos institucionais, que servem apenas aos interesses de alguns indivíduos, são apresentados como servindo aos interesses de todos. Segundo Chauí (2006 a, p. 93), a ideologia, como

[24] Em sua definição de ideologia, Chauí (2006 a, p. 109) corrobora a legitimação, como um dos modos de operação da ideologia, ao afirmar que a função da ideologia é "dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera de produção. Pelo contrário, a função da ideologia é apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado."

[25] Segundo Van Dijk (1999, p. 318).

instrumento de dominação de classe, tem a função de transformar as ideias particulares da classe dominante em ideias e valores universais, válidas para toda a sociedade. Seguindo essa abordagem, Weil (2014, p. 278) observa que para que a ideologia do grupo dominante seja aceita como legítima pela sociedade, ela precisa apresentar a dominação como algo diferente do que realmente é, ou seja, para não transparecer a realidade da dominação política, a ideologia se mostra como representante dos interesses coletivos e não só do grupo hegemônico.

Por fim, a *narrativização* é a uma outra estratégia que pode ser associada à legitimação. Através dessa articulação, o presente, considerado parte de uma tradição eterna e imutável, insere-se em uma narrativa que tem por objetivo recontar o passado e a maneira como o mundo se apresenta, reforçando a ordem aparente das coisas, além de justificar o exercício de poder da classe dominante.

O segundo modo de operação da ideologia corresponde à *dissimulação*. Por esse processo, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem omitidas ou negadas, ou mesmo apresentadas de uma forma que desviem a nossa atenção. A ideologia como *dissimulação* pode ser expressa em formas simbólicas através das estratégias de I) *deslocamento*: quando um termo utilizado para se referir a um objeto ou pessoa passa a ser utilizado para se referir a outro, transferindo as conotações positivas ou negativas do termo para outro objeto ou pessoa; II) *eufemização*: quando práticas, instituições ou relações sociais são descritas de forma a despertar uma valoração positiva e dirimir um impacto negativo; III) *tropo*: quando fazemos uso das chamadas figuras de linguagem, especialmente da sinédoque, da metonímia e da metáfora. Todas elas podem ser utilizadas para dissimular relações de dominação.

O terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação,* no qual as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva. Essa construção, em nível simbólico, permite ofuscar as possíveis diferenças e divisões que possam separar os indivíduos, unindo-os em torno de um mesmo ideal. Esse *modus operandi* da ideologia pode ser expresso em formas simbólicas por meio das seguintes estratégias: *padronização* e *simbolização da unidade*.

A *padronização* ocorre quando um referencial padrão é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Um exemplo do uso dessa estratégia está na criação, por parte de autoridades de Estado, de uma língua nacional capaz de “unir”

grupos diversos e linguisticamente diferenciados. Ao estabelecer uma língua nacional, o grupo dominante legitima uma hierarquia entre línguas e dialetos, além de criar uma identidade coletiva, enfraquecendo possíveis focos de resistência.

A *simbolização da unidade* é uma outra estratégia de construção simbólica através da qual a *unificação* pode ser concretizada. Operando de modo semelhante à anterior, esta estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva (tais como bandeiras, hinos nacionais, emblemas etc) que são difundidos através de um ou mais grupos. Esse processo de unificação simbólica pode vir associado a um outro processo anteriormente mencionado, a *narrativização*, fazendo com que os símbolos de uma unidade façam parte integrante de uma narrativa que se proponha a contar histórias passadas, a fim de projetar um destino coletivo, no qual a identidade coletiva seja criada e constantemente reafirmada.

O quarto modo, através do qual a ideologia pode operar, é a *fragmentação*. Associado às estratégias de *diferenciação* e *expurgo do outro*, as relações de dominação podem ser mantidas ou estabelecidas por meio da segmentação dos indivíduos ou grupos dominados que possam, porventura, representar uma oposição real ou mesmo uma ameaça aos grupos dominantes.

O uso da estratégia de *diferenciação* permite que sejam enfatizadas as diferenças e divisões entre pessoas e grupos, pois, ao colocar em evidência as características que os dissociam uns dos outros, os grupos ou indivíduos dominados, que se opõem ao grupo hegemônico, passam a não representar mais um desafio efetivo ao poder estabelecido.

O *expurgo do outro* é uma outra estratégia bastante eficaz no processo de *fragmentação*. Essa estratégia trabalha a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que deve ser eliminado. Sendo assim, os indivíduos são instados a combatê lo, veementemente, até o ponto de expurgá-lo. O suposto inimigo é retratado como algo pernicioso e que se constitui numa ameaça para a coletividade. Um exemplo disso foi o modo como os judeus e comunistas foram representados na literatura nazista em 1920 e 1930, conforme foi analisado por Adorno (2006). De acordo com ele, em sua análise sobre o discurso da propaganda fascista, o objetivo de se fazer esta distinção entre *in group* e *out group* era para garantir a coesão interna do grupo, pois essa ação, por um lado, estimula uma tolerância maior com os indivíduos do próprio grupo, dirimindo ou apagando as diferenças e, por outro lado, promove uma aversão ao que é exterior ao grupo[26].

---

[26] Segundo Adorno (2006, p.170), esse é o caminho seguido pelo discurso da propaganda fascista para conseguir o efeito de coesão do grupo: "Eles enfatizam suas diferenças em relação aos que não pertencem ao grupo, mas

O mesmo processo de polarizar as características entre NÓS e ELES também foi estudado por Van Dijk (2012, p. 32). Segundo o autor, o discurso ideológico geralmente apresenta algumas estratégias que podem ser demonstradas no que ele chamou de 'quadrado ideológico'. De acordo com esse esquema explicativo, o discurso ideológico apareceria polarizado entre 'NÓS' e 'ELES', sendo que o NÓS se refere ao intragrupo e o ELES se refere sempre ao outro, que é externo ao nosso grupo. Por essa polarização, procura-se enfatizar as 'nossas' características positivas e minimizar essas mesmas características 'deles', da mesma forma que enaltecemos os pontos negativos 'deles' e minimizamos ou escondemos os 'nossos'. Esse tipo de destaque ou ocultação de informações pode ser realizado de diversos modos: através de imagens, diagramação e estratégias linguísticas.

Segundo Van Dijk (1999, p.208), uma das funções da ideologia é manter a coesão e a solidariedade do grupo, ou seja, as ideologias servem para assegurar que todas as ações e pensamentos do grupo se convertam em benefício do mesmo. O autor ainda acrescenta que, caso o grupo tenha uma relação dominante a respeito de outros grupos, devido ao seu acesso privilegiado aos recursos sociais, a ideologia teria a dupla função de legitimar o *status quo* do grupo dominante e persuadir o grupo dominado de que a sua situação de submissão não só é natural como justificada.

Não apenas as crenças compartilhadas, as ações coordenadas, a interação social são condições para a constituição de grupos ideológicos, mas também os objetivos comuns e a defesa dos interesses comuns são elementos importantes para caracterizar o grupo.

O quinto e último *modus operandi* da ideologia apresentado por Thompson (1995, p.87) é a *reificação*, através do qual "relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retração de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal."A eliminação do caráter sócio histórico dos fenômenos sociais faz com que os processos sejam retratados como acontecimentos quase naturais, fora de um contexto histórico. Esse *modus operandi*, quando articulado com a estratégia de *naturalização*, permite que os processos sociais, de qualquer natureza, sejam retratados como acontecimentos naturais ou como resultado inevitável de características naturais. Um exemplo disso é a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres com base nas características fisiológicas entre os sexos.

Uma estratégia semelhante à naturalização é a *eternalização*. Por meio dela, os fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados

---

minimizam tais diferenças no interior do próprio grupo e tendem a nivelar suas qualidades distintivas, com exceção da hierárquica."

como permanentes e inevitáveis. Ao retirar o componente histórico, é atribuído um caráter permanente a processos que são transitórios e passíveis de mudança. Um exemplo disso é o discurso neoliberal que apresenta o tempo como uma extensão eterna do tempo presente.

O Processo de *reificação* também pode ser expresso por meio de alguns recursos sintáticos e gramaticais como a *nominalizaçao* e a *passivização*, nos quais os acontecimentos ocorrem sem a presença de um sujeito participante. Na *nominalização*, por exemplo, a descrição de ações e dos participantes envolvidos são transformadas em nomes como em "o banimento das importações" em vez de "O Primeiro Ministro decidiu banir as importações". Esse processo ofuscou a agência do ator social, tirando sua responsabilidade na ação.

Já a *passivização* ocorre quando os verbos são colocados na voz passiva como em "O suspeito está sendo investigado" ao invés de "Os policiais estão investigando o suspeito". Novamente, o ator social e sua ação sofrem um apagamento e a atenção do ouvinte e do leitor recai sobre determinados pontos em detrimento de outros. É importante salientar que, tanto a *nominalização* quanto a *passivização*, ao reificar os fenômenos sócio- históricos, representando processos como coisas, além de ofuscar atores e ações, cooperam para manter e naturalizar relações baseadas em desigualdades.

Através dos diversos modos de operação da ideologia associados a algumas estratégias de construção simbólica, podemos compreender como o sentido pode ser construído, difundido no mundo social e servir para corroborar relações assimétricas de poder. Não obstante a isso, essas estratégias de construção simbólica não são ideológicas por si mesmas, abrindo um caminho para refletirmos sobre formas de resistência e transformação do discurso hegemônico:

> (...) Estratégias de construções simbólicas são os instrumentos com os quais as formas simbólicas, capazes de criar e sustentar relações de dominação, podem ser produzidas. Essas estratégias são instrumentos simbólicos, por assim dizer, que facilitam a mobilização do sentido. Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana (THOMPSON, 1995, p. 89)

A ACD parte do princípio de que o discurso é historicamente produzido e estruturado por relações de dominação. Estas são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder. Segundo Wodak (2004, p. 237) e Fairclough (2010, p.226), há uma relação dialética

entre linguagem e estrutura social que garante a representação do poder através do discurso. Desse modo, a ACD procura explicar as relações entre discurso e poder social, mostrando "como o abuso de poder é praticado, reproduzido e legitimado pelo texto e pela fala de grupos ou instituições dominantes," (VAN DIJK, 2008, p. 87)

1.3 Análise Crítica do Discurso: propostas e relações com a Linguística Sistêmico-Funcional

Dentro do quadro teórico da ACD, a Análise do Discurso Textualmente Orientada (doravante ADTO) enquandrada no que seu autor concebe como Teoria Social do Discurso, tem sido uma das vertentes mais atuantes e visa a observar como as mudanças sociais estão atreladas a processos sociais e culturais mais amplos, ou seja, a teoria proposta por Fairclough (2001) investiga a mudança da linguagem como uma mudança sociocultural. Segundo ele, a mudança discursiva afeta a ordem societária contemporânea do discurso e pode provocar mudanças sociais relevantes.

Com base nos estudos de Thompson (1995), Foucault (1996), Halliday (2004) dentre outros, Fairclough (2001, 2003) aborda a relação entre linguagem e poder, preenchendo uma lacuna tanto dos estudos linguísticos que priorizavam a linguagem em detrimento das relações de ordem social, quanto das pesquisas sociológicas, que se debruçavam nas relações de poder e lutas sociais, excluindo a linguagem como parte importante da pesquisa social. O objetivo de Fairclough ao apresentar a ADTO era

> Reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para usar na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89)

A ADTO se distingue das outras abordagens dentro da ACD por fazer uma análise minuciosa dos textos com vistas a elucidar as práticas sociais. Segundo Magalhães (2004, p. 117-118), três áreas (ou etapas) participam e influenciam na formação da ADTO. São elas: I) a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (2004), que possui uma preocupação com a análise textual; II) a Linguística Crítica, que estabeleceu uma preocupação com a relação entre texto, poder e ideologia; III) a ACD ao considerar o discurso como uma prática social que opera nas principais mudanças sócio econômicas e culturais no contexto da modernidade

tardia. Cada uma dessas áreas influenciou, de forma distinta, cada fase da Teoria Social do Discurso. Esta se divide em 3 fases: (a) o modelo tridimensional do discurso para a ACD (FAIRCLOUGH, 1992, 2001); (b) a reflexão sobre o discurso localizada no contexto da modernidade tardia proposto por e Faircluough (1999), e (c) a reformulação do modelo com vistas à análise textual em pesquisas sociais presente na obra de Fairclough (2003) com base na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985, 2004).

Em 'Discurso e mudança social', Fairclough (2001) aborda o uso da linguagem como um tipo de prática social, que mantém uma relação dialética com a estrutura social. Portanto, a Teoria Social do Discurso refuta tanto o conceito saussureano de *parole*, que aborda a fala como a atividade individual sem dar atenção para a influência do meio social sobre a estrutura linguística, quanto a concepção da Sociolinguística que, mesmo prevendo a variação linguística como resultado de fatores sociais, não considera a influência do discurso como um fator importante no processo de constituição, reprodução e mudança nas estruturas sociais e, consequentemente, nas relações de poder. Para Fairclough (2001, p. 91), o discurso seria uma forma por meio da qual as pessoas podem agir sobre o mundo, bem como representá-lo: "o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado."

Desse modo, Fairclough (2001) propõe um modelo tridimensional de Análise do Discurso que engloba a análise do texto, da prática discursiva e da prática social, seguindo uma abordagem que investiga a relação da mudança discursiva com a mudança social e cultural. Tanto a prática social quanto o texto são descritos como duas dimensões do evento discursivo: a dimensão textual (que comporta vocabulário, gramática, coesão e estrutura social) e a prática social (que inclui ideologia, hegemonia etc) são mediadas pela prática discursiva que tem por foco os processos de produção, distribuição e consumo de texto, além de englobar o contexto social que inclui diversos processos sociais vinculados a diversas orientações políticas, econômicas e culturais. Podemos observar as categorias analíticas do modelo faircloughiano esquematizadas no quadro a seguir:

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textu- al	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	**ideologia** sentidos pressuposições metáforas **hegemonia** orientações econômicas, políticas,culturais, ideológicas

Quadro 2- Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 29)

A análise textual é organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A esses são relacionados outros itens que, embora envolvam aspectos formais dos textos, não serão utilizados na análise textual, mas sim na análise da prática discursiva: atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc), a coerência dos textos e a intertextualidade. Juntos, esses sete elementos constituem um quadro amplo utilizado para a análise textual que engloba aspectos de sua produção e interpretação assim como as propriedades formais dos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103-104).

A prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo de textos, cuja natureza varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Isso significa que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos e, da mesma forma, são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos. Um exemplo disso é a forma como são produzidos os diversos formatos de textos (reportagem, notícia etc) dentro da redação de um jornal. Já em termos de consumo que, assim como a produção, pode ser individual ou coletivo, há uma variedade grande de formas de processamento de texto para consumo. Um exemplo disso é a consulta médica que pode ser recontextualizada em registro médico para fins de consulta posterior (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107-108).

A terceira dimensão da teoria tridimensional caracteriza o discurso como prática social. Para isso, Fairclough (2001, p. 116) discute o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder. Ao discutir o papel do discurso nas relações de poder como luta hegemônica, Fairclough recorre às contribuições de marxistas como Althusser e Gramsci.

De acordo com a metodologia de Fairclough (2001), faz-se necessário seguir três etapas para se analisar um discurso. A primeira etapa corresponde à descrição de elementos linguísticos (aspectos gramaticais), seguindo pela segunda etapa que consiste na interpretação, a fim de compreender como o discurso é produzido, quais os propósitos comunicativos de quem elabora o discurso, bem como o modo como esse discurso é consumido. Por fim, a terceira e última etapa corresponde à análise da prática social, cujo objetivo é explicar como estão entrelaçados no texto os aspectos sociais, incluindo a ideologia, de forma que as relações de dominação se sustentam.

Ao fazer análise dos aspectos estruturais que compõem o texto a ser analisado (tais como léxico, itens morfossintáticos, coesão etc), Fairclough (2001, 2003) adota algumas noções da LSF de Halliday (2004), que concebe a linguagem como um fenômeno multifuncional. Para Halliday, a linguagem realizaria três tipos de funções diferentes: função ideacional, função interpessoal e função textual, as quais garantem o funcionamento do texto.

> A LSF teoriza a linguagem de uma maneira mais próxima da perspectiva da Ciência Social Crítica do que outras teorias da linguagem, uma vez que relaciona o social e o linguístico. Toda sentença em um texto é vista como produção semiótica (função textual) que constrói o mundo (função ideacional) ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais entre seus produtores e outros atores que ocupam este mundo (função relacional). Sendo assim, o social é trazido para o tecido gramatical da linguagem, ou seja, os demais momentos da prática social são internalizados pela linguagem, de modo que a constituição semiótica do social, e pelo social, está constantemente em questão na análise linguística (RAMALHO, 2005, p. 34)

Desse modo, em 'Discurso e mudança social', Fairclough recontextualiza a teoria de Halliday e propõe algumas alterações para as três macrofunções apresentadas. Devido à importância que a constituição, a reprodução e a contestação de identidades têm nos estudos críticos do discurso por demonstrarem o funcionamento das relações de poder na sociedade e sua possível transformação social, Fairclough sugeriu uma divisão da função interpessoal de Halliday em duas outras funções: a função identitária e a função relacional, mantendo as funções ideacional e textual já existentes. Segundo o linguista, esse desdobramento se tornou necessário uma vez que a função identitária estava sendo negligenciada e tratada como algo de pouca importância dentro da função interpessoal (FAIRCLOUGH, 2001, p. 209).

Se na obra 'Discurso e mudança social' Fairclough (2001) propôs, a partir das três macrofunções de Halliday, quatro funções da linguagem (função ideacional, identitária,

relacional e textual), em 'Analysing Discourse: textual analysis for social research', Fairclough (2003, p. 26) reelabora os conceitos de Halliday (2004) e propõe uma rearticulação dessas macrofunções com os conceitos de gênero, discurso e estilo. A partir da releitura dessas três funções (ideacional, interpessoal e textual) presentes no seu próprio modelo anterior, Fairclough identifica três significados: representacional, identificacional e acional, respectivamente, que atuam, de modo simultâneo, em todo enunciado, retomando a noção de multifuncionalidade[27], conforme o quadro a seguir:[28]

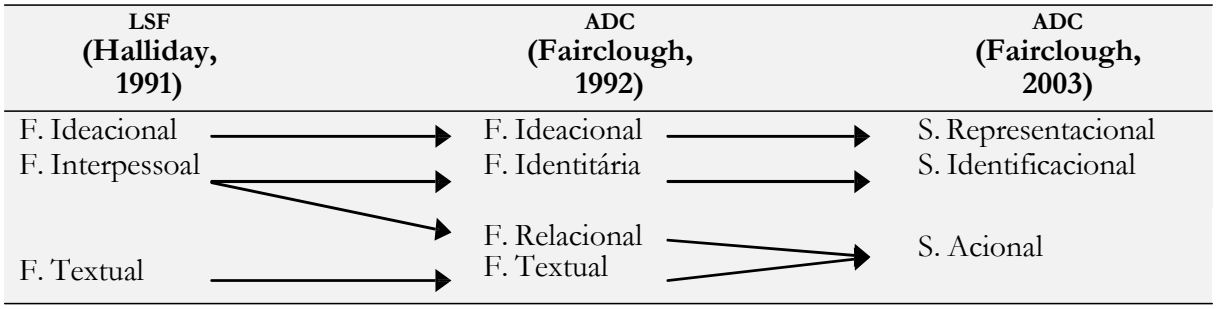

Figura 1 – Recontextualização da LSF na ADC (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 61)

Segundo Fairclough (2003), O significado acional, que reuniu as funções identitária e textual do modelo anterior, tem como objetivo examinar como o texto reflete o processo de interação em eventos sociais. Já o significado identificacional refere-se à construção, reestruturação e negociação de identidades no discurso, aproximando-se da função identitária do modelo anterior e, por fim, o significado representacional está relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo (físico, mental e social), relacionando-se à função ideacional do modelo anterior proposto.

Através de uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos, Fairclough (2003, p.29) sugere que gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. Uma vez que a análise discursiva encontra-se em um nível intermediário entre o texto e o seu

[27] "I shall also view texts as multi-functional in this sort of sense, though in a rather different way, in accordance with the distinction between genres, discourses and styles as the three main ways in which discourse figures as a part of social practice-ways of acting, ways of representing, ways of being. Or to put it differently: the relationship of the text to the event, to the wider physical and social world, and to the people involved in the event. However, I prefer to talk about three major types of meaning." (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27).

[28] Segundo Ramalho (2005, p. 35-36): "Embora os três aspectos do significado sejam apresentados separadamente para fins analíticos e, de certa forma, sejam diferentes, eles são dialeticamente relacionados, ou seja, cada um internaliza os outros: representações (discursos) particulares podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação (gêneros) e inculcados em maneiras particulares de identificação (estilos), por exemplo. A distinção entre os três aspectos do significado não exclui a fluidez e a internalização entre eles"

contexto social, a ACD deve focar no modo como os três significados (acional, representacional e identificacional) ocorrem nos textos através dos elementos linguísticos, e na relação entre evento social e práticas sociais através do modo como os gêneros discursos e estilos são utilizados nos textos e estabelecem uma 'ponte' entre os elementos internos do texto com outros elementos da esfera social (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 61)

Em Fairclough (2003), o foco do estudo está na análise de textos com destaque nos efeitos sociais ocasionados. A proposta amplia o diálogo entre a ACD e a LSF através de uma recontextualização e operacionalização dos conceitos fundamentais de Halliday. Por esse motivo, no próximo capítulo apresentaremos a Teoria Sistêmico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), focalizando a metafunção ideacional, e a teoria dos atores sociais de Van Leeuwen (2008) que investiga a representação dos atores sociais nos textos.

CAPÍTULO 2
Aporte teórico

Neste capítulo, apresentaremos o referencial teórico que fundamenta e orienta este trabalho de pesquisa: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), com base em Halliday e Matthiessen (2004), e a taxonomia dos atores sociais, um inventário sócio-semântico, proposto por Van Leeuwen (2008, 1997, 1996). Desse modo, inicialmente, faremos um breve histórico sobre a corrente funcionalista, assim como o aspecto da transitividade esboçado por Halliday e Matthiessen (2004), procurando abordar os diversos processos envolvidos e o modo como eles representam as nossas experiências.

Em seguida, passaremos ao estudo sobre a taxonomia de Van Leeuwen que tem por objetivo representar os atores sociais, sendo baseada nos mesmos princípios da linguística sistêmica de Halliday. No seu inventário semântico, os atores são representados de acordo com algumas realizações linguísticas. O termo representação utilizado por Van Leeuwen está estritamente relacionado à metafunção ideacional de Halliday e Matthiessen (2004), no qual as representações podem ser distribuídas em: processos, participantes e circunstâncias.

2.1 A Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional surge em um momento histórico científico em que os estudos linguísticos estavam ancorados nos postulados do estruturalismo Europeu, especialmente o de origem Saussuriana no qual incluía alguns pontos centrais como a dicotomia entre *langue* e *parole*, o sistema de signo linguístico, significado e significante, sincronia e diacronia, entre outros (WEEDWOOD, 2002).

A abordagem funcionalista preocupa-se com o modo como os usuários da língua se comunicam, sua competência comunicativa.[29]Segundo essa teoria, a linguagem é um instrumento de comunicação na qual cada elemento ou estrutura linguística desempenha uma função, e juntos, todos os elementos, participam da formação da arquitetura e organização

[29] Segundo Neves (1997, p.15): "Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória."

interna da linguagem. De acordo com essa teoria, os enunciados e os textos, que são dados reais de fala ou escrita retirados de contextos de comunicação, estão relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal. Por isso, a língua não pode ser considerada um conhecimento autônomo, antes, reflete uma adaptação do falante às diversas situações comunicativas:

> O polo funcionalista caracteriza-se por conceber a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical (MARTELOTTA &KENEDY, 2015, p. 14)

Ao contrário do formalismo, a vertente funcionalista busca explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. De acordo com esta concepção, as funções externas influenciariam a organização interna do sistema linguístico. Neste sentido, a sintaxe se moldaria ao discurso por causa das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da ação comunicativa, e as regras gramaticais seriam modificadas pelo uso, pois se adaptariam às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes (CUNHA, 2008, p. 163):

> O Funcionalismo Linguístico contemporâneo difere das abordagens formalistas-estruturalismo e gerativismo- primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e segundo porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procurar explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso (CUNHA; COSTA ; CEZARIO, 2015, p. 21)

Há várias modalidades de descrição linguística, dentre as quais se encontra a teoria sistêmica de Michael A. K. Halliday, considerado por alguns pesquisadores um funcionalismo moderado baseado na teoria de John Rupert Firth. Para esta pesquisa, teremos como base o estudo de Halliday que, segundo Neves (1997, p. 12),

> insiste em uma teoria não apenas extrínseca, mas também intrínseca, das funções da linguagem, uma teoria segundo a qual a multiplicidade funcional se reflete na organização interna da língua, e a investigação da estrutura linguística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a língua

> serve. A pluralidade funcional se constroi claramente na estrutura linguística e forma a base de sua organização semântica e sintática, ou seja, lexical e gramatical.

De acordo com a linguística sistêmico-funcional de Halliday, a gramática, formada a partir de estruturas sistêmicas, é interpretada metafuncionalmente (NEVES, 1997, p 58-59). Desse modo, as diferentes redes sistêmicas representam diferentes tipos de significado, associando-os às diferentes funções da linguagem. Neste caso, o conhecimento da gramática nos permitiria descrever e analisar o modo como os itens lexicais são selecionados, organizados e dispostos no texto com o objetivo de produzir significado.

A teoria sistêmico-funcional propõe uma relação léxico-gramatical (estruturas gramaticais e itens lexicais) em interface com a semântica e o discurso, permitindo investigar como "a experiência é construída em termos semânticos e como essa experiência se manifesta nos diferentes estratos da língua" (FUZER & CABRAL, 2014, p. 25). Considerada um sistema sociossemiótico, a linguagem é um meio através do qual o homem constroi sua experiência. Desse sistema, o falante ou escritor seleciona elementos linguísticos apropriados de acordo com cada situação.

Além da 'gramática' da língua, o contexto tem uma grande importância na produção de significado e na interpretação de sentido. De acordo com a abordagem sistêmico-funcional, o texto sofre grande influência do contexto em que foi produzido, estabelecendo entre os dois uma relação dialética. Conforme Fuzer e Cabral (2014, p. 27):" Ao mesmo tempo em que as dimensões contextuais delimitam e influenciam o que é dito e como é dito, a intenção com que é dito, os papeis sociais assumidos pelos interactantes, dentre outros aspectos, também a forma como o texto está construído, permite deduzirmos o contexto de sua produção."

Há dois tipos de contexto: o contexto de situação e o contexto cultural. O primeiro corresponde ao ambiente imediato no qual o texto ou o discurso se realiza de maneira que possamos ver o impacto imediato na configuração linguística; no segundo caso, o contexto de cultura, refere-se ao ambiente sociocultural mais amplo que inclui ideologia, convenções sociais, práticas institucionalizadas em grupos sociais etc, ou seja, tudo aquilo que os membros de uma comunidade fazem ou entendem em termos culturais, incluindo diversos sistemas semióticos e outros sistemas humanos de significado (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 33).

Segundo Fuzer e Cabral (2014, p.28), citando Halliday e Mathiessen, para compreendermos adequadamente um texto, o contexto de situação pode não ser suficiente, sendo necessário recorrer ao contexto de cultura para resgatar informações a respeito da

história cultural dos interactantes, bem como os tipos de práticas em que estão engajados a fim de estabelecer uma compreensão mais profunda do texto. Com base nisso, podemos entender que a linguagem opera em um determinado contexto, sendo teorizada, descrita e analisada dentro de um ambiente de significados. Desse modo, a língua sempre deve ser interpretada em referência ao contexto (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 32).

De acordo com a teoria sistêmico –funcional, a linguagem, em seu potencial de gerir e trocar significados, é utilizada pelo indivíduo no meio social para que ele possa desempenhar papeis sociais, construir experiências e estabelecer relações de modo organizado (FUZER & CABRAL, 2014, p.21). Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.30, a linguagem constroi a experiência humana, nomeando e categorizando os elementos que fazem parte de nosso mundo para depois transformá-los em sentenças gramaticais mais complexas, o que nos leva a compreender que "não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em sentido. Em outras palavras, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e certos recursos da lexicogramática de cada língua são dedicados a essa função."[30]

Por isso, Halliday e Matthiessen propõem três metafunções[31] da linguagem que serviriam a diferentes propósitos de comunicação: a) a função ideacional que tem por objetivo a expressão do conteúdo, ou seja, através desta função, os usuários organizam e incorporam na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real e de sua própria consciência. Esta função pode ser subdividida em dois componentes, o experiencial e o lógico; b) a função interpessoal que corresponde ao modo como o falante usa a linguagem para participar do evento da fala: ao estabelecimento e à manutenção dos papeis sociais bem como o modo como o falante expressa o seu julgamento e estabelece suas relações com o ouvinte[32]; e c) Textual que se refere à criação do texto. Esta função observa a organização interna e externa

[30] Nossa tradução para "there is no facet of human experience that cannot be transformed into meaning. In others words, language provides a theory of human experience, and certain of the resources of the lexicogrammar of every language are dedicated to that function."

[31] Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 32): "Metafunções são manifestações, no sistema lingüístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua: compreende o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual). Cada uma das metafunções relaciona-se a uma variável do contexto de situação.

[32] Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.30): "While construing, language is always also enacting: enacting our personal and social relationships with the other people around us. The clause of the grammar is not only a figure, representing some process-some doing or happening, saying or sensing, being or having-together with its various participants and circumstances; it is also a preposition, or a proposal, whereby we inform or question, give an order or make an offer, and express our appraisal of and attitude towards whoever we are addressing and what we are talking about. This kind of meaning is more active: if the ideational function of the grammar is 'language as reflection' this is 'language as action'. We call it the interpersonal metafunction, to suggest that it is both interactive and personal."

das frases, o seu significado como mensagem e sua relação com o contexto[33] (NEVES, 1997, p.12-14).

> A análise sistêmica mostra que a funcionalidade é *intrínseca* à linguagem: isto é, toda a arquitetura da linguagem é organizada ao longo de linhas funcionais. A linguagem é como é por causa do modo como as funções se desenvolveram na espécie humana. O termo 'metafunção' foi adotado para sugerir que essa função era um componente integral dentro da teoria[34].

Em síntese, cada oração expressa três tipos de significado: a) os significados ideacionais, que se referem à representação linguística da realidade percebida pelo falante/escritor, assim como nos relacionamos uns com os outros; b) os significados interpessoais estão relacionados à interação entre os participantes do evento discursivo e c) os significados textuais, que se referem à organização da oração como mensagem coesa e coerente, partem de um contexto que engloba mensagens anteriores e futuras.

Está claro que as três metafunções não atuam de maneira isolada ou independente na língua, mas interagem entre si com o intuito mais amplo de construir o significado do texto. Portanto, na visão da LSF, a linguagem é multifuncional. Em outras palavras, quando nos comunicamos não realizamos apenas uma ação, mas várias, conforme aponta Meurer (2005, p. 97):

> (...) A linguagem nos permite fazer três coisas simultaneamente: a) apresentar a realidade de determinada maneira refletindo, criando determinados conhecimentos e crenças (significados ideacionais); b) estabelecer relações sociais (significados interpessoais) e c) organizar texto de determinada maneira, dependendo em parte do canal oral ou escrito (significados textuais).

. Além disso, as metafunções relacionam-se diretamente com a estrutura léxico-gramatical do texto, o que, consequentemente, vai influenciar na estrutura da oração de maneira mais específica.

---

[33] De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p.30-31): "(...) the Grammar also shows up a third component, another mode of meaning that relates to the construction of text. In a sense this can be regarded as an enabling or faciliting function, since both the others-construing experience and enacting interpersonal relations- depend on being able to build up sequences of discourse, organizing the discursive flow, and creating cohesion and continuity as it moves along. This, too, appears as a clearly delineated motif within the grammar. We call it the textual metafunction."

[34] Nossa tradução para o trecho: "The systemic analysis shows that functionality is *intrinsic* to language: that is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the function in which it has evolved in the human species. The term 'metafunction' was adopted to sugest that function was an integral component within the overall theory." (grifo do autor)

De todas as três metafunções elencadas por Halliday e Matthiessen (2004), para este trabalho, vamos nos deter apenas na função ideacional realizada pela função experiencial, que é responsável por um modelo de representação de mundo, e utilizaremos o sistema de transitividade, que propõe uma análise da oração em termos de processos, participantes e circunstâncias, permitindo assim construir uma experiência de mundo.

É através do componente experiencial da metafunção ideacional da linguagem que o indivíduo pode expressar sua experiência do mundo material (experiência exterior que corresponde a ação e eventos) e seu mundo interior (experiência no nível da consciência que se constitui de lembranças, reações, estados de espírito etc). Além desses dois tipos de experiência (do mundo material e do mundo interior), o indivíduo ainda é capaz de estabelecer relações entre situações distintas de sua experiência através de identificação ou caracterização (FUZER & CABRAL, 2014, p.39). Nessa configuração funcional, toda oração é vista como uma forma de representar aspectos do mundo a partir do uso de um sistema gramatical particular, o sistema de transitividade.

2.2 O Sistema de Transitividade

O significado de transitividade na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday e Mathiessen (2004) difere daquele postulado pela gramática tradicional. Na abordagem normativa, na distinção feita entre verbos intransitivos e transitivos, o foco recai sobre a aceitação ou não de um objeto pelo verbo. Por outro lado, na proposta da LSF, o interesse está direcionado para o tipo de processo designado pelo verbo, configurando assim uma gama maior de significados por trás dos tipos de verbo do que aquela proposta pela gramática tradicional. Na perspectiva funcional de Halliday e Matthiessen (2004, p. 224), a transitividade é um sistema que descreve a relação entre os componentes da oração. Esses componentes (processos[35], participantes e eventuais circunstâncias) são considerados categorias semânticas que explicam como os fenômenos de nossa experiência de mundo são construídos na estrutura linguística:

[35] Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 41-42): "Processos representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo; representam aspectos do mundo físico, mental e social. Como os processos são realizados tipicamente por verbos, a idéia de mudança perpassa a noção de processo-o falante ou escritor escolhe marcar a idéia de mudança ou não. No nível da gramática, a figura consiste numa sequência de configurações de processos (como núcleo) com, pelo menos, um participante inerente e, opcionalmente, circunstâncias."

> O sistema de transitividade fornece os recursos lexicogramaticais para interpretar uma quantidade significativa de mudança no fluxo de eventos como uma figura - como uma configuração de elementos centrados em um processo. Os processos são interpretados como um conjunto gerenciável de tipos de processos. Cada tipo de processo constitui um modelo ou esquema distinto para construir um determinado domínio da experiência como uma figura de um tipo particular (HALLIDAY & MATHIESSEN, 2004, p. 213)[36]

O sistema de transitividade, que será utilizado em nosso estudo, é onde se realiza, lexicogramaticalmente, a metafunção ideacional-experiencial. O sistema de transitividade é frequentemente utilizado em estudos críticos da linguagem, pois é nele que se encontra a metafunção ideacional, que tem por objetivo representar o mundo através da linguagem. Segundo Motta-Roth e Herbele (2005, p. 16):

> Por meio da categoria de transitividade, o falante/escritor manifesta sua experiência do mundo (Halliday,1973) e representa quem faz o quê a quem e em quais circunstâncias, definindo os tipos de processos (materiais, mentais, verbais, relacionais, comportamentais e existenciais), os participantes e as circunstancias de cada oração do texto, diferenciadas entre si pelo tipo de verbo.

Os processos e os participantes são os elementos mais importantes na formação das orações, pois o tipo geral de classificação dos processos em associação com os participantes é que produz o significado geral da oração. Segundo Cunha (2008, p. 171), citando os trabalhos de Hopper e Thompson, a transitividade é "uma propriedade escalar que focaliza diferentes ângulos da transferência da ação de um agente para um paciente em diferentes porções da oração". Sendo assim, a transitividade estaria associada também a uma função pragmática através da qual o falante organiza seu texto de acordo com seus objetivos comunicativos e a partir da sua percepção em relação às necessidades de seu interlocutor.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 170), esse sistema constroi, na hierarquia da oração, os significados relativos ao mundo das experiências, representando-as através de um grupo gerenciável de 'tipos de processos'. Cada um desses processos tem seu próprio modelo de construção representacional que é sempre subjetivo. Para os autores, os principais tipos de processos de transitividade são o *material, o mental* e o *relacional*, mas ressaltam que há outras categorias localizadas nos limites entre eles. No limite entre os

---

[36] Nossa tradução para: The system of transitivity provides the lexicogrammatical resources for construing a quantum of change in the flow of events as a figure- as a configuration of elements centred on a process. Processes are construed into a manageable set of process types. Each process type constitutes a distinct model or schema for construing a particular domain of experience as a figure of a particular kind."

processos *material* e *mental* está o processo *comportamental*; no limite entre os processos *mental* e *relacional* está o processo *verbal*; e, por fim, no limite entre os processos *relacional* e *material* está o processo *existencial,* conforme pode ser observado na figura a seguir:

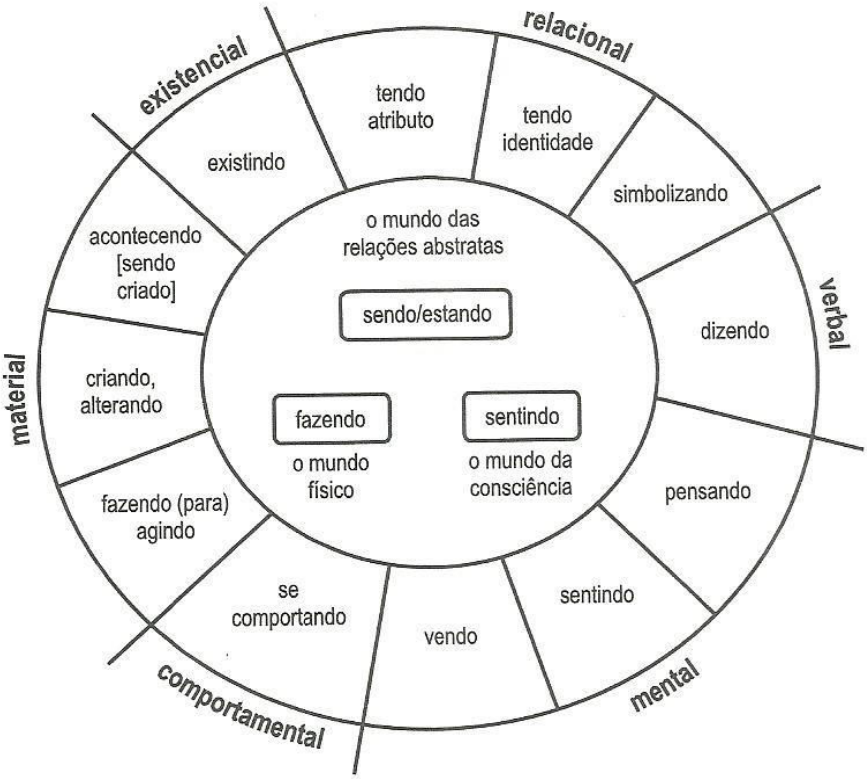

Figura 2: Tipos de processo (CUNHA & SOUZA, 2007, p. 55)

As escolhas realizadas no sistema de transitividade dependerão das variáveis de campo (do que estamos falando), relação (quem são os participantes) e modo (qual é o canal através do qual a mensagem é construída e veiculada). A linguagem na perspectiva hallidayana é utilizada para falar dos elementos semióticos do mundo e sobre os eventos sociais que ocorrem no mundo. Cunha e Souza (2007, p.53-54) enfatizam que "O sistema de transitividade permite identificar as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso e que realidade está sendo retratada." Essa identificação acontece por meio de três componentes que integram o sistema: (a) o processo (verbos); (b) os participantes (substantivos e/ou grupos nominais) e (c) as circunstâncias (adjetivos e/ou advérbios). O processo é o elemento central da estrutura e os participantes estão diretamente envolvidos com ele, sendo que os participantes variam de acordo com o tipo de processo presente na oração:

> O processo é o elemento mais central na configuração. Os participantes estão perto do centro; eles estão diretamente envolvidos no processo, provocam sua ocorrência ou são afetados de alguma forma. A natureza dos participantes irá variar de acordo com o tipo de processo e podemos dizer que a configuração do processo + participantes constitui o centro experiencial da sentença. Elementos circunstanciais aumentam esse centro de alguma forma- temporariamente, espacialmente, causalmente, e assim por diante; mas seu status na configuração é mais periférico e, ao contrário dos participantes, eles não estão diretamente envolvidos no processo (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 221-tradução nossa)[37]

Pelo sistema de transitividade representamos como as entidades agem, como são nomeadas e como se relacionam com o mundo. É por isso que as escolhas feitas nesse sistema revelam como o falante vê o mundo que o cerca. O que acontece quando representamos nossa experiência linguisticamente é que selecionamos tipos de processo, participantes e, ocasionalmente, circunstâncias para ordená-los em um todo significativo e essas escolhas são refletidas na estrutura sintática, lexical e semântica de nossos textos.

2.2.1 Processos materiais

Os processos materiais, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 224-244), possuem um sentido ligado ao físico. São realizados através das ações de atores e/ou eventos. Há dois subtipos de processos materiais: a) os criativos, em que o *Ator, Beneficiário ou Meta* são construídos à medida que o processo se desenvolve ; e b) os transformativos, nos quais o *Ator, Beneficiário ou Meta*, já existentes, são transformados com o processo[38].

---

[37] "The process is the most central element in the configuration. Participants are close to the centre; they are directly involved in the process, bring about its occurrence or being affected by it in some way. The nature of participants will thus vary according to the type of process and we can say that the configuration of process + participants constitutes the experiential centre of clause. Circumstantial elements augment this centre in some way-temporally, spatially, causally, and so on; but their status in the configuration is more peripheral and, unlike participants, they are not directly involved in the process."

[38] "The most general contrast is between (i) 'creative' clauses, where the Actor or Goal is construed as being brough into existence as the process unfold, and (ii) 'transformative' ones, ehere a pre-existing Actor or Goal is construed as being transformed as the process unfolds." (HALLIDAY & MATHIESSEN, 2004, p. 230).

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios e/ou opcionais
Ator	Material	Meta
(Ele)	criou	Uma milícia civil que responde diretamente a ele.

Quadro 3: Exemplo de processo material[39]

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p.232), as sentenças materiais 'transformativas' são muito mais comuns dos que as 'criativas', no entanto, muitas vezes, devido à dificuldade em encontrar um termo apropriado para essa categoria gramatical, faz-se necessário recorrer ao contexto para identificar tais tipos. Desse modo, a sentença transformativa

> significa que o Ator ('intransitivo') ou Meta ('transitivo) existe antes do início do desdobramento do processo, e é alterado de alguma forma através dele (...). Em sentenças 'transformativas', o participante a ser afetado é tipicamente interpretado como tendo sido transformado de alguma maneira fundamental. Aqui, o processo se desenrola através de fases distintas, com uma clara diferença entre o estado inicial e o estado final, o resultado (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 232-233- tradução nossa)[40].

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios e/ou opcionais
Ator	Material transformativo	Meta
Chávez	mudou	As leis

Quadro 4: Exemplo de processo material transformativo [41]

Os participantes, nos processos materiais, são representados por grupos nominais que indicam pessoas, lugares ou objetos e podem ser chamados *de Ator, Meta, Escopo,*

[39] fonte: "Um Fidel com petróleo"

[40] Tradução do original "means that the Actor ('intransitive') or Goal ('transitive') exists prior to the onset of the unfolding of the process, and is changed in some way or other through the unfolding of the process (…). In 'transformative' clauses, the participant being affected is typically construed as having changed in some fundamental way. Here the process unfolds through distinct phases, with a clear difference between the initial satate and the final state, the outcome."

[41] Fonte: "O clone do totalitarismo"

Beneficiário ou *Atributo*: o *Ator* é aquele aquilo que realiza a ação propriamente dita. Contudo, faz-se necessário esclarecer que 'ator' não, necessariamente, refere-se a uma pessoa, ou seja, pode ser um ser humano, um animal ou qualquer objeto que possa realizar uma ação; Já a *Meta* é o participante obrigatório, ou opcional, a quem o processo se dirige; o *Escopo* é o participante que não é afetado pela ação realizada pelo Ator no processo material. Funciona como uma extensão do processo (um verbo lexicalmente vazio), completando seu significado; o *Beneficiário* é aquele participante que se beneficia, não necessariamente de forma positiva, no processo matéria. Ele pode exercer duas funções: *Recebedor* e *Cliente*. O *Recebedor* é aquele para quem alguma coisa é dada, e *o Cliente* é para quem algo é feito[42]; e, por fim, o *Atributo* que, embora pertença ao processo relacional, pode estar presente nos processos materiais em certos casos especiais[43]. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 242-243), o Atributo pode ser usado para interpretar o estado qualitativo resultante do ator ou meta após o processo ter sido concluído. Além disso, ele participa de sentenças que possuem um resultado mais elaborado, adicionando uma especificação. No entanto, diferentemente dos outros participantes obrigatórios, o atributo nunca ocupa a posição de sujeito.

O Atributo pode ser classificado como *Atributo resultativo* e *Atributo descritivo*. O primeiro constrói um estado qualitativo resultante do Ator ou da Meta depois que o processo se concluiu como em: "Ele sai **machucado** do treino."; e o segundo, o atributo descritivo, serve para especificar o estado em que se encontram o Ator ou a Meta quando participam do processo como no exemplo: "A declarante estava trabalhando **de empregada na casa de uma prima**."[44]

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios e/ou opcionais	Participantes obrigatórios e/ou opcionais
Ator	Material	escopo	Recebedor
Chávez	deu	armas	às FARC

Quadro 5: Exemplo de processo material com os participantes *escopo* e *recebedor* [45]

[42] De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 239): "Like the Goal, both Recipient and Client are affected by the process; but while the Goal is the participant that is impacted by the process, the Recipient/ Client is the one that benefits from it"

[43] Conforme observam Halliday e Matthiessen (2004, p. 243), ao contrário do que ocorre no processo material, o atributo é parte inerente da configuração do processo relacional e, por este motivo, não pode ser excluído.

[44] Exemplos retirados de Fuzer e Cabral (2014, p. 52)

[45] Fonte: "Louco por uma guerrinha"

2.2.2 Processos mentais

Os processos mentais, na perspectiva de Halliday e Matthiessen (2004, p. 245-250), são os processos de pensar e sentir. Nesse tipo de processo, os participantes podem ser humanos, coletivos humanos ou entidades inanimadas (desde que criadas pela mente humana), que sentem, pensam, percebem e desejam e, por isso, desempenham a função léxico-gramatical de *Experienciador*. Os linguistas afirmam que, frequentemente, os animais são tratados como 'conscientes' pelos seus donos, principalmente em histórias infantis. De forma semelhante, um 'ser inanimado' pode adquirir uma 'consciência' e ocupar a posição de experienciador como no exemplo dado pelos autores "A casa vazia estava esperando as crianças retornarem."

O complemento do processo mental que corresponde ao que é sentido, pensado, percebido ou desejado pelo *Experienciador* é denominado *Fenômeno*. Este pode ser representado por objeto, pessoa ou entidade, sendo realizado por grupos nominais, ou mesmo um ato ou fato representado por uma oração projetada. A essa projeção dá-se o nome de 'sentença-ideia' (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p.254)

Segundo Halliday e Mathiessen (2004, p. 256), as orações mentais podem ser classificadas em quatro tipos: a) perceptivas,que são baseadas nos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) e constroem percepções sobre fenômenos do mundo; b) cognitivas, que remetem ao pensamento ou conhecimento da pessoa, sem recorrer necessariamente aos cinco sentidos. Encontram-se no nível da consciência; c) afetivas, que exprimem sentimento ou emoção; e d) desiderativas, que expressam desejo, vontade e interesse. Nos exemplos abaixo, procuramos ilustrar os quatro tipos de processos mentais:

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios
Experienciador	Mental desiderativo	Fenômeno
Chávez	Pode agora aspirar	à Presidência vitalícia

Quadro 6: Exemplo de processo mental desiderativo[46]

[46] Fonte: "À sombra de El Supremo"

“Os venezuelanos **gostam**[emotivo] de Chávez por três motivos. Primeiro, porque ele se parece com as pessoas do ‘povo’, por ser mestiço. Segundo, porque **acreditam** [cognitivo] que ele dá voz aos pobres. Terceiro, porque **veem** [perceptivo] nele os valores morais, familiares e religiosos que mais prezam” (À sombra de El Supremo)

2.2.3 Processos Relacionais

Os processos relacionais, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 259), estão ligados aos processos do *ser*, porém não devem ser compreendidos no sentido de *existir*. Os processos relacionais podem construir tanto as experiências externas quanto aquelas do mundo interno, de nossa consciência, mas na forma do *ser*, não do *fazer* ou *sentir*. Isto significa que pode fazer referência a uma situação estática ou não, sendo o segundo caso, próximo ao processo comportamental.

Aproximando-se dos processos mentais, os processos relacionais compreendem as mudanças como algo em que não há um emprego de energia, um tipo de fluxo uniforme sem fases distintas de desdobramentos. Portanto, ao contrário dos processos materiais, em que há diferença e certo dinamismo entre a fase inicial do processo e a fase final, nas sentenças relacionais, o fluxo ocorre de forma contínua, sem contrastes como nos exemplos: “Ela está na sala de jantar” (processo relacional) x “Ela esta andando na sala de jantar” (processo material)” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 260).

Por outro lado, em relação aos processos mentais, os processos relacionais também apresentam algumas diferenças. Por exemplo, enquanto o participante do processo mental, o *experienciador*, deve ser dotado de consciência, o mesmo não ocorre com o participante do processo relacional. Pode-se dizer que a principal propriedade das sentenças relacionais deriva da sua própria configuração de ‘ser’, não em termos de existência, mas sim em termos de caracterização e relação entre duas entidades separadas e inerentes ao processo (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 261)

Os processos relacionais indicam a relação entre duas entidades diferentes e têm como objetivo representar seres no mundo em termos de suas características e identidades, ajudando na criação de cenários e personagens em ambientes narrativos, além de contribuir na definição de conceitos (FUZER & CABRAL, 2014, pag 65). Por isso, ao contrário dos processos materiais em que podemos ter um só participante (orações intransitivas), no processo

relacional há sempre dois participantes. Nesse caso, o processo, segundo Halliday e Mathiessen (2004, p.263) serve apenas como elo entre os participantes, sendo estes que carregam o peso semântico. As configurações dos processos relacionais podem ser classificadas em três tipos: *intensivos, circunstanciais* e *possessivos* e cada uma delas pode estar associada a dois modos: *atributivo* e *identificativo*.

As orações relacionais intensivas caracterizam uma entidade e vêm acompanhadas dos verbos 'ser' e 'estar', podendo vir com outros verbos como 'permanecer', 'ficar' etc. Por outro lado, a relação entre as entidades que indica posse ou propriedade entre os participantes da oração é característica das *orações relacionais possessivas*. Os verbos típicos deste tipo de processo são: "ter, possuir, pertencer" etc. Por fim, *a oração relacional é circunstancial* quando a relação entre os dois termos é de tempo, lugar, modo, causa, etc, ou seja, uma entidade e uma circunstância. Cada um destes processos é construído em dois modos distintos de ser: modo *atributivo* ou *identificativo*.

No modo *atributivo*, uma característica é atribuída a uma entidade a qual Halliday e Mathiessen(2004, p.267) denomina *Atributo*. A entidade à qual o Atributo é designada é denominada de *Portador*. No caso do modo *identificativo*, uma identidade é designada a uma entidade ou classe. Isso significa que uma entidade é utilizada para identificar outra: 'X é identificado por A' ou 'A serve para definir a identidade de X (HALLIDAY & MATHIESSEN, idem, p. 227). Nesse processo, há dois participantes: o *identificador* que serve como identidade para o *identificado*, conforme nos mostram os exemplos a seguir:

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios
Identificado	Relacional identificativo	Identificador
Chávez	já se apresenta	Como um novo líder

Quadro 7: Exemplo de processo relacional identificativo [47]

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios
Portador	Relacional atributivo	Atributo
Chávez	não é	brinquedo

Quadro 8: Exemplo de processo relacional atributivo [48]

[47] Fonte: "Um Fidel com petróleo"
[48] Fonte: "Um Fidel com petróleo"

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 265-268), existem algumas características de sentenças atributivas que as distinguem das identificativas:

a) O grupo nominal que funciona como atributo interpreta uma classe de coisas e é tipicamente indefinido: possui um adjetivo ou um substantivo comum como principal e, talvez, um artigo indefinido. Ex.: Ele é um heroi;
b) Algumas perguntas podem ser feitas cuja resposta será o atributo: *O que? Como?* Etc;
c) As sentenças relacionais atributivas não podem ser revertidas. No exemplo dado pelos linguistas: "Sarah is wise" não pode ser revertida para "Wise is Sarah"

Por outro lado, Halliday e Matthiessen (2004, p. 277-278) apontam algumas características típicas das sentenças identificativas. São elas:

a) O grupo nominal que realiza a função de identificador é definido. Ele é formado por um substantivo comum antecedido por artigo definido ou outro determinante, por um nome próprio ou por um pronome. Caso o identificador seja formado por um adjetivo, este deverá ser um superlativo (ex.: o mais bonito);
b) Fornecem respostas para as sentenças que começam por *Qual?* Ou *Quem?* Ou *O que?*;
c) Estas sentenças, ao contrário das atributivas, são reversíveis. Todos os verbos, com exceção de alguns (como 'permanecer', por exemplo) possuem formas passivas. Além disso, os participantes 'identificado' e 'identificador' podem ocupar qualquer ordem na sentença conforme os exemplos dados pelos linguistas: 'The clever one is Alice' para 'Alice is the clever one'.[49]

2.2.4 Processos comportamentais

Na visão de Halliday e Matthiessen (2004, p.301), os processos comportamentais são ações que compreendem comportamentos físicos e psicológicos típicos de seres humanos e, por não possuírem características tão nítidas quanto os outros processos, podem ser constantemente confundidos. Corroborando Halliday e Matthiessen (Idem), Lopes (2001)

[49] Ao trazer este exemplo, Halliday e Matthiessen (2004, p. 277) demonstram que há uma especificação, indicando que existe um único membro nesta categoria. Os lingüistas ainda alertam que isso não significa que não há outras pessoas inteligentes no mundo, mas que não há outras pessoas inteligentes dentro de uma comunidade específica a qual Alice pertence. Ela seria única dentro daquele contexto.

destaca que esse tipo de processo ocupa posição intermediária entre os processos mentais e materiais.

Nessa perspectiva, existem processos comportamentais como olhar, chorar, preocupar-se etc que se aproximam de ações mentais. Por outro lado, há também processos comportamentais como respirar, deitar etc, mais ligados à ação física. Para esse tipo de processo, o participante que exerce o comportamento é denominado *Comportante*, sendo uma entidade consciente como o *Experienciador*. Normalmente, temos somente o *Comportante* e o processo, mas, em alguns casos, temos um segundo participante, o *Comportamento*, semelhante ao *Escopo* dos processos materiais[50].

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes opcional
Comportante	Comportamental	comportamento
O presidente	canta	_____

Quadro 9: Exemplo de processo comportamental[51]

2.2.5 Processos verbais

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 302-307), os processos verbais dizem respeito a processos do *dizer*. Nesse sentido, para esse tipo de processo não é preciso, necessariamente, haver um participante humano, de modo que construções como "o relatório diz..." e "o noticiário informou...", etc são totalmente aceitáveis. As orações verbais ajudam na criação de um texto narrativo, uma vez que favorecem a criação de diálogos (principalmente para marcar discurso direto), citação de argumentos e pontos de vista. Para esses processos, há quatro tipo de participantes que são: *Dizente* (que representa o próprio falante); *Receptor* (para o qual a mensagem é remetida); *Alvo* (entidade atingida pelo processo/ sobre quem a *Verbiagem* se refere); e, por fim, *Verbiagem* (a mensagem em si/ o conteúdo do que é dito). O exemplo a seguir ilustra esse processo:

[50] Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 302), embora as sentenças comportamentais não projetem discursos indiretos, elas são comuns em narrativas ficcionais, introduzindo um discurso direto. Esse processo permite unir uma característica de comportamento ao processo de dizer

[51] Fonte: "O nome da encrenca é Chávez"

Participantes obrigatórios	Processo	Participantes obrigatórios
Dizente	Verbal	Verbiagem
Chávez	disse	“esse aí já foi preso tarde”

Quadro 10: exemplo de processo verbal[52]

2.2.6 Processos existenciais

Os processos existenciais, para Halliday e Matthiessen (2004, p. 307-310), são processos ligados ao *existir*, que representam a existência de algo (pessoas, objetos, ações etc) ou de algum acontecimento. Normalmente são processos utilizados na apresentação de personagens ou para introduzir fenômenos na narrativa. São realizados por meio dos processos *haver* e *existir* e possui apenas um participante, o *Existente*. Frequentemente, as sentenças existenciais são acompanhadas de um elemento circunstancial de tempo ou lugar.

No caso do português brasileiro (PB), conforme enfatiza Lopes (2001), as proposições existenciais ocorrem também através do verbo *ter*. Outros processos como surgir, ocorrer, etc, podem também, conclui Lopes (2001, p. 20) “ser considerados existenciais em alguns contextos.” No quadro abaixo, apresentamos um exemplo de processo existencial:

Opcional	Processo	Participantes obrigatórios
Circunstância	Existencial	Existente
No início de 2000,	haverá	Eleições gerais

Quadro 11: Exemplo de processo existencial [53]

[52] Fonte: “Caça às bruxas”
[53] Fonte: “A lei da boina”

O quadro a seguir, adaptado de Melo (2013, p. 100), traz um resumo dos processos e participantes (obrigatórios ou opcionais) discutidos até aqui:

Processo	**Participantes obrigatórios**	**Participantes opcionais**
Material	Ator	- Meta - Escopo - Recebedor - Cliente
Mental	Experienciador e fenômeno	
Relacional 1. Atributivo 2. Identificativo	 - Portador e Atributo - Identificador e Identificado	
Comportamental	Comportante	Comportamento
Verbal	Dizente e Verbiagem	Receptor e Alvo
Existencial	Existente	

Quadro 12: Resumo de todos os processos e seus participantes opcionais e/ou obrigatórios (adaptado de Melo (2013))

2.2.7 Os elementos circunstanciais

Após termos apresentado os processos do sistema de transitividade, passamos, a seguir, aos elementos circunstanciais, que complementam os participantes e os processos. Estes elementos referem-se a complementos informacionais que indicam a expansão do processo em uma condição específica, determinando o espectro semântico de espaço, modo, causa e tempo. Funcionam como adjuntos, sendo realizados pelo grupo adverbial ou pela frase preposicionada e podem ocorrer livremente em todos os tipos de processo, carregando o mesmo significado independente de onde estejam. No entanto, há combinações mais

frequentes e outras menos prováveis[54]. Halliday e Matthiessen (2004, p.313-328) propõem nove categorias para a classificação dos tipos de circunstâncias, conforme o quadro seguinte:

TIPOS DE ELEMENTOS	SUBTIPOS
Extensão	Temporal, Espacial, Frequência
Localização	Temporal, Espacial
Modo	Meio, Qualidade, Comparação, Grau
Causa	Razão, Propósito, Benefício
Contingência	Condição, Concessão, Falta
Acompanhamento	Companhia, Adição
Papel	Estilo, Produto
Assunto	(Sobre o quê?)
Ângulo	Fonte, Ponto de vista

Quadro 13: Tipos de elementos circunstanciais (adaptado de Melo (2013, p. 101))

1) Circunstâncias de extensão: constroem o desdobramento do processo no tempo e no espaço. O espaço corresponde à distância, duração ou frequência em que o processo se desenrola.
   i. Distância: "O presidente ainda está **longe**, contudo, de poder proclamar vitória"[55];
   ii. Duração: "**Em dez anos de Chávez**, 1 milhão de venezuelanos de nível superior e técnico emigraram"[56];
   iii. Frequência: "Agora, ele fala **todo dia** em uma guerra com os Estados Unidos e Colômbia."[57]
2) Circunstâncias de localização: determina a localização do desdobramento do processo em relação ao tempo e ao espaço. No entanto, o local onde se desenvolve o processo não precisa, necessariamente, ser uma localização estática, incluindo

[54] Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 310), circunstâncias de modo são mais comuns nos processos verbais e mentais e, raramente, encontradas em outros tipos de processos.
[55] Fonte: "Caça às bruxas"
[56] Fonte: "Louco por uma guerrinha"
[57] Fonte: "Louco por uma guerrinha"

também fonte, caminho ou qualquer destino em movimento. O mesmo se pode dizer a respeito do tempo que não precisa estar vinculado a um momento estático.

i. Lugar: "**Na Venezuela**, adotou um governo centralizador"[58];

ii. Tempo: "**Hoje**, três em cada dez venezuelanos com carteira assinada trabalham para o governo"[59]

3) O elemento circunstancial de modo constrói a maneira como o processo é atualizado e compreende quatro subcategorias: i) meio, ii) qualidade, iii) comparação e iv) grau

   i. Meio: refere-se ao meio através do qual o processo ocorre> Normalmente, é a resposta para as perguntas iniciadas por como? E com o que? Ex.: "**Por decreto**, Hugo Chávez coloca em vigor leis que os venezuelanos rejeitaram em plebiscito"[60];

   ii. Qualidade: é tipicamente expressa através do grupo adverbial (-mente). Esse tipo de elemento circunstancial pode ser utilizado para fazer avaliações interpessoais positivas ou negativas: "(Chávez usou-**muito mal**, mas usou-o dinheiro do petróleo para simular melhorias para os mais desvalidos."[61];

   iii. Comparação: é tipicamente expressa por palavras que indicam comparação 'como' ou 'ao contrário de'. Ex.: "Chávez **como** Fidel é a revolução"[62];

   iv. Grau: é expresso através de advérbios que denotem grau, tais como *muito*. É a resposta para a pergunta Quanto?. Ex.: "Hugo Chávez aprova em plebiscito a carta que dá **maior** poder à Presidência."[63]

4) Circunstância de causa: o elemento circunstancial de causa constrói não só a razão (motivo) ligada às condições que conduzem o processo mas também o propósito no sentido das condições pretendidas para as quais o processo se desenvolve. O elemento circunstancial de causa se subdivide em três categorias: i) razão, ii) propósito e iii) benefício

[58] Fonte: "O clone do totalitarismo"
[59] Fonte: "A vontade do eleitor não vale"
[60] Fonte: "A vontade do eleitor não vale"
[61] Fonte: "Louco por uma guerrinha"
[62] Fonte: "Um Fidel com petróleo"
[63] Fonte: "A lei da boina"

i. Razão: representa o motivo pelo qual o processo acontece, o que o motiva. É representada pelas preposições ou conjunções: *devido a, por causa de, como resultado de, graças a*, etc. Ex.: "Se não ficar incapacitado para governar **por causa de uma câncer operado**,..."

ii. Propósito: representa o objetivo de cada ação, ou seja, a intenção ou finalidade por trás de cada ato. É expresso através de locuções conjuntivas tais como *com o propósito de, na esperança de,* etc. Busca responder a pergunta *Para que?*. Ex.: "Infelizmente, quando a maioria dos venezuelanos descobrir o embuste de Chávez, terá de confrontar um sistema construído **para sua perpetuação no poder**."[64]

iii. Benefício ou Representação: representam a entidade, especificamente uma pessoa, em nome de quem ou por quem a ação é realizada. Eles são expressos pelas locuções preposicionais *em favor de, contra, em nome de, por,* etc. Procura sempre responder a pergunta *Para quem?*Ex.: "Os venezuelanos já perderam a guerra **contra Chávez**."[65]

5) Circunstância de contingência: especifica um elemento do qual depende a atualização do processo. Há três subtipos dentro desta categoria: (i) condição, (ii) concessão e (iii) falta/omissão

i. Circunstâncias de condição: constroem circunstâncias que impõem condições para que o processo ocorra. Elas são expressas por meio de preposições complexas como 'em caso de', 'na condição de' etc que introduzem grupos nominais. Não foram encontrados exemplos no *corpus*.

ii. Concessão circunstancial: constroi a ideia de contraste ou quebra de expectativa. É expressa através das conjunções embora, apesar de que, ainda que etc. Ex.: "Chávez está semeando insurreição e instabilidade em países que, **embora nominalmente democráticos,** ainda lutam para solidificar suas instituições (...)."[66]

---

[64] Fonte: "Louco por uma guerrinha"
[65] Fonte: Um Fidel com petróleo"
[66] Fonte: "O clone do totalitarismo"

iii. Circuntância de falta/omissão: trazem a idéia de condição negativa como ‘a menos que’, ‘se não’, ‘na ausência de’ etc. Ex.: “O chavismo, **com ou sem Chávez**, não combina com democracia.”[67]

6) Circunstância de acompanhamento: como o próprio nome sugere, traz uma idéia de participação conjunta num processo e representa o significado de ‘e’, ‘com’ etc. Há duas subcategorias: (i) companhia e (ii) aditiva.

   i. A subcategoria Companhia representa o processo como uma instância única, no qual duas entidades distintas aparecem envolvidas como um único elemento. Ex.: “Chávez fala diariamente por telefone **com Fidel Castro**, a quem considera um mentor.”[68]
   ii. A subcategoria Aditiva representa o processo como duas instâncias. Neste caso, as entidades, embora compartilhem a mesma função, elas se destacam uma da outra, criando uma ideia de contraste. Ex.: “Na Venezuela, **além dos deputados**, os juízes, as autoridades eleitorais e **até os promotores públicos** obedecem às ordens de Chávez.”[69]

7) Circunstância de Papel: Esta categoria constrói o significado ‘ser’ e ‘tornar-se’ circunstancialmente. Corresponde ao ‘atributo’ no processo relacional intensivo e se desdobra em duas categorias: (i) estilo e (ii) produto:

   i. Estilo: Constroi o significado de ‘ser’ na forma de circunstância. Ex.: “É nesse ambiente que prosperam populistas **como Chávez**.”[70]
   ii. Papel: Corresponde à idéia de ‘tornar-se’ ou ‘transformar-se’, tal como um atributo ou identidade. Não foram encontrados exemplos no *corpus*

8) Circunstância de Assunto: Está relacionada ao processo verbal. Este elemento circunstancial é equivalente à verbiagem e se expressa através de preposições ou locuções prepositivas como ‘de’, ‘sobre’, ‘com referência a’, ‘a respeito de’

[67] Fonte: “Um futuro muito pior”
[68] Fonte: “O nome da encrenca é Chávez”
[69] Fonte: “À sombra de El Supremo”
[70] Fonte: “O clone do totalitarismo"

etc.Ex.: "Ele fala todo dia **em uma guerra contra os Estados Unidos e a Colômbia**"[71]

9) Circunstância de ângulo: Esta relacionada tanto ao 'dizente' do processo verbal no sentido de 'de acordo com x', como também ao 'experienciador' do processo mental no sentido de 'como pensou y'. Ex.: "**De acordo com as últimas pesquisas**, sete em cada dez venezuelanos atribuem total responsabilidade a Hugo Chávez."[72]

Após apresentar o sistema de transitividade proposto por Halliday e Mathiessen, que realiza as nossas experiências internas e externas por meio de escolhas léxicogramaticais que fazemos na hierarquia da oração (participantes, processos e circunstâncias), abordaremos a Teoria dos Atores Sociais de Van Leeuwen (2008, p. 23) que, assim como Halliday e Mathiessen (2004), compreende a língua como um 'potencial de significados' e busca identificar como os atores sociais podem ser representados em suas interações discursivas.

2.3 O significado representacional: a taxonomia de Van Leeuwen

O significado representacional nos textos se refere ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo, incluindo os atores sociais. Dentro desse processo, uma categoria analítica utilizada para acessar o significado representacional nos textos é a representação de atores sociais, que se traduz em um inventário sócio-semântico, elaborado por Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). De acordo com essa proposta, determinadas realizações linguísticas possuem relações com as escolhas representacionais dos atores envolvidos.

Van Leeuwen desenvolveu uma taxonomia, baseada nos mesmo princípios da gramática sistêmica de Halliday (2004), para representar os atores sociais de acordo com algumas realizações linguísticas. Esse processo pelo qual os atores sociais são representados possui uma estreita relação com a metafunção ideacional de Halliday, na qual as representações podem ser distribuídas em: processos, participantes e circunstâncias.

---

[71] Fonte: "Louco por um guerrinha"
[72] Fonte: "O nome da encrenca é Chávez"

De acordo com esse inventário sócio-semântico, os atores sociais são representados de acordo com sua agência sociológica, ou seja, eles podem estar posicionados como agentes ou pacientes no discurso. No entanto, nem sempre a agência sociológica é realizada pela agência linguística, ou seja, um ator social não necessariamente estará posicionado no papel de agente (ator, experienciador, dizente) no nível gramatical. (VAN LEEUWEN, 1997, p.186), o que indica um processo de seleção ideológica dos mecanismos gramaticais responsáveis por ativar ou apassivar um ator social. Segundo Ramalho (2005, p. 115):

> As maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades. Determinados atores, por exemplo, podem ter a sua agência ofuscada ou enfatizada em representações, podem ser representados por suas atividades ou enunciados ou, ainda, podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos ou interações.

Van Leeuwen (1997), com sua teoria da representação social no discurso, foi o responsável por relacionar as pesquisas sobre a representação dos atores sociais com a Linguística e fornecer subsídios para identificar no discurso verbal as estratégias linguísticas utilizadas para categorizarmos pessoas e suas práticas sociais. Através de suas categorias sócio-semânticas, podemos observar não apenas como os atores sociais são representados no discurso, como também o funcionamento dos processos de inclusão e exclusão desses atores no fluxo discursivo.

O trabalho de Van Leeuwen (1997) é considerado uma contribuição para os estudos em ACD, uma vez que essa teoria é capaz de revelar significados não tão evidentes que dizem respeito ao modo como os atores sociais podem ser representados no discurso. O autor procura mapear como as práticas sociais se transformam em discursos acerca delas mesmas, trazendo à tona questões ligadas ao poder, à ideologia e à hegemonia já abordados pela ACD.

Nesta pesquisa, para proceder à analise dessas representações sociais, utilizaremos o inventário sócio-semântico de Van Leeuwen (1997, 2008). Abordaremos as categorias gerais *exclusão* e *inclusão*. O sistema de inclusão é mais complexo do que o de exclusão, podendo o ator social ser representado de várias maneiras e em diferentes papeis como, por exemplo, *ativo* e *passivo* ou *personalizado* e *impersonalizado*.

A categoria *exclusão* divide-se em duas subcategorias, a saber: *Supressão* e *Colocação em segundo plano (ou Encobrimento)*. A *Supressão* ocorre quando os atores sociais são suprimidos totalmente do discurso, não sendo feita nenhuma referência sequer a eles, em

qualquer parte do texto. Geralmente, esse processo ocorre através de a) apassivação (com apagamento do agente da passiva), b) orações reduzidas de infinitivo, que não apresentam o participante da ação, c) eliminação e/ou omissão do beneficiário, d) uso de nominalização. Já a *colocação em segundo plano (ou encobrimento)* ocorre quando os atores sociais são representados de forma indireta, de modo que eles possam ser inferidos, ainda que parcialmente, nos textos (VAN LEEUWEN, 2008, p. 29).

Por outro lado, pelo processo de *inclusão*, os participantes de uma atividade são enfatizados de acordo com seu posicionamento, atividades que realizam e atribuições no discurso, ocupando papel ativo ou passivo. Portanto, a *inclusão* ocorre através da (a) *Ativação* e (b) *Apassivação* dos atores sociais nos textos.

Como exemplo de inclusão e exclusão de atores sociais, bem como os efeitos ocasionados no texto, Van Leeuwen (2008, p. 25-28) apresenta o artigo chamado 'Race Odyssey', publicado no jornal conservador *Sydney Morning Herald*. Neste texto, que retrata a questão da imigração como prática social institucionalizada na Austrália, alguns atores sociais como o Primeiro Ministro Bob Hawke, por exemplo, são incluídos, e outros, rotulados como racistas, são excluídos do discurso. Segundo Van Leeuwen, enquanto algumas exclusões podem ser consideradas inocentes, outras servem a propósitos estratégicos como criar medo e persuadir o leitor do jornal a ver os imigrantes como inimigos de seus interesses. Desse modo, as representações incluem ou excluem os atores sociais de acordo com seus objetivos.

2.3.1 Ativação x Apassivação

Na *ativação*, os atores sociais são representados como forças sociais ativas e dinâmicas numa atividade, enquanto na *apassivação* eles são os receptores da ação (VAN LEEUWEN, 1996, p.43). A noção de *ativação* e *apassivação* de atores sociais, proposta por Van Leeuwen, baseia se em alguns princípios do sistema de transitividade, pois, quando lidamos com essas categorias, pensamos sempre no autor da ação, sua participação no processo e sua relação com os outros. Portanto, no discurso, podemos identificar, por exemplo, através das categorias *ativação* e *apassivação*, quem é representado como agente (ator) ou paciente (meta) em relação à determinada ação.

O processo de *inclusão*, realizado pela subcategoria *ativação*, é equivalente, no âmbito da LSF de Halliday (2004), ao *Ator* (orações materiais), *Experienciador* (orações

mentais), *Dizente* (orações verbais), *Comportante* (orações comportamentais) ou *Atribuidor* (orações relacionais). Por outro lado, quando esse processo de *inclusão* é realizado pela subcategoria a*passivação*, os atores sociais passam a ser referidos como *Meta* em orações materiais, *Fenômeno* em orações mentais e *Portador* em orações relacionais[73].

Segundo Van Leeuwen (2008, p. 33-34), quando o processo de *inclusão* ocorre através da subcategoria *apassivação*, o ator social apassivado pode estar em *sujeição e, neste caso, ele é tratado como objeto na representação,* ou como *beneficiado* dos processos verbais, que ocorrem quando um grupo se beneficia, positiva ou negativamente, da ação. No caso da sujeição, ela pode ser realizada por a) *participação*, quando o ator social apassivado é meta no processo material, fenômeno no processo mental ou atributo no processo relacional; b) *circunstancialização* quando ocorre a sujeição através de uma frase preposicional; e c) *possessivação*, quando realizado na forma de frase preposicional com 'de' pós modificando uma nominalização ou nome. Já no caso da *beneficialização*, esta pode ser realizada por *participação*, na qual o participante beneficializado pode ser um recebedor ou cliente no processo material, ou alvo no processo verbal.

Outra categoria, por meio da qual os atores sociais são incluídos no discurso, é a personalização. Por meio dela, os atores sociais são representados enquanto seres humanos através do uso de pronomes pessoais ou possessivos, nomes ou substantivos próprios ou adjetivos que se refiram a alguma característica humana, conforme o exemplo: "O presidente da Venezuela, **Hugo Chávez**, há mais de seis anos no poder, ameaça a estabilidade da América Latina" (O clone do totalitarismo).

2.3.2 Indeterminação x Determinação[74]

Os atores sociais, quando personalizados, podem ainda ser representados de modo indeterminado, ou seja, como indivíduos ou grupos não especificados e anônimos. Realizada através de pronomes indefinidos (alguém, algum, algumas pessoas) e usado em função nominal, a indeterminação torna o ator social como alguém cuja identidade é irrelevante para

[73] Segundo Van Leeuwen (2008, p. 33): "I shall say, then, that representations can endow social actors with either active or passive roles. *Activation* occurs when social actors are represented as the active, dynamic forces in an activity, *passivation* when they are represented as 'undergoing' the activity, or as being 'at receiving end of it'. This may be realized by grammatical participant roles, by transitivity structures in which activated social actors are coded as actor in material processes, behaver in behaviol processes, senser in mental processes, sayer in verbal processes, or assigner in relational processes (Halliday, 1985: ch.5)"

[74] Van Leeuwen (1997) se refere à determinção como Inclusão por personalização individualizada.

o leitor. Por outro lado, a *indeterminação* também pode ser realizada por uma referência externa colocada de forma generalizada e, neste caso, o ator social ganha um tipo de autoridade impessoal, uma onisciência, uma poderosa força coercitiva (VAN LEEUWEN, 2008, p 39-40).

Quando os atores sociais são representados de forma determinada, eles têm a identidade especificada de alguma forma. A determinação pode ser realizada através das subcategorias *Nomeação* e *Categorização*, podendo esta última ser desdobrada nas subcategorias de *Funcionalização* e *Identificação* (VAN LEEUWEN, 1996, p. 51-53).

A *Nomeação*[75] realiza-se por meio de nomes próprios e pode ser formal (apenas sobrenome, com ou sem honoríficos), semiformal (nome próprio e sobrenome) ou informal (apenas o nome próprio). São representados em termos de sua identidade única. Tanto nas reportagens quanto em narrativas, é destinado aos personagens sem nome apenas os papeis passageiros e funcionais, o que leva o leitor a não criar nenhum ponto de identificação com eles (VAN LEEUWEN, 1997, p.200). De acordo com Van Leeuwen (2008, p.41), a ausência de nomeação é tão significativa quanto a sua presença. Como exemplo de nomeação semiformal temos: "O principal organizador das greves gerais, o presidente da Fedecámaras, **Pedro Carmona**, de 61 anos, assumiu a presidência no lugar de **Hugo Chávez** e prometeu convocar eleições em menos de um ano."[76]

A *Categorização* ocorre quando os atores sociais são representados em termos de identidades e funções que partilham com os outros. Ela se subdivide em *Identificação* e *funcionalização*. Na Identificação os atores sociais são representados em termos do que são, de forma permanente ou não, e não do que fazem. Há quatro tipos de identificação: *identificação física, identificação relacional, classificação e avaliação*. A *identificação física* é a que representa os atores sociais em termos de características físicas (loiro, alto, ruivo, magro etc) e proporciona uma identidade única na ausência, temporária ou permanente, de nomeação. Já a *identificação relacional* representa os atores pessoais em termos de relação pessoal, de parentesco ou trabalho que têm entre si, realizando-se através de substantivos (amigo, tia, colega etc), que podem ser possessivizados. Por fim, em relação à *classificação*, os atores sociais podem ser representados por meio de categorias capazes de diferenciar

[75] Rajagopalan (2003, p. 82), citando o evento de 11 de setembro e a caracterização feita de Osama Bin Laden, demonstra como a mídia "imprime certas interpretações pelo simples ato de designação de determinados acontecimentos, dos responsáveis por tais acontecimentos, dos atos específicos praticados pelos lados em situações de conflito". Para ele, o fenômeno da nomeação é um ato eminentemente político, que a mídia utiliza para influenciar a opinião pública a favor ou contra pessoas e situações noticiados.

[76] Fonte: O Falastrão caiu

classes de pessoas, de acordo com cada sociedade ou instituição, variando histórica e culturalmente. Em nossa sociedade, classificamos por meio de idade, sexo, raça, etnicidade, religião, orientação sexual etc (VAN LEEUWEN, 1997, p.202-206).

No caso da avaliação, Van leeuwen (2008, p. 45) afirma que ela é utilizada para se referir aos atores sociais quando estes são representados por termos que atribuem valores como, por exemplo, bom ou mau, amado ou odiado, e assim por diante. Este tipo de representação ocorre também através de nomes que denotem avaliação como 'querida', 'desgraçado' etc. Como exemplos de avaliação, temos os diversos títulos das reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa: "O falastrão caiu", "O charlatão bolivariano", "O clone do totalitarismo"

A *Funcionalização* ocorre quando a referência é feita em termos daquilo que os atores fazem (funções ou ocupações) e das atividades que praticam. Pode ser realizado através de: I) um substantivo formado a partir de um verbo (ex. entrevistador, correspondente, gestor etc); II) um substantivo formado a partir de outro substantivo, que se refere a um local ou instrumento diretamente associados a uma atividade, por exemplo: pianista (VAN LEEUWEN, 1996, p.54). Ex.: "**O presidente** tentou impor supervisores nas escolas"[77] (O charlatão bolivariano)

2.3.3 Generalização x Especificação

Na generalização, os atores sociais são representados como classes e pode ser realizada pelo plural sem artigo (Ex.:imigrantes) ou também pelo singular com o artigo definido ou indefinido (Ex.: a/ uma criança)[78]; diferente da especificação, na qual os atores sociais são tidos como indivíduos específicos e identificáveis. No caso da especificação, ela se subdivide em: a) individualização, que ocorre quando os atores sociais são referidos como indivíduos e se realiza através da singularidade; e em b) assimilação, na qual os atores sociais são representados como grupos e se realiza através das pluralidades (VAN LEEUWEN, 1996, p.46-48).

---

[77] Discordado de Melo (2013), entendemos que a palavra 'presidente' segue as características dadas por Van Leeuwen (2008, p. 42) para funcionalização. Segundo este , ocorre a funcionalização quando os atores sociais são representados pelas atividades e funções que exercem.

[78] Exemplos retirados de Van Leeuwen (2008, p. 36): "Non-European immigrants make up 6.5 percent of population" e "Maybe a child senses that from her mother"

Essa forma de representação pode ter uma orientação política como bem demonstrou Van Leeuwen (2008, p. 35) em seus exemplos retirados da imprensa. Segundo ele, nos jornais voltados para a classe média, os agentes de governo e os especialistas são representados de forma mais específica, enquanto 'pessoas comuns' são representadas de forma genérica. Por outro lado, em um jornal voltado para a classe trabalhadora, ocorre exatamente o contrário, as 'pessoas comuns' é que são referidas de modo mais específico.

2.3.4 Inclusão por personalização assimilada:

No caso da assimilação, os atores sociais são representados como grupos e no plural (ex.: venezuelanos/ brasileiros) ou por um nome no singular que denote um grupo (ex.: Nação, Comunidade). Pode ser realizada através das subcategorias *Agregação* e *Coletivização.*

A assimilação por Agregação quantifica grupos de participantes, tratando os como dados estatísticos. É utilizada para produzir uma opinião de consenso. Referencia os atores sociais através de um quantificador, definido ou indefinido (muitos, todos, alguns, a maioria), ou através de um percentual ´X´ (Ex. 10% dos venezuelanos). A categoria 'agrupa' atores sociais, ofuscando sua identidade/individualidade. Segundo Van Leeuwen (2008, p.37), esse tipo de representação desempenha um papel muito importante na sociedade, uma vez que certos mecanismos como as pesquisas de opinião e de marketing mostram a opinião da maioria da população para definir as regras sociais: "(...) a agregação é frequentemente usada para regular uma prática e fabricar consenso, mesmo que ela represente um mero registro dos fatos"[79] Por outro lado, na *assimilação por Coletivização*, os atores sociais são representados por meio de um substantivo ou pronome coletivo que denote um grupo. Exemplo: Classe (refere-se a alunos) (VAN LEEUWEN, 1996, p.49).

[79] Tradução de Van Leeuwen (2008, p. 33): "(...) aggregation is often used to regulate practice and to manufacture consensus opinion, even though it presents itself as merely recording facts."

2.3.5 Inclusão por impersonalização (Objetivação):

A *impersonalização* é realizada através do uso de substantivos (concretos ou abstratos), ou adjetivos, cujo significado não inclui característica semântica "humana". Há dois tipos de *impersonalização*: a *abstração* e a *objetivação*. No caso da *abstração*, os atores sociais são representados em termos de uma qualidade atribuída a eles. Ao analisar um texto sobre imigração, Van Leeuwen (2008, p.46) aponta o exemplo de quando os imigrantes "pobres, negros, muçulmanos ou ilegais" são referidos em termos de "problemas". A eles é atribuída a qualidade de "serem problemáticos" e essa qualidade será utilizada para identificá-los. No caso da *objetivação*, ela é realizada através de uma referência metonímica. Normalmente ocorre quando os atores sociais são representados através de um local, coisa ou atividade diretamente associadas a eles ou que estejam envolvidos. Segundo Fuzer (2008, p. 145): "Em termos gerais, os efeitos da impersonalização podem ser: encobrir a identidade e/ou o papel dos atores sociais; fornecer autoridade impessoal ou força a uma atividade ou qualidade de um ator social e acrescentar conotações negativas ou positivas a uma atividade ou enunciado de um ator social."

De acordo com Van Leeuwen (1997, p. 209), a *objetivação* realiza-se através de uma referência metonímica e pode ser de quatro tipos: *espacialização*, autonomização de enunciados, *instrumentalização e somatização*. Na *espacialização*, o ator social é representado pela referência a um local associado à atividade a que eles estejam vinculados. O texto não diz ao leitor quem é o responsável pela atividade, transformando a ação em procedimentos impessoais. (Ex. O Brasil receberá turistas do mundo inteiro nos jogos da Copa). A *autonomização* do enunciado é uma forma de objetivação na qual os atores sociais são representados através de uma referência aos seus enunciados, os quais recebem uma certa "autoridade" impessoal. (Ex. O relatório comprovou a fraude). A objetivação por *instrumentalização* ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma referência ao instrumento com o qual realizam a atividade a que estão ligados. (Ex. Uma bomba explodiu no local do acidente) e, por fim, a somatização que é um tipo de objetivação em que os atores sociais são representados através de referência a partes de seu corpo como mão, pés, etc.

2.3.6 Sobredeterminação

A *sobredeterminação* ocorre quando o ator social é representado desempenhando, ao mesmo tempo, mais de uma prática social. Dentro da *sobredeterminação*, podemos distinguir quatro categorias: inversão, simbolização, conotação e destilação. No primeiro caso, na *inversão*, os atores sociais estão conectados a duas práticas opostas. Van Leeuwen (2008, p. 48) deu como exemplo deste caso o desenho dos *Flintstones*, no qual uma família pré-histórica mantêm práticas e hábitos de uma família suburbana americana do século XX; no segundo caso, a *simbolização* ocorre quando um ator social 'ficcional' ou grupos de atores sociais representam atores ou grupos de atores em práticas de não-ficção; no terceiro caso, a *conotação* ocorre quando uma única determinação (identificação nominal ou física) representa uma classificação ou funcionalização. Um exemplo do uso de conotação pode ser observado em uma das histórias analisadas por Van Leeuwen (2008, p. 49) na qual havia um homem representado por um grande bigode que estaria associado ao militar prussiano, de acordo com a tradicional cultura popular. Segundo o autor, esse tipo de associação só é possível devido aos conhecimentos do leitor, muitas vezes inconscientes, sobre cultura popular; e, por fim, a *destilação* ocorre através de uma combinação de generalização e abstração como forma de conectar atores sociais a diversas práticas sociais e, ao mesmo tempo, abstrair as características que esses atores possuem em comum.

O quadro a seguir nos mostra um resumo das categorias de representação dos atores sociais descritas anteriormente:

Categorias de representação dos atores sociais							
Exclusão	Apagamento do Agente e/ou do Objeto da Passiva						
	Uso de Oração Infinitiva como Participante Gramatical						
	Nominalização de um Processo						
	Adjetivação sem Atribuidor						
	Distribuição de Papel (Ativação/Passivação)	- Circunstancialização - Possessivação - Participação					
	Associação / Dissociação						
	Diferenciação / Indiferenciação						
Inclusão	Sobredeterminação	Inversão	- Anacronismo - Desvio				
		- Simbolização - Conotação - Destilação					
	Personalização	Determinação	Generecização				
			Especificação	Individualização	Nomeação	Antropônimo	- Formalização - Semiformalização - Informalização
						Titulação	- Honorificação - Afiliação
						Detitulação	
					Categorização	Funcionalização	
						Identificação	- Classificação - Identificação relacional - Identificação física - Avaliação
						Nomeação Imprópria	
				Assimilação	Coletivização	- Contável - Não-contável	
					Agregação		
		Indeterminação					
	Impersonalização	Abstração					
		Objetivação	- Somatização - Instrumentalização - Autonomização do Enunciado - Espacialização				

Quadro 14: Representação dos atores sociais (Adaptado de Van Leeuwen (2008))[80]

[80] apud Melo (2013, p.78)

CAPÍTULO 3
Gêneros discursivos

O estudo dos gêneros (textuais ou discursivos) tem sido cada vez mais relevante no meio acadêmico, uma vez que organizam nossa forma de comunicação e, mesmo nas conversas mais triviais, nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero. Sendo assim, segundo Bakhtin (2011, p. 283), se os gêneros do discurso não existissem ou se nós não o dominássemos, a comunicação discursiva se tornaria impossível. Por esse motivo, iniciaremos esse terceiro capítulo discutindo as características dos gêneros discursivos, buscando compreender não apenas os aspectos mais gerais que permitam uma possível classificação, mas também como o estudo sobre os gêneros pode convergir com as pesquisas em ACD, as diversas vozes que disputam seu espaço em relações de poder, ora se confrontando, ora buscando um aparente equilíbrio, o que traz, muitas vezes, a aparência e o efeito de uma única voz.

Em seguida, faremos uma breve incursão no tema gêneros jornalísticos, buscando, com base em estudos na área de comunicação social, as diversas características e distinções dos gêneros considerados opinativos e informativos, fonte de discordâncias entre os teóricos da área. Talvez seja, justamente por esse motivo, tão difícil encontrar um consenso ou mesmo uma definição mais concreta a respeito do gênero reportagem para o qual dedicamos o subitem 3.4.

No subitem 3.5, discorreremos as características de um jornalismo de revista, trazendo um breve histórico e apresentando a revista *Veja* que será objeto de estudo nesta pesquisa.

Por fim, trabalharemos com dois tópicos (A objetividade jornalística e a construção do fato jornalístico) que, embora, para fins analíticos, apresentam-se separados em dois subitens distintos, na prática jornalística e nas análises acadêmicas, estão vinculados. Desse modo, com base no que foi discutido no primeiro capítulo a respeito de poder e ideologia, abordaremos como os meios de comunicação, apoiados num suposto critério de objetividade, utilizam-se de diversos padrões de manipulação na elaboração de suas matérias a fim de sustentar relações de dominação.

3.1 Gêneros discursivos: histórico e características

Cada indivíduo, dentro de sua competência linguística, é capaz de identificar e produzir diversas formas de interação social por meio da linguagem: uma carta, um artigo de jornal, uma bula de remédio, uma reportagem etc. A essas diferentes formas de enunciar, compreendendo e respeitando os critérios e propriedades específicas de cada situação, dá-se o nome de gênero.

Na Grécia Antiga, os gêneros eram vistos como formas de organização dos discursos a fim de convencer pessoas em situações públicas comuns. Embora Aristóteles tenha sugerido que houvesse uma fusão entre forma e conteúdo baseada na situação de cada gênero do discurso, a visão tradicional de gêneros, restritiva e formalista, compreende o gênero como uma forma em que se classificam os textos de acordo com sua estrutura de composição (ALVES FILHO, 2011, p. 18). Hoje, no entanto, a partir dos estudos de Bakhtin (2011, p. 283), optamos por uma concepção mais dinâmica de gêneros, em que estes se apresentam como mutáveis, flexíveis e, muitas vezes, irregulares, ou seja,

> (...) os gêneros passaram a ser vistos como formas de organizar dinamicamente a comunicação humana e de expressar diversos significados de modo recorrente. Dizer que os gêneros são estruturas dinâmicas implica que eles são maleáveis e se adéquam às situações e não que são modelos predeterminados a serem seguidos (ALVES FILHO, 2011, p. 21)

Ao contrário das tradicionais abordagens literárias e linguísticas, que viam os gêneros textuais (ou discursivos) como fixos e imutáveis, definidos por regularidades textuais de forma e conteúdo, Bakhtin (2011, p. 266) elaborou uma teoria, dentro do quadro de comunicação verbal, em que os gêneros são definidos não a partir da sua forma, mas pela sua funcionalidade. Nesse sentido, o foco recairia sobre a finalidade de cada uma das esferas da atividade humana, o conteúdo temático, os aspectos estilísticos e a estrutura composicional. Marcuschi (2010, p. 22), com base nos estudos de Bakhtin, propõe uma definição em que coloca a função do gênero como mais importante que a forma: "Gêneros textuais (discursivos) são práticas sociodiscursivas que não se caracterizam nem se definem por aspectos formais (estruturais ou linguísticos), mas por aspectos sociocomunicativos e funcionais."[81]

Para Bakhtin (2011, p. 262), os gêneros possuem uma forma "relativamente estável" que os falantes reconhecem e usam de acordo com a necessidade e objetivo comunicacionais

[81] É importante lembrar que Marcuschi (2010) não faz distinção entre gêneros textuais e gêneros discursivos.

e, exatamente, por serem utilizados em função das diferentes atividades humanas, a quantidade e diversidade de gêneros, orais e escritos, são inúmeráveis, não sendo possível fazer uma lista com todos eles:

> A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gênero do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2011, p. 262).

O dinamismo dos gêneros faz com que eles se incorporem às situações cotidianas vividas pelos seus usuários e sirvam como respostas às mais diversas necessidades de comunicação. Um exemplo disso é dado por Alves Filho (2011, p. 22) a respeito dos telejornais. Segundo ele, há vinte anos atrás, nos telejornais, os apresentadores utilizavam uma linguagem estritamente formal e dificilmente emitiam uma opinião sobre o fato noticiado. Hoje, a linguagem utilizada é mais flexível, menos formal, e os apresentadores são autorizados a emitir opiniões sobre o que estão informando. Essa mesma flexibilidade e dinamismo são elementos encontrados nas reportagens.

O caráter histórico e dinâmico dos gêneros permite dizer que o gênero não deve ser considerado um modelo formal a ser seguido, mas antes há uma fusão entre forma e conteúdo, cujas escolhas seguem propósitos tanto comunicativos quanto ideológicos, produzindo assim novos significados (ALVES FILHO, 2011, p. 29-31).

Para Fairclough (2001, p. 29), tanto a escolha dos gêneros quanto a forma, como serão utilizados tem relação com a noção de hegemonia, pois ambas as ações dependem das formas de dominação estabelecidas. Segundo Meurer (2005, p.103), embora Fairclough não tenha investigado os gêneros sistematicamente a ponto de elaborar uma teoria, fez algumas considerações sobre a estrutura, de modo geral, a fim de observar como se manifestam as relações de poder. Um exemplo bastante pertinente é o caso estudado por Fairclough (p.176-183) a respeito de uma consulta médica em que o participante de maior poder, no caso o médico, transgride a estrutura regular da tomada de turno através da interrupção da fala do outro participante, entre outras marcas discursivas.

A proposta de Fairclough para a Análise Crítica do Discurso adota a perspectiva dialógica de Bakhtin para quem um enunciado é sempre precedido por outros enunciados, respondendo a anteriores e sendo seguido por outros, formando assim uma cadeia comunicativa.

Como na ACD de Fairclough cada texto reflete relações sociais (autoridade ou poder), identidades, estilos e formas de representar o mundo, a ACD tem como objetivo descrever e explicar quem escreve os textos, para quem, quais os motivos e circunstâncias envolvidos em relações de poder e orientados ideologicamente, além de explicar de que modo os outros discursos, que estão em relação dialógica podem influenciar o gênero em questão (MEURER, 2005, p. 93-94).

3.2 Dialogismo: as diversas vozes no discurso

A perspectiva interacional da linguagem, proposta por Bakhtin (2011, p. 302), concebe a linguagem como dialógica, ou seja, todo enunciado é uma resposta a um já dito sobre o mesmo tema, e com o que lhe suceder na corrente initerrupta de comunicação verbal. Portanto, um enunciado sempre responde a enunciados precedentes e antecipa enunciados posteriores, formando uma sequência em cadeia[82]:

> Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. (BAKHTIN, 2010, p. 128)

O conceito de dialogismo, proposto por Bakhtin, tem sido frequentemente utilizado para se referir à inserção de outras vozes no texto (ou discurso), seja por citação, paráfrase, alusão etc. Esse processo de interação verbal, em que se articulam várias vozes, é importante para a compreensão da linguagem como espaço de luta hegemônica.

Nesse espaço, Bakhtin (2010, p. 36) afirma que a palavra é o 'signo ideológico' por excelência. Produto da interação social, ela se transforma em arena onde se desenvolve uma luta de vozes situadas em diferentes posições.

> (...) a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas. A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125)

[82] Segundo Bakhtin (2011, p. 300): "(...) o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas."

Por englobar diversas tendências e vozes sociais, um discurso nem sempre apresenta as relações dialógicas de forma conciliatória. Antes, por representarem interesses divergentes, os enunciados podem apresentar relações dialógicas polêmicas e divergentes, favorecendo um espaço de contradição.

> A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição (FIORIN, 2008, p. 25).

Nós só apreendemos o mundo ao nosso redor através da linguagem. Sendo esta portadora de vários discursos e, portanto, dialógica, podemos dizer que qualquer objeto ou fato do mundo interior ou exterior apresenta-se para nós sempre perpassado por ideias gerais e filtrado por pontos de vista e apreciações dos outros (FIORIN, 2008, p.19). Desse modo, ao proferirmos um discurso, não estamos simplesmente enunciando um dado da realidade em si, mas estamos avaliando, categorizando e dialogando com outros discursos.

Todo discurso tem uma aparência de ser monológico porque ora há um apagamento das vozes discordantes que intervêm no discurso pelo seu caráter social e histórico, ora há uma harmonia das diferentes vozes, o que dá o efeito de uma unidade textual e o predomínio de uma única voz[83].

> Para nós, não há discursos constitutivamente monológicos, mas discursos que se 'fingem' monológicos na medida em que reconhecemos que toda palavra é dialógica, que todo discurso tem dentro dele outro discurso, que tudo que é dito é um 'já-dito' (BRANDAO, 2004, p. 85)

Como todos os outros discursos, o jornalístico também não foge à regra e, portanto, está carregado por diversas vozes também. Podemos dizer que essa dimensão dialógica é responsável por uma heterogeneidade discursiva que pode se manifestar nos textos através da citação literal ou discurso direto, também chamado por Maingueneau (1997, p. 75) de 'heterogeneidade mostrada' ou 'heterogeneidade manifesta', ou também através de citações indiretas, alusões e referências.

Cada veículo de comunicação tem a sua maneira particular de exposição dos fatos, no entanto, a recorrência às fontes não é somente um fenômeno comum a todos os textos

[83] Segundo Authier-Revuz (1990, p. 27), o sujeito crê que ele seja a fonte do seu discurso, ignorando que todo discurso é atravessado por outros discursos, mas "Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro."

jornalísticos, como se tornou a ‘essência do trabalho de reportagem’, sendo a origem das informações. Além disso, as fontes trazem maior veracidade aos textos e uma aparente isenção no momento em que a mídia decide fazer um tipo específico de enquadramento, definindo assim a orientação que a narrativa do veículo seguirá (MESQUITA, 2008, p. 33).

É comum, em torno de qualquer acontecimento, a existência de conflitos e divergências entre os envolvidos e, por esta razão, o veículo de comunicação busca dar voz a todos os participantes, muitas vezes privilegiando alguns em detrimento de outros. De qualquer modo, essa postura do veículo garante uma aparência de equilíbrio e isenção ao reportar suas informações. Sendo assim,

> Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege. Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma conversão de interesses entre o profissional do campo jornalístico e o promotor da informação, e esta relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca (MAZZARINO, 2007, p. 57).

O acesso às mídias não é tão fácil de se conseguir. Pertence a elas o domínio real da escolha dos atores participantes e como serão representados. Ela põe em cena personalidades, cujas palavras servem de respaldo ao ponto de vista do próprio veículo de comunicação, e que não colocarão em xeque as regras e convenções do poder político.

Normalmente, o poder das fontes na produção do texto jornalístico é negligenciado. É importante observar a maneira como cada veículo faz uso dos discursos provenientes das fontes para adicionar informações, corroborar ou contrapor argumentos às teses defendidas nos textos jornalísticos, assim como verificar quem são as pessoas escolhidas para ocupar uma posição de destaque, quais foram relegadas ao esquecimento na produção das matérias e qual o espaço dado a elas em cada veículo de comunicação.

> O estudo das vozes permite compreender o diálogo entre os diferentes discursos que constituem o texto e entre os sujeitos que se confrontam nesse espaço interlocutivo. É por meio das formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau de distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles (CUNHA, 2010, p. 179).

Segundo Lage (2014, p. 63-68), as fontes utilizadas no texto jornalístico classificam-se em grupos: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias e c) testemunhais e *experts.*

As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado, ou por instituições que preservam algum poder de Estado. Já as fontes oficiosas são aquelas que, embora estejam ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão diretamente autorizadas a falar em nome de quem as representa. Mesmo assim, ainda podem divulgar informações preciosas sem que precisem revelar suas identidades, sendo protegidas pelo anonimato. Por fim, as fontes chamadas independentes são aquelas que se encontram desvinculadas de qualquer relação de poder ou interesse específico.[84]

No segundo grupo de classificação de Lage (2014, p. 65-66) estão as fontes primárias e secundárias. Nas primeiras, os jornalistas, na construção de suas matérias, fornecem fatos, versões e números e consultam pessoas diretamente veiculadas ao assunto ou acontecimento. Por outro lado, as fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou para a construção de premissas genéricas. Nesse caso, são consultadas pessoas que, embora tenham conhecimento sobre o assunto, não estão diretamente ligadas a ele.

No último grupo, temos o que Lage (2014, p. 66-68) classificou como testemunhas e *experts*. O testemunho, frequentemente modificado pela perspectiva de quem conta, é feito com base na pessoa que presenciou um determinado acontecimento. Normalmente envolvido pela emotividade e modificado pela sua perspectiva, os relatos podem mudar de acordo com os processos de identificação das vítimas. Lage (2014, p. 67), por exemplo, mostra diferenças cruciais entre o relato de conflitos na Palestina feitos por um judeu ortodoxo e por um militante muçulmano, por mais honestos que ambos sejam. Como exemplo de "testemunhas" como fontes, selecionamos a reportagem "À sombra de El Supremo" que começa com o seguinte parágrafo de abertura: "Para quem não tem a memória pessoal de ter vivido sob uma ditadura, ouvir o depoimento de venezuelanos é uma experiência educativa-e sufocante".

Nessa reportagem, a revista *Veja* faz uso de dez depoimentos de venezuelanos, que tiveram suas vidas transformadas pelo regime de Hugo Chávez, como argumento para defender a tese de que, na Venezuela, há de fato um regime autoritário e personalista. Desses

[84] De acordo com Lage (2014, p. 63), embora as fontes oficiais sejam consideradas as mais confiáveis e seus dados tomados como verdadeiros, diversos autores afirmam que essas fontes frequentemente falseiam a realidade com o objetivo de "preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder".

dez depoimentos, apenas dois são de pessoas favoráveis ao governo, indicando uma falta de equilíbrio no uso das fontes.

Por fim, temos também como fontes de diversos meios de comunicação os chamados *experts* ou especialistas em um determinado tema. São professores, médicos, economistas, advogados etc que, muitas vezes, são chamados para corroborar o ponto de vista de determinado meio de comunicação. Segundo Charaudeau (2009, p. 193-194), os especialistas:

> (...) são considerados representantes do saber, pronunciando-se fora do campo do poder, sem restrições, sem nenhuma pressão, qualquer que seja. Na realidade, estes não agem com total independência. Ora estão ligados ao poder porque foram chamados ou nomeados por um governo-logo, mesmo que tenham sido designados por seu espírito de independência, estão ligados ao aparelho do Estado. Ora estão ligados às mídias pelo fato de que, solicitados a pronunciar-se, sabem que devem falar de uma determinada maneira e, ao mesmo tempo, exibir-se como 'bom especialista'.

Nas 15 reportagens que constituem o *corpus* desta pesquisa, identificamos 30 fontes, identificadas como *experts* ou especialistas, que foram consultadas pela revista *Veja*. Dentre as 30 fontes citadas, 29 estão inseridas em contextos de acusação a Chávez e apenas uma se encontra em uma posição não valorativa em relação ao ex-presidente venezuelano.

A utilização dessas fontes tornou-se uma estratégia para realizar as críticas mais ásperas a Chávez, pois abordam apenas aspectos negativos de seu governo. Por isso, Mesquita (2008), em sua pesquisa sobre o "Dossiê das Sanguessugas"[85] afirma que ao ler uma reportagem ou qualquer outro texto midiático é necessário levantar duas questões: "Quem são as fontes escolhidas e quais suas orientações (nome, orientação político-partidária)?", e "Em quais contextos as citações dessas fontes foram inseridas?"

No caso da revista *Veja*, podemos perceber que a escolha de cada fonte, bem como de cada citação, foi utilizada em um contexto de crítica ao governo de Chávez. Em nenhum momento, o discurso da revista possibilitou o espaço para a circulação de visões alternativas e/ou contestadoras, ou seja, não foram apresentadas análises, opiniões e expressões de dissenso, assim como não há um único episódio em que o veículo assuma o mesmo lugar de fala do governo nem mesmo dando abertura a fontes governamentais. Segundo Hernandes (2004, p. 127):

---

[85] Escândalo que envolvia os partidos do PT e PSDB, ocorrido em 2006, durante o primeiro turno das eleições presidenciais.

> Não existem, em *Veja*, obrigações tais como 'ouvir o outro lado', provocar determinadas polêmicas, dar espaço de defesa a acusados e outros recursos jornalísticos de reforço da ideia de que se está apenas reportando um conflito sem escolher um lado da guerra.

As vozes mobilizadas parecem ter na revista o objetivo de ser o instrumento de veiculação de opinião do meio, ou seja, apoiando-se no critério de neutralidade de cientistas políticos, historiadores, analistas etc, a revista expõe os argumentos que coincidem com a linha editorial do veículo:

> Em resumo, não são simplesmente os conselhos dos especialistas que são lidos através das páginas da revista, mas os preceitos da revista através da boca dos especialistas. Além da credibilidade destes ser apropriada, seus assuntos são emprestados a este meio de comunicação e traduzidos para um senso comum por meio de exemplos cotidianos e esquemas, como gráficos, ilustrações, fotos, etc. Do ponto de vista discursivo, suas falas estão em continuidade, não se diferenciam um do outro nem pelo conteúdo do que dizem nem pelo lugar de onde falam (CHADS, 2007, p. 10).

Como raramente esses "especialistas" assumem seus perfilamentos ideológicos e opções políticas, ajudam a disseminar concepções de mundo capazes de gerar convencimento e, com isso, acabam contribuindo para neutralizar a reflexão crítica e naturalizar a ordem política.

Segundo Chauí (2014, p. 54-57), até os anos de 1930, de acordo com a ideologia burguesa tradicional, as ideias eram produzidas e emitidas por determinados agentes sociais (pai, patrão, padre, professor, etc). No entanto, com o funcionamento das organizações e das chamadas 'leis de mercado', respaldadas na chamada tecnociência, emergiu a 'ideologia da competência' que propõe uma divisão social baseada entre os competentes (especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam tarefas comandadas pelos especialistas). O discurso da competência se configura em um discurso especializado e, logo, autorizado, possibilitando que uns tenham direito de falar pelos outros[86]. Portanto,

[86] Ela, Chauí (2014, p.113), ainda acrescenta: "Quem é competente? Em nossas sociedades, é aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido, graças ao qual pode não só falar e agir pelos outros, mas ainda, e sobretudo, excluir outros do direito de ser sujeitos de seus discursos e de suas ações (...) Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos, a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação."

> não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer outro lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, que ocupe uma posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade (CHAUÍ, 2014, p. 113-115).

Em seu documentário "Outfoxed: Rupert Murdoch's War on Journalism", o jornalista Robert Greenwald entrevista ex-jornalistas da Fox News e mostra como a Fox NEWS, canal norte americano do proprietário Rupert Murdoch, utiliza sua programação para manipular a opinião pública de acordo com os interesses políticos de grandes corporações empresariais e do dono da emissora. Através dos programas de reportagens, veiculados pela emissora norte-americana, é possível observar que as fontes que corroboram o posicionamento político do veículo de comunicação recebem maior destaque e tratamento respeitoso ao contrário daquelas que são visivelmente contrárias à ideologia da emissora[87].

Bourdieu (1997) também demonstra, com muita propriedade, essas mesmas estratégias utilizadas na televisão francesa em programas de entrevistas, o que nos demonstra que o uso de determinadas fontes e não de outras pode determinar o conteúdo veiculado, orientando o público para a aderência a um determinado posicionamento ideológico.

3.3 Gêneros jornalísticos: entre a opinião e a informação

A preocupação com os gêneros jornalísticos surgiu da necessidade em descrever as peculiaridades da mensagem (informação) relacionada à análise das relações socioculturais e político-econômicas (instituição jornalística, Estado, corporações mercantis, movimentos sociais etc) que permeiam a atividade jornalística. Diante das atividades envolvendo difusão da informação, fez se necessária a distinção entre as modalidades de relato dos acontecimentos.

Segundo Marques de Melo (2013, p. 42), a classificação dos gêneros jornalísticos começou com o editor inglês Samuel Buckley, no século XVIII, quando este se decidiu pela separação entre informação e comentários no jornal britânico *Daily Courant,* que passou a assumir uma tendência mais informativa. No entanto, essa classificação e especificidade em relação aos gêneros jornalísticos não é tão rígida e depende de características nacionais e

[87] The war you don't see. Dir. John Pilger. Prod. Dartmouth Films. Austrália, 2010.

internacionais, podendo estar articuladas com fatores interculturais, que estão, por sua vez, associados a afinidades linguísticas e culturais. Portanto, as classificações em gêneros podem ser definidas de país para país, conforme expôs Marques de Melo (2013, p. 44-58).

Pena (2013, p. 66-69) também observa essa dificuldade em se classificar os gêneros. Com base nas diversas tentativas em vários países para se classificar os gêneros jornalísticos, o autor aponta para a dificuldade em encontrar uma classificação de gêneros unificada, confirmando, através de diversos estudos já realizados, tanto do meio jornalístico quanto dos estudiosos da linguagem, que são insuficientes as teorias classificatórias dos gêneros discursivos. Embora utilizadas ainda em práticas pedagógicas, essas classificações não contemplam a grande variedade de gêneros produzidos pela mudança na prática discursiva e especialidades das práticas sociais. Portanto, qualquer tipo de classificação se torna muito questionável e fazer uma conceituação genérica só é viável para fins didáticos.

Embora seja muito difícil estabelecer os limites entre um gênero discursivo e outro, pois não é raro que um texto escrito se encaixe em mais de uma tipologia, Charaudeau (2009, p. 234-235) afirma que

> (...) é possível determinar formas textuais dominantes com o auxílio de um certo número de traços que as constituam de maneira ideal, e que constituam modelos de escritura nos quais venham moldar-se os textos. É a regularidade e convergência desses traços numa determinada situação de comunicação que constituem o gênero.

Em relação à classificação dos gêneros no âmbito específico do jornalismo brasileiro, Marques de Melo (2013, p. 65) tomou como referência a classificação feita por Beltrão, que foi o único pesquisador brasileiro, na área jornalística, a se preocupar com uma taxonomia, relacionando-a com a prática profissional. Desse modo, Marques de Melo divide os gêneros em duas categorias: a) jornalismo informativo, dentro do qual estão a Nota, a Notícia, a Reportagem e a Entrevista; b) jornalismo opinativo, que engloba o Editorial, o Comentário, o Artigo, a Resenha, a Coluna, a Crônica, a Caricatura e a Carta. Ainda de acordo com o autor, o jornalismo interpretativo, considerado por muitos teóricos do jornalismo como uma categoria à parte, encontra-se dentro do chamado jornalismo informativo[88].

[88] É importante observar que Luiz Beltrão faz essa distinção entre jornalismo informativo e jornalismo interpretativo. Para ele, a Reportagem estaria dentro de jornalismo informativo enquanto a Reportagem em profundidade faria parte do jornalismo interpretativo. Segundo Marques de Melo (2003, p. 61), essa segmentação dos dois gêneros (Reportagem e Reportagem em profundidade) não é convincente nem tampouco necessária, podendo ser classificadas como um único gênero, conforme ele mesmo assim o fez.

A distinção entre categoria informativa e opinativa corresponde a um artifício profissional e político, pois a fronteira (ou limite) que os separa nem sempre é respeitada. Muitas vezes, matérias que se apresentam como informativas possuem um claro viés ideológico, que nos leva a compreender que

> (...) o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado (MARQUES DE MELO, 2003, p. 25).

Embora Bakhtin (2011, p.263) não formalize uma taxonomia dos gêneros, ele faz uma distinção entre dois grupos que ele denominou de gêneros primários (simples) e gêneros secundários (complexos). Entre os primeiros se encontram a conversa de salão, carta, diário íntimo, bilhete etc, que se constituem na conversa intima imediata, dentro da chamada ideologia do cotidiano não formalizada.

O chamado gênero secundário engloba o romance, o editorial, tese, livro didático etc, e se caracterizam por estarem vinculados a condições de comunicação mais "complexas" e organizadas do cotidiano, no âmbito das ideologias formalizadas e especializadas. Tendo surgido e se desenvolvido nas esferas sociais mais formalizadas, a reportagem se encaixa no que Bakhtin definiu como gênero secundário.

Para os propósitos desta pesquisa, escolhemos o gênero reportagem. Mesmo não tendo como objetivo aqui fazer um estudo aprofundado sobre este gênero, acreditamos ser importante expor as principais características, típicas e esperadas, de uma reportagem, que possam diferenciá-la de outro gênero também narrativo como a notícia, por exemplo.

3.4. A reportagem

Assim como a notícia, a reportagem é um gênero discursivo associado à atividade jornalística, supostamente apresenta conteúdo factual que busca correspondência com o real. Com linguagem equilibrada entre o nível formal e o informal, a reportagem tem por objetivo fornecer informações mais aprofundadas sobre determinado tópico.

Diversos autores como Lage (1979)[89], Marques de Melo (2003)[90] etc propõem uma classificação para os gêneros jornalísticos de cunho informativo, incluindo a reportagem. No entanto, por entendermos que a sua definição para o gênero Reportagem é muito superficial e vaga, selecionamos a mesma utilizada pelo Manual de Redação da Folha de S. Paulo (2001, p. 24) para quem

> Reportagem tem por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser constatadas por terceiros) e precisas sobre os fatos, personagens, idéias e produtos relevantes. Para tanto, elas se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística.

Segundo Dell'Isola (2007, p. 49-50), pressupõe-se que, em uma reportagem, seja definido um contexto, em que sejam viáveis tanto o resgate a antecedentes importantes para a compreensão do tema abordado, quanto a presença de dados e uma rede de informações presentes no texto, a partir dos quais o leitor poderá desenvolver melhor seu ponto de vista acerca do tema.

Citando os estudos do professor João de Deus Corrêa, Pena (2013, p. 75) expõe a reportagem como um relato jornalístico, de interesse atual, que realiza uma investigação mais profunda sobre fatos e seus agentes. Em diversos manuais, a definição de reportagem quase sempre é constituída em comparação com a notícia, considerando-se a primeira como um desenvolvimento da segunda. Desse modo, com base na classificação proposta pelo professor João de Deus Corrêa, Pena (2013, p. 76) propõe um quadro comparativo entre ambas:

---

[89] De acordo com Lage (1979, p. 83), a Reportagem "compreende desde a simples complementação de uma notícia- uma expansão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, consequentes ou correlatos- até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente, como acontece com o relato da campanha de Canudos por Euclides da Cunha."

[90] Para Marques de Melo (2003, p. 66): "*A reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística."

Notícia	Reportagem
A notícia apura os fatos.	A reportagem lida com assuntos sobre os fatos.
A notícia tem como referência a imparcialidade.	A reportagem, com a dedução (do geral, que é o tema, ao particular - os fatos).
A notícia atém-se à compreensão imediata dos dados essenciais.	A reportagem converte fatos em assunto, traz a repercussão, o desdobramento; aprofunda.
A notícia independe da intenção do veículo (apesar de não ser imune a ela).	A reportagem é produto da intenção de passar uma 'visão' interpretativa.
A notícia trabalha muito com o singular (ela se dedica a cada caso que ocorre).	A reportagem focaliza a repetição, a abrangência (transforma vários fatos em temas).
A notícia relata o formal e secamente – a pretexto de comunicar com imparcialidade.	A reportagem procura envolver, usa a criatividade como recurso para seduzir o receptor.
A notícia tem pauta centrada no essencial que recompõe um acontecimento.	A reportagem trabalha com pauta mais complexa, pois aponta as causas, contextos, consequências, novas fontes.

Quadro 15: Diferenças entre notícia e reportagem (adaptado de Pena (2013))

3.5 O jornalismo de revista

A primeira revista de que se tem notícia foi publicada em 1663, na Alemanha, e se chamava *Erbauliche Monaths – Unterredungen* (ou Edificantes Discussões Mensais). Essa publicação, que inspirou a criação de tantas outras pelo mundo, possuía o formato de um livro, embora trouxesse vários artigos sobre o mesmo tema, no caso Teologia, e fosse voltada para um público específico. (CORRÊA, 2008 apud SANTOS, 2009, p. 37).

O termo revista surgiu em 1704, na Inglaterra, mas, apenas em 1731, em Londres, foi lançada a primeira revista mais próxima do que conhecemos hoje em dia: The Gentleman's Magazine, por reunir diversos assuntos, lembrando os grandes magazines, que eram lojas que vendiam uma variedade de coisas. No entanto, foi somente em 1923, nos Estados Unidos, por iniciativa de dois jovens, Briton Hadden e Henry Luce, é que surgiu a primeira revista semanal de notícias chamada *Time*. O objetivo era oferecer as principais notícias da semana, organizadas em seções e narradas de forma concisa e sistemática para pessoas que precisavam consumir informações de maneira rápida e de forma confiável (SCALZO, 2016, p. 19-22).

No Brasil, as revistas chegaram no início do século XIX, junto com a corte portuguesa. A primeira revista chamada 'As Variedades ou Ensaios de Literatura', assim

como todas as revistas de sua época, possuía formato de livro e se propunha a divulgar discursos sobre costumes, trechos de literatura portuguesa, anedotas, resumos de viagens, algumas novelas e um pouco de história antiga e moderna. Com o tempo, a elite brasileira diversifica seu foco de interesse e novas revistas, abarcando diversos campos do conhecimento humano, passam a figurar no cenário brasileiro. Assim, surgiram revistas como *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822), *O Propagador das Ciências Médicas* (1827), *Museu Universal* (1837) etc, sofrendo diversas transformações, principalmente no século XX, quando a imprensa começa a se profissionalizar acompanhando a evolução da nascente industrialização no Brasil (SCALZO*,* 2016, p. 27-29).

Em meio às transformações científicas e tecnológicas que marcaram o início do século XX, nasce, em 1928, a revista Cruzeiro, considerada um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros. Criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação tinha seu foco em grandes reportagens, enfatizando o fotojornalismo. Na mesma esteira, surge a revista Manchete, em 1952, pela editora Bloch, e, em 1966, aparece a revista Realidade, pela editora Abril, cujo foco era reportagem e jornalismo investigativo (SCALZO,2016, p. 30-31).

3.5.1 Características

O jornalismo de revista é um gênero jornalístico de viés mais interpretativo e opinativo em relação à imprensa diária e apresenta frequentemente contextualizações acerca dos fatos noticiados. Longe de apenas noticiar os fatos, o texto jornalístico em revista apresenta contextos maiores dos acontecimentos, em uma análise mais profunda[91]. Trata-se de um jornalismo interpretativo, em que "procura defender um ponto de vista de uma forma mais livre que outros veículos midiáticos, identificando-se com o seu público leitor" (PEREIRA, 2011, p. 70).

O jornalismo de revista difere de outros meios de comunicação (jornais, rádio, TV e internet), pois numa revista semanal, quinzenal ou mensal de informações, o seu foco não está na velocidade das informações. Por isso, o jornalismo de revista pode ser mais analítico e

[91] Segundo Ramalho (2005, p. 83): "(...) o propósito da atividade do gênero reportagem de revista pode variar entre o de noticiar, voltado para a compreensão, e o de regular ideologias e ações sociais, voltado para a estratégia e a obtenção de resultados."

menos factual, cumprindo a tarefa de explorar novos ângulos e ajustar o foco para aquilo que se deseja saber, de acordo com o leitor de cada publicação (SCALZO, 2016, p. 41).

Em relação à linguagem, para Nascimento (2002) e Lage (1979), as revistas possuem um caráter quase literário. Composto por reportagens e notícias com caráter mais reflexivo, o discurso jornalístico das revistas de informação se aproxima da linguagem utilizada na literatura. Essa flexibilidade em linguagem e estilo não impede que o texto seja considerado jornalístico.

> No caso específico das revistas, as características que usualmente identificam o discurso jornalístico são, muitas vezes, atenuadas em favor de uma narrativa mais flexível, com alteração de leads, adjetivações ou uso de advérbios, geralmente não recomendáveis pelos manuais de redação jornalística. Tais recursos não impedem, entretanto, que as reportagens publicadas nessas revistas sejam reconhecidas como jornalismo (NASCIMENTO, 2002, p. 62-63)

Quanto à sua classificação, Lage (1979, p. 88) propõe que as revistas magazines possam ser divididas em três grupos: as ilustradas, as de informação geral e as especializadas. No entanto, esta divisão não costuma ser muito rígida, uma vez que uma mesma revista possa se encaixar em mais de uma categoria.

Há no Brasil quatro revistas de informação geral com periodicidade semanal: Carta Capital (editora Confiança), Época (editora Globo), ISTO É (editora Três), e *Veja* (editora Abril)[92]

3.5.2 A revista *Veja*

Victor Civita, nascido nos Estados Unidos, mudou-se para o Brasil em 1949. Com acordo firmado com a empresa Disney, lança, em 1950, as tiras do Pato Donald e ganha o mercado de revistas infantis.

No início dos anos 60, Roberto Civita, filho de Victor Civita, volta dos Estados Unidos com o objetivo de montar uma revista brasileira nos moldes da revista americana *Time*. Nesse período, a Editora Abril já possuía uma gráfica com várias revistas de sucesso: Tio Patinhas, Capricho, Manequim, Cláudia, Quatro Rodas, além de variados fascículos.

[92] Conforme informações da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), disponíveis em http://www.aner.org.br.

Desde sua criação[93], em 1968, até 1971, a revista *Veja* apresenta grandes prejuízos com um número de vendas muito abaixo do esperado. Essa situação só vem a se modificar no final de 1971 quando, utilizando uma boa estratégia publicitária, a revista passa a oferecer vendas por assinatura e, com isso, consegue consolidar sua liderança dentre as revistas semanais, chegando, em 1989, à marca mensal de um milhão de exemplares vendidos a cada edição (MESQUITA, 2008, p. 51-53).

Desde 1995, a Editora Abril mantém vínculos com a Cisneros Group, holding controlada por Gustavo Cisneros, um dos principais mentores do golpe midiático contra o ex presidente Hugo Chávez em abril de 2002, e com instituições financeiras como o Banco Safra e a norte-americana J.P Morgan (BORGES, 2009, p. 128-9). Estudos como Silva (2016), Holdorf (2013), Santana (2012), Adami (2008), Gerzson (2007), Silva (2005), Giannotti (2004), Hernandes (2004) e Souza (2003), vêm demonstrando que a revista *Veja* mantém uma linha pró mercado, colocando-se contra os movimentos sociais e governos considerados progressistas.

Devido à forte interferência nas matérias[94], o jornalismo praticado pela revista *Veja* possui um caráter normatizador. Assumindo o papel de 'intérprete' da realidade, a revista se posiciona como fonte de conhecimento para seus leitores, o que demonstra a existência de um forte componente subjetivo no conteúdo informativo. No entanto, para Hernandes (2004, p. 127), essa subjetividade não entra em contradição com a busca pelo efeito de objetividade nos textos publicados pela revista, pois "a publicação quer fazer crer que apresenta a interpretação da notícia como verdadeira, única e incontestável."

Embora seja um periódico que englobe temas variados como saúde, comportamento, educação etc, *Veja* tem como foco principal a cobertura político-econômica. Em relação à sua estrutura, a revista apresenta em seu índice sete divisões que correspondem: Seções, Brasil, Internacional, Geral, Economia, Guia, Artes e Espetáculos.[95] A revista ainda apresenta uma

---

[93] Demétrio Carta, nascido em Gênova e também conhecido como Mino Carta, aceitou o convite dos Civita, no início de 1968, para a criação da revista Veja até ser demitido em 1976 por problemas com o regime militar. Ainda em 1976, criou a revista ISTO É de onde saiu em 1993. A revista Veja sofreu seis anos de censura (1968-1974) até a demissão de Mino Carta em 1976.

[94] Segundo Hernandes (2004, p. 28): "As reportagens são muito trabalhadas e controladas e, geralmente, um produto de diversas mãos. O repórter, que já vive sob a camisa-de-força da pauta, na maioria das vezes, após a apuração dos dados, não tem controle do que será pinçado do seu relatório e considerado relevante no texto final. Quanto mais importante for o assunto, mais circula entre os editores, mais envolve diferentes áreas, sucursais, agências de notícias e imagens."

[95] A revista é composta em sua maioria por reportagens que correspondem às divisões Brasil, Internacional, Geral e Economia. Hoje, seu conteúdo é disponibilizado também pela internet através do Acervo Digital. Neste espaço, encontram-se, de forma acessível, todas as suas edições desde seu surgimento em 1968: http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html.

circulação semanal de 1.206.173 exemplares. Destes, 1.160.945.000 por assinaturas e 45.228 por vendas avulsas[96].

De acordo com os dados oferecidos pela Revista *Veja*, o leitor do semanário apresenta o seguinte perfil:

Total de leitores	6,7 MM
Mulheres	54%
Homens	46%
Pertencem às classes A e B	58%
Circulação total semanal	1.206.173 exemplares
Assinaturas[97]	1.160.945

Quadro 16: Perfil dos leitores de *Veja*[98]

A maior parte dos leitores desta revista é constituída por indivíduos cuja renda familiar se encontra no topo (ou próximo dele) na pirâmide de rendimentos mensais da população brasileira economicamente ativa. São indivíduos que possuem um elevado grau de escolarização e, dada a sua formação, gozam também de um certo prestígio social. Segundo uma pesquisa de mercado realizada pela própria editora, seus leitores consideram a revista *Veja* como a melhor fonte de notícias da atualidade, com grande credibilidade e, por trazer a notícia com maior profundidade que os outros meios, ajuda não só a elevar o nível de compreensão do Brasil e do mundo como também colabora para a formação de opinião.[99]

---

[96] http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf.

[97] concordamos com a afirmação de Apt (2010, p. 83) sobre as pessoas que consomem revistas através de assinaturas: "Consideramos a decisão ativa de se tornar um assinante regular da revista, ou seja, o desejo de poder usufruir de seu conteúdo semanalmente, sinalizadores da aquiescência e da concordância dos leitores para com a linha editorial da revista e, por extensão, com seu discurso e viés ideológico."

[98] Fonte: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf (acessado em janeiro/2018)

[99] http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf. (acessado em 31/01/2018)

3.6 A objetividade jornalística

A reportagem jornalística aborda fenômenos sociais ou políticos, procurando explicá-lo. Supostamente, esse tipo de gênero discursivo deve adotar um ponto de vista distanciado e global, operando através de um critério de imparcialidade. Por esse motivo, lança mão de diversas formas de investigação, propõe pontos de vista diferentes (ou mesmo contrários), além de se abster de um engajamento explícito, ou seja, espera-se que o autor da reportagem, ao elaborar a matéria, não a influencie com seu engajamento. Antes, procure tratar toda e qualquer informação com um distanciamento, ainda que seja conveniente propor um questionamento sobre o fenômeno abordado. No entanto, conforme afirma Charaudeau (2009, p. 222), evitar colocar o ponto de vista em um texto desta natureza é 'impossível', uma vez que toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular e "todo procedimento de análise implica tomada de posição".

A objetividade, tão procurada pelos jornalistas, é utilizada como estratégia de construção do discurso para produzir, através do aparente distanciamento do jornalista, um efeito de realidade que confere maior credibilidade ao discurso. Todavia, conforme demonstra Hernandes (2006, p. 30):

> A primeira ingenuidade que a análise dos noticiários elimina é a de que a ideologia se encontra apenas na parte dos editoriais. A segunda é a possibilidade de um jornalismo 'isento'. (...) A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar 'apagar' o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que noticia.

Segundo Pignatari (2010, p. 33), a neutralidade na narrativa é difícil de ser alcançada, uma vez que a linguagem humana é sempre passível de subjetividade. Segundo a autora, "ao narrarmos, damos nossa versão dos fatos e criamos uma atmosfera persuasiva pela simples escolha das palavras, pela estrutura das frases etc. O narrador faz um recorte dos fatos, selecionando os elementos de acordo com o ponto de vista que pretende demonstrar ao interlocutor."

Pena (2013, p. 50) afirma que é um erro definir o conceito de objetividade em oposição à subjetividade que, segundo ele, é inevitável. Portanto, a objetividade não seria a negação da subjetividade presente na narrativa dos fatos, mas consiste em um método que assegure o rigor científico ao reportá-los:

> A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho.

Marques de Melo (2013, p. 73) também recusa a ideia de objetividade jornalística como sinônimo de neutralidade, imparcialidade e ausência de subjetividade, pois acredita na função dos meios de comunicação como aparatos ideológicos, cujo objetivo seja influenciar pessoas.

3.7 A construção do fato jornalístico: critério jornalístico e padrão de manipulação

Para atrair e prender a atenção de seu público, os meios de comunicação devem apresentar informações de modo que elas se pareçam inéditas e tenham efeito de atualidade. A importância de uma notícia está no seu potencial de despertar e manter a atenção do público, além de fidelizá-lo através de um consumo contínuo, o que garante o sustento financeiro das empresas de comunicação.

Hernandes (2006, p. 10) sugere que os meios de comunicação utilizam-se de determinados efeitos de sentido com o propósito de "manter cativo" o público alvo e, consequentemente, produzir um aumento de audiência (no caso dos telejornais), ou tiragem (no caso de jornais e revistas impressos). Segundo o pesquisador, os jornais e revistas dependem da tiragem ou audiência para o exercício do seu poder como ator social e para a fidelização do seu público, através de certos aspectos técnicos utilizados para "gerenciar o nível de atenção", sem os quais estes veículos não conseguiriam legitimar sua atuação na sociedade.

Esta pesquisa parte de uma outra proposta que não necessariamente nega o interesse por manter uma audiência, mas percebe que determinadas "estratégias" estão mais ligadas ao fato de o jornal ter como objetivo precípuo transmitir um determinado discurso a fim de legitimar o seu recorte da realidade, ao mesmo tempo em que expõe e defende um conjunto de valores que se coaduna com seus interesses políticos.

Hernandes (2006, p. 23) observa que a notícia já corresponde a um recorte específico da realidade e demonstra que o fato, considerado por muitos teóricos da comunicação como

sinônimo da realidade, nada mais é do que a seleção que um determinado jornal (ou revista) faz de um acontecimento entre tantos outros, motivado por um viés ideológico, o que nos leva a entender que "selecionar um fato aponta a existência de uma visão de mundo".

Cabe ao jornalista, do repórter ao editor, selecionar previamente as informações que estão em sua posse e, ao realizar essa tarefa, decide como um determinado aspecto da 'realidade' será apresentado à opinião pública. Durante esse processo de seleção, a informação acaba se prestando a fins políticos, ideológicos e pessoais, deixando comprometidos o critério de objetividade e sua pretensa neutralidade.

> O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo (CHARAUDEAU, 2009, p. 151).

De acordo com Van Dijk (2008, p. 18-19), uma das formas de controlar o discurso é controlar os contextos em que ocorrem esses mesmos discursos. No caso da mídia, há uma regulação em termos de acesso ativo ao discurso, pois é ela quem define os autores participantes da produção da notícia, bem como das formas de mídia, deixando os consumidores apenas numa posição passiva. Além do controle do contexto de produção, há também o controle do próprio conteúdo discursivo: tanto o que deve ou não ser dito e de que forma, quanto na criação de representações cognitivas através de um determinado discurso.

No caso do discurso jornalístico, há um tipo de 'contrato de comunicação' estabelecido entre os jornalistas e leitores, no qual estes últimos reconhecem o jornalismo como uma voz autorizada a narrar o cotidiano, instituído de um 'poder' próprio daqueles que detém a informação.

> (...) No caso do jornalismo, falamos de um acordo entre o jornalista e o leitor sobre o que é o jornalismo, o que pode ser dito (e o que não pode ser dito), o lugar reservado ao leitor, o papel que o jornalista deve exercer e o tipo de informação que deve entregar. Este não é um acordo recente, estabelecido por um veículo ou por um jornalista em particular. É um contrato de leitura que define um gênero discursivo, o gênero do discurso jornalístico (BENETTI, 2007 a *apud* SANTOS, 2009, p. 28).

O tratamento que sofre a informação antes de chegar ao leitor/ouvinte é o principal modo de se operar a chamada 'manipulação' jornalística. Entre o acontecimento 'objetivo' e sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram a estrutura e o efeito da informação, adaptando-a ideologicamente e reproduzindo as relações de dominação.

Abramo (2003, p. 24-28) aponta alguns tipos de padrão de manipulação utilizados pela imprensa: padrão de ocultação, padrão de fragmentação, padrão de inversão e padrão de indução[100], que são, frequentemente, utilizados pelos meios de comunicação e, por serem complementares aos modos de operação da ideologia propostos por Thompson, serão utilizados nesta pesquisa.

O primeiro, chamado de padrão de ocultação, refere-se à omissão e à presença de fatos reais na produção das informações veiculadas pela mídia. As notícias são selecionadas com base no critério de 'fato jornalístico' e 'fato não jornalístico', como se o 'jornalístico' tivesse uma característica intrínseca do real em si e não tivesse relação com a escolha do jornal, do órgão de imprensa e de sua linha editorial.

> (...) tomada a decisão de que um fato 'não é jornalístico', não haverá a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passar a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa (ABRAMO, 2003, p. 27)

A ausência de referenciais concretos de lugar e tempo, ou seja, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas e históricas dos acontecimentos, é uma forma de procedimento deliberado de controle social e político. Segundo Chauí (2006b, p. 46), essa ausência de referência temporal ou anacronia, em que os acontecimentos são narrados como se sempre tivesse existido daquela forma, ignorando-se as causas que os geraram, bem como suas consequências, são efeitos frequentes ocasionados pelos meios de comunicação.

> Dessa forma, entendemos que o discurso jornalístico se caracteriza pela institucionalização de sentidos, constituindo o imaginário social e mobilizando a memória do passado, de maneira que ela possa ser percebida

[100] Hernandes (2006, p. 27) dá outros nomes para o processo de produção de matéria jornalística, mas percebemos que o procedimento é semelhante: "Os jornais sempre reportam realidades filtradas resultado de um processo de três fases: 1) 'pinçagem' ou escolha do que é considerado 'relevante'; 2) remontagem dos pontos que interessam para criar uma sensação de realidade e verdade; e 3) esquecimento ou negação do que é notado como inoportuno ou desimportante na situação retratada (ou de tudo o que poderia contradizer a tese resultante dos itens 1 e 2)"

> como natural e, consequentemente, possa afetar sentidos futuros (SOARES e SILVA, 2008, p. 79)

No momento em que são selecionados os 'fatos jornalísticos', opera-se o padrão de fragmentação, em que os fatos são apresentados pela imprensa não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, mas como algo fragmentado e descontextualizado. Desse modo, os fatos ocorridos mostram-se desvinculados de suas condições históricas, causas e consequências, subsistindo quase como por 'si mesmos', desligados de seus antecedentes. Em outros momentos, esses mesmos fatos podem aparecer reconectados de forma arbitrária a outros fatos artificialmente construídos. Esse processo de fragmentação e descontextualização da informação permite que as particularidades de um fato, o dado, uma declaração percam todo o seu significado original para se reconfigurar, recebendo outras matizes de significação, diferentes e mesmo antagônicas ao significado original. Para Marcondes Filho (1989, p. 18) isso ocorre justamente porque

> A lógica da imprensa no capitalismo é exatamente a de misturar as coisas, de desorganizar qualquer estruturação racional da realidade, e jogar ao leitor o mundo como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna.

Após a seleção criteriosa do que deve ou não ser noticiado pela imprensa, seguida pela fragmentação e descontextualização dos fatos, segue-se a um outro padrão de manipulação que Abramo (2003, p. 28) convencionou chamar de padrão de inversão. Através deste procedimento, que se constitui por diversos desdobramentos, o fato a ser noticiado tem suas partes divididas por ordem de relevância, expondo alguns aspectos, considerados como secundários, como principais e vice-versa; o particular pelo geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo.

No processo de recontextualização, selecionam se os acontecimentos que são 'relevantes' para o público para depois construir narrativamente, por meio da reportagem, como as coisas aconteceram. Na consecução dessa tarefa, entram em cena as diversas estratégias que operam na construção da informação.

> A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens,

> obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MARQUES DE MELO, 2003, p. 75-grifos do autor)

O padrão de inversão se configura também através da opinião pela informação, em que ocorre um processo de substituição integral ou parcial da informação pela opinião, motivando o uso de um 'juízo de valor' como se fosse um 'juízo de realidade', conforme observou Abramo (2003, p. 31).

> (...) quanto mais complexo for um assunto, mais escolhas deverão ser feitas pelos jornalistas para que seja apresentada na forma de notícia e possa se adequar às necessidades de um jornal, não importa o meio de comunicação e nem mesmo as coerções de expressão e textualização. Algo deve ficar de fora, outros encaixes precisam ser realizados. Estamos, portanto, não mais falando de uma mera montagem, e sim de um sujeito que é obrigado a fazer julgamentos e escolhas, a valorizar ou desvalorizar diferentes unidades. Pesar o que entra e o que sai é, antes de tudo, uma atividade que se desenvolve a partir de uma visão de mundo, e novamente se está diante de coerções ideológicas (HERNANDES, 2006, p. 33-34)

A seleção e apresentação da informação são realizadas a partir de enquadramentos que tem por objetivo orientar os sentidos dos leitores. Considerando os trabalhos de Reese (2001) e Entman (1993) sobre o enquadramento realizado pelos meios de comunicação, Mesquita (2009, p. 18) observa que o enquadramento é um processo em que o jornalista seleciona alguns aspectos da 'realidade' e os coloca em evidência enquanto omite, ou apresenta em segundo plano, os aspectos considerados menos importantes ou que, simplesmente, devam ser esquecidos. Com base nisso, Mesquita afirma que o enquadramento midiático nada mais é do que um exercício de poder, no qual o jornalista determina as regras pelas quais o leitor irá seguir, afetando o entendimento sobre os fatos políticos.

> Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de maneira a promover uma definição particular do problema, interpretações causais, avaliações morais e/ou recomendações de tratamento para o item descrito (ENTMAN (1993) apud MESQUITA (2008, p. 19)

A leitura de qualquer texto é uma atividade que requer uma intensa participação do leitor, pois, muitas vezes, cabe a ele, com base nos seus conhecimentos armazenados na memória sobre os mais diversos assuntos, completar o sentido do texto. Como leitores ativos, associamos esse conhecimento anterior a informações novas contidas no texto, produzindo um novo sentido para aquilo que lemos. Esse resgate de conhecimentos (valores de época, da

comunidade, lugares sociais, crenças, vivências etc) fazem parte da nossa bagagem sociocognitiva e orientam o nosso processo de leitura (KOCH e ELIAS, 2008, p. 35-40).

Nesta pesquisa, observamos que a revista *Veja* contextualizou seu discurso tendo por base um modelo construído socialmente sobre ditadura e democracia. Desse modo, o leitor constroi um sentido para o texto baseado em seus conhecimentos arquivados na memória sobre ditadura e democracia, associando-os ao contexto pressuposto pela revista[101]. Portanto, quando os meios de comunicação se utilizam dos padrões de manipulação ou outras estratégias de controle ou omissão de informações, altera-se o contexto em que a informação esta inserida e faz com que o leitor seja orientado, a partir de sinalizações oferecidas no texto, a recuperar o sentido através de inferências específicas.

A presença de certo enquadramento dos acontecimentos revela os critérios de seleção, apresentação e exclusão que o meio de comunicação considerou ao construir a informação que será apresentada ao público. A ênfase oferecida a determinado tema revela a opção consciente e intencional da política editorial adotada. Sendo assim, os recortes jornalísticos influenciam diretamente no modo como as notícias são apresentadas aos leitores, o que deve ou não ser visto através das estratégias de seleção e ênfase sobre um determinado aspecto.

[101] Segundo KOCH e ELIAS (2008, p. 64), este contexto se torna indispensável para a construção da coerência textual e, consequentemente, se constitui como "um conjunto de suposições, baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizado para a interpretação de um texto"

CAPÍTULO 4

O governo de Hugo Chávez: relações político-econômicas

Desde que chegou ao poder, em 1998, o ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, foi tema dos principais jornais e revistas, tanto na Venezuela quanto no exterior. Conhecido por seus discursos inflamados e de cunho anti imperialista, o mandatário foi considerado um grande opositor do governo norte americano. Devido às grandes mudanças político-econômicas que operou em seu país, aliadas à influência que exerceu no continente latino americano, torna-se necessário discorrer, neste 4^0 capítulo, sobre os principais tópicos referentes ao seu governo, a fim de refletir sobre os prováveis motivos de a mídia internacional e, principalmente a brasileira, retratá-lo de forma tão negativa. Desse modo, iniciaremos este capítulo com um breve panorama sobre a importância geopolítica do petróleo venezuelano e seu impacto na economia do país, que culminou no surgimento do tenente-coronel Hugo Chávez no cenário político venezuelano. Em seguida, abordaremos a eleição de Chávez, em 1998, colocando em pauta suas principais mudanças político-econômicas como elaboração de uma Nova Constituição, o lançamento de um pacote de intervenções do Estado na economia, um maior controle da estatal venezuelana PDVSA, etc. Essas e outras medidas interferiram diretamente nos interesses de vários setores dentro da sociedade venezuelana, o que culminou numa tentativa de golpe em 11 de abril de 2002.

Ao abordar o assunto golpe de Estado na Venezuela, daremos ênfase para os principais atores envolvidos no processo, como alto escalão das Forças Armadas, meios de comunicação social, elite econômica e Estados Unidos. Devido à importância desse evento, noticiado em diversos jornais internacionais, ainda iremos tecer informações sobre a relação conflituosa entre Chávez e os principais meios de comunicação, que atuaram como um dos protagonistas do golpe.

Por fim, selecionamos os principais pontos referentes à política externa de Chávez, as relações multilaterais com Mercosul, América Central e países considerados inimigos dos EUA como Irã, Líbia, China e Rússia. Essas parcerias comerciais visavam não apenas a expandir sua economia, mas também buscar vias alternativas ao comércio exclusivo com os EUA através do fortalecimento dos acordos regionais com os países latino americanos.

4.1 A geopolítica do petróleo na Venezuela

O petróleo, principal fonte de energia da economia moderna, poderá se tornar um dos fatores mundiais de disputa política. Considerado "a matéria-prima mais importante do século XXI", o petróleo serve para quase todas as necessidades imediatas: de energia destinada aos meios de transporte até como servir de matéria-prima para diversos produtos como plásticos, fertilizantes, tecidos sintéticos etc (FUSER, 2008, p. 37). Por ser um produto cada vez mais escasso, sua exploração tem motivado diversos países a controlar a política comercial e a manter relações com os países produtores, coibindo qualquer ameaça de corte ou aumento de preço na exportação.

O petróleo é um recurso econômico não renovável e, portanto, com risco crescente de escassez num momento em que a demanda mundial cresce mais rápido do que a oferta. A importância estratégica desse suprimento, aliado ao perigo de escassez, é o que tem impulsionado a disputa entre os países, bem como a busca por novos mercados fornecedores.

Um dos exemplos disso foi o que ocorreu com os Estados Unidos. Com base na análise da exploração de petróleo em 48 estados norte-americanos (exceto Alasca e Havaí), o geofísico norte-americano Marion Hubert previu, em 1956, que o pico da produção de petróleo nos EUA ocorreria em 1970, o que, de fato, se concretizou. A partir dessa data, a produção entraria em declínio, obrigando os EUA a procurar outras fontes para suprir seu mercado interno. De acordo com os dados oferecidos pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE), se a dependência norte- americana das importações continuar aumentando a uma taxa de 5% ao ano, conforme vem acontecendo, em 2025, 68% do petróleo consumido nos EUA será importado[102] (FUSER, 2008, p. 45-48)

A República Bolivariana da Venezuela, localizada na parte mais setentrional da América do Sul, faz parte do conjunto de países produtores e exportadores de petróleo, o que a coloca em uma posição de destaque no cenário político internacional. De acordo com Mommer (2003), poucos anos após o início da extração de petróleo em larga escala, em 1928, a Venezuela era considerada a maior exportadora de petróleo do mundo, perdendo seu posto, anos mais tarde, para o Oriente Médio (Apud RIBEIRO, 2015, p.258). Pesquisas apontam

[102] Vale lembrar que a imprensa norte-americana também incentivou o governo dos EUA a interferir na política de outros países com o objetivo de explorar o petróleo. De acordo com Almada (2007, pag 57), em junho de 2001, o jornal norte-americano The Nation publicou o informe do National Energy Policy Report no qual relata a necessidade de garantir para os próximos anos o fornecimento estável, seguro e barato do petróleo. Para isso, segundo o jornal, o governo do presidente Bush teria que considerar três regiões: o Golfo Pérsico, a Ásia Central, incluindo o Mar Cáspio, e o arco andino Amazônico, onde estão a Venezuela e a Colômbia, procurando conseguir o petróleo por meios diplomáticos ou até mesmo por meio da força militar.

que, hoje, a Venezuela possui a maior reserva comprovada de petróleo mundial[103], ocupa a 6ª posição no posto de produtor de petróleo e exporta 3 milhões de barris de petróleo por dia. Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA têm sido o seu principal mercado de exportação (CABRAL, 2015, p. 227).

Antes da descoberta do petróleo, na província de Táchira, em 1878, a Venezuela era um país agrícola, pobre e com pouca importância no cenário internacional. Com o governo ditatorial do general Cipriano Castro (1889-1908) e seu sucessor, o general Juan Vicente Gómez (1908-1935), a Venezuela, devido à abertura ao capital estrangeiro e à exploração do petróleo, passou a ter uma importância estratégica no mundo capitalista. Empresas britânico-holandesas como a Royal Dutch Shell e outras como a Standard Oil of New Jersey começaram sua busca incessante pela maior riqueza do momento: o petróleo. Mais tarde, com a descoberta de novos poços de petróleo, outras empresas demonstraram interesse na exploração do óleo e o negócio entre o governo e as multinacionais foi se expandindo cada vez mais, havendo um forte êxodo rural dos trabalhadores para os campos petrolíferos

Nesse período, a economia girava ao redor da indústria petrolífera e, enquanto a classe dominante venezuelana, formada pela burguesia comercial, bancária e latifundiária, aumentava cada vez mais seus lucros, a população sofria não apenas com a miséria extremada, como também a com a ditadura de Gomez:

> Em oito anos o negócio explodiu: de modestos 1,4 milhão de barris, a Venezuela produziria no final da década de 1920, 137 milhões de barris. Já era o segundo produtor mundial, atrás, apenas, dos Estados Unidos. Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia extrativista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriados com o dinheiro fácil. A duríssima repressão da ditadura gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam . (MARINGONI, 2009, p. 45)

Durante a Segunda Guerra Mundial, o petróleo venezuelano foi de grande importância no contexto internacional, pois supriu os aliados durante a guerra e, mesmo no pós guerra, desempenhou um papel essencial na crescente demanda por energia das economias europeias que começavam a se recuperar do conflito. Nesse período, na Europa, houve uma expansão do ritmo de crescimento do setor industrial e a consolidação do petróleo como principal combustível.

---

[103] De acordo com Seabra (2012, p. 21): "(...) até o presente momento, a Venezuela possui a maior reserva de petróleo pesado do planeta"

Após o conflito, a forte e crescente ligação com os Estados Unidos levou a Venezuela a ser a maior beneficiária latino-americana do Plano Marshall. Essa relação com os EUA se aprofundou durante outro golpe militar, em 1945, cujos dirigentes se comprometeram em recuar em vários pontos da legislação petroleira para beneficiar o governo norte-americano (MARINGONI, 2004, p. 93-97)

A criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em 1960, em Bagdá (Iraque), representou um marco na história do petróleo venezuelano. A organização formada por representantes da Venezuela, Arábia Saudita, Iraque, Irã e Kwait tinha como um dos seus objetivos orientar uma política de manutenção de preços estáveis do óleo e regular a produção.

Durante esse período, os indicadores sociais demonstravam que o padrão de vida na Venezuela havia melhorado, e o período de maior bonança petroleira, que durou dez anos, fez com que o fluxo de petrodólares aumentasse, fazendo a economia vicejar, além de permitir que a Venezuela aumentasse sua presença e participação política no cenário internacional:

> O auge da bonança petroleira durou dez anos. Começou em 1973, quando os países da OPEP pressionaram os preços, que praticamente quadruplicaram ao longo desse ano e novamente triplicaram até o final da década, após a Revolução Iraniana em 1979. Para os países produtores, a situação funcionava "como um bilhete premiado de loteria garantido toda semana", nas palavras do historiador inglês Eric Hobsbawn. No caso venezuelano, em especial, havia a sensação de que ninguém precisava pagar impostos para fazer o país funcionar. O fluxo de petrodólares foi até mesmo maior do que a capacidade da economia de absorver o capital (MARINGONI, 2004, p. 104)

Em 1974, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente da República e apresentou-se como o homem capaz de construir a 'grande Venezuela'. A riqueza petroleira possibilitou que os setores médios da população passassem a consumir cada vez mais, as classes populares passaram a usufruir de serviços públicos de maior qualidade e os empresários desfrutavam de crédito e incentivo para produzir mais. No entanto, o governo de Pérez foi marcado pela corrupção, que se tornou algo comum e corriqueiro (MENDES, 2012, p.83)

Em 1976, Pérez criou a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) visando à nacionalização da exploração do produto. Essa ação permitia um maior controle por parte do Estado, inclusive sobre as oscilações de preço. Juntamente com outros membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), o Ministério de Minas e Energia conservaria o elevado preço do produto no mercado. Todavia, essa política, baseada no ideal nacional-desenvolvimentista, fez com que a nacionalização fosse relativizada, ou seja, importantes multinacionais estrangeiras participariam da nova estatal como filiados, os

funcionários executivos da PDVSA receberiam altíssimos salários e seguiriam padrões técnicos que almejavam a lucros cada vez maiores, ignorando a política de preços por cotas de produção. A corrupção e o inchaço das funções do Estado não tardaram a ser alvo de críticas (MENDES, 2012, p. 87)

Ao final do mandato de Pérez, em 1979, a Venezuela começou a dar seus primeiros sinais de crise. A partir de 1980, com a desaceleração econômica mundial, a política da OPEP em aumentar os preços do óleo e o estabelecimento de cotas mais rígidas de produção para os países membros, fez com que a 'Venezuela petrolera' mergulhasse num período obscuro de sua história: a desvalorização do Bolívar (moeda nacional), elevação da dívida pública, aumento dos juros para empréstimos internacionais e consequente aumento do desemprego.

4.2 O segundo governo de Carlos Andrés Pérez e a crise do petróleo

Em 4 de dezembro de 1988, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez com o lema do seu primeiro mandato: "Democracia com energia". A despeito de seus discursos promissores, a economia agonizava. A queda acentuada dos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos anteriores, a inflação crescente, a alta do desemprego e a fuga de capitais do país fez com que o presidente anunciasse um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo objetivo era a liberação de um empréstimo de US$ 4,5 bilhões. Essa medida trouxe diversos efeitos impactantes na economia como redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento dos salários, aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, reajuste no preço da gasolina em 100%, aumento no preço dos bilhetes de transporte coletivo, privatizações em massa (sistema de portos, companhia nacional de telefones (Cantv), linha aérea (Viasa) e bancos públicos) a abertura da indústria petroleira e outros setores estratégicos ao capital privado. (MARINGONI, 2009, p. 69-75).

Com esse pacote de medidas, não anunciadas durante a campanha presidencial, não tardou para que o povo se manifestasse em diversas cidades, incluindo Caracas, através de protestos, barricadas e bloqueio de vias, o que fez com que o presidente respondesse com muita repressão e suspensão das garantias constitucionais. Essa rebelião ficou conhecida

como Caracazo e, segundo familiares e grupos de direitos humanos, deixou um saldo de 396 vítimas fatais nos cinco dias que durou a revolta.[104]

> Na década de 1980-1990, os índices socioeconômicos negativos, contra a classe trabalhadora e demais empobrecidos e a concentração de riquezas para os mais ricos provocaram a maior revolta popular na Venezuela (Caracazo, 1989), como consequência direta das políticas neoliberais aplicadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez. Segundo dados estatísticos (CEPAL) analisados por Cano (2011), o mercado venezuelano em crise (1989) reduziu as importações em 45%, a mineração interna acumulou ma redução de 7,9%, a exploração do petróleo teve um crescimento de 40% motivado pela exportação, que resultou em um crescimento de 20% da indústria. O setor de serviços teve pequeno crescimento de 15,7%. O desemprego subiu de 6% para 11%, o trabalho informal subiu de 35,4% para 41,8%. O salário médio da classe trabalhadora reduziu em 49,8% (entre 1978-1990). Os índices de indigência e pobreza acentuaram-se assustadoramente no país. O percentual de famílias baixo da linha de pobreza que estava 22% subiu para 34% e o percentual de famílias na indigência de 7% subiu para 12%. Os 20% da população urbana mais pobres que recebia (1981) 6,9% da renda do país caiu para 5,7% (1990) e os 20% mais ricos tiveram um crescimento na concentração de renda de 37,8% para 44,6% (KLEIN, 2010, p. 101).

Nesse cenário de descontentamento popular e denúncias de corrupção, na madrugada de 4 de fevereiro de 1992, oficiais do Exército comandados por um jovem tenente-coronel paraquedista, tomam a base aérea Francisco de Miranda, em Caracas, e cercam a residência presidencial. Seu nome? Hugo Rafael Chávez Frias.

Desde o final da década de 1970, Chávez e seus companheiros já mantinham contato com grupos de esquerda. Em 1977, ele já almejava criar um grupo político no interior das Forças Armadas, o Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV) e, embora não tenha prosperado, conseguiu, com mais três amigos das Forças Armadas, criar uma organização clandestina conhecida como Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), que se multiplicou em várias unidades militares do país[105].

---

[104] Para mais detalhes sobre o que foi a revolta de Caracazo ver Rovai (2007, p. 21). Segundo Bruce (2016, pag 56): "O Caracazo foi, assim, resultado de um conjunto de fatores, entre os quais: o empobrecimento da população em função de uma crítica recessão econômica e do esfacelamento das políticas públicas; a ausência de canais de mediação entre essas camadas alijadas de seus direitos e as instâncias de poder (os partidos e sindicatos foram se colocando cada vez mais a serviço das elites econômicas-ou mesmo se transformando em elites- e se viam envolvidos em escândalos de corrupção, por parte do seus dirigentes, perdendo sua legitimidade); a aplicação de políticas de cunho neoliberal, o que acabou por aprofundar ainda mais a crise econômica, sobretudo entre as camadas populares."

[105] Segundo Mendes (2012, p. 26): "O número '200' é uma referência ao bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, comemorado em 1983, próximo à fundação do movimento."

A tentativa de golpe promovida pelos jovens oficiais do Exército contra Carlos Andrés Pérez foi sufocada, e Chávez foi preso[106]. Todavia, esse acontecimento fez sua popularidade subir, e as pesquisas de opinião pública apontavam que 64,7% da população apoiavam o tenente-coronel e o viam como alguém confiável, além de ser uma possibilidade para dirigir o país (MARINGONI, 2009, p. 96).

Após a saída de Carlos Andrés Pérez, havia um crescente descontentamento popular, e o governo e as instituições venezuelanas estavam totalmente desacreditadas. Nas eleições de 1993, em que foi eleito Rafael Caldera, já se podia notar a insatisfação popular através da queda de popularidade dos partidos tradicionais e a alta abstenção do eleitorado nas eleições, uma vez que na Venezuela o voto não é obrigatório.

Rafael Caldera foi eleito com 30,46% dos votos em meio a uma crise social profunda já herdada do governo anterior: custo de vida altíssimo, aumento da inflação, fuga de capitais do país, além da queda do preço do petróleo que colaborou para deixar o país numa situação ainda mais difícil.

Numa tentativa de deter a crise, em 1996, o presidente lança um conjunto de medidas, conhecido como Agenda Venezuelana, que não destoava muito do governo anterior. Assim, o plano seguia um planejamento de aumento de impostos e do preço da gasolina, contenção nos gastos públicos, privatizações, um empréstimo do FMI no valor de US$7 bilhões e o descumprimento de acordos em relação à política de cotas da OPEP (que significava aumento da produção e queda de preços em prejuízo de outros países membros), atendendo plenamente aos interesses dos EUA.

Cada vez mais, a PDVSA se desligava do controle estatal e se aproximava do setor privado. Os grandes monopólios transnacionais do setor foram amplamente beneficiados com convênios e concessões, com duração de vinte anos, aumento de áreas de exploração, baixos valores de impostos e royalties, que deveriam ser pagos ao Estado (MARINGONI, 2009, p. 104-106). Além disso, Caldera:

> continuou também o programa de privatizações, com a venda da Companhia Nacional Siderúrgica (Sidor), e ainda foi feita a reforma no sistema de seguridade social permitindo a participação privada nos sistemas de saúde e pensão. No final do governo Caldera, os índices de pobreza haviam

[106] Segundo Seabra (2010, p. 215): "O 'fenômeno Chávez' surge pela primeira vez após sua rendição ao realizar um breve discurso de um minuto e doze segundos em rede nacional, no qual convoca seus companheiros de levante a baixar as armas. Nesse sentido, o 'fenômeno Chávez' exercia um impacto distinto sobre a sociedade. Para os 'donos do poder', representava o caráter autoritário e militarista do levante, como se este fosse simplesmente a atitude irresponsável e isolada do tenente-coronel; para as 'classes populares', o levante conferia visibilidade às insatisfações sociais de anos anteriores, capturando sua imaginação coletiva e a possibilidade de transformação do sistema vigente."

> alcançado 86% da população do país. Deste total, 65% viviam em pobreza absoluta (SANTOS, 2007, p. 115).

Hugo Chávez ficou preso desde a fracassada tentativa de golpe , em 1992, até 1995, quando obtém a liberdade durante a gestão de Rafael Caldera. Em 1996, inicia um projeto político denominado 'Agenda Bolivariana' que, inspirado nos ideais de Símon Bolívar[107], tinha por objetivo abrir o espaço político para atuação de outros grupos sociais que sempre estiveram alijados da participação política[108].

Em 1997, o ex tenente coronel Hugo Chávez Frias lança sua candidatura pelo Movimento Quinta República (MVR)[109], uma mudança do antigo Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR), mas mantendo as mesmas ideias. A boina vermelha dos militares que se levantaram em 1992 era quase a mesma usada na cabeça dos soldados e ficou como um dos símbolos do governo de Chávez posteriormente. Com sua alta popularidade e seu discurso renovador, Chávez foi eleito presidente da Venezuela, em 1998, com uma grande margem de vantagem.[110]

---

[107] Símon Bolívar, jovem oriundo da aristocracia, nascido em 1783, liderou a guerra que conduziu a libertação da Venezuela do domínio espanhol e ainda fundou quatro países: Nova Granada (Colômbia), Peru, Equador e Bolívia. Inspirado pelas ideias francesas sobre revolução, Bolívar foi considerado um anticolonialista, revolucionário e abolicionista, além de lutar pela unificação latino-americana. (HARNECKER, 2004). Para saber mais sobre Simón Bolívar, bem como suas idéias que inspirariam mais tarde o movimento bolivariano, ver Rodrigues (2012, p.51-68).

[108] Seabra (2010, p. 212), com base em Zeuske, assim caracteriza o bolivarianismo: "O Bolivarianismo pode ser definido pelos pontos essenciais do programa e da atuação histórica de Bolívar, que ainda têm grande validade contemporânea. É o caso de sua constância e perseverança revolucionárias, de sua compreensão da necessidade de união de todos os revolucionários para alcançar o triunfo da revolução, de sua orientação para uma independência plena e soberana, de suas advertências constantes contra o perigo por parte do expansionismo dos EUA. Torna-se precursor do anti-imperialismo, e seu programa de solidariedade latino-americana, com conteúdo evolucionário e progressista, objetiva alcançar um novo equilíbrio da balança internacional. (...) Em suma, o bolivarianismo se fundamenta no resgate e na continuidade do projeto de emancipação venezuelano das oligarquias político-econômicas que reproduzem a estrutura dependente, contra a subordinação do país à influência de agentes do imperialismo e a distribuição radical do poder político."

[109] Esta siga MVR (Movimento Quinta República) faz referência ao desejo de fundar uma nova República diferente das anteriores. Segundo Maringoni (2004, p. 162), a Venezuela teve quatro Repúblicas: a primeira ocorreu a partir de sua independência da dominação espanhola em 1811; a segunda foi fundada em 1813 e durou até 1814; a terceira foi criada por Simón Bolívar; e a quarta foi fundada por José Antônio Paêz em 1830 e vigorou até a eleição de Chávez.

[110] De acordo com Maringoni (2009, p. 111): "Em 6 de dezembro a vitória é acachapante. Chávez obtém 3,67 milhões de votos, alcançando, 56,2% dos votos válidos. Henrique Salas Romer obteve 32,97%, Irene Sáez, 2,82% e Luis Alfaro Ucero, 0,42%. Um total de 451 agrupamentos políticos tomou parte nas eleições. Somente onze deles obtiveram uma marca de 1% dos votos. Os outros desapareceram."

4.3 A eleição de Chávez e as mudanças na Venezuela

Chávez surgiu em um contexto de crise hegemônica, na qual os partidos políticos venezuelanos não conseguiam propor soluções para as crises decorrentes do modelo neoliberal proposto pelo Pacto de Punto Fijo[111]. A população, alijada dos processos de participação no cenário político e sem possibilidade de se fazer representar pela elite política tradicional, vislumbrou em Chávez e seu discurso antineoliberal a possibilidade de ver satisfeitas as suas reivindicações:

> Chávez capitalizou a profunda desconfiança e raiva dirigidas àqueles que estavam associados ao antigo sistema, e a sensação da maioria dos pobres na Venezuela era de que ele era um deles. Este apelo especial às inquietudes de um setor da população representaria um rompimento com o multiclassimo da política venezuelana anterior a 1989, quando o país se caracterizava pela fluidez de classes. A solidificação das atitudes e posições de classe depois de 1989, ainda que certamente estivesse longe de ser absoluta, favoreceu o marco inicial para o surgimento do chavismo (BRUCE, 2016, p. 60).

Foi assim que em 11 de dezembro de 1998, em meio a uma grave crise econômica, Hugo Rafael Chávez Frias foi proclamado Presidente da República pelo Conselho Nacional Eleitoral. Uma de suas primeiras medidas foi a assinatura de um decreto para a realização de um plebiscito sobre a convocação por uma Assembleia Constituinte. A consulta popular, realizada em 25 de abril de 1999, garantiu à base governista a maioria das cadeiras na Assembleia: das 131 cadeiras disponíveis, 119 foram ocupadas por partidos que apoiavam Chávez.

> Nesse contexto, a eleição do presidente venezuelano Hugo Chávez, em 1998, de certa forma, foi um prelúdio do que aconteceria em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai. Com histórico militar e uma tentativa de golpe em 1992, Chávez assumiu a presidência e pregou a 'refundação' da nação governada, então, por mais de 40 anos por uma elite política-vinculada aos partidos Acción Democrática (AD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI)-fortemente associada ao capital internacional e com nítidos interesses classistas (SALGADO, 2012, p. 14)

---

[111] De acordo com Salgado (2012, p. 48): "(...) o Pacto de Punto Fijo, apesar de proporcionar eleições regulares, não passava de um modelo político elitista e centralizador (principalmente entre AD e COPEI, que representavam o mesmo projeto de país, inexistindo uma alternância no governo) que distribuía as rendas do petróleo de forma desigual entre a sociedade, sendo auxiliado pelo registro do bom momento econômico vivido nos anos de 1970. Verifica-se, igualmente, que, enquanto os rendimentos do petróleo estiveram altos, foi possível manter a democracia puntofujista, sempre sob a promessa de crescimento e diminuição da pobreza. No entanto, quando estourou a crise da dívida da década de 1980 e a implantação de reformas estruturais de cunho neoliberal – que trouxeram graves consequências para a população -, os partidos tradicionais caíram em descrédito e possibilitaram o surgimento de lideranças, à margem dos mesmos."

A elaboração da Nova Constituição se tornou assunto central de seu governo naquele momento. Em 15 de dezembro de 1999, um referendo popular aprovou o novo texto com 350 artigos. O nome do país também foi alterado de República da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela.

A Nova Constituição estabeleceu cinco poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Cidadão e Eleitoral, cujo papel era promover uma democracia participativa e protagonista na vida política. Além disso, este novo modelo representativo garante uma maior fiscalização e equilíbrio institucional através de alguns dispositivos como o papel assumido pelo referendo com atribuições para revogar legislações aprovadas (artigo 70), ampliação do espaço para a formulação de leis para além da Assembleia Nacional, criação de mecanismos para o exercício da vontade popular tais como referendo, consulta popular, revocatória de mandato e assembléia de cidadãos e cidadãs, cujas decisões serão de caráter vinculante (BRUCE, 2016, pag 61).

Por essa nova Carta Constitucional, todos os cargos eletivos ficavam submetidos à suspensão, de acordo com a vontade popular, e grande parte das decisões políticas seriam aprovadas por meio de plebiscito. Desse modo, a antiga democracia representativa cederia lugar a uma democracia participativa, ampliando assim o poder decisório da população venezuelana (SOSA apud SALGADO, 2012, p. 49).De acordo com esta Nova Constituição, todos os cidadãos têm o direito de participar dos

> (...) assuntos públicos, diretamente ou por meio de seus representantes eleitos ou eleitas. A participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é meio necessário para lograr o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática (Constituição da República Bolivariana da Venezuela apud SEABRA, 2012, p. 122)

Em 31 de julho de 2000, apenas 2 anos após sua eleição, Chávez realiza um novo pleito para presidente da República, governadores, prefeitos, parlamentares e, mais uma vez, obteve uma vitória esmagadora. Hugo Chávez foi reeleito com 59,7% dos votos (uma porcentagem maior do que obteve em 1998) e a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional, conseguindo assim ampla base de apoio e respaldo popular para continuar o aprofundamento das reformas já implementadas. Nesse momento, os principais partidos da oposição e a elite

político-econômica começaram a se preocupar, principalmente por causa da Nova Constituição.

> Segundo o parecer de especialistas internacionais em constituição, a Venezuela é uma das mais avançadas do mundo, sobretudo na defesa dos direito humanos. Mas a novidade introduzida por ela é a de um conceito inédito de democracia participativa e protagônica em contraposição ao modelo ocidental de democracia representativa onde a distância, em todos os sentidos, entre o eleito e o eleitorado é abismal e o momento em que os elementos se encontram está durante as campanhas eleitorais apenas, mas concluídas as eleições, os eleitores desaparecem da cena até a próxima votação, enquanto que os eleitos pintam e bordam ao seu gosto e sem nenhum controle (AMENTA, 2010, p. 59)

As mudanças do presidente Chávez não pararam na elaboração da Nova Constituição. No mesmo ano, entre 27 e 28 de setembro de 1999, foi realizada, em Caracas, a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Membros da OPEP, a fim de firmar acordos para recompor os preços internacionais do petróleo, que enfrentava a maior baixa de preços no mercado internacional desde 1972, segundo os dados da própria OPEP. De US$ 8,84, em 1999, o barril passaria a valer entre US$ 22 e US$ 28, variando de acordo com o volume de produção obtido (GOTT, 2002, p. 117).

Além dessas mudanças, Chávez lançou um pacote de intervenções do Estado na economia: 49 leis, editadas pelo presidente da República, mediante uma Lei Habilitante. De todas as 49 leis, 3 provocaram a revolta da elite venezuelana e sua consequente disposição para o golpe futuro: a Lei de Terras, a Lei de Pesca e a Lei de Hidrocarbonetos.[112]

A primeira, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, regula sobre a função social da propriedade: ocupação, produtividade, taxação dos lotes e direito dos proprietários. Essa lei permitia uma abertura para o desenvolvimento da reforma agrária no país, através do controle e do inventário de todas as terras, principalmente daquelas consideradas ociosos. Segundo o documento, a lei:

> tem por objetivo estabelecer as bases do desenvolvimento rural integral e sustentável; entendido este como o meio fundamental para o desenvolvimento humano e crescimento econômico do setor agrário dentro de uma justa distribuição da riqueza e uma planificação estratégica, democrática e participativa, eliminando o latifúndio como sistema contrário à justiça, ao interesse geral e à paz social no campo, assegurando a biodiversidade, a segurança agroalimentar e a vigência efetiva dos direitos

[112] Para mais detalhes sobre estas leis ver Mendes (2012, p. 250-251)

> de proteção ambiental e agroalimentar da presente e das futuras gerações (LANDER apud SALGADO, 2012, p. 54)[113]

A segunda lei, conhecida como Lei de Pesca e Agricultura, atingia diretamente os interesses da indústria de pesca, uma vez que regulava o setor pesqueiro a fim de proteger a pesca artesanal e o ecossistema da região.

Por fim, a terceira lei, Lei dos Hidrocarbonetos, conferia ao Estado um maior controle sobre a atividade petroleira, reduzindo a autonomia da PDVSA, mas aumentando os repasses e impostos que o Estado, como seu único proprietário, deveria receber. Segundo os termos dessa lei, esses repasses seriam utilizados para o financiamento da saúde, educação e fundos de estabilização macroeconômica.

> Em grande parte, a oposição norteamericana se deu em decorrência da aprovação da Lei de Hidrocarburetos que aumentava a participação do Estado venezuelano nos lucros do petróleo e na reativação, promovida por Chávez, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, durante a II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP, ocorrida em setembro de 2000, ocasião em que o então presidente venezuelano promoveu a valorização dos preços do petróleo no mercado internacional, dando novo ânimo à Organização (SALGADO, 2012, p.80)

Essas 49 Leis Habilitantes, que permitiam alterações em alguns setores da economia, interferiram não apenas nos interesses da elite político-econômica venezuelana, como também nos interesses norte-americanos, pois, conforme já foi citado anteriormente, os EUA são os maiores consumidores de petróleo venezuelano. A principal voz de oposição era Pedro Carmona Estanga, presidente da Fedecámaras, associado aos discursos da imprensa venezuelana que, constantemente, publicava notas sobre a insatisfação do governo norte-americano em relação à maneira como a política de Chávez vinha sendo conduzida:

> (...) o petróleo estava, mais uma vez, no centro da luta política no país. E não se tratava apenas de uma disputa interna, travada entre gerentes neoliberais e um governo nacionalista; a questão interessava, também, aos Estados Unidos, que dependiam da liberalização do mercado petroleiro internacional para garantir o acesso facilitado a essa importante fonte de energia. Num contexto de início da "Guerra ao Terror", a interferência fiscal da Venezuela sobre a produção petroleira e sua adesão à política de cotas de produção, defendida pela OPEP, contrariavam a estratégia norte-americana para o setor (MENDES, 2012, p. 256)

[113] Tradução nossa

Os EUA sempre mantiveram um discurso muito duro em relação aos seus inimigos. Durante a Guerra Fria, as palavras de ordem eram 'guerra aos comunistas'; após o 11 de setembro, era 'guerra ao terror' e agora se lançam contra governos que não sigam as diretrizes políticas de Washington, tampouco das transnacionais.

Se, no período das eleições de Chávez, o mundo vivia 'ondas da ofensiva neoliberal', dez anos após, houve uma guinada antineoliberal, principalmente nos países da América do Sul, através de eleições de líderes de esquerda. As reformas estruturais, balizadas pelo Consenso de Washington, já não agradavam aos vizinhos sulamericanos que iniciaram não somente um discurso mais progressista, como também uma política de nacionalizações e maior controle do Estado sobre a economia conforme ocorreu na Bolívia e na Venezuela (MARINGONI, 2009, p. 180). De acordo com Seabra (2012, p. 15-16):

> De uma perspectiva latino-americana, a influência e significado da Revolução Bolivariana não podem ser desprezados. Muitos dos governos eleitos na primeira década do século XXI adotaram perspectivas semelhantes às bolivarianas e firmaram acordos internacionais solidários com este país. No lastro do processo bolivariano, podemos identificar as vitórias eleitorais de Evo Morales pelo Movimento Al Socialismo (MAS) na Bolívia em 2005 e 2009, as vitórias eleitorais de Rafael Correa também do Alianza País no Equador em 2006 e 2009, o retorno pela via eleitoral de Daniel Ortega na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua em 2007, como também o retorno pela via eleitoral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLM) com a vitória de Maurício Funes em 2008.

Chávez não só desafiou o modelo hegemônico norte americano como também mudou a face política da América Latina. O presidente valeu-se dos altos preços internacionais do petróleo, entre 2004 e 2008, para ampliar programas sociais, reestatizar empresas antes privatizadas e aumentar o poder de intervenção do Estado. Consequentemente, essas medidas elevaram o padrão de vida da população, o que lhe rendeu um aumento na popularidade. Mesmo com a crise internacional, em 2008, quando os especuladores retiraram seus capitais dos países emergentes para cobrir rombos no mercado doméstico dos EUA, o preço do barril do petróleo em queda e menos dinheiro para investir nos programas sociais, Chávez manteve sua popularidade, e seus aliados obtiveram uma expressiva vitória nas eleições para governadores e prefeitos, em um país em que o voto é facultativo (MARINGONI, 2009, p. 187)[114]

[114] De acordo com Bruce (2016, p.244-245): O apoio ao chavismo pode ser explicado, em grande medida, por certo sucesso dos programas sociais do governo. Segundo relatório feito por Mark Weisbrot, Rebecca Ray e Luis Sandoval, do CEPR (Center for Economic and Politic Research), de Washington, em balanço sobre os 10 anos do governo Chávez, houve uma significativa melhora dos índices sociais, sobretudo a partir de 2003, quando o

4.4 O golpe midiático-militar

Em 2002, cresce a tensão entre base governista e oposição. Os programas de rádio e TV reverberavam os ataques diários da elite econômica e do setor empresarial, através de uma campanha contra o governo.

Embora Chávez, através da Lei dos Hidrocarbonetos, tenha conseguido um maior controle sobre a estatal venezuelana, dentro da estrutura funcional da empresa e ocupando a maior parte da diretoria, havia membros da oposição que, aliados à imprensa, a partidos políticos e recebendo apoio da Casa Branca e do alto comando das Forças Armadas, passaram a criar estratégias para tirar o presidente do poder[115] (AMENTA, 2010, p.89).

Esses altos funcionários, a fim de provocar uma desestabilização no governo, convocaram abertamente uma paralisação geral *contra* Chávez, que respondeu com uma ordem, em seu programa ao vivo, de demissão de sete altos gerentes da empresa, bem como de todo aquele que saísse defendendo a paralisação. Essa ação do presidente provocou uma série de ataques, durante toda a semana, pelas emissoras de rádio e de televisão privados, que convocaram uma manifestação de protesto contra o governo no dia 11 de abril, em frente uma das sedes da PDVSA.

Desde a eleição do presidente Hugo Chávez Frias, os Estados Unidos sempre fizeram oposição acirrada a seu governo, utilizando não apenas os veículos de comunicação norte-americanos como também a mídia venezuelana para reverberar as vozes de oposição.

> (...) Na Nicarágua e no Chile, os Estados Unidos tiveram que comprar a imprensa. El Mercúrio, no Chile, e La Prensa, na Nicarágua, eram em boa medida financiados e controlados pela CIA. Na Venezuela, no entanto, os EUA tiveram sorte. Sem que o governo norte-americano tivesse que investir ou bajulá-los muito, os proprietários dos meios venezuelanos se submeteram voluntariamente à caravana antichavista. (GOLINGER, E. *Apud* Rovai 2007, p. 153)

---

governo passa a contar com os recursos da PDVSA: a pobreza foi reduzida pela metade, passando de 54%, em 2003, para 26%, em 2008; a pobreza extrema caiu 72%; segundo o índice GINI, a desigualdade caiu de 47%, em 1999, para 41%, em 2008; entre 1998 e 2006, a mortalidade infantil caiu 1/3; o acesso à educação, incluindo educação superior, dobrou de 1999-2000 para 2007-2008; o desemprego caiu de 11,3% para 7,8%; a aposentadoria hoje atende ao dobro de beneficiários atendidos há 10 anos; as dívidas do governo caíram de 30,7% para 14,3% do PIB e a dívida externa caiu de 25,6% para 9,8% do PIB."

[115] Segundo Almada (2007, p. 57): São inúmeros os indícios e provas de que o governo norte-americano, através do Departamento de Estado, da CIA e de sua embaixada em Caracas, particularmente após o atentado contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York (11/09/2001), apoiou e pressionou a oligarquia venezuelana, empresários da Fedecámaras (federação de empresários venezuelanos), os sindicatos pelegos da CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela), alguns militares em postos de comando, obtendo para este fim o apoio da média, com destaque para a RCTV, e do Grupo Cisneros, jornais e televisão."

Os quatro principais canais privados: *Venevisión*, Radio Caracas, *Globovisión* e *Televen* faziam a cobertura do evento, liderado por Pedro Carmona Estanga, presidente da Fedecámaras[116], e Carlos Ortega, presidente da CTV[117]. Os dois líderes, apoiados por membros do alto escalão das Forças Armadas, direcionam a manifestação oposicionista a seguir em passeata até o Palácio de Miraflores. No entanto, no exato momento, apoiadores do governo, estima-se que 3 ou 4 mil chavistas, encontravam-se neste local, que era a sede do Executivo, para manifestar seu apoio ao governo.

Quando ocorreu o encontro das duas manifestações, pró e contra Chávez, começaram muitos disparos de desconhecidos vindos do alto de edifícios e, mesmo os homens da Guarda Nacional procurando fazer uma barreira humana a fim de impedir o choque, o confronto se tornou inevitável, deixando um saldo de 19 mortos e quase 200 feridos.

As emissoras de TV fizeram uma leitura muito particular dos fatos, mostrando imagens editadas a fim de colocar a população contra o presidente. O episódio mais marcante, que mais tarde foi desmascarado, foi o confronto na ponte *Llaguno*[118]. Nesse local, a TV captou a imagem de um chavista que supostamente estaria, em cima da ponte, descarregando sua pistola contra manifestantes da oposição que passavam por baixo da ponte. Essa imagem foi transmitida diversas vezes no dia, em vários canais de TV, com análises de alguns comentaristas e de 'celebridades' da oposição[119].

O que as imagens, propositadamente, não mostraram, mas que mais tarde foi revelado, é que não havia nenhuma manifestação passando por baixo da ponte naquela hora. Na verdade, o homem mostrado nas imagens estava tentando se proteger de tiros vindos de várias direções contra os apoiadores do governo. As imagens, tiradas de contexto e difundidas em 'cadeia' por todas as emissoras privadas de televisão, causaram comoção, pois indicavam que

---

[116] Segundo Oliveira (*apud* Salgado, 2012, pag 55): "Fedecámaras é uma organização patronal, que representa a cúpula do setor empresarial venezuelano. Seus objetivos são: fortalecer a posição do empresariado, desenvolver o processo de mudança e o programa de ajuste estrutural, defendendo a abertura econômica. Afiliados a essa organização encontramos: agricultura, comércio, energia, meios de comunicação, pecuária, transporte, serviços de telecomunicação, associações bancárias e serviços de cartão de crédito, construção, indústria, minérios, seguros e turismo."

[117] De acordo com Romero (apud Antunes, 2011, pag 166): "Entre várias centrais sindicais existentes no país, a mais importante é a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), criada sob influência da Ação Democrática (AD), um partido identificado, na sua origem, com a social-democracia européia, mas que, atualmente, é o principal porta-voz do imperialismo norte-americano no país e um dos principais opositores de Chávez. (...) a CTV, braço sindical da AD, caracteriza-se por um sindicalismo corporativo e burocratizado."

[118] Para mais detalhes sobre este episódio ver Rovai (2007) e também o documentário *Puente Llaguno: las claves de uma masacre.* Direção: Ángel Palacios, Venezuela, 2004.

[119] De acordo com Rodrigues (2012, p. 133): "Com artimanhas-como passar esquetes gravados como se fossem ao vivo; construir ambientes midiáticos hostis onde havia somente passeatas pacíficas; editar falas e discursos; e, principalmente, selecionar as informações a serem transmitidas, negligenciando aspectos fundamentais deste cenário político, como a declaração de não-renúncia do presidente- as grandes empresas de comunicação conseguiram criar um clima de adversidade extrema no país."

os seguidores do presidente Hugo Chávez haviam disparado contra a multidão pacífica da oposição[120].

O presidente foi responsabilizado pelas mortes, e o general Camacho Kairuz, da Guarda Nacional, exigiu a renúncia de Chávez. A partir daquele momento, todos os canais privados de rádio e TV começaram a acelerar o processo de golpe, indicando Pedro Carmona Estanga como o "responsável pela transição", ao mesmo tempo em que alardeavam a suposta renúncia do presidente.

Na madrugada do dia 12 de abril de 2002, dois oficiais do Exército, os generais Manuel Rosendo e Eliézer Hurtado Soucre, estavam em Miraflores negociando a renúncia do presidente Chávez. Este não renunciou, embora fosse a informação transmitida pelos meios de comunicação, e foi detido e escoltado por militares, em um comboio de carros blindados, até o Forte Tiúna.

> Quem quisesse acompanhar em detalhes os meandros do golpe não deveria ir a Miraflores e muito menos ao Forte Tiúna. Também de nada valeria postar-se nas ruas de Caracas, ou em alguma guarnição das Forças Armadas. Aquele que desejasse ter uma visão privilegiada dos acontecimentos deveria ir para casa e sentar-se em frente à televisão. Era lá que o verdadeiro golpe ocorria. As emissoras privadas mantiveram uma cobertura initerrupta e ao vivo dos fatos, com entrevistas, reportagens e comentários durante praticamente toda a noite e o dia seguinte. A queda de Chávez representou um conflito político de novo tipo, um golpe midiático (MARINGONI, 2004, p. 32)

Na manhã seguinte, a Venezuela acordou com um novo presidente, Pedro Carmona Estanga, com o apoio do governo norte-americano, da elite político-econômica e dos principais meios de comunicação venezuelanos[121]. Empresários do setor de telecomunicações, financistas, representantes do agronegócio, industriais, generais, políticos leais e a alta cúpula

---

[120] "Um vídeo da ANMCLA-Associação Nacional dos Meios Comunitários Livres apresenta a cena da ponte Llaguno por inteiro. A deformação informativa foi realizada sem pudores e da seguinte forma: como os manifestantes pró-Chávez estavam sobre a ponte, que fica acima da avenida Baralt, um dos acessos do Palácio de Miraflores, e atiravam para baixo, seus disparos pareceiam dirigir-se à marcha. Era essa a versão das TVs. De fato, os militantes chavistas estavam ali para impedir que a marcha da oposição fosse ao Palácio. E, de fato, atiravam em direção à avenida Baralt. Como as imagens só filmavam os tiros e não mostravam a avenida naquele momento, a dedução óbvia de quem assistia à cena era de que teriam sido eles os responsáveis pelos assassinatos." (ROVAI, 2007, p. 38)

[121]"O respaldo norte-americano ao golpe se evidenciou rapidamente. Charles Shapiro, que dois meses antes assumira o cargo de embaixador em Caracas, visitou Pedro Carmona em Miraflores, no dia de sua posse. Enquanto isso, o FMI anunciava a disponibilização de recursos financeiros para a Venezuela." (MARINGONI, 2009).

Amenta (2010, p. 97-103) afirma que os integrantes do alto escalão das Forças Armadas, assim como os partidos de oposição e a CTV receberam financiamento dos EUA para operações contra Chávez.

da igreja católica venezuelana estavam reunidos no Palácio de Miraflores não apenas para comemorar, como dar legitimidade ao novo governo.

Assim que Pedro Carmona tomou posse, sua primeira iniciativa foi anunciar a dissolução da Assembleia Nacional, a cassação de deputados, a revogação dos 49 decretos lançados por Chávez, a suspensão das atividades do Tribunal Supremo de Justiça, anulação da Constituição vigente e a convocação de novas eleições gerais no prazo de um ano. Em seguida, ele anunciou os primeiros nomes de sua equipe presidencial, além de prometer reconduzir todos os diretores da PDVSA, demitidos por Chávez, a seus cargos anteriores e o fim do acordo firmado entre Venezuela e Cuba, em 30 de outubro de 2000, no tocante ao fornecimento de petróleo à ilha caribenha em troca de serviços médicos, educacionais e envio de remédios, vacinas e açúcar à Venezuela (MARINGONI, 2009, p. 137; AMENTA, 2010, p. 184).

Na madrugada de domingo, 13 de abril, em vários bairros populares, tiveram início diversas manifestações a favor da volta de Chávez. As pessoas se dirigiam, de forma espontânea, para o Palácio de Miraflores e para as cercanias do Forte Tiúna, exigindo o retorno do presidente ao poder.

Tropas leais a Chávez tomaram o Palácio de Miraflores, juntamente com a multidão que gritava do lado de fora. Pedro Carmona fugiu, assim como muitos de seus aliados. O golpe foi derrotado pela pressão popular e Chávez, assim como seus ministros, foi reconduzido ao poder, enquanto era ovacionado por milhares de venezuelanos.

Mesmo estando no poder com apoio popular, os ataques não cessavam. No dia 2 de dezembro de 2002, os mesmos atores envolvidos no golpe de abril do mesmo ano incitaram a realização de uma paralisação nacional, com a interrupção quase total da produção de petróleo. Essa greve, com duração de 63 dias teve como consequência a diminuição da atividade econômica, queda nas exportações e fuga de capitais. A estrutura produtiva do país e a credibilidade do governo ficaram abaladas no episódio que ficou conhecido como *El Paro.*

> O plano [da greve petroleira] não era um grande segredo. Parando a produção de petróleo e outras mercadorias (incluindo a cerveja) e, logo, fechando as escolas e hospitais do país, aqueles que apoiavam a greve acreditavam que o caos resultante separaria a maioria do país de Chávez e o obrigaria a renunciar ou, no mínimo, a convocar eleições imediatas. Como de costume, tinham confiança que eles ganhariam e voltariam ao poder. Claro que tiveram êxito em criar o caos, contudo, mais uma vez, o tiro saiu pela culatra (ALI apud BRUCE, 2016, p. 66).

Esse impacto na economia nacional, seguido de várias sabotagens, paralisação do comércio e de bancos, tinha por objetivo desgastar a imagem do presidente, além de pôr em risco sua credibilidade e autoridade governamental. Como consequência, faltaram gêneros de primeiras necessidades no supermercado, as escolas suspenderam suas aulas, o sistema de transporte quase entrou em colapso, além de filas intermináveis nos postos de gasolina. O presidente Hugo Chávez reagiu, retomando o controle da produção ao denunciar em seu programa "Alô Presidente" o ato de sabotagem e, para contornar os estragos, teve que importar gasolina, inclusive do Brasil (MARINGONI, 2004, p. 181-182).

Segundo Rovai (2007, p. 11-12), na Venezuela, houve duas tentativas de golpe orquestradas pela mídia: um golpe midiático-militar, em abril de 2002, uma vez que se reconhece o papel da mídia como protagonista na ação golpista[122], e um golpe midiático-econômico, de dezembro de 2002 a janeiro de 2003. Nesse último, os meios de comunicação realizaram uma nova ofensiva ao propagar, por dois meses, uma ação de desabastecimento de bens essenciais de consumo. Somado a isso, fizeram uma campanha de sonegação tributária ao mesmo tempo em que concediam total apoio à paralisação da produção de petróleo, que representava em torno de 50% da arrecadação fiscal do Estado Venezuelano.

Nas eleições regionais realizadas em 2004, os chavistas novamente obtiveram vitória e conseguiram o governo de 20 dos 22 estados. Diante disso, a oposição, insatisfeita com a derrota nas urnas, decidiu reagir, buscando, por via institucional, uma forma de destituir Chávez da presidência. Como a constituição promulgada por Chávez permitia a realização de referendo revogatório que prevê a destituição ou continuação de um político no exercício de seu cargo, a oposição decidiu fazer uso desse dispositivo para conquistar o poder e começou, assim, a recolher assinaturas necessárias para solicitar um referendo revogatório contra Chávez. Mesmo após muitos problemas ocasionados por possíveis falsificações nas assinaturas, em 15 de agosto de 2004, Chávez foi submetido a voto popular para que a população confirmasse novamente sua legitimidade para continuar governando como presidente da República. Chávez venceu o referendo com 58,9% dos votos a seu favor (RODRIGUES, 2012, p. 140-141).

---

[122] Segundo Maringoni (2004, p 32-33): "A maneira como as marchas oposicionistas são mostradas-de modo a sempre inflar o número de participantes- e a quase total ausência de cobertura de manifestações pró-governo formam apenas um dos muitos aspectos envolvidos no papel da mídia." Seabra (2012, p. 134-138) também discorre sobre a participação da mídia no golpe de 2002.

4.5 O 'Socialismo do século XXI' e os novos rumos da política

Em 30 de janeiro de 2005, no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre, foi a primeira vez que Chávez falou no Socialismo como parte de seu programa de governo, entrando como pauta na agenda de discussão nacional (SEABRA, 2012, p.165). Chávez proferiu um discurso de combate ao capitalismo, ao imperialismo norte-americano e a toda forma de opressão contra os povos latino-americanos, conclamando a todos a buscarem uma união e luta por igualdade e justiça que só poderá ser alcançada através de um novo modelo político-econômico, o chamado Socialismo do século XXI.

'Socialismo do século XXI' é um conceito político cunhado pelo intelectual alemão Heinz Dietrich e vem sendo utilizado para designar os pressupostos que orientam a construção de um novo projeto de sociedade que a Venezuela buscou alcançar. Segundo Alves (2015, p. 54), ao cunhar o termo 'Socialismo do século XXI', Dietrich vislumbrou uma sociedade pós-capitalista não mais regida pela economia de mercado, mas por uma democracia participativa[123].

Este termo, 'Socialismo do século XXI', também possui um significado a mais para os venezuelanos: ele remonta às raízes latino-americanas e apóia-se em ideias revolucionárias de pensadores como José Martí, Che Guevara e Simón Bolívar.

Por esses motivos, o ex-presidente Hugo Chávez vinha utilizando esse termo, desde 2005, para se referir a uma nova forma de organização social, onde a economia e a estrutura político-social do país são transformadas por meio da delegação de poder ao povo, na denominada democracia participativa e protagônica, e pela incorporação de instrumentos jurídicos e de políticas estratégicas que garantam a implementação desse novo modelo social.

O seu discurso, no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005, simboliza um marco nos rumos da política na Venezuela, pois foi a partir dessa data que Chávez não apenas admitiu o caráter socialista de seu governo como também sinalizou para um processo de mudanças estruturais, que afetaria toda a economia venezuelana.

---

[123] Segundo o intelectual alemão Dietrich (2007) apud Alves (2015, p.54), o 'Socialismo do século XXI' consiste em "(...) na busca por um modelo alternativo à economia de mercado. A idéia é criar uma sociedade pós-capitalista, que ponha fim a esse ciclo de 5 mil anos, levando em conta a intenção humanista do socialismo histórico, mas com diferenças qualitativas. Há dois elementos principais. O primeiro se baseia na economia de equivalência de valores, já discutida por Karl Marx e David Ricardo. Quero dizer que a economia deve operar sobre valores, não mais sobre preços. O segundo *é a ampla participação dos cidadãos no processo decisório, seja político, econômico ou social. O cidadão comum participará na aprovação do orçamento federal, decidirá se o país deve ir à guerra. Participará em questões federais, municipais e empresariais, podendo decidir sobre investimento e jornada de trabalho*." (grifo nosso)

Em 2006, Chávez disputou novamente as eleições presidenciais e venceu a Manuel Rosales, com 62, 84% dos votos válidos, prometendo aprofundar as mudanças já feitas em seu primeiro mandato para seguir com seu projeto de construção do Socialismo do século XXI. A partir daquele momento, Chávez prometeu criar condições políticas, institucionais e sociais para expandir o processo, priorizando a nacionalização de todos os setores estratégicos e o fortalecimento das instâncias de poder popular, além de uma reforma da Constituição de 1999 (RODRIGUES, 2012, p. 148).

Em 2007, foi publicado o documento intitulado "Proyecto Nacional Simón Bolívar-Primer Plan Socialista-Desarrollo Económico y Social de La Nación (2007-2013)", popularizando-se no país como o 1^0 Plano Socialista da Nação. Nesse plano, foram definidas as diretrizes para se estabelecer as bases da nova sociedade venezuelana e para a construção do 'Socialismo do século XXI', que prevê a construção de um novo modelo econômico, político e cultural da Venezuela baseado na estrutura social includente, e apoiado em um novo modelo social produtivo, socialista e humanista (ALVES, 2015, p. 116-122).

A reforma da Constituição de 1999, prevista dentro do Plano Nacional Simón Bolívar, era necessária para eliminar os resquícios liberais ainda presentes no texto constitucional, transformar o caráter das reformas já implementadas e começar uma nova etapa no processo de construção da Venezuela socialista. Chávez pretendia fazer a mudança de 69 pontos dos 350 artigos da Constituição[124]. No entanto, quando tais alterações foram submetidas ao referendo aprobatório, em 02 de dezembro de 2007, não foram aceitas pela população. Por uma diferença de 1,41% dos votos (50,65% disseram não à reforma contra 49,95% que votaram sim), Chávez sofre sua primeira derrota desde que chegou ao poder (SEABRA, 2012, p. 185)[125].

Mesmo aceitando a derrota nesse referendo, Chávez não desistiu de concretizar o amplo conjunto de reformas constitucionais e, em 2008, propôs não só um conjunto de Leis Habilitantes como também um referendo em 2009 para a aprovação de uma emenda constitucional, que conferia o direito à reeleição contínua de prefeitos, governadores, deputados e presidentes. Com 54,86% dos votos válidos, o chavismo, novamente, saiu vitorioso das urnas. Em 2012, Chávez, em novas eleições, derrotou Henrique Capriles com

---

[124] Sobre o conteúdo dos pontos que seriam alterados, ver Rodrigues (2012, p. 155-166)

[125] Segundo Maringoni (2009), o número excessivo de artigos reformados, o curto prazo para debate com a sociedade, a ausência de participação de partidos e movimentos populares para a redação do seu conteúdo foram apontadas como as causas da derrota nas urnas.

55% dos votos. Segundo Carmo (2012, p. 93), o que sustentou Chávez durante mais de dez anos no poder

> Não foi o autoritarismo, o uso da força, mas a luta política instigada, especialmente pela oposição, que favoreceu a mobilização popular para dar suporte ao governo. A cada nova radicalização da luta política entre os grupos anti-chavistas e a base social de apoio ao governo, Chávez respondeu com uma radicalização das propostas de participação popular nos processos políticos e decisórios do Estado e com mudanças econômicas que fortalecem as novas formas de organização social e política.

Carmo (2012, p. 94-95) e Seabra (2012) dividem o governo do ex-presidente Hugo Chávez em três fases distintas. Embora os dois autores divirjam em relação aos limites entre as três fases, ambos concordam que a terceira fase corresponde ao ano de 2007, em que Chávez sofre a derrota no plebiscito, até o final do mandato. Nesse período, há um aprofundamento do papel político dos Conselhos Comunais[126] e um fortalecimento do discurso em torno da construção do Socialismo do século XXI.

Apesar de a Venezuela ser um país exportador de petróleo, Chávez não conseguiu conduzir um processo de industrialização interno, no entanto, visando a ampliar a base de apoio popular, investiu na parte social com um projeto chamado Missões Sociais[127], que garantiria um medico e um ambulatório de primeiros socorros em cada região do país. Além desse projeto havia outros programas sociais como: Venda de cestas básicas a preços módicos, plano educacional que foi o responsável por erradicar o analfabetismo no país no fim de 2005, a implementação de escolas e faculdades, além de incentivar a economia popular através de políticas de microcrédito a cooperativas e pequenos negócios (MARINGONI, 2009, p. 154)

---

[126] O papel político dos Conselhos Comunais será discutido adiante no tópico "A democracia participativa e protagônica de Chávez"

[127] Segundo López Maya (2004, p. 118): "Missões são ações cívico-militares que têm por objetivo levar educação, saúde e alimentos, entre outros recursos, para regiões periféricas das grandes cidades venezuelanas. Uma das 'missões' mais conhecidas é a 'Missão Robinson', que tem como objetivo diminuir as taxas de analfabetismo no país. Outro exemplo é a missão 'Bairro Adentro' que se caracteriza por levar médicos cubanos aos bairros mais pobres de Caracas. Em troca deste serviço, a Venezuela vende petróleo subsidiado à ilha de Fidel.Chávez também coloca em prática os chamados 'Círculos Bolivarianos', que se caracterizam por serem grupos organizados de sete a onze pessoas que se reúnem para discutir os problemas da própria comunidade, canalizá-los para o organismo competente e buscar soluções."

4.6 Chávez e a mídia venezuelana: uma relação conflituosa

Durante toda a campanha política, Chávez sempre teve que enfrentar o discurso contrário de todos os meios de comunicação venezuelanos. Após sua vitória, esses veículos mudam sua estratégia e procuram uma aproximação com o presidente eleito. Em uma entrevista coletiva, Chávez se recorda de, nos primeiros anos de seu governo, ter recebido uma carta dos grandes meios de comunicação com indicações para o seu governo, incluindo o futuro ministro das comunicações. Diante da recusa do presidente Hugo Chávez, a mídia venezuelana, representada por Gustavo Cisneros, promoveu uma verdadeira cruzada contra o seu governo.[128]:

> A aposta dos detratores era de que Chávez seria 'mais do mesmo', assim, as invocações de Chávez sobre a *Revolução Bolivariana*, sobre a *refundação da República*, sobre o *poder popular participativo e protagônico* ainda era tolerados. É importante traçar uma explicação mais profunda sobre esta 'aposta' de Chávez ser *mais do mesmo*. Não é segredo que durante a campanha de 1998, Chávez tenha recebido financiamento do setor empresarial venezuelano, como no caso do jornal *El Nacional* e do magnata Gustavo Cisneros. Na realidade, essa é uma prática muito comum no sistema democrático, sobretudo na América Latina, muito mais que um financiamento em prol dos conteúdos expressos no programa dos candidatos trata-se de firmar um 'compromisso velado' do novo governo para com seus 'patrocinadores'. Todavia, não houve nenhum compromisso facilitado ou nenhuma nomeação destes patrocinadores a nenhum cargo ministerial ou público. Nos dois primeiros anos de seu mandato, as críticas se dirigiam à sua condição de ex-militar, de truculento, além de não ser muito 'branco'. Portanto, além de negar 'facilidades' imediatas a estes financiadores de sua campanha, outras questões foram, gradualmente, gerando indisposições maiores com as classes capitalistas venezuelanas (SEABRA, 2012, p. 133- grifos do autor).

Gustavo Cisneros, amigo íntimo de George W. Bush, é a segunda maior fortuna da América Latina e o homem mais poderoso dos meios de informação na Venezuela.[129] Com empresas em diversos países, seu poder se estende para além da Venezuela. Acionista majoritário da *Univisión*, que possui 18 estações de TV nos EUA, em 1998 aliou-se também à

---

[128] Entrevista coletiva realizada em 26/01/2003, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. (citado por Rovai 2007).

[129] Segundo Rovai (2007, p. 26): "Além da Univisión, Venevisión, Radiovisión, e Direct TV Latin America (144 canais que são vistos em 100 milhões de residências), o grupo tinha, quando do golpe de abril de 2002, participação acionária na Chilevisión e na rádio Iarc-Ibero American Radio Chile (ambas do Chile), na Caracoel Televisão (da Colômbia) e na Caribbean Communications Network."

América Online (AOL) a fim de dominar os serviços de internet na América Latina, além de possuir negócios na área de comunicação na Espanha e Portugal.

No plano político, antes de Hugo Chávez chegar ao poder, Gustavo Cisneros sempre manteve vínculos político-econômicos com todos os presidentes dos quais foi contemporâneo, independente se estes eram candidatos da AD (Ação Democrática) ou Copei (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente). Segundo Rovai (2007, p. 28), tanto a *joint venture* realizada em 1998 com a America Online, quanto a possível participação indireta do grupo Cisneros na editora Abril, possam explicar por que Chávez recebe uma cobertura tão negativa pela maior publicação da editora Abril, a revista *Veja*.

Depois da tentativa de golpe em 2002, as dificuldades estruturais do único canal de TV estatal na Venezuela, o canal 8, levaram Chávez a criar duas novas emissoras de televisão: a emissora cultural *VIVE TV*, cuja programação é constituída por documentários e programas educativos, e o canal internacional *TELESUR*[130], de iniciativa multiestatal e patrocinada por vários governos como Argentina, Cuba, Uruguai, além da Venezuela.

Além desses dois canais*: VIVE TV* (2003) e *TELESUR* (2005), Chávez ainda propôs a Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, que visa à regulamentação dos programas, veiculação de anúncios e defender o direito daqueles que tenham sido expostos injustamente nos meios de comunicação.

Em 2007, venceu o prazo de concessão da mais antiga emissora de televisão comercial na Venezuela, a *Radio Caracas Television* (RCTV). Chávez não renovou a concessão e cedeu seu espaço para a *Televisora Venezolana Social* (TEVES), de propriedade do Estado. A não renovação da concessão do canal RCTV por parte do governo, fez com que o presidente Hugo Chávez recebesse uma série de críticas e considerações negativas a respeito de seu governo, considerando-o um regime autocrático. Desse modo, os opositores do governo, por reiteradas vezes, fazem uma analogia entre o caso RCTV e as violações à liberdade de imprensa promovidas por regimes autoritários[131](BEZERRA, 2011, p. 28).

---

[130] Segundo Rodrigues (2012, p. 139): "Esta emissora multiestatal é parte de um maciço investimento do governo venezuelano, a fim de descentralizar os meios de comunicação das mãos das elites do país. Este projeto já estava na pauta do governo desde sua eleição em 1999, porém, após o golpe de 2002, ganhou ares de urgência. A idéia consistia em criar uma rede de meios de informação alternativa aos conglomerados tradicionais, vinculados à ofensiva oposicionista."

[131] Segundo Seabra(2012, p. 23): "O mais interessante é o silêncio dos meios de comunicação privados do Brasil a respeito da participação ativa desta emissora na deflagração do golpe de abril de 2002 e suas coberturas 'em nome da democracia', da paralisação-sabotagem petroleira de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Assim, no Brasil defendem constantemente a 'liberdade de expressão' em nome do sensacionalismo, da vulgaridade e da desinformação."

No entanto, vale lembrar que em vários países, incluindo os EUA, já exerceram o direito democrático de não renovar concessões que ferem sua legislação. A França, inclusive, cancelou a licença da TF1, em 2005, por esta ter negado a existência do holocausto. Os critérios de concessões e renovações não podem ser feitos de forma automática. A não renovação de uma concessão é um ato democrático e reconhecido pela União Internacional de Telecomunicações, que reconhece o direito soberano de cada Estado em regulamentar o setor (BORGES, 2009, p. 97-99).

4.7 A política externa de Chávez

Como parte de sua política externa, Chávez iniciou seu processo de inclusão da Venezuela no Mercosul e selou importantes acordos comerciais com Irã, Líbia, China, Rússia e Espanha. Em 2005, aproximou-se da Argentina comprando títulos da dívida pública do país e desejando integrar as políticas energéticas entre os dois países. No mesmo ano, cogitou a ideia de construir um gasoduto da Venezuela à Patagônia, alcançando partes do Brasil e da Bolívia.

Com a vitória nas urnas de governos chamados progressistas na América Latina (Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador e Daniel Ortega, na Nicarágua), o presidente venezuelano vislumbrou um novo mercado promissor externo, longe da órbita e do domínio norte-americano. Por isso, além dos acordos bilaterais com Bolívia, Jamaica, Nicarágua e Cuba, Chávez lançou as bases para a criação do Banco do Sul, que atenderia às demandas de desenvolvimento dos países da América do Sul.

Esse projeto contou com a assinatura de representantes dos governos do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, fortalecendo ainda mais os países que sempre foram dependentes de relações bilaterais com os EUA. Além disso, Hugo Chávez, na reunião de cúpula do Mercosul, na Argentina, em 2005, desempenhou um papel decisivo para a não implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto de integração proposto pelos Estados Unidos (MARINGONI, 2009, p. 160-161).

> A chegada de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela, em 1999, é, sem dúvida, um marco de mudanças fundamentais na política externa do país. Por mais de quatro décadas, os governos que passaram pelo Palácio de Miraflores ficaram conhecidos por seus alinhamentos em relação aos Estados Unidos, especialmente na questão fundamental de quase todo o período: a Guerra Fria e o combate ao comunismo. Chávez não somente

> rompeu com uma alternância de poder de 40 anos entre dois partidos, mas também, ao assumir o país dez anos após a queda do muro de Berlim, retirou a Venezuela, tanto da antiga lógica bipolar que não fazia mais sentido mas que resistia agonizante, tanto quanto da política neoliberal, esta unipolar e típica da hegemonia americana dos anos 90, usada como receita ortodoxa de salvação de uma economia à beira do precipício (VALENTE, 2015, p. 270)

Por sua política de cunho social e de aproximação de países de governo progressista da América Latina, o presidente Hugo Chávez foi chamado de populista pelos setores mais conservadores da sociedade. O mandatário, reconhecido como o novo líder das esquerdas latino-americanas, promovia discursos antioligárquicos e contra o imperialismo norte-americano e sua política neoliberal, bem como suas consequências maléficas no plano político, econômico, social e cultural. Além disso, apontou novos rumos para os países latino-americanos para que consolidassem uma integração regional efetiva, buscou a reforma agrária e urbana e controle do petróleo por parte do Estado, o que ocasionou choques com a elite econômica, e propôs um caminho para o que ele chamava de 'socialismo do século XXI'[132].

Essa busca por independência da política bilateral imposta por Washington aos países latino-americanos, bem como sua aproximação com Cuba, Irã e Síria, considerados, até aquele período, como inimigo dos EUA, que compunham o chamado 'eixo do mal', rendeu a Chávez ataques ferrenhos, não só da mídia venezuelana e norte americana, como da mídia brasileira.

Não é necessário observar que os EUA protagonizavam o poder capitalista no cenário geopolítico por meio da restauração da centralidade do dólar no sistema monetário internacional. Essa posição privilegiada, decorrente também da assimetria de seu poder militar, financeiro e tecnológico em relação aos demais países, permitia que os EUA controlassem não apenas os rumos da economia mundial, mas também exercessem um tipo de controle ideológico, utilizando, inclusive, os meios de comunicação de massa.

A influência da mídia sobre os campos econômico, social, político e cultural da sociedade era cada vez maior e, uma vez defendendo os seus próprios interesses empresariais, associava-se cada vez mais a um discurso neoliberal.

---

[132] Em um discurso no V Forum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2005, o presidente Hugo Chávez exclamou: "Nosso projeto e nosso caminho é o socialismo".

CAPÍTULO 5

Regimes políticos no mundo contemporâneo

Há um debate intenso tanto nos meios de comunicação como entre pesquisadores de diversas áreas sobre o que consideram uma democracia, como se constroem os regimes democráticos, qual processo levaria países de regimes não democráticos à democratização e vice-versa, o funcionamento e durabilidade de um regime democrático, o que fazer para que novos regimes democráticos sejam consolidados, o motivo de alguns países não conseguirem implantar uma democracia etc. Isso nos leva a entender que o tema possui grande relevância na agenda dos estudos políticos e dar uma definição de democracia é uma tarefa difícil, uma vez que é um conceito contestado e objeto de estudo de diversas linhas teóricas, muitas vezes, consideradas rivais (CUNNINGHAM, 2009, p. 11)

Constantemente, a revista *Veja* se refere ao ex-presidente Hugo Chávez como "ditador" e "autoritário", fazendo referência, muitas vezes, ao seu passado como militar. No entanto, democracia, totalitarismo e autoritarismo são conceitos que possuem uma pretensão universal e, muitas vezes, são utilizados pelo senso comum de forma acrítica como se não tivessem sido construídos historicamente e a imprensa vem utilizando esses termos não apenas para construir o seu discurso mas também para representar a imagem do 'outro'de forma negativa.

Cumprindo os objetivos desta pesquisa, neste capítulo, discutiremos brevemente o conceito de democracia e como houve a mudança de 'governo do povo' para 'governo eleito pelo povo', ou seja, de uma democracia com participação direta para outra representativa. Em seguida, com base em Schumpeter (1961),[133] e Dahl (2001), discorreremos sobre as principais características de um regime considerado democrático para os países que mantêm uma democracia representativa.

No tópico 5.3, com base em Pasquino (2002), Coggiola (2001) e O'Donnell (1986) abordaremos as características dos chamados regimes não-democráticos (totalitários e autoritários), dando ênfase para as especificidades de regimes autoritários, de caráter militar, que se expandiram pela América Latina nas décadas de 60, 70 e 80. Por fim, iremos expor algumas características da chamada "democracia participativa e protagônica', considerada um

[133] economista neoliberal reconhecido como um dos "proeminentes pensadores tradicionais" Cunningham (2009, p. 15)

tipo de democracia com uma maior participação da população e que vigorou durante todo o governo Chávez.

5.1 Democracia: algumas considerações

Por ser um fenômeno bastante complexo, a democracia tem ocupado filósofos, historiadores e cientistas políticos que, a partir de modelos ideais ou de explicações empíricas, propõem diferentes tipos de análise que buscam conhecer tanto a origem, o desenvolvimento e queda do processo democrático quanto as condições favoráveis para seu funcionamento, manutenção e evolução. De qualquer modo, conforme observa Pasquino (2002, p. 315): "a democracia é a forma política que, ao longo dos tempos, revelou maior capacidade de adaptação a condições diversas e de aprendizagem, assim como as maiores potencialidades de transformação."

No sentido etimológico da palavra, democracia pode ser compreendida como 'governo do povo' ou 'governo da maioria'. Na Grécia antiga, segundo Rosenfield (2003, p. 7), significava uma 'forma de governo' entre duas outras: a monarquia (ou governo de um só) e a aristocracia (governo de alguns). Nesse período, o conceito de 'maioria' possuía um significado muito restrito, pois fazia referência apenas aos cidadãos reconhecidos politicamente, deixando à margem todos aqueles que se dedicavam às tarefas de reprodução física e material:

> A *demokatia*, que significa *poder do povo*, não extinguia a hierarquia da sociedade ateniense, nem a escravatura; reconhecia apenas que, com o enriquecimento advindo do comércio e com a crescente importância dos militares para a segurança da cidade, estes não poderiam mais ser afastados das decisões políticas. (...) Do povo estavam excluídos, pelo crivo da cidadania, as mulheres, os escravos, os servos, os pastores e os estrangeiros. Os cidadãos, após a reforma legislativa, constituíam 10% da população (COSTA, 1986, p 19-20).

Os cidadãos atenienses possuíam uma participação ativa na sociedade, onde cada um assumia responsabilidades em relação aos assuntos coletivos. Os valores democráticos atenienses não eram apenas representações subjetivas que se restringissem aos direitos e questões individuais, mas eram constitutivos de uma forma de organização política. Nessa sociedade, o indivíduo era antes de tudo um cidadão, um membro que se preocupava com os destinos da comunidade. Portanto, as leis e tudo o que fosse relativo ao bem comum nasciam

de discussões políticas em espaços públicos, onde cada cidadão poderia expressar sua opinião livremente. Sendo assim, a idéia de uma representação política desvinculada dos cidadãos ou de uma 'administração' formada por um conjunto de homens que substituiria o lugar do 'público' eram situações completamente desconhecidas, uma vez que o conceito de política referia-se efetivamente ao que fosse coletivo:

> Estabelece-se uma íntima vinculação entre a encenação pública e a participação política de cada cidadão, de modo que a tensão entre as necessidades comunitárias e a participação política dos cidadãos não é rompida em proveito de um corpo administrativo encarregado dos assuntos coletivos, tal como acontece nos Estados Modernos. O *público*, na democracia ateniense, diz respeito ao conjunto da comunidade e, em conseqüência, não é apropriado por especialistas das leis e da política que, situados acima de nós, se pretendem representantes do 'bem comum' (ROSENFIELD, 2003, p. 10)

Com a chegada do Estado Moderno, o conceito de democracia sofre um deslocamento de sentido. A reorganização política das relações humanas transformou os conceitos de 'espaço público' e 'governo da maioria', em que havia não só um processo de identificação da sociedade consigo mesma, mas também uma efetiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos, em favor de uma nova forma de organização política em que o centro de poder estava situado acima da sociedade. O Estado, como governo autônomo e estruturado por uma máquina administrativa centralizada, passou a representar a sociedade, mas governando-a de uma posição que lhe é exterior (ROSENFIELD, 2003, p. 13). Desse modo, o Estado passou a ser o responsável pela defesa das liberdades civis e individuais, além de zelar pelos valores de uma economia de mercado. Essa nova forma estatal de organização do espaço público procura assegurar o bem estar individual, porém restringindo a participação de cada cidadão nos assuntos coletivos.

Após a Revolução Francesa, há uma profunda transformação nas relações sociais e o Estado ganha novas dimensões em nível político, social e econômico. Se antes o Estado absolutista representado pelo rei regulava toda a vida econômica através de uma administração centralizada, no Estado pós-revolucionário surge a ideia de uma maior autonomia no setor econômico em relação ao político. O advento de uma economia de mercado e de sua auto-regulação ao mesmo tempo em que levou o Estado a ocupar a posição de mediador em relações de troca, excluía o homem cada vez mais da participação política, reduzindo-o a um mero objeto de troca.

Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a igualdade política, extensiva a toda população, gerou a necessidade de se criar um mecanismo através do qual o povo pudesse participar das decisões políticas. Para Costa (1986, p. 66), o estabelecimento da representatividade, o sufrágio universal e a eleição dos representantes foram fundamentais para a aplicação dos princípios democráticos: "passou-se, então, à aceitação da democracia representativa, que tem por base a ideia de que um regime político é tanto mais democrático quanto mais extensa for a consulta ou a eleição de pessoas destinadas à direção política da sociedade."

Mesmo com o direito de voto, uma das importantes conquistas operárias do século XIX, o cidadão comum continuou excluído de qualquer tipo de ação política. Se o predomínio do mercado, por um lado, possibilitou uma transformação da situação material da sociedade com a conquista de vantagens sociais, por outro lado, houve uma maior adesão moral e política aos valores dessa sociedade e a busca do bem estar material de forma individual ocupou o lugar da ação política. Se outrora tivemos indivíduos preocupados com assuntos políticos da comunidade, hoje eles estão afastados de uma efetiva participação política:

> Assim, o advento de uma sociedade de mercado foi um fator central para o nascimento de novas formas de representação política bem como de novos direitos e liberdades. Isto significa que o espaço econômico do mercado foi o lugar de uma nova instituição do político: a democracia liberal é contemporânea da sociedade de mercado (ROSENFIELD, 2003, p. 29).

Desse modo, o Estado Moderno, como mecanismo administrativo, encontra-se colocado acima dos homens ainda que os cidadãos exerçam algum controle sobre ele através do sufrágio universal, e o domínio econômico-financeiro tende a se tornar independente de qualquer controle público. O Estado democrático passou a ter como função a administração do bem estar social. É uma instituição coletiva do social e do político, baseado nos direitos iguais de todos os cidadãos.

No transcorrer do tempo, apesar de todos os debates em torno do conceito de democracia, o significado descritivo geral do termo não se alterou. O que se considera que foi alterado, na passagem da democracia dos antigos à democracia dos modernos, não foi a idéia do titular do poder político que é sempre o 'povo', considerado como o conjunto de cidadãos ao qual cabe o direito de tomar decisões coletivas, mas o modo de exercer esse direito.

A democracia direta dos antigos e das cidades medievais cede espaço para a democracia representativa do Estado moderno, considerada mais apropriada. Nesse tipo de democracia, o povo não toma as próprias decisões que lhe dizem respeito, mas elege seus

próprios representantes e delega a eles o direito de decidir. Acredita-se assim que o exercício direto do poder de decisão por parte dos cidadãos não seja incompatível com o exercício indireto através de representantes eleitos, pois tanto a democracia direta quanto a indireta (representativa) tem como base o mesmo princípio da soberania popular, embora se diferenciem pelas modalidades e pelas formas como essa soberania é exercida.[134]

5.2 A democracia representativa

Os regimes democráticos atualmente existentes apresentam uma enorme variedade de estruturas, modos de funcionamento e possuem diversos elementos que definem se um país é democrático ou não. Sendo assim, o que entendemos por democracia? O que distingue um governo democrático de um não democrático?

Segundo Dahl (2001, p.12), a democracia é discutida há cerca de 2.500 anos e ainda não resultou em um consenso sobre algumas de suas questões fundamentais, pois 'democracia' tem significados diferentes para povos diferentes em variados tempos e lugares. Por esse motivo, a própria definição do que seja uma democracia exige uma explicação em termos de análise específica dos regimes políticos considerados democráticos.

Embora não seja aceita por todos os pesquisadores, a definição proposta pelo economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1961) reuniu um grande consenso durante os últimos anos porque permitiu o desenvolvimento de considerações e teorizações mais profundas. Ao criticar a teoria clássica da democracia, Schumpeter acabou desenvolvendo uma outra concepção que daria origem à chamada teoria econômica da democracia, influenciando diversos estudos e análises[135]. Além disso, conforme observa Pasquino (2002, p.317), sua definição permite identificar com precisão os regimes democráticos e os não democráticos, assim como avaliar o aumento ou redução de democraticidade de um regime.

De acordo com Schumpeter (1961, p. 328), para que um regime seja considerado democrático é necessário que se realizem eleições livres, competitivas e decisivas. Nesse sentido: "o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões

---

[134] "(...) a democracia representativa também nasceu da convicção de que os representantes eleitos pelos cidadãos estariam em condições de avaliar quais seriam os interesses gerais melhor do que os próprios cidadãos, fechados demais na contemplação de seus próprios interesses particulares; portanto, a democracia indireta seria mais adequada precisamente para o alcance dos fins a que fora predisposta a soberania popular." (BOBBIO, 2000, p.34)

[135] É tão importante a concepção Schumpteriana sobre democracia que diversos autores como Bobbio (1986) e Jaguaribe (1985) afirmam que ela é preponderante na Ciência Política.

políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor." De acordo com essa visão, os governantes procurarão observar a preferência dos eleitores, cumprir as promessas eleitorais e prestar contas de suas atividades, pois têm o desejo de serem reeleitos:

> Num regime democrático, os cidadãos-eleitores podem, portanto, contar com a responsabilização geral dos governantes. E, exatamente devido aos procedimentos eleitorais democráticos, têm a possibilidade de recompensar os que se preocuparam em ser representativos e responsáveis e de substituir aqueles cujas capacidade e prestação não foram satisfatórias por outros em quem acreditam (PASQUINO, 2002, p. 319)

Para Schumpeter (1961, p. 300), o povo não tem uma opinião definida e racional a respeito de todas as questões, portanto, o principal objetivo do sistema democrático não pode ser o de atribuir ao eleitorado o poder de decidir sobre os assuntos políticos e sim delegar esta tarefa a representantes eleitos através do voto. Segundo o economista austríaco, em comunidades pequenas e primitivas com uma estrutura social simples, em que não houvesse grandes divergências e o povo, definido na Constituição, participasse ativamente das decisões, poderíamos falar em um governo do povo. Nesse caso, o povo assim definido participaria das decisões políticas por meio de debates realizados na presença física de todos, o que seria um tipo de democracia direta; todavia, em sociedades maiores e mais complexas, devido a não possibilidade de o povo governar ou dirigir diretamente, Schumpeter propõe que 'o governo do povo' possa ser substituído pelo 'governo aprovado pelo povo':

> De acordo com o ponto de vista que adotamos, a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa com qualquer dos sentidos tradicionais da palavra *povo* e *governo*. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para a identificação do método democrático, isto é a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

Portanto, de acordo com as características de um regime democrático apresentadas por Schumpeter, o sufrágio universal se tornou um requisito indispensável nos regimes políticos considerados democráticos ou que aspirem à democracia. A inclusão de todos os cidadãos no corpo eleitoral, sem qualquer outra discriminação para além da idade, é considerada um ponto em comum em todas as democracias contemporâneas. O reconhecimento do direito ao voto é

importante, uma vez que incentiva a mobilização dos cidadãos para que eles participem da cena política. Segundo Dahl (2001, p.109):

> Para implementar a igualdade no voto, é evidente que as eleições devem ser livres e justas. *Livres* quer dizer que os cidadãos podem ir às urnas sem medo de repressão: para *serem justas*, todos os votos devem ser contados igualmente. Mesmo assim, eleições livres e justas não são o bastante. Imagine eleger representantes para um período de- digamos- vinte anos! *Se os cidadãos quiserem manter o controle final sobre o planejamento,* as eleições devem ser frequentes. (grifos do próprio autor)

Assim como Schumpeter, Dahl (2001, p.99) defende que, numa democracia, eleições livres, justas, diretas e frequentes são um requisito fundamental, mas acrescenta ainda outras exigências para que o regime democrático se concretize tais como a) liberdade de expressão sem punições, incluindo críticas ao governo e à ordem socioeconômica e ideologia prevalecente; b) acesso a fontes de informação diversificadas; c) autonomia para associações e partidos políticos, a fim não só de defender seus interesses como também garantir o funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas; d) igualdade de voto, que assegura a todos os membros oportunidades iguais e efetivas de votos; e e) cidadania inclusiva.

A esse tipo de democracia representativa moderna com sufrágio universal Dahl (2001, p. 104) deu o nome de *Poliarquia*[136]. Essa expressão foi introduzida por Dahl, em 1953, como referência a uma democracia representativa moderna. Derivada de palavras gregas que significam 'muitos' e 'governo', a expressão *Poliarquia* significa 'governo de muitos', distinguindo-se, portanto, da monarquia (governo de um) ou da oligarquia e aristocracia (governo de poucos).

Na Venezuela, assim como no Brasil, há uma democracia representativa formalizada através do sistema presidencialista. A forma de governo é republicana, na qual o presidente exerce a função de Chefe de Estado. O princípio de escolha para a forma de representação política é através do voto majoritário, mas, ao contrário do Brasil, o voto na Venezuela é facultativo.

---

[136] Segundo Dahl (2001, p. 104): "Portanto, a democracia poliárquica é diferente da democracia representativa com o sufrágio restrito-como a do século XIX. Também é diferente das democracias e das repúblicas antigas que não apenas tinham sufrágio restrito, mas faltavam-lhes muitas outras características decisivas da democracia poliárquica -por exemplo, os partidos políticos, o direito de formar organizações políticas para influenciar ou fazer oposição ao governo existente, os grupos de interesses organizados, e assim por diante."

Como já foi dito anteriormente no capítulo 3, o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez foi eleito em 1999 com a promessa de realizar, a longo prazo, modificações estruturais na sociedade venezuelana. Como presidente, seu primeiro ato foi convocar um plebiscito para que o povo decidisse se deveriam haver eleições para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que redigisse uma nova Constituição. Desse período até o final de seu mandato, Chávez participou de 15 pleitos eleitorais envolvendo eleições, referendos e plebiscitos[137]e governou a Venezuela por quase 14 anos[138]. Portanto, de acordo com a definição de Schumpeter (1961) e Dahl (2001), a Venezuela estaria dentro do conjunto de países considerados democráticos. Segundo Gott (2004, p. 199): "Como para escapar da crença generalizada de que era um ditador militar em potencial, o presidente Chávez estava ansioso, desde o princípio, por submeter cada um de seus atos à vontade do povo."

Se na Venezuela, durante o governo de Hugo Chávez, houve eleições "livres, diretas e frequentes", tal como defendido por Schumpeter e Dahl, qual a razão de a revista *Veja* referir-se a ele como um ditador? No material analisado para esta pesquisa, encontramos diversas passagens em que Chávez é associado a regimes considerados não-democráticos. Na reportagem "Um Fidel com petróleo", percebemos uma clara contradição no discurso da revista:

> Com o cubano Fidel Castro no leito de morte, **o coronel Hugo Chávez, ditador eleito da Venezuela**, está se apresentando como o novo farol da esquerda revolucionária na América Latina. "Ninguém vai me impedir agora de construir o Socialismo", disse Chávez, na semana passada, depois de reeleito para mais seis anos no poder. (Um Fidel com petróleo, *Veja* ,ed. 1986 de 13/12/2006- grifo nosso)

Nessa passagem, percebemos que, mesmo a revista assumindo que Chávez foi reeleito pelo voto popular para governar a Venezuela por mais seis anos, ainda assim o chama de

---

[137] Bruce (2016, p. 244), com base em Ellner, afirma que: "Nas inúmeras eleições, plebiscitos e referendos (foram cerca de 15 pleitos, entre eles o referendo aprobatório da Constituição de 1999, as eleições presidenciais de 2000 e 2006, o referendo revogatório de 2004, a reforma constitucional de 2007 e a emenda constitucional de 2009), os chavistas ganharam na maior parte das vezes com percentagens significativamente altas e com taxas de abstenção baixas."

[138]De acordo com Buce (2016, p 30) Embora o padrão de institucionalidade européia envolva o princípio de eleições regulares e alternância de poder, nem sempre este último é obrigatoriamente seguido: "Durante o século XX, países arquétipos da democracia liberal contaram com dirigentes que se perpetuaram no poder durante muitos anos, tais como Franklin D. Roosevelt (1933-1945), nos EUA; Charles de Gaulle (1959-1969) e François Mitterand (1981-1995), na França; e Margareth Tchatcher (1979-1990), na Inglaterra. Somente em tempos mais recentes, nos EUA e na França, foram aprovados limites para reeleições e reduções na amplitude de mandatos para evitar a longa permanência no poder de uma única liderança."

"ditador eleito", contrariando os princípios e regras que determinam se um país é democrático ou não.

De acordo com Pasquino (2002, p. 320), além do sufrágio universal, para que um regime seja considerado democrático, "é igualmente importante que os cidadãos possam exercer livremente atividades consideradas fundamentais para a estruturação do voto (petições, críticas, manifestações) e direitos considerados irrenunciáveis na vida democrática (reunião, expressão, imprensa)." Também neste sentido, podemos ainda considerar a Venezuela como um país considerado democrático, pois a Nova Constituição, promulgada em 1999, não apenas garante a liberdade de expressão, como também englobou um conjunto de modalidades participativas, próximas à democracia direta, combinadas à democracia representativa[139], conforme será discutido adiante no item 'Democracia participativa e protagônica"

Os regimes democráticos apresentam uma grande diversidade no que diz respeito aos seus sistemas institucionais, partidários e ao seu funcionamento. Essa diversidade nos conduz a variadas modalidades de classificação dos regimes democráticos.

Segundo Dahl (2001, p.73-79), apesar de suas falhas, a democracia, devido aos seus muitos benefícios, apresenta mais vantagens do que qualquer outra opção tais como: evita a tirania, garante os direitos essenciais, a liberdade pessoal mais ampla, a autodeterminação, a autonomia moral, os direitos de propriedade, o desenvolvimento humano, a proteção dos interesses pessoais essenciais, a igualdade política, além de promover a busca pela paz e prosperidade.

5.2.1 Críticas ao modelo de Schumpeter

Os críticos de Schumpeter avaliam que exclusões informais continuam em sistemas eleitorais correntes e, por isso, compreendem a democracia e incentivam abordagens que envolvam uma participação maior do cidadão do que somente o voto (CUNINGHAM, 2009, pag 32). Sendo assim, longe de se restringirem aos benefícios da política eleitoral, os críticos

[139] Como exemplo de instrumentos que garantem a plena participação popular, há quatro tipos de referendos propostos pela Constituição de 99 e que já foram utilizados, inclusive, contra Chávez conforme já foi discutido em 4.4) O golpe midiático-militar. São eles: "o consultivo, que submete à consulta questões de amplitude nacional (art.71); o revogatório, que após transcorrido metade do mandato, todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis (art.72); o confirmatório, que submete a aprovação de acordos, convênios ou tratados internacionais em discussão na Assembleia Nacional (art. 73); e, ab-rogatório, que submete à consulta a possibilidade de abolir, parcial ou totalmente, leis ou decretos com força de lei (art 74)" (SEABRA, 2012, p. 124).

estão interessados em expor o modo como esse sistema perpetua subordinações de grupos ou relações de dominação, e a exclusão da efetiva representação das pessoas Para eles. A concepção schumpeteriana "reduz a democracia a uma questão de método, dissociado completamente dos fins, valores e interesses que animam a luta dos atores coletivos" (BORÓN, 1994, p. 8)

> Enquanto na Grécia as decisões eram tomadas segundo a participação e o voto majoritário dos cidadãos, na democracia representativa, a maioria que elege seus representantes não tem acesso às decisões políticas, nem é sobre elas consultada, nem pode exercer qualquer forma de coerção sobre o desempenho de seus representantes. À população eleitora resta, apenas, a possibilidade de mostrar seu descontentamento numa eleição seguinte, rejeitando os nomes anteriormente escolhidos. Esse mecanismo tem apenas o poder do protesto. Portanto, no sistema de representativo, a primeira contradição facilmente verificável é que o poder sobre o povo é exercido por uma minoria eleita pela maioria, ou seja, as chamadas lideranças políticas ou elites políticas (COSTA, 1986, p. 66).

Segundo as críticas recebidas, no modelo de Schumpeter, não só a democracia seria reduzida à concorrência eleitoral como também, durante o mandato, o povo não teria poder de interferir nas decisões do governante, que teria um imenso poder e estaria livre para seguir com qualquer política, excluindo a participação do cidadão. No entanto, conforme lembra Pasquino (2002, p. 322), o desejo da classe política em ser reeleita e o receio das sanções do eleitorado e da opinião pública em caso de desvio de conduta dos governantes, faz com que estes sejam responsabilizados pelos seus atos. Além disso, esse método democrático permite que os partidos derrotados nas eleições anteriores se organizem de forma a liderar uma posição atenta, crítica e sempre pronta apresentar propostas e alternativas ao governo. Portanto, para Pasquino (2002, p. 322), a definição de Schumpeter para democracia "compreendida em todo o seu alcance e considerada sem distorções, permite captar a essência do método democrático, ou seja, as condições políticas de afirmação de um regime democrático pluralista."

As formas através das quais a democracia se apresenta são temporárias e procuram se adaptar às necessidades históricas e à conjuntura político-econômica de cada nação. Não há uma proposta política de caráter universal. Antes, há uma pluralidade de modelos democráticos vigentes e que tendem a permanecer como um conjunto de alternativas e de perspectivas particulares que decorrem do contexto das relações internacionais.

5.3 Regimes não-democráticos[140]

Os regimes não democráticos constituem a maioria dos regimes políticos contemporâneos[141]. Embora apresentem uma variedade notável de características e a literatura sobre esse tema seja vasta, percebe-se uma convergência quanto à identificação das características que distinguem esses regimes, bem como aquelas que os definem.

Todos os regimes nos quais o respeito pelos direitos dos cidadãos não esteja garantido, não sejam realizadas eleições, os detentores do poder político conquistem seus cargos recorrendo ao uso da força, e os governantes exerçam o poder de forma totalmente arbitrária, devem ser considerados regimes não- democráticos (PASQUINO, 2002, p. 283).

Como exemplo de regimes não-democráticos temos os regimes autoritários e os totalitários que, apesar de o senso comum tratá-los como sinônimos, há diferenças significativas entre eles. Pasquino (2002, p. 285-287) afirma que as duas definições gerais para regimes autoritários e totalitários existentes na literatura especializada são aceitas pela maior parte dos autores como ponto de partida. Desse modo, o autor, com base nas apreciações críticas do cientista político espanhol Juan Linz, definiu os regimes autoritários como aqueles que

a) Apresentam pluralismo político limitado, ou seja, ausência de concorrência eleitoral (ou de qualquer outro tipo) e de formas de avaliação da representatividade. Além disso, são poucas as organizações autorizadas a manter e exercer o poder político, ficando estas submissas ao poder do líder. Esse tipo de pluralismo político limitado, referenciado por essas poucas organizações autorizadas, não pode ser confundido com o pluralismo democrático que é caracterizado como 'ilimitado, concorrencial e responsável', elementos constitutivos dos regimes democráticos;
b) A classe política do regime não presta conta de seus atos. Como não há eleições e, portanto,nenhum eleitorado, as organizações autorizadas a sobreviver não precisam responder a ninguém pelos seus atos, ou seja, há uma ausência de responsabilidade. As várias esferas da sociedade (instituições militares, Igreja, a

[140] Os cientistas políticos Linz e Stepan (Apud Pasquino (2002, p. 295)), propuseram uma classificação dos regimes não democráticos em regimes autoritários, totalitários, pós-totalitários e sultânicos. No entanto, para os fins desta pesquisa, faremos referência apenas aos regimes autoritários e totalitários.
[141] Segundo Pasquino (2002, p. 283), no início dos anos 90, o número de regimes não democráticos continuava a ser superior ao dos regimes democráticos (71 regimes não democráticos contra 58 democráticos).

organização burocrática do estado e as poucas organizações existentes) têm um modo de funcionamento autoritário, nas quais o poder flui de cima para baixo ou através da cooptação de dirigentes que demonstrem aderência ao regime e deferência para com o líder;

c) Ao contrário de uma ideologia de referência devidamente articulada, os regimes autoritários caracterizam-se por mentalidades próprias e flexíveis, que se traduzem como conjuntos de crenças menos codificadas, menos rígidas, com margens de ambigüidade interpretativa e investidas de um papel específico. Um exemplo de mentalidade autoritária muito difundida é aquela que faz apelo a uma trilogia tradicional (Deus, Pátria, Família) e serve de fundamento para diversas experiências autoritárias;

d) A presença de um líder específico que exerce o poder político dentro de limites mal definidos, essencialmente arbitrários e relativamente previsíveis. No exercício de seu poder político, há um forte componente personalista mesclado com alguns elementos carismáticos.

Todos os regimes autoritários são tratados segundo suas próprias características, o que nos permite dizer que nenhum deles pode ser considerado monolítico, assim como não são idênticas as forças que os impulsionam em direção à democracia. As transições dos regimes autoritários para democráticos, ainda que segundo padrões previsíveis, são condicionadas e definidas pelas circunstâncias históricas e peculiares de cada país.

Já os regimes totalitários, segundo os cientistas políticos Carl Friedrich e Z. Brzezinski (apud Pasquino 2002, p.292), além da presença de uma ideologia oficial, o totalitarismo caracteriza-se pela presença de um partido único; uma polícia secreta consideravelmente desenvolvida; o monopólio estatal dos meios de comunicação; controle centralizado de todas as organizações políticas, sociais e culturais; uso dos aparelhos de repressão contra grupos de oposição e a subordinação total das Forças Armadas ao poder político. Em suma, há um controle absoluto da vida e do destino das pessoas através da centralização total do poder. Como exemplos de regimes totalitários temos o nazismo e o stalinismo.

Os regimes totalitários apresentam um absoluto repúdio à democracia formal, possuem o partido oficial (único admitido oficialmente) que se encontra rigidamente organizado e burocratizado. O líder máximo desse partido é o ditador que exerce o controle absoluto da sociedade por meio de um forte aparelho repressivo, o que levou Chasin (2012, p. 15) a dizer que o conceito de totalitarismo traduz a idéia de “monopólio do poder”.

Além da importância constitutiva do terror e da violência imprevisível e arbitrária, devemos também considerar a existência de um universo concentracionário, ou seja, uma presença ameaçadora do terror, como característica básica dos regimes totalitários. Este universo inclui uma instituição penal criada para punir e reprimir crimes e delitos, e uma estrutura política que extirpa setores e grupos inteiros da sociedade (FISICHELLA apud PASQUINO, 2002, p. 292).

5.3.1 Regimes autoritários: a ditadura militar

Assim como nas democracias, há diferenças importantes e significativas entre as inúmeras ditaduras existentes hoje em dia. No entanto, de um modo geral, podemos definir a ditadura como sendo um regime político no qual o governo se encontra sob o monopólio de uma só pessoa (ou por um grupo de pessoas como no caso das juntas militares), que detém o poder. Mesmo com toda a centralização exercida por um governo ditatorial, o poder do ditador não emana de sua própria figura nem é irrestrito. Pelo contrário, todo regime político submete-se aos interesses de uma determinada classe social e é dela que emana este poder. Desse modo, o poder do ditador só é irrestrito dentro dos limites estabelecidos por esta classe social da qual ele é representante (SPINDEL, 1992, p. 7-8).

Nesse tipo de regime político, as regras do jogo político se tornam extremamente variáveis. Além disso, ao assumir o poder, este tipo de ditadura, dado o seu caráter repressivo, tende a eliminar toda e qualquer tipo de oposição, incluindo todas as instituições consideradas contrárias à ordem social. Consequentemente, a ditadura autoritária tende a impedir qualquer tipo de mobilização popular ou participação do povo no processo político. Antes, procura realizar eleições indiretas para a maior parte dos cargos públicos (SPINDEL, 1992, p. 36-39).

Com o intuito de reforçar sua dominação política, os regimes autoritários modernos exercem um grande controle dos meios de comunicação de massa, favorecendo a ampliação apenas das emissoras de propriedade de grupos aliados para fins de controle social (SPINDEL, 1992, p. 39-42)

A maioria dos regimes autoritários surgidos no segundo Pós-Guerra na América Latina é marcada pela presença e atuação de organizações militares[142]. Nesse tipo de regime

[142] Para Cardoso (1982, p. 43), quando falamos em regimes militares na América Latina, é necessário fazer uma distinção entre os regimes militares implantados na América Latina recentemente dos caudilhos do século XIX que dominaram a mesma região: Embora os regimes militares governem em grande parte da América Latina, é

autoritário, as Forças Armadas tornou-se o grupo dominante sem o qual a instauração e manutenção do regime não seriam possíveis. O cientista político argentino Guillermo O'Donnell (1986, p. 80-81) chamou a esses regimes, dominados pela presença militar, de burocrático-autoritários e elencou diversas características específicas: a) a base social é representada por uma burguesia oligopolista que ultrapassa fronteiras nacionais; b) os militares, especialistas na coerção, têm papel fundamental e decisivo; c) exclusão política do setor popular através da proibição coercitiva de formar organizações e/ou controle ou proibição dos sindicatos por parte do governo; d) as instituições democráticas e os direitos de cidadania são abolidos; e) o sistema capitalista de concentração da propriedade reforça as desigualdades na distribuição de recursos; f) a estrutura produtiva é transnacionalizada; g) restrição da arena política basicamente para ações dentro do aparelho do estado, onde atuam membros desse aparelho -civis e militares- e as cúpulas de grandes organizações privadas; e h) os canais de acesso à representação, vedados às classes populares, servem às Forças Armadas e aos interesses dos grandes oligopólios.[143]

Os regimes militares que se espalharam pela América Latina nas décadas de 1960 e 1970 são exemplos de regimes autoritários. Com um enfoque tecnocrático e burocrático e buscando promover o crescimento industrial através de investimentos estrangeiros maciços, este tipo de regime passou a ser chamado por alguns pesquisadores de modelo autoritário-burocrático e parecia representar um resgate de um tipo de autoritarismo que já havia existido nas décadas de 1930 e 1940 (COLLIER, 1982, p.15)

Embora apresentem enormes diferenças entre si, a análise histórica do período dos governos militares latino-americanos permite apresentar um panorama de característica comuns a todos eles: dissolução das instituições representativas, militarização da vida política e social em geral e o crescente poderio econômico, social e político da instituição militar (COGGIOLA, 2001, p. 11).

---

essencial fazer distinções entre eles. Ao classificar essas diversas situações devemos evitar uma confusão entre o *caudillismo* do velho militarismo latino-americano (como no caso do Paraguai) ou do *caudillismo* baseado na família (como no caso da Nicarágua), e o controle mais institucional do poder pelo corpo de oficiais como um todo que existe em alguns outros países. Foi com o objetivo de fazer distinções efetivas deste tipo que os cientistas sociais que tentaram primeiro caracterizar o novo militarismo sul-americano acrescentaram outro adjetivo: 'burocrático'. Tem sido sustentado que o traço característico dos regimes implantados na América Latina nos anos mais recentes reside precisamente no fato de que nestes regimes não é um único general ou coronel que, como os *caudillos* do século dezenove, impõem uma ordem pessoal por decretos. Em vez disso, é a instituição militar como tal que assume o poder a fim de reestruturar a sociedade e o estado."

[143] Segundo Collier (1982, p. 32): "Os casos de autoritarismo-burocrático considerados por O'Donnell são o período pós-1964 no Brasil, o período de 1966 a 1970 e o período pós-1976 na Argentina e o período pós-1973 no Chile e Uruguai. Exemplos importantes de outras regiões incluem o período posterior de Franco na Espanha e os sistemas autoritários que emergem em vários países europeus orientais entre as duas guerras mundiais."

No Brasil, o golpe militar ocorreu em 31 de março de 1964 com a destituição do presidente João Goulart e a subida do novo governo, graças à intervenção política e o apoio logístico, material e militar dos EUA a grupos oposicionistas. O novo Estado militar estabeleceu-se através de um novo programa de desenvolvimento baseado na livre iniciativa e combate ao comunismo internacional. Para isso, o novo regime lançou mão de alguns dispositivos autoritários que passaram a comandar a vida política no país. Dentre eles estava a eleição indireta do presidente da República, aumento do poder executivo e suspensão de diversas garantias constitucionais com o fim da harmonia e independência dos três poderes (COGGIOLA, 2001, p.15).

À medida que os anos passavam, o regime militar no Brasil revestia-se de um caráter cada vez mais autoritário. As medidas repressivas, sistematizadas através dos atos institucionais, com perdas das garantias constitucionais, estado de sítio, intervenção nos estado e municípios fez com que vários agrupamentos de oposição ao regime empreendessem diversas ações armadas por todo o país. Na luta contra as forças repressivas do Estado Militarizado, diversas pessoas foram presas, de forma violenta e arbitrária, e muitas foram torturadas e assassinadas (COGGIOLA, 2001, p.23).

O regime militar deixou de herança ao país inúmeros problemas que até hoje marcam a vida nacional, destacando-se o atraso no desenvolvimento das instituições democráticas; o agravamento das desigualdades sociais decorrente do modelo de desenvolvimento posto em prática pela ditadura, fundado no arrocho salarial e na repressão, aos movimentos populares reivindicatórios; uma grande dívida externa do país e uma elevada dívida interna pública, além de uma estagnação do desenvolvimento da economia nacional em consequência desse endividamento (SOARES, 2004, p.33).

As nações sul-americanas devotam grande desconfiança e até mesmo uma aversão aos militares[144]. A nossa história demonstra que as Forças Armadas brasileiras quase sempre se posicionaram ao lado das classes dominantes e de seus interesses econômicos e políticos. A tentativa de resistência ao golpe de Estado foi duramente reprimida com prisões, sequestros, morte e tortura. Operaram todo tipo de violência contra os que lutavam contra o regime de exceção. Segundo Coggiola (2001, p.9), as consequências do período histórico dominado por regimes militares, que marcou a América Latina entre 1960 e 1980, são sentidas até hoje, não

[144] Segundo Soares (2004, p.35): "Aqui, cabe considerar-se que os militares, em última instância, desempenharam em todo esse processo a função de braço armado do capital monopolista transnacional, aliado aos setores conservadores e direitistas das classes dominantes 'nacionais'. Esses regimes arbitrários, como se sabe, adotaram como objetivo central barrar as reivindicações e as conquistas das massas trabalhadoras e se apoiaram na manipulação do discurso ideológico maniqueísta típico da Guera Fria."

tendo sido superadas. Seus efeitos deletérios advindos de torturas, exílios temporários que se tornaram definitivos, etc, autoriza-nos a dizer que "a América Latina nunca voltará a ser a mesma depois da 'era das ditaduras'."

Mesmo que, de forma inconsciente, os brasileiros aceitem hoje em dia "com uma certa passividade" a existência da tortura durante a ditadura e a impunidade dos torturadores ao não cobrar reparação dos abusos históricos produzidos pelos agressores durante este período (KEHL, 2010, p.123), pelo menos no plano verbal, a ditadura e o que dela ficou é concebida como algo intolerável e que deve ser rechaçada, ou seja, mesmo não havendo um desejo de reparação e justiça em relação aos oprimidos pela ditadura e punição aos seus algozes, ainda assim há um sentimento de rejeição em relação à instituição desse tipo de regime.

A Revolução Bolivariana é impulsionada por uma vanguarda saída das Forças Armadas. O exército da Venezuela, diferente dos outros países do Cone Sul, se separa da oligarquia venezuelana e se afasta da tradicional doutrina de segurança nacional, aproximando-se do povo. Se, em países que viveram a ditadura militar no Cone Sul, os militares estão associados à perseguição, violação dos direitos humanos, arbitrariedades, alinhamento ao plano ideológico dos EUA e a serviço das oligarquias locais, na Venezuela as Forças Armadas desempenham um outro papel:

> O que se passa na Venezuela, então? E aqui há que entender, compreender, outra peculiaridade das Forças Armadas da Venezuela, que são forças armadas bem diferentes daquelas que pertencem ao Cone Sul, pois são forças armadas que conservaram muita mobilidade social das camadas mais humildes da sociedade, não são forças armadas que se converteram numa casta à parte, independente da sociedade. Nunca se conseguiu transformá-las, por exemplo, como as Forças Armadas chilenas, o Exército chileno, utilizado contra seu próprio povo, debaixo do conceito de 'defesa da pátria', como também se deu na Argentina, no Uruguai e no Brasil. (Entrevista com o cientista social e internacionalista Juan Miguel Diaz Ferrer em 20/10/2005, apud Almada 2007, p 112-113)

Embora, na Venezuela, o ex-presidente Hugo Chávez nunca tenha feito uso de certos dispositivos autoritários (tais como eleição indireta de presidente da República, suspensão das garantias constitucionais e dissolução das instituições representativas) já apontados por Coggiola (2001) como típicos de governos não-democráticos, a revista *Veja* sempre o associa a um governo autoritário, procurando sempre ressaltar sua origem militar:

> O índice de popularidade do **coronel golpista** que acabou eleito nas urnas bate hoje nos 59%, um número de matar de inveja os presidentes dos países vizinhos. Quarenta anos de governos democráticos corruptos e ineficientes não conseguiram transformar a Venezuela em uma nação rica. O país é uma das potências petrolíferas mundiais e, no entanto, 80% de sua população é constituída de gente pobre. Com essa experiência negativa a respeito de governos democráticos, a Venezuela resolveu botar fé no **coronel Chávez**, um político carismático e de discurso inflamado contra os ricos. (O charlatão bolivariano, *Veja*, ed. 1707 de 17/04/2002- grifo nosso)

> Eleito e reeleito pelo voto popular, **o tenente-coronel Hugo Chávez Frías** tem torpedeado sistematicamente as instituições democráticas para implantar o que ele chama de 'Socialismo do século XXI'- uma mistura do pior que têm a oferecer o populismo, o ultranacionalismo e o esquerdismo em suas manifestações mais infantis. (Louco por uma guerrinha, *Veja*, Ed. 2125 de 12/08/2009-grifo nosso)

No entanto, o que a revista omite é que a tradição militar da Venezuela vem de longínqua data[145]. Desde Simón Bolívar, conhecido por conduzir a América espanhola à independência, até o papel que adquiriram em zelar pela paz social e garantir a proteção da soberania nacional, as Forças Armadas venezuelanas, formadas em sua maioria por pessoas provenientes das classes mais pobres do país, sempre se diferenciaram de outros países (RODRIGUES, 2012, p. 97)

Em entrevista ao sociólogo alemão Heinz Dietrich (apud Almada (2007, p. 201)), o próprio Chávez aponta para esse fato e reconhece que vários setores da opinião pública sul-americana, sobretudo entre as forças progressistas e intelectuais, não veem com bons olhos os militares, associando-os aos anos de truculência da ditadura militar. Para mudar esse cenário e aproximar civis e militares, abrindo espaço para um processo de cooperação mútua, é necessário, segundo Chávez, estimular um maior debate sobre o tema no continente latino-americano, incentivando os militares para que participem dos processos de transformação social e ocupem um novo papel na sociedade:

> Quanto custou aqui na Venezuela romper os muros que dividiam o mundo militar do mundo civil? Quanto custou demolir os conceitos antimilitaristas, muitos deles bem fundamentados, nos setores populares, nos setores alternativos, de esquerda, revolucionários, enfim, do povo venezuelano?

[145] Segundo Rodrigues (2012, p31-32), as alianças cívico-militares são característica constante na história político-social venezuelana desde o processo de independência da América espanhola. Até mesmo o Partido Comunista Venezuelano (PCV) realizou uma aliança com militares mais progressistas contra a ditadura de Pérez Jimenez na década de 1950.

> Custou praticamente uma década e ainda existem setores no país que enxergam o mundo militar com preconceito, com posições assumidas há muitos anos, posições às vezes petrificadas. Entretanto, neste país, temos conseguido vencer etapas e, hoje em dia, a Venezuela caminha com bastante força nesse processo de integração cívico-militar. (...) Aqui não só abrimos o debate, mas conseguimos, por ocasião da Assembleia Constituinte, incluir na Constituição uma nova missão para a Força Armada venezuelana. A Consituição Bolivariana considera que a Força Armada é a tradicional por um lado, isto é, garantir a soberania nacional, a segurança e defesa do país, mas, por outro lado, tem também a missão de participar ativamente nas tarefas de desenvolvimento nacional (Trecho de uma entrevista de Chávez concedida ao sociólogo alemão Heinz Dietrich (apud Almada (2007, p. 202-204))

Os militares na Venezuela, o Exército em particular, são diferentes dos outros países da América Latina, pois os seus integrantes eram provenientes das classes mais pobres: camponeses, operários e trabalhadores em geral. Desse modo, ao se formarem oficiais, esses militares ainda mantinham laços de convívio com a população mais pobre em geral (normalmente gente de sua própria aldeia), acesso aos seus problemas e isso repercutia dentro das Forças Armadas.

Por outro lado, a experiência de repressão militar dos anos 60,70 e 80 em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile é um fator de resistência da sociedade civil à integração militar. O medo do militarismo, da repressão e do emprego das forças militares para reprimir a população civil estão ainda presentes na memória social.

A Revolução Bolivariana da Venezuela possibilitou, pela primeira vez na história do povo venezuelano, uma aliança entre Forças Armadas e povo organizado. Foi essa integração cívico-militar que possibilitou uma constante luta tanto no plano político-econômico como também no ideológico contra possíveis inimigos (tanto externos quanto internos) da revolução, funcionando como dois pilares fundamentais de sua estratégia. Segundo Ferrer (apud Almada (2007, p. 64)), essa aliança entre o povo organizado e as Forças Armadas é importante

> (...) para a realização e defesa de um projeto de país caracterizado pelo Estado de direito e de justiça social com um sistema político de democracia participativa e protagônica que garante a soberania popular e nacional, orientado para a substituição do capitalismo neoliberal por um modelo socioeconômico humanista e solidário que defende a sua integração com os povos irmãos da América Latina e do Caribe.

Essa integração cívico-militar transformou-se em uma unidade de organização e ação conjuntas para o desenvolvimento de amplas políticas sociais com o objetivo de criar uma

infra-estrutura que possibilite o desenvolvimento nacional, proteção da população, defesa do território, preservação da ordem interna e, acima de tudo, respeito aos direitos humanos. Dessa forma, civis e militares se tornariam co-responsáveis pelo desenvolvimento do país e pela sua segurança. Dessa integração entre o povo e Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica e Guarda Nacional) nasceu o Plano Bolívar 2000 que deu início às diversas missões sociais[146]:

> A segurança da Nação se fundamenta na co-responsabilidade entre o Estado e a Sociedade Civil para dar cumprimento aos princípios de independência, democracia, igualdade, paz, liberdade, justiça, solidariedade, promoção e conservação ambiental e afirmação dos direitos humanos, assim como na satisfação progressiva das necessidades individuais e coletivas dos venezuelanos e venezuelanas, sobre as bases de um desenvolvimento sustentável e produtivo de plena cobertura para a comunidade nacional. O princípio de co-responsabilidade se exerce sobre os âmbitos econômico, social, político, cultural, geográfico, ambiental e militar (Constituición de La República Bolivariana de Venezoela, artigo 326, cap. II, título VII, apud (ALMADA 2007, p.67)).

Os inimigos pré-modernos da democracia- a monarquia centralizada, a aristocracia hereditária e a oligarquia baseada no sufrágio limitado e exclusivo haviam perdido a sua legitimidade, assim como os mais importantes regimes antidemocráticos do século XX – o fascista, o nazista e as ditaduras militares, desmoronaram e abriram caminho para novos regimes democráticos que iriam, paulatinamente, conquistar o apoio de diversos países.

Embora ainda existam convicções e movimentos antidemocráticos, muitas vezes associados ao nacionalismo fanático ou ao fundamentalismo religioso, os países da América latina, principalmente após longos períodos de regime ditatorial, vêm buscando formas de reforçar as instituições e práticas democráticas, a fim de evitar que a democracia entre em crise e retornem governos considerados autoritários.

---

[146] De acordo com Seabra (2010, p. 213-214): "Após as ofensivas golpistas, o governo de Chávez tem atuado em várias frentes, visando ampliar sua base de sustentação. Faz parte desses esforços o lançamento das Missões Sociais, que inicialmente se propunham a solucionar as carências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002-2003. Esses planos sociais promovem estruturas da administração pública paralelas às tradicionais e alcançam amplos setores populares, além de um terço dos setores médios da sociedade venezuelana." De acordo com Rodrigues (2012, p.171), as Forças Armadas compõem um grupo que possui grande relevância para o desenvolvimento das Missões enquanto projeto social: "Nas Missões, as Forças Armadas possuem a tarefa de participar ativamente de todos os projetos, reiterando as idéias de uma aliança cívico-militar e de que os militares devem conhecer os problemas sociais do seu país e fazer parte de seu enfrentamento."

5.4 A democracia participativa e protagônica de Chávez

A institucionalidade liberal representativa na Venezuela estava profundamente desgastada devido aos 40 anos de democracia representativa puntofujista[147] que produziu um quadro socioeconômico marcado por profundas desigualdades sociais[148]. Por este motivo, uma das primeiras medidas do governo Chávez, assim que chegou ao poder, foi realizar uma consulta popular, via referendo, para aprovar a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que propunha mudanças radicais em relação à Constituição de 1961[149].

Seabra (2010, p. 213) observa que a Venezuela, com exceção da guerrilha da década de 1960, não era um país com grandes mobilizações ou organizações sociais. Com o Caracazo[150], ocorrido em 1989, houve um crescimento do número de reivindicações de rua e de paralisações de trabalhadores, no entanto, o caráter reivindicatório, longe de trazer o empoderamento dos setores sociais menos privilegiados, reforçou sua exclusão do processo de participação política. O caráter fragmentário das manifestações bloqueou o seu acesso a espaços e canais de disputa político-hegemônicos como cooperativas, associações, sindicatos e partidos. Essa situação só mudou a partir da subida de Chávez ao poder em 1999[151].

A Constituição[152], confeccionada a partir de propostas dos movimentos sociais, partidos e organizações civis, abriu um espaço democrático para a participação e empoderamento social. Desde então, o governo bolivariano incentivou a organização de movimentos já existentes e abriu espaço para a criação de novos canais de participação popular como os Círculos Bolivarianos que tinham como objetivo difundir a nova

---

[147] Projeto nacionalista que se fundamentava em um acordo firmado entre os dois principais partidos políticos da época- a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), que se alternavam no governo por meio de eleições periódicas e tomavam consensualmente as decisões mais importantes do país, revelando uma conciliação das elites no período entre 1958 e 1998, que ficou conhecido como IV República.

[148] Sobre a situação econômica deste período consultar López-Maya (2008, p. 61-62).

[149] A constituição de 1961 foi promulgada pelo presidente Romulo Betancourt, candidato da AD, primeiro presidente eleito durante o Pacto de Punto Fijo. Esta Constituição vigorou até a adoção da Constituição Bolivariana em 1999.

[150] Já abordado no capítulo 3

[151] Segundo Seabra(2012, p. 109): "Que se tenha gestado ao longo da década de 1990 uma série de rebeliões e protestos parciais, fortemente herdeiros de uma rebelião massiva, que obviamente foram somando experiências e organizações importantes e mais permanentes, não significa que a evolução dos movimentos populares tenha seguido uma lógica linear exclusivamente positiva de desenvolvimento propositivo e organizativo. É preciso considerar que as classes subalternas possuem uma base material específica, que são resultado das contradições de um capitalismo específico, do capitalismo rentístico-petroleiro. Portanto, a lógica de sua formação, de suas demandas e de sua organicidade depende enormemente de como os próprios sujeitos percebem sua relação com o Estado, com a economia e com as demais classes."

[152] É importante lembrar que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, serviu de exemplo para as Cartas de países que também experimentaram transformações políticas, sociais e econômicas como a Bolívia e o Equador. Estes países também buscavam uma alternativas às políticas neoliberais que dominavam a América Latina durante os anos de 1990 (SALGADO, 2012, p. 49).

Constituição, fomentar discussões políticas, formar associações de bairros ou cooperativas de pequenos produtores. E, por não possuírem um comando centralizado, essas estruturas permitem uma autonomia e maior protagonismo da população e não apenas representação (SEABRA, 2010, p.213-214).

A ideia de melhorar a democracia venezuelana, ampliando a participação popular a todos os espaços de decisão e gestão públicas teve sua origem em debates e propostas provenientes de muitos atores e espaços de interação social como o pensamento católico progressista e os debates entre a esquerda venezuelana, por exemplo.

O Pensamento católico progressista se tornou uma influência muito marcante na Constituição venezuelana, que interpreta a participação popular como algo muito parecido aos ideiais cristãos e instrumento de libertação que conduziria a uma sociedade mais igualitária[153]. Por outro lado, o pensamento da esquerda venezuelana defendia que a democracia direta seria a verdadeira forma de democracia. Assim, partidos marxistas renovados como MAS e La Causa R, logo que alcançaram posições de poder, buscaram empoderar os setores populares, fomentando a descentralização do poder do Estado através da inclusão social , a fim de abrir espaços na gestão estatal para maior participação popular nos assuntos públicos (LÓPEZ-MAYA, 2012, p. 281)

Chávez ampliou o raio de participação política do povo venezuelano para além do voto em eleições regulares e propôs uma democracia 'participativa e protagônica' garantida por lei. A participação popular e a descentralização do poder do Estado se incorporaram ao texto constitucional, estabelecendo as bases para deixar mais fluída e direta a relação entre Estado e sociedade. A partir de então, pela Constituição, o Estado continuou mantendo os princípios e instituições da democracia representativa, mas agora complementados por mecanismos da democracia direta e participativa.

> A chamada 'democracia participativa e protagônica' emergiu em 1999 como um regime que combinava democracia representativa com direta e participativa, buscando aproveitar as virtudes de todas estas modalidades democráticas e que seus defeitos se neutralizariam pela tensão entre elas. A carta magna incorporou quatro tipos de referendos (aprovatório, consultivo, obrigatório e revogatório), iniciativas legislativas, votos abertos, a revogatória de mandato e a obrigação dos corpos deliberantes em consultar a formulação das leis com os cidadãos e suas organizações. O poder dos cidadãos e não dos partidos emergiu como central para o regime político emergente, consagrando-se também, no artigo 62, como direito e dever a

[153] Em Seu texto "Iglesia Católica y democracia participativa y protagónica em Venezuela", López-Maya (2014) discorre, de maneira mais aprofundada, sobre a influencia do pensamento católico progressista sobre o projeto de democracia participativa e protagônica colocado em prática por Chávez.

> participação 'direta, semidireta e indireta do povo' na gestão das políticas públicas (LÓPEZ-MAYA, 2012, p. 282, tradução nossa)[154].

Aqui, a democracia transcende a idéia proposta por Schumpeter (1961), englobando a ideia de soberania política, ou seja, a capacidade de autodeterminação dos povos, e justiça social ao dar condições de maior participação popular a fim de superar condições de miséria. Portanto, não diz respeito apenas às liberdades civis e políticas, mas ao estabelecimento de uma nova ordem social, conforme aponta o artigo 70 da Constituição Bolivariana da Venezuela:

> São meios de participação e protagonismo do povo em exercício de sua soberania, no político: a eleição de cargos públicos, o referendo, a consulta popular, a revogação de mandato, as iniciativas legislativa, constitucional e constituinte, audiência pública e a assembléia de cidadãos e cidadãs cujas decisões serão de caráter vinculante, entre outros; e no social e econômico: as instâncias de atendimento cidadã, a autogestão, a cogestão, as cooperativas em todas as suas formas excluindo as de caráter financeiro, as caixas econômicas, a empresa comunitária e demais formas associativas guiadas por valores de mútua cooperação e solidariedade (ART. 70, CBVB, 1999 apud SEABRA, 2012, p. 123).

Embora Dahl (2001, p. 121), tenha afirmado que esse tipo de democracia participativa, também chamada por ele de 'democracia de assembleia', não funcionasse em um país com um expressivo número de habitantes[155], Chávez, com total apoio da população, reformulou a antiga Constituição de 1961, que só dispunha de princípios voltados para a representação política, e englobou diversos canais de participação popular que se expandiriam para além do voto em eleições regulares:

> A descentralização de tomadas de decisão, as tentativas de diminuição da burocracia estatal na administração pública, o incentivo ao participacionismo por intermédio de instâncias locais de poder local,

---

[154] Tradução do original: "La llamada 'democracia participativa y protagónica' emergió em 1999 como um régimen que combinaba democracia representativa com directa y participativa, buscando aprovechar lãs virtudes de todas estas modalidades democráticas y que SUS defectos se neutralizaran por La tensión entre ellas. La carta magna incorporo cuatro tipos de referendos (aprobatório, consultivo, abrogatorio y revocatório), iniciativas legislativas, cabildos abiertos, la revocatória de mandato y la obligación de los cuerpos deliberantes de consultar La formulación de las leyes com los ciudadanos y sus organizaciones. El poder de los ciudadanos e no los partidos emergió como central AL régimen político emergente, consagrándose además, em El artículo 62, como derecho y deber La participación 'directa, semidirecta e indirecta Del pueblo' em La gestion de lãs políticas públicas."

[155] Por que uma democracia de assembléia seria inviável em um país grande? Segundo Dahl (2001, p. 123), quanto maior o corpo de cidadãos, menores seriam as oportunidades de participação, uma vez que nem todos conseguiriam expor seus pontos de vista de maneira satisfatória.

> como a assembléia de cidadãos e cidadãs, a revogabilidade de mandatos em todas as instâncias, o destaque para os referendos, plebiscitos e consultas populares como mecanismos complementares para ratificar ou não leis e decretos são algumas características dessa reforma do Estado venezuelano. Posteriormente, muitos desses princípios foram aprofundados e normatizados em leis orgânicas específicas (BRUCE, 2016, p.162).

A Constituição de 99 transformou as estruturas e aparatos do Estado. Durante o primeiro governo do presidente Chávez, abriram-se espaços estatais para a participação direta dos cidadãos e comunidades organizadas. Segundo López-Maya (2012, p. 283), foram criadas organizações comunitárias autogestionárias e comitês de diversos tipos que traziam maior autonomia à população e levavam ao fortalecimento da sociedade civil, em particular de uma sociedade civil 'popular', "onde as maiorias empobrecidas e/ou excluídas no passado dos benefícios da modernização e da democracia, através do trabalho cogestionado com instâncias governamentais em diversos níveis, foram adquirindo atributos de uma cidadania plena."[156] Uma das formas de exercer a democracia participativa é através dos Conselhos Comunais (CCs) que são

> Microgovernos construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores, que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de novas 'geometrias de poder' através do Estado comunal venezuelano, que seria uma articulação de federações e confederações de *consejos comunales* e/ou comunas, atreladas ao desenvolvimento de um projeto econômico endógeno e autossustentável para o país (BRUCE, 2016, p. 21).

Os Conselhos Comunais, criados em 2002, configuram-se como instâncias de participação, articulação entre os cidadãos venezuelanos e as diversas organizações sociais, que possibilitam ao povo exercer a gestão direta das políticas públicas voltadas a responder os problemas da comunidade, superando, assim, a democracia representativa. Dentro desses Conselhos Comunais, funciona a Assembleia dos Cidadãos e Cidadãs. Considerada a maior instância deliberativa não só dos Conselhos Comunais mas também de outras organizações, essas Assembleias são formadas por todo o conjunto da comunidade (pessoas maiores de 15 anos) que são convocadas para deliberarem a respeito dos temas de interesse da comunidade e

[156] Tradução do original: "donde las majorías empobrecidas y/o excluídas en el pasado de los beneficios de la modernización y la democracia, através del trabajo cogestionado com instancias gubernamentales en diversos niveles, fueran adquiriendo atributos de uma ciudadanía plena."

também para elegerem os integrantes dos próprios Conselhos Comunais (RODRIGUES, 2012, p. 222).

Em suma, os Conselhos Comunais (CCs) possibilitam o exercício de uma democracia direta, na qual as pessoas deliberam e resolvem de forma coletiva questões relacionadas a sua vida cotidiana. Deste modo, os cidadãos tomam decisões de forma direta, identificando problemas, elaborando, executando e fiscalizando projetos e recursos repassados pelo Estado.

> Os Conselhos Comunais representam até o momento o maior esforço do governo bolivariano em organizar e incentivar a participação social. Eles seriam instâncias participativas, organizadas e articuladas dentro das próprias comunidades, para que estas exercessem diretamente a gestão de políticas públicas e projetos pautados nas necessidades e prioridades locais. Sua lógica participativa atravessaria diretamente os níveis estaduais e municipais, estabelecendo não só uma relação direta entre a organização comunitária e o governo federal, mas também os mecanismos para sua constituição. Assim, os trâmites para a formulação de projetos e obtenção de recursos exigiriam poucas mediações burocráticas (SEABRA, 2010, p. 214)

O projeto de Conselhos Comunais (CCs) tinha o objetivo de se expandir em comunas e, assim, os projetos socioprodutivos, voltados para o desenvolvimento endógeno e autossustentável em nível local, ampliariam seu raio de ação para o nível regional e nacional. O objetivo seria a formação de várias comunas, cada vez mais independentes do poder Executivo, que caminhariam em um sentido emancipatório e produtivo rumo a um Estado comunal.De acordo com dados do censo comunal, na Venezuela, em 2013, já existiam 40 mil conselhos comunais, 1.150 comunas e quase 30 movimentos sociais registrados (BRUCE, 2016, p. 246).

Portanto, foi graças à Constituição Bolivariana de 1999 (artigo 75), que estabelecia o princípio da cogestão, que o povo pode gerir as políticas locais dentro de suas comunidades, assumindo um papel protagônico para resolver seus problemas. Nesse sentido, o Estado se responsabilizava pelos serviços públicos, mas era a própria comunidade que saía à frente dos projetos, ou seja, há uma articulação da ação protagônica dos moradores de cada região com os organismos técnicos do Estado, a fim de otimizar a execução de políticas sociais (BRUCE, 2016, p. 167). Entre as iniciativas de promover a gestão popular das políticas locais, podemos citar os Comitês de Terras Urbanas (CTUs)[157], a reativação das Mesas Técnicas de Água (MTAs)[158] e as Missões Sociais[159].

---

[157] Os Comitês de Terras Urbanas (CTUs) foram criados por decretos em 04/02/2002 com o objetivo de regularizar a propriedade da terra dos *Barrios* ,com ações de urbanização e melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, e submeter à discussão pública um projeto de lei para a regularização da propriedade da terra

Desde a derrota da paralisação petroleira em dezembro de 2002 (também conhecida como *Paro*), que tinha como objetivo forçar a saída de Chávez por meio de um bloqueio da produção petroleira, considerada ponto central da economia venezuelana, houve um aumento substancial dos preços do barril de petróleo. Como o Estado detinha o controle efetivo sobre a PDVSA, parte da renda petroleira pode ser destinada à satisfação de algumas necessidades básicas, como também o incentivo da economia nacional. Assim, parte dos recursos advindos do petróleo foram destinados às chamadas missões sociais que, de início, visavam apenas a solucionar carências e problemas da população gerados pela paralisação petroleira de 2002, mas que depois se expandiram em planos sociais mais estáveis que "constroem estruturas da administração pública paralelas aos ministérios que deveriam executá-las, e alcançam amplamente setores mais pobres, como também, um terço dos setores médios da sociedade venezuelana" (SEABRA, 2012, p. 147):

> O impacto positivo das Missões Sociais pode ser verificado pela redução dos níveis de pobreza e pobreza extrema. A título de exemplo, em 1999, 42,8% dos lares estavam na linha da pobreza. Durante a paralisação-sabotagem petroleira, em 2002-2003, este número ascendeu a 54%, e, após o impacto das Missões, começa a reduzir, chegando a 27,5% em 2007 e 26,8% em 2010. Para os lares em pobreza extrema, os números apresentam variação semelhante no mesmo período. Em 1999, 16,6% se encontrava em condições de pobreza extrema. Em 2002-2003, o número ascendeu a 25,1% dos lares, para se manter estável na casa dos 7% desde 2007 até 2010 (SEABRA, 2012, p. 151).

Criadas em 2003, as Missões foram desenvolvidas para construir as bases de um Estado socialista como um meio necessário de pôr fim à exclusão social, agilizando o atendimento à população através da mobilização e organização de grupos sociais para gerir recursos públicos em prol da população. Nessas Missões, os trabalhadores, muitas vezes voluntários, organizam-se em comitês que, por sua vez, estão vinculados a um outro tipo de organização popular muito mais abrangente, os chamados Conselhos Comunais. Este

---

nos assentamentos populares. Tanto os aspectos técnicos quanto os políticos e jurídicos serão discutidos e terão participação das comunidades organizadas.

[158] As chamadas Mesas Técnicas de Água (MTAs) são comitês formados por vizinhos que, associados à Hidrocapital (empresa responsável pelo serviço de água potável e saneamento), têm por objetivo solucionar problemas de saneamento e abastecimento de água potável dentro das comunidades populates. Essa forma de participação comunitária incentiva a responsabilidade mútua (Estado e cidadão), o controle maior por parte da comunidade e a transparência na prestação de contas.

[159] Segundo Almada (2007, p. 81): "Foram as seguintes as principais missões criadas dentro do Plano Bolívar 2000: Missão Bairro Adentro (saúde), Missão Robinson (educação primária), Missão Ribas (educação secundária), Missão Sucre (educação superior), Missão Milagro (oftalmologia), Missão Vuelvan Caras (capacitação profissional e emprego) e Missão Mercal (alimentação). Também a vacinação contra algumas doenças e a construção de casas populares foram incluídas no plano. Mais recentemente, finais de 2005, criou-se a Missão Ciência."

Conselhos elegem em Assembleia aqueles que farão parte de diferentes comitês (comitê de saúde, educação etc) que se organizam, cada um dentro da sua especificidade, para identificar as necessidades de sua comunidade, fazer denúncia para os representantes do governo local e para o Conselho Comunal do qual faz parte, cabendo a este último a elaboração de propostas para o enfrentamento e solução dos problemas apresentados (RODRIGUES, 2012, p. 169)[160].

Embora as Missões sejam consideradas um importante programa social do governo, elas não estão vinculadas aos programas de políticas públicas tradicionais, pois possuem uma estrutura administrativa, organizacional e programática distinta e, por isso, gozam de uma relativa autonomia, configurando-se não em uma 'estrutura administrativa paralela', mas sim como uma estrutura 'alternativa' ao Estado (RODRIGUES, 2012, p. 172).

O ex-presidente Hugo Chávez sempre criticou o neoliberalismo e, desde 2005, expôs o programa político de orientação socialista. No entanto, Saes (1993, p. 76)[161] e outros pesquisadores entendem que o "Socialismo é um programa político que não se concretizou historicamente", pois a estatização dos meios de produção, quando não é acompanhada pela liquidação da burocracia e pela instauração do poder operário sobre o corpo burocrático estatal, deságua em um capitalismo de Estado e não na efetiva socialização dos meios de produção.

Embora o Socialismo fosse considerado incompatível com o liberalismo, as duas doutrinas são consideradas compatíveis com a democracia e, por isso podemos falar em democracia-liberal e democracia socialista. Nesse sentido, tanto uma quanto outra se considera a opção mais democrática por causa de três critérios: a) enquanto a democracia liberal (ou capitalista) nasceu como democracia representativa, a democracia socialista propõe uma democracia direta; b) a democracia liberal permitiu a participação no poder político através do sufrágio universal, e, na democracia socialista, a participação popular se faz presente na tomada de decisões econômicas que numa sociedade capitalista se faz autocraticamente; c) por fim, enquanto a democracia liberal atribui ao povo o direito de participar direta ou indiretamente das decisões políticas, mas sem que isso signifique uma distribuição mais igualitária de poder econômico, na democracia socialista a proposta de

---

[160] Para saber mais sobre cada Missão, objetivos e programas, consultar Rodrigues (2012, p. 173-176), Seabra (2012, p. 148-150)

[161] Segundo Saes (1993, p. 76): "Socialismo é um programa político que não se concretizou historicamente. No verdadeiro Socialismo, são os trabalhadores manuais que gerem cada unidade de produção e o conjunto da economia nacional, através de comitês que organizam as atividades produtivas particulares e se articulam para a elaboração de um plano econômico global. Aqui, ao invés da direção unipessoal da empresa, domina a gestão operária da empresa; ao invés do plano burocrático, domina a ação planificadora dos próprios produtores diretos."

regime econômico pressupõe uma distribuição mais equânime do poder econômico, trazendo maior igualdade entre os homens (BOBBIO, 2000, p.83).

Bóron (1994, p. 15) afirma que o Estado capitalista produz uma contradição: se por um lado há uma democracia política, por outro, há uma autocracia econômica. Mesmo que as democracias burguesas tenham introduzido uma série de reformas que melhoraram objetivamente as condições de existência das classes menos favorecidas economicamente, a desigualdade social ainda permanece, pois os avanços sempre esbarram na dinâmica do próprio capital e nas suas relações de produção. Para o sociólogo, essa flagrante contradição não pode ser resolvida dentro da chamada democracia capitalista (ou liberal) com sua proposta de distribuição e apropriação desigual de riquezas:

> (...) os problemas reais que afetam a marcha da democracia na América Latina transcendem amplamente aqueles referidos à exclusiva mecânica do regime político. Essas questões são muito importantes, mas permanecer encerrados em uma concepção 'policista' da democracia obnubila nossa visão e é o caminho mais seguro para cooperar com o restabelecimento do autoritarismo na região. O que satisfazia ao ideário democrático na Grécia Clássica, nas cidades livres da Idade Média européia ou na civilização surgida com a aparição da modernidade e o industrialismo, constitui atualmente nada mais- mas também nada menos- que a plataforma histórica desde a qual os povos lutam por novas e mais fecundas formas de participação e de consrução do poder político. A democracia 'protetiva' dos direitos individuais ou 'o individualismo possessivo', para usar as expressões de C.B. Macpherson, requer hoje- para não cair no anacronismo- novos conteúdos de tipo econômico e social, tendencialmente incompatíveis com a sociedade capitalista e dos quais emana uma concepção participativa da democracia sem a qual a figura do cidadão fica despojada de toda sua dignidade e eficácia (BORON, 1994, p. 16)

A tarefa da democracia latino-americana deve ser ir além de assegurar a restauração das formas políticas congruentes com os princípios fundamentais do regime democrático. Ela, a democracia, deve ser um instrumento eficaz que promova a transformação social e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Na democracia, o desenvolvimento é uma questão social e não apenas econômica ou política. Se é uma questão social, deve estar atrelada à realização de uma sociedade mais igualitária, proporcionando melhores condições de vida à população. Assim, o Estado democrático só cumpre sua função quando defende os ideais de uma sociedade igualitária, até mesmo quando esses ideais parecem se opor a determinadas prioridades como o desenvolvimento econômico e a soberania nacional.

Hoje, a população exige a extensão do direito de participar na tomada das decisões coletivas, procurando novos espaços para a participação popular. Neste sentido, a experiência venezuelana de democracia participativa, que se baseia no empoderamento do povo, na expansão da esfera pública para dentro das comunidades populares e na contínua relação do político e social, ajuda-nos a refletir sobre buscar um modo alternativo à institucionalidade liberal representativa.

Conforme já foi exposto no capítulo 1, o discurso é um tipo de prática social que mantém uma relação dialética com a estrutura social, ou seja, ao mesmo tempo em que ele molda a realidade social é constituído por ela; portanto, numa sociedade capitalista, o discurso produzido, principalmente nos meios de comunicação, tende a responder a certos anseios político-sociais. Nesse sentido, determinados atores ou forças sociais produzem discursos que refletem a dinâmica do próprio meio social no qual estejam inseridos.

Por esse motivo, no próximo capítulo, procuramos demonstrar como determinadas relações político-ideológicas podem influenciar o discurso produzido pela imprensa em geral, e como a ideologia neoliberal influencia na construção de uma imagem negativa do ex-presidente Hugo Chávez no discurso produzido pela revista *Veja*.

CAPÍTULO 6

O caráter ideológico do discurso da revista *Veja*

A comunicação sempre foi um fator importante na consolidação do domínio político. Do antigo Império Romano, passando pela Idade Média e chegando aos dias atuais, a comunicação, que se materializava em diversas formas, foi um dos recursos utilizados para consolidar a hegemonia dos detentores do poder.

A hegemonia, resultante de embates permanentes pela conquista do consenso, tem os meios de comunicação como um de seus maiores representantes que, por meio de seus discursos e ações concatenadas, oferecem um direcionamento político-cultural eficiente ao conjunto da sociedade. Por esse motivo, para Gramsci, os meios de comunicação são considerados aparelhos privados de hegemonia que, sintonizados com as classes dominantes, atuam como difusores de concepções particulares de mundo (ideias e valores), a fim de legitimarem as diversas formas de dominação de uma classe sobre a outra (MORAES, 2016, p. 11).

Portanto, neste capítulo, discutiremos as características e motivações do discurso dos meios de comunicação no Brasil, especificamente da revista *Veja*. Iniciaremos a discussão apontando como os interesses político-econômicos dos grupos de mídia podem direcionar o discurso dos meios de comunicação no Brasil com o objetivo de defender um determinado projeto político hegemônico.

Em seguida, procuramos discutir como a imprensa promoveu um discurso em defesa de políticas neoliberais e alinhadas aos interesses norte-americanos. Para isso, abordamos as principais características do modelo político econômico neoliberal, apresentando o modo como o neoliberalismo vai produzir discursos e práticas que procuram diminuir o papel provedor do Estado e incentivar a autonomia do mercado. Por fim, tomando como base trechos do discurso da revista *Veja*, pretendemos apontar como as características do modelo neoliberal vão sendo tecidas e incorporadas ao discurso da revista e servem de referência não apenas para fazer uma representação negativa do ex-presidente Hugo Chávez como também apontá-lo como um perigo a ser combatido.

6.1 A imprensa brasileira e o discurso partidário

A população, de forma geral, depende dos noticiários da mídia para se informar sobre os acontecimentos de seu próprio país e do resto do mundo. Por causa dessa necessidade, os meios de comunicação exercem uma poderosa influência em nossas percepções ao orientar sobre quais acontecimentos devam ser considerados importantes e como devem ser representados, moldando assim nossa compreensão e nosso julgamento sobre determinados assuntos.

No Brasil, apenas onze famílias controlam a maior parte da informação que circula no país e decidem que tipo de informação os brasileiros devem ou não receber, baseando-se em alguns critérios subjetivos como relevância jornalística ou interesse do público consumidor[162]. O problema é que, além de restringir a representatividade da população através da ausência de pluralidade de informação, nem sempre o critério de prioridade das notícias é jornalístico, antes segue uma lógica de caráter político-ideológico.

> O cenário concentracionário da mídia brasileira reproduz, na esfera simbólica, as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais existentes na sociedade –vale dizer na esfera material. Os grupos privados comerciais dominam o espaço público de produção e difusão da informação, conhecimento e bens culturais, impondo assim barreiras à proliferação da pluralidade de meios e diversidade de conteúdos (LEITE e GOMES, 2013a, p.8)

Há muito tempo, os meios de comunicação no Brasil vêm demonstrando uma parcialidade político-ideológica, basta lembrar o papel que desempenharam alguns veículos na manutenção e legitimação do regime militar de 64, motivados não apenas por pressões internas, como também por pressões do governo norte-americano e de grandes corporações transnacionais (LARANGEIRA, 2014, p. 27).

Dória e Severiano (2011) mostram diversos episódios em que a mídia brasileira manipulou, distorceu ou ocultou imagens e informações, a fim de beneficiar ou prejudicar algum político, principalmente em época de eleição. O tratamento hostil dado a um candidato pelos grandes veículos de informação demonstra o quanto o partidarismo da imprensa

---

[162] Para mais informações ver Chauí (2006b, p.73) e o documentário: Levante sua voz. Dir Pedro Ekman. Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo, 2009.

brasileira pode influenciar a opinião pública e, até mesmo, definir os rumos da política e da economia no país[163].

> Há uma grande associação de interesses entre os grupos de mídia e a oligarquia tradicional. Hoje, é mais verdade do que foi no passado- os grandes grupos de mídia são, primeiramente, grandes grupos econômicos. Por isso, defendem interesses que vão além dos interesses de mídia. São grupos empresariais. Estão nas federações das indústrias, como qualquer outro grupo empresarial (KUCINSKI e LIMA, 2009, p. 105)

Isso nos mostra que os meios de comunicação estão no centro da luta pelo controle do espaço público, agem como articuladores do poder ao defenderem a hegemonia de determinados projetos políticos, e se tornaram espaços de formação de opinião pública (RICÓN & MAGRINI, 2010, p. 88).

Além do alinhamento político-ideológico com os grupos políticos e empresariais brasileiros, pesquisas apontam que a mídia no Brasil ainda possui influência ideológica norte-americana. Essa influência é uma consequência da evolução do capitalismo brasileiro e da maneira como ele se encaixa no sistema capitalista internacional. No entanto, ela não ocorre de maneira absoluta, uma vez que os dois países apresentam diferenças culturais, políticas, econômicas e históricas. Tais diferenças modificaram o caráter original de certas noções e conceitos trazidos de lá e adaptados aqui.

> O jornalismo brasileiro aceita o modelo americano de jornalismo como hegemônico. Mas isso não significa ser a ele submisso, dependente ou mero reprodutor de valores e conceitos alheios. Ele goza de relativa autonomia, reinterpreta o que absorve, incorpora suas próprias idéias, junta aspectos de outras escolas (a francesa, a britânica e a ibérica em particular) para formar um jornalismo com características peculiares, mas ainda assim dentro da hegemonia ideológica do jornalismo americano (SILVA, 1991, p. 36)

Ainda como forma de influência externa no jornalismo brasileiro, a construção da notícia internacional na imprensa brasileira expõe uma dependência em relação às agências estrangeiras, o que tem como consequência uma redução na formação de um enfoque nacional na abordagem do tema internacional. Segundo Garambone (2003, p. 41-42), foi, no início do século XX, que o jornalismo brasileiro passou por reformulações estruturais, substituindo, na

[163] Quadros (2002) fez um estudo sobre a representação do ex presidente Itamar Franco no discurso da revista Veja e constatou um viés partidário em todas as reportagens.

parte internacional, fontes diplomáticas brasileiras no exterior pelas agências internacionais de notícias na produção de matérias sobre acontecimentos ocorridos no exterior.

O jornalista Sérgio Dávila, em entrevista, afirma que os meios de comunicação brasileiros têm preferência em utilizar como fonte as empresas de informação norte-americanas, confirmando haver uma dependência da imprensa nacional em relação à mídia internacional:

> As principais agências internacionais, que abastecem os principais diários brasileiros, são ou norte-americanas (caso da Associated Press, que está com 99% dos nossos jornais) ou baseadas em Nova York (caso da Reuters, idem, ibidem). Além disso, os quatro maiores diários brasileiros assinam serviços noticiosos do "New York Times", do "Washington Post", "Los Angeles Times", "Wall Street Journal", "US Today", para ficar em apenas alguns. Nossa principal revista semanal de informações é praticamente uma caixa de ressonância das norte-americanas Times e Newsweek no que tange à cobertura internacional, de tendência, comportamento, ciência e saúde. A crise que atinge o jornalismo mundial, aliada à alta do dólar no Brasil e ao particular endividamento das empresas de comunicação brasileiras, fez com que estas tivessem que reduzir sua presença no exterior, cortando cargos de correspondentes e gastos com viagens de enviados especiais. Assim, a visão norte americana é não só mais acessível quanto mais barata (DÁVILA apud CAMARGO, 2012, p. 63).

O controle ideológico, político e econômico sempre foi fundamental para que os EUA continuassem exercendo sua hegemonia por todo continente americano[164]. Desde o período da Guerra Fria, a imprensa brasileira exerceu o seu papel partidário dos grupos econômicos afinados à interlocução com o capital internacional.

Segundo Ramonet (2012, p. 56), à medida que se acelerava a globalização neoliberal, o conteúdo e a função de "quarto poder[165]" foi se esvaziando e perdendo sua função de contrapoder. E por terem abandonado sua função de quarto poder, passando a se comportar

---

[164] No Brasil, em 1962, com a nacionalização de duas companhias telefônicas norte-americanas, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi comparado a Fidel Castro pelo jornal Washinghton Post. O jornal O Globo também se posiciona a favor dos EUA e compara Leonel Brizola a um chefe tribal Congolês, acusando-o de espoliar a multinacional. (LARANGEIRA 2014, p. 42)

[165] Em relação ao quarto poder, Silva (2005, p. 27-28) observa que "este poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, sendo visto como uma 'entidade' que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda a sociedade. Para que isso funcione, a imprensa deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a notícia, um relato verdadeiro dos fatos. A população daria uma representação política ao jornalista que, por sua vez, seria o vigilante dos poderes constituídos. O 'compromisso com o leitor' daria aos órgãos da imprensa o status de um sujeito acima dos demais, que poderia transitar no meio político sem com ele se congundir."

como partidos políticos ao defender os interesses de uma classe, Ramonet (idem, p; 62) os denominou "aparelhos ideológicos da globalização".

Segundo Rovai (2007, p. 13), do ponto de vista do processo de comunicação, a mídia seguiria uma espécie de 'agenda implícita', na qual os grupos midiáticos, definidos como 'altermundialistas', articulariam uma rede de comunicação em escala planetária. Aliados a um discurso neoliberal, esses conglomerados midiáticos, em diversos países, fazem um discurso consensual em torno de temas de natureza político-econômica. Portanto, qualquer força político-econômica que ameace a hegemonia norteamericana e, consequentemente, a política neoliberal é tratada pela cobertura da imprensa como um 'perigo' a ser combatido. Como a imprensa brasileira segue o padrão de jornalismo dos EUA[166], é muito comum observar seu alinhamento político ideológico em muitos discursos[167].

Camargo (2012) fez uma acurada pesquisa sobre o papel da mídia nas relações internacionais por meio de análises da cobertura da imprensa brasileira (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo) a respeito da invasão dos EUA no Iraque em 2003. Após o estudo exploratório, a autora constatou que, embora todos os jornais tivessem enviado correspondentes para cobrir o conflito no Iraque e tenham se posicionado contra a invasão, não houve um discurso diferenciado entre os três periódicos. Pelo contrário, todos eles apresentaram um retrato de guerra através do discurso oficial, totalmente aliado à mídia norte-americana. A pesquisadora levantou algumas hipóteses para esse "alinhamento discursivo" entre a mídia brasileira e a imprensa norte-americana. Dentre as possíveis explicações, a autora cita a relação dependente dos meios de comunicação dos países periféricos pela mídia internacional, o desigual fluxo de notícias da comunicação internacional, e a manipulação dos meios de comunicação pelos governos, quando estes se encontram em um cenário de guerra.

Ramalho (2005) também fez um estudo sobre o modo como a imprensa brasileira cobriu a invasão norte americana ao Iraque e constatou que a revista *Veja*, em particular, mostrou um alinhamento ideológico com o discurso dos EUA, justificando a guerra.

Segundo os autores Silva (2016), Holdorf (2013), Santana (2012), Gerzson, Adami (2008), (2007), Silva (2005) Giannotti (2004)[168], Hernandes (2004) e Souza (2003), a revista

---

[166] Ver Silva (1991)

[167] Ver Ramalho (2005), Severo (2012), Chomsky (2013), Guareschi (1985)

[168] Segundo Giannotti (2004, p. 166), a revista Veja, considerada a mais conservadora do país, age como "paladino da hegemonia neoliberal e especialmente norte-americana". Como exemplo dessa afirmação, ele mostra como a revista encobriu, durante três anos consecutivos, o Fórum Social Mundial, um evento que contava com participantes de quase todos os países da ONU e tinha por objetivo buscar alternativas ao modelo neoliberal comandado pelo império norte-americano. Segundo Giannotti, no lugar de noticiar o evento, Veja coloca artigos considerados menos importantes para 'encobrir' um tema considerado indesejável pela revista.

Veja, em diferentes áreas, sempre promoveu um discurso de defesa de políticas neoliberais e alinhadas aos interesses norte-americanos e, por esse motivo, não sabemos até que ponto a sua orientação ideológica interferiu no modo como representou o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, uma vez que este apresentou, durante o seu governo, um discurso de defesa de políticas econômico-sociais de cunha socialista, além de se posicionar claramente contra os interesses norte-americanos.

O conflito entre imprensa e governos considerados progressistas na América Latina é bem mais frequente do que se imagina. Os mandatários de diversos países como Rafael Correa no Equador; Evo Morales na Bolívia; Kirchner na Argentina; e Chávez na Venezuela muito já reclamaram, em seus discursos, sobre o papel partidário que vinha exercendo a imprensa contra o governo de cada um desses países (KITZBERGER (2010); RINCÓN & MAGRINI (2010)).

Sabemos que o discurso jornalístico exerce um papel fundamental na formação da opinião pública, pois, em sua função de informar, utiliza-se de certas estratégias discursivas que propõem uma determinada interpretação da realidade, ajudando a construir consensos e direcionando os leitores e telespectadores na formulação de opiniões e mobilização social. Por esse motivo que "Gramsci situa a imprensa no centro nevrálgico da produção do consenso que fundamenta o exercício do poder na sociedade capitalista (MORAES, 2016, p. 91)."

Um dos pontos que mais tem preocupado os analistas críticos do discurso é o efeito ideológico produzido nos textos. Esses efeitos consistem em impor e sustentar relações de poder e dominação entre grupos, influenciando, em curto e médio prazo, a vida das pessoas no plano político, econômico e cultural. Segundo Fairclough (2003, p.8):

> Os textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais, isto é, trazem mudanças. Mais imediatamente, os textos podem trazer mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas através deles), nossas crenças, nossas atitudes, valores e assim por diante. Eles também têm efeitos causais de longo prazo- pode-se, por exemplo, argumentar que a experiência prolongada de publicidade e outros textos comerciais contribuem para moldar a identidade das pessoas como consumidores ou suas identidades de gênero. Os textos também podem iniciar guerras, ou contribuir para mudanças na educação, ou para mudanças nas relações industriais e assim por diante. Seus efeitos podem incluir mudanças no mundo material, como mudanças no *design* urbano, ou na arquitetura e *design* de tipos particulares de construção. Em resumo, os textos têm efeitos causais e contribuem para

> mudanças nas pessoas (crenças, atitudes etc), ações, relações sociais e mundo material[169].(tradução nossa)

Segundo Fairclough (2010, p.231), a linguagem tem um papel mais significativo nas mudanças socioeconômicas contemporâneas do que já teve no passado. Segundo o linguista, o projeto neoliberal, ao querer demonstrar que as transformações socioeconômicas e as políticas governamentais do novo capitalismo parecem inevitáveis, faz uso legitimador dessa nova ordem social. Por isso, a Análise Crítica do Discurso tornou-se necessária para, através da análise de textos e interações, mostrar como são produzidos esses efeitos de sentido nos textos.

Como a imprensa se constitui em um agente histórico fundamental para influenciar e modelar a opinião pública ao mesmo tempo em que é reconhecida por defender interesses de cunho neoliberal, faz-se necessária uma breve apresentação das características mais gerais do modelo político-econômico neoliberal para depois situarmos o discurso da revista *Veja*, a fim de descobrir se uma possível influência ideológica da revista orientou os discursos sobre o ex-presidente Hugo Chávez.

6.2 O modelo político-econômico neoliberal

O neoliberalismo é uma corrente de pensamento que retoma, atualiza e propaga os valores do pensamento liberal e conservador dos séculos XVIII e XIX, defendendo as idéias econômicas de livre mercado, baixa intervenção estatal e planejamento. De acordo com Adam Smith, um dos maiores expoentes do liberalismo clássico, os maiores entraves mercantilistas que impediam a liberdade econômica, a riqueza e o desenvolvimento econômico da sociedade eram as instituições medievais, os regulamentos das corporações de ofício e as leis do Estado mercantilista, portanto, era necessário desregulamentar e privatizar as atividades econômicas,

---

[169] Tradução de "Texts as elements of social events have causal effects-i.e. they bring about changes. Most immediately, texts can bring about changes in our knowledge (we can learn things from them), our beliefs, our attitudes, values and so forth. They also have longer-term causal effects-one might for instance argue that prolonged experience of advertising and other commercial texts contributes to shaping people's identities as 'consumers', or their gender identities. Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth. Their effects can include changes in the material world, such as changes in urban design, or the architecture and design of particular types of building. In sum, texts have causal effects upon, and contribute to change in, people (beliefs, attitudes etc) actions, social elations, and the material world." (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8)

reduzindo o papel do Estado a funções bem definidas como a manutenção da segurança interna e externa, a defesa da propriedade privada e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública. (MORAES, 2001, p. 12-22).

Com a crise do capitalismo no pós-guerra, em 1973, quando uma longa e profunda recessão foi acompanhada por altas taxas de inflação, o neoliberalismo se apresentou como a solução capaz de deter o grande processo inflacionário do período e promover uma 'reanimação do capitalismo avançado mundial'. Para isso, seria necessário adotar um conjunto de políticas tais como sufocar os movimentos sociais, contenção dos salários e gastos com bem estar, restauração da taxa 'natural'do desemprego, reformas fiscais etc (ANDERSON, 2012, p. 10-15).

Esse tipo de 'crise' criou condições para que o neoliberalismo florescesse na metade dos anos 70 e, durante a década de 1980, atuasse sobre a América Latina, principalmente a partir dos efeitos que as políticas estadunidenses tiveram sobre a economia mundial. Durante esse período, líderes partidários, alinhados com programas neoliberais, conquistaram governos de importantes países: Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra; Reagan, em 1980, nos EUA; Kohl, em 1982, na Alemanha; Carlos Andrés Perez, em 1989, na Venezuela; Collor, em 1989, no Brasil entre outros (MARTINS, 2011, p. 313). Segundo Moraes (2001, p. 10), o neoliberalismo "é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil- e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o Keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano."

Friedrich A. V.Hayek (1899-1992)[170], considerado o patrono de todo o pensamento neoliberal contemporâneo e herdeiro da chamada escola austríaca de Economia, advoga a favor da economia de mercado livre do intervencionismo estatal como forma de se garantir uma sociedade mais eficiente, livre plural e criativa. Em 1914, Hayek edita seu mais conhecido manifesto político chamado 'O caminho da servidão', no qual ataca a intervenção do Estado na economia, a ação dos sindicatos e as organizações sociais. Para ele, essa ação política leva ao totalitarismo e provoca desastres econômicos, uma vez que dificulta o bom funcionamento da economia de mercado (HAYEK, 2013).

[170] Segundo Anderson (2012, p. 9): "O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política."

Outros teóricos também defendem a diminuição do papel do Estado na economia, afirmando que os instrumentos regulatórios (intervenção política na economia) geram deformações. Segundo eles, um Estado forte e centralizador conduz a políticas ineficientes, perdulárias e promovem efeitos colaterais indesejáveis tais como o totalitarismo e o fim das liberdades individuais. Além disso, o caráter coercitivo, monopólico e exclusivista do estado destruiria as forças auto-reguladoras do mercado. Dentre esses teóricos, encontra-se John Gray que afirma que o Estado invade a vida dos indivíduos, controla as riquezas produzidas pela sociedade civil e assim favorecem determinados grupos de interesse, ou seja, ao contrário de agir como provedor dos bens públicos, o Estado Moderno é ineficiente e existe, na prática, para satisfazer as preferências privadas de determinados grupos (MORAES, 2001, p 96-99).

Friedman[171], economista de Chicago, aponta que o governo é fundamental para determinar, interpretar, por em vigor e garantir o cumprimento das 'regras do jogo', ou seja, o papel do governo é fazer aquilo que o mercado não pode fazer por si só. Segundo o seu modelo teórico, cabe ao Estado a defesa interna e externa do território, realização e conservação de obras e instituições públicas, obrigação de proteger os membros da comunidade, ou seja, assegurar a lei e a ordem em uma determinada sociedade, resolução de controvérsias relativas às aplicações das leis e promoção da competição (BORON, 1994, p. 58):

> A principal função do governo deve consistir em proteger nossa liberdade, tanto contra os inimigos além-fronteiras, quanto contra os próprios concidadãos: manter a lei e a ordem, garantir os contratos privados, fomentar os mercados competitivos. Além dessa função precípua, o governo deve criar condições para que, em certas ocasiões, realizemos em conjunto o que seria mais difícil ou mais dispendioso executar em separado (FRIEDMAN, 2016, p.3).

As teses de Friedman, ancoradas no pensamento de Adam Smith e na reivindicação do liberalismo econômico do final do século XVIII, extrapolam os limites acadêmicos e se projetam na cena política dos países capitalistas. Sua total crença de que uma 'mão invisível' exerceria uma influência reguladora do mercado pressupõe um desmantelamento do Estado de bem estar social. O ponto de apoio do seu discurso e o eixo de toda sua reflexão político-

[171] Milton Friedman é um dos mais importantes economistas que orientaram teoricamente as políticas econômicas aplicadas por diversas ditaduras latino-americanas. Sua presença foi mais marcante no Chile, país para o qual foi convidado a dar palestras defendendo o 'tratamento de choque'. A influ~encia de Friedman pode ser observada nos EUA, principalmente, na vertente político-econômica seguida pelas agências reguladoras internacionais: FMI e Banco Mundial.

econômica baseia-se na noção de mercado e no papel limitado do Estado, também chamado 'Estado mínimo', reivindicando uma defesa e imposição coercitiva das leis do mercado:

> De acordo com a concepção de Milton Friedman, o mercado e o Estado são princípios de organização social antagônicos e irreconciliáveis; aquele não só é importante em termos de desempenho econômico, mas é por sua vez o núcleo fundamental que preserva a liberdade econômica e política. O segundo, ao contrário, é o depositário- pelo menos tendencialmente – da coerção e do autoritarismo; é o berço da opressão, tanto como o mercado o é da liberdade. A luta por esta última, em conseqüência, se desenvolve entre dois colossos: o mercado e o Estado. Na medida em que o primeiro consegue triunfar sobre o Estado, assegura à sociedade civil o pleno desfrute dos bens terrenos sem interferência coercitiva de nenhum tipo. Recordemos que estas só se originam na esfera política e o mercado é por definição anterior à política. Quando este é derrotado em mãos do Estado, as liberdades individuais são sufocadas em seu próprio nascimento (BORON, 1994, p. 52).

Há uma crença de que a desregulamentação do mercado produzirá um crescimento contínuo, expansão das oportunidades econômicas e sociais e aumento do acesso ao consumo, pois em um meio de competição e insegurança diante dos riscos e flutuações econômicas do mercado, o empenho e a criatividade dos empreendedores são forçados a florescer e a criar condições favoráveis. Por isso, o neoliberalismo propaga a superioridade da economia de mercado sobre qualquer outra forma de economia planificada ou submetida a intervenção estatal e defende uma sociedade baseada na economia de mercado mesmo à custa de restrições na liberdade política e na democracia. O funcionamento da ordem de mercado seria visto como um modelo de funcionamento para outras instituições sociais. Isso conduz não só à ideia de uma descentralização político-administrativa como também a necessidade de privatização diversos segmentos da economia, aplicação de políticas de ajuste estrutural, substituição da política de acesso universal pelo acesso seletivo, redução das políticas sociais a programas assistencialistas, criação de sistemas análogos ao mercado e enfraquecimento da organização sindical, dos movimentos populares e corporativos:

> No hemisfério Norte, os grandes inimigos a destruir são o Estado de bem-estar e as instituições políticas que permitem o gerenciamento estatal da economia. No terreno das idéias, eles se identificam com as doutrinas econômicas Keynesianas. No hemisfério Sul, os vícios decorrem das políticas sociais e regulamentações trabalhistas, por um lado, e do Estado protecionista e industrializante, por outro. Essas instituições sociais, econômicas e políticas tornariam a economia rígida demais, engessada, estagnada. Elas impediriam o funcionamento das virtudes criadoras do mercado. No hemisfério Sul, as doutrinas perniciosas estão encarnadas pelas teorias desenvolvimentistas, pelo nacionalismo populista, pelo socialismo terceiro-mundista (MORAES, 2001, p. 61)

Em síntese, as principais ideias neoliberais podem ser concretizadas nos seguintes tópicos: privatização de empresas estatais e serviços públicos, desregulamentação de mercados, restrição em relação à interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados e desmonte do Estado de bem estar social. Além disso, ao mesmo tempo em que defende o desmantelamento das regulações produzidas pelos Estados nacionais, a ideologia neoliberal propõe que esses mesmos mecanismos de controle (produção de normas, regras e leis) sejam transferidos para organizações multilaterais como o FMI, Banco Mundial etc, dominados pelos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais (MORAES, 2001, p. 35-39)[172].

A partir de fins dos anos 1990, a hegemonia estadunidense se encontra em profunda crise de legitimidade, principalmente em relação às suas políticas neoliberais impostas à América Latina. Com base nas propostas do Consenso de Washington, que prometia a retomada do desenvolvimento e a redução da pobreza das economias latino-americanas, a política neoliberal trouxe crise e estagnação acompanhadas pela deterioração dos níveis salariais, aumento do desemprego e da pobreza (MARTINS, 2011, p. 319). Isso, de certa forma, impulsionou a política latino-americana para a esquerda:

> Desde meados da década de 1990, com a emergência da insurreição zapatista, o neoliberalismo entrou numa trajetória declinante na América Latina. Esse declínio irá se manifestar de maneira mais clara no final dos anos 1990, em uma série de derrotas políticas que sofrerá. A ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, de Lula no Brasil, de Rafael Correa no Equador, de Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua, de Lugo no Paraguai, de José Mujica no Uruguai, dos Kirchners na Argentina, de Ollanta no Peru, a derrota do PRI no México e a quase eleição de Lopez Obrador fazem parte de um mesmo cenário de crise do paradigma neoliberal e de busca de alternativas (MARTINS, 2011, p. 320).

Embora, economicamente, o neoliberalismo tenha fracassado por não ter conseguido a revitalização básica do capitalismo avançado e, socialmente, tenha criado sociedades marcadamente mais desiguais, ele prosperou no campo político e ideológico:

---

[172] "Tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional." (ANDERSON, 2012, p. 22)

> (...) Política e ideologicamente o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditam em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 2012, p.23)

As corporações midiáticas, várias delas associadas ao capital financeiro, passaram a apoiar o pensamento único neoliberal e, portanto, a apoiar através de seu discurso, a ideologia de países que sustentam esse sistema. Como empresas privadas, elas defendem o padrão de produção e consumo do capitalismo, estimulando, através de técnicas publicitárias, o consumismo e a livre concorrência, a fim de aumentar seus lucros e superar os concorrentes (MORAES, 2013, p. 20).

6.3 A ideologia do neoliberalismo e seu discurso de base

A marca principal do neoliberalismo é o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado. Esse alargamento se manifesta no plano econômico, principalmente quando nos referimos à concentração oligopólica das empresas de comunicação.

> Sob a ação do neoliberalismo, o espaço privado se alarga e o espaço público se encolhe: o Estado se desincumbe dos poucos direitos sociais conquistados pelas lutas populares, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado. Da mesma maneira, por meio do controle oligopólico dos meios de comunicação, a classe dominante opera para manter a hegemonia, erguendo obstáculos à constituição de uma esfera pública das opiniões como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Os mass media monopolizam a informação, o consenso é difundido com a unanimidade, e a discordância é posta como ignorância ou atraso. (CHAUÍ, 2006, p. 138)

Segundo Ramonet (2013, p. 63), em um contexto econômico dominado pelo neoliberalismo, é muito difundida a ideia de que o mercado é mais importante do que o

Estado e, por isso, sua participação deve ser preponderante no cenário econômico. Os conglomerados midiáticos são grandes atores de mercado e seu papel é difundir ideologias disfarçadas de informação. Consequentemente, defendem a globalização e o neoliberalismo, combatendo veementemente tudo o que se coloque contra o mercado.

Como consequência dos efeitos deletérios das políticas neoliberais, Rincón e Magrini (2010, p. 89) chegam a falar sobre um modelo de democracia midiática que estaria se formando na América Latina, a partir do século XX, no qual haveria uma perda de poder dos 'velhos atores' (Estado, partidos políticos e esferas institucionais), e o aumento de poder dos meios de comunicação que aparecem como o cenário privilegiado da política.

Nesse cenário, os meios de comunicação representam um papel importante no plano geopolítico, pois são considerados "onipotentes atores sociais da atualidade pós- moderna", atuando decisivamente nas mudanças econômicas e contribuindo na manutenção do *status quo* vigente (SOUZA, 2003, p.5). De acordo com Camargo (2012, p. 45), o importante a ser observado é que, longe de apenas informar sobre os acontecimentos do cotidiano, os meios de comunicação agem como atores sociais, interferem, inclusive, na formulação de políticas globais, influenciam na tomada de decisões ao constranger líderes políticos a agir em determinados prazos, além de conquistarem a opinião pública e se colocarem de forma partidária em situações de conflito. Segundo Ruiz (2010, p. 22), isso ocorre porque "os meios de comunicação estão, desde sua origem, no centro da atividade política" e podem ser eficazes em promover a discussão de assuntos públicos, projetar candidatos e pautar uma determinada agenda pública.

Em meados da década de 90, a sociedade política, em busca de um consenso, utilizou-se dos meios de comunicação como forma de enfrentar uma crise de hegemonia e manter-se no poder. O discurso midiático se tornou um instrumento de implantação e sustentação do projeto neoliberal, sufocando uma possível ofensiva contrahegemônica (SOUZA (2003, p. 26); RUIZ (2010, p. 26)).

Quando a onda antineoliberalismo começou a avançar com a vitória de candidatos considerados progressistas na América Latina como Hugo Chávez, na Venezuela; Rafael Correa, no Equador; Evo Morales, na Bolívia etc, não tardou para que a mídia hegemônica se unisse e assumisse a postura de oposição, fazendo campanhas contra o governo desses países e buscando recursos para desestabilizá-los. Para esse fim, os meios de comunicação contaram com todo o aparato político e financeiro dos EUA (BORGES, 2009, p. 42-44)

6.4 A cobertura da revista *Veja* sobre a Venezuela

Como já foi discutido no capítulo 4, a política econômica de Chávez em relação ao caráter público da PDVSA (controle de preços do petróleo e direção da estatal), bem seu posicionamento contra as políticas neoliberais de Washington, o processo de nacionalização de empresas multinacionais americanas e, principalmente, o projeto de construção deo 'Socialismo do século XXI', não eram mudanças vistas com bons olhos pelos Estados Unidos. Mesmo sendo parceiro comercial da Venezuela há muito tempo, o governo norteamericano sempre fez oposição ferrenha ao governo de Chávez desde sua eleição, em 1998, sendo acusado, inclusive, de ter financiado a tentativa de golpe[173]. Segundo Sader (2004), é nos EUA onde se encontra o comando estratégico da oposição ao governo venezuelano.

A imprensa venezuelana[174], de modo geral, reproduziu o discurso norte-americano e, no Brasil, os meios de comunicação fizeram eco a esses discursos, representando de maneira negativa o presidente venezuelano e a sua política econômica.[175]

> (...) É frequente verificar, por meio de estudos e pesquisas científicas, o atrelamento e filiação da mídia tradicional aos chamados 'donos do capital'. Dessa forma, a América Latina e seus líderes têm a sua imagem desconstruída sistematicamente pelos veículos da mídia, seguindo uma ordem de discurso de desqualificação das posições antiamericanas e antiliberais (LEITE e GOMES, 2013b, p. 7-8)

No capítulo anterior, pudemos verificar as características de um governo não-democrático, especificamente os totalitários e os ditatoriais. Dentre as características levantadas estão controle da imprensa, uso de métodos repressivos para perseguir opositores do regime, centralização do poder etc. Uma das formas que a revista *Veja* tem de construir uma imagem negativa do ex-presidente, conforme podemos ver em diversas reportagens que

---

[173] Segundo Moniz Bandeira (2002, p. 21): "(...) Ao que tudo indica, os EUA não apenas encorajaram e financiaram o golpe de estado contra Chávez. Militares americanos participaram diretamente de sua execução."

[174] Conforme já discutimos em 4.4) O golpe midiático-militar e 4.5) Chávez e a mídia venezuelana: uma relação conflituosa.

[175] Conforme apontam os estudos sobre a representação do ex presidente venezuelano Hugo Chávez na mídia brasileira: Leite e Gomes(2013 a, 2013b), Vieira e Fonseca-Silva (2013), Soares e Silva (2008), Santana e Abreu (2014), Adami (2008), Bundchen (2008), Mendes (2009), Corte (2009), Vieira (2009), Gonçalves Segundo (2014) e Salgado (2012).

constituem o *corpus* desta pesquisa[176], é através da associação de Chávez com governos considerados ditatoriais, ressaltando, principalmente, a origem militar do ex-presidente Chávez como algo permanente em seu governo. De todos os países com governos considerados ditatoriais, a associação mais forte é com Fidel Castro, talvez pelo tipo de regime político-econômico de caráter socialista implantado na ilha cubana desde 1961:

> Chávez não se limita às incursões dominicais. Ele interrompe novelas, durante a semana, mesmo quando está em viagem, em pronunciamentos por cadeia de rádio e TV, que se estendem por até quatro horas, cada vez mais tentando parecer-se com seu ídolo Fidel Castro (‘O charlatão bolivariano’, *Veja* ,ed. 1707 de 04/07/2001).
>
> Chávez demonstra necessidade quase patológica de se exibir como clone de Fidel Castro, o decano dos ditadores. Ambos se exibem em fardas militares e discursam por horas, misturando banalidades com assuntos de Estado (‘O clone do totalitarismo’, *Veja* ,ed. 1903 de 04/05/2005).
>
> Muito do clima de instabilidade se deve ao esquerdismo folclórico de Chávez. Adorava exibir sua amizade com Fidel Castro. Visitou os aiatolás do Irã e até o ditador iraquiano Saddam Hussein, com quem se sentia completamente à vontade (‘O falastrão caiu’, *Veja* ,ed. 1747 de 17/04/2002).

Outras críticas em relação ao governo Chávez são tecidas pela revista como, por exemplo, perseguição aos meios de comunicação e a todos aqueles que se opõem ao seu governo, tal como ocorre em regimes ditatoriais[177]. Em diversas reportagens, *Veja* acusa Chávez de ser contra a globalização[178] e o governo norte-americano[179] como algo que não só é prejudicial à economia do país como também demonstra ser Chávez um chefe de Estado incapaz de governar o país ao ignorar as vantagens da globalização, o que, mais uma vez, é um indício da inclinação do discurso de *Veja* a favor do neoliberalismo

---

[176] Nas reportagens ‘À sombra de El Supremo’, ‘O falastrão caiu’, ‘O charlatão bolivariano’,‘O clone do totalitarismo’ e ‘Um Fidel com petróleo’ contêm diversas passagens em que há comparações entre o ex-chefe de estado venezuelano e Fidel Castro, bem como outros ditadores.

[177] Em diversas reportagens como ‘O charlatão bolivariano’, ‘À sombra de El Supremo’, ‘Os prisioneiros de Chávez’ e ‘O clone do totalitarismo, a revista Veja faz referência a uma perseguição de Chávez não só à imprensa como a todos aqueles que discordam de seu governo.

[178] Em ‘O charlatão bolivariano’ e ‘O dono de tudo’, a revista demonstra como o governo Chávez, por ser contra a globalização, não pode ser considerado um bom estadista.

[179] Nas reportagens ‘O falastrão caiu’, ‘O charlatão bolivariano’, ‘O clone do totalitarismo’ e ‘Louco por uma guerrinha’, há várias críticas da revista feitas a Chávez em relação ao seu posicionamento contrário aos EUA e sua política.

> Se entre os pobres Chávez é tido como um novo Bolívar, ou mesmo como um Robin Hood latino, a classe média e a alta já descobriram que ele é mais um populista ao estilo latino-americano, com discurso no modelo do nacionalismo esquerdista dos anos 50 e 60. Faz críticas à globalização e ao imperialismo americano e vende aos Estados Unidos metade do petróleo exportado pelo país. Elogia países que não entendem muito de democracia, como Iraque, Cuba e Irã, dos quais se aproximou recentemente. De Fidel Castro, virou até amigo ('O charlatão bolivariano', *Veja* ,ed. 1707 de 04/07/2001).

Em todas as reportagens analisadas para esta pesquisa, observamos um discurso contrário ao governo de Hugo Chávez. Isso talvez se justifique pela política econômica do ex-presidente que buscava uma maior atuação do estado na economia, algo contrário ao projeto neoliberal. Segundo Holdorf (2013, p.72), dentre outros veículos de comunicação, *Veja* se posiciona em favor de um "projeto centrado na democracia liberal, preocupados com a não ingerência do Estado na economia, com liberdades e direitos individuais."

De acordo com Sader (2005), a revista defende "as cores do bushismo no Brasil" em uma alusão aos ideais conservadores estadunidenses e "desqualifica o socialismo, Cuba, a Venezuela, assim como tudo o que desminta o Consenso de Washington". Segundo o cientista político, a revista, por sua mentalidade empresarial e seu conservadorismo, defende a globalização neoliberal e se opõe ao humanismo, à democracia, à socialização e aos interesses públicos.

> Os valores que *Veja* defende e transmite são capitalistas, neoliberais, apresentados pela revista por meio do eufemismo de 'livre iniciativa'. Trata-se do grande filtro que impõe o que entra ou não na publicação. Não há, nessas linhas, nenhuma conclusão apressada. *Veja* é propriedade de um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, a Abril Cultural, que nunca fez segredo ou encobriu sua visão de mundo (HERNANDES, 2004, p. 14).

O Estado desempenha papel determinante no processo bolivariano, pois é dele que vem o impulso às empresas estatais nas áreas petroleira, siderúrgica e outras indústrias de base, além de um intenso incentivo aos programas de transferência de renda aos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora no intuito de desenvolver e expandir um modelo de economia social alternativo ao neoliberalismo (SEABRA, 2012). Não por acaso, as maiores críticas da revista *Veja* em relação ao governo do ex-presidente Hugo Chávez estão direcionadas ao seu modelo político-econômico que prevê a estatização de setores estratégicos

para a economia e investimentos em programas sociais. De acordo com o discurso da revista, as decisões de Chávez em favor de um maior controle do Estado sobre a economia venezuelana se apresentam como um risco permanente ao país

> (...) o projeto de impor o controle do Estado sobre a economia venezuelana segue a todo vapor. Chávez já nacionalizou empresas de eletricidade, telecomunicação, alimentos, aço e petróleo. Hoje, três em cada dez venezuelanos com carteira assinada trabalham para o governo. O Banco de Venezuela, do grupo Santander, o terceiro maior do país, deve ser o próximo na lista das estatizações.
> As consequências do aumento da participação estatal na economia já se faz sentir. As estatizações das empresas de telefonia e eletricidade deterioraram o serviço prestado à população. A capital, Caracas, voltou a sofrer com cortes de energia, algo que não acontecia havia três décadas. As estatizações afugentam os investidores: o risco-país da Venezuela é o mais alto entre os mercados emergentes
> (‘A Vontade do eleitor não vale’, *Veja* ,ed. 2073 de 13/08/2008).

O discurso da revista *Veja* procura despertar no leitor a consciência de que tudo deve ser feito, em primeiro lugar, para ‘acalmar o mercado’ e que, portanto, qualquer medida governamental só deve ser permitida e tolerada desde que as ‘regras do mercado’ sejam mantidas mesmo que em detrimento das políticas de cunho social (SOUZA, 2003, p. 73). *Veja* priorizou, em seu discurso, a defesa da não-interferência do Estado na economia, a desregulamentação e liberalização do fluxo de capitais, e a hegemonia do interesse comercial sobre o social:

> ‘O problema é que as ameaças de estatização, o controle de preços, as importações maciças e os subsídios concedidos a uma parcela da população afastam qualquer interesse dos empresários em fazer novos investimentos’, completa Penzini. Resultado: os venezuelanos nunca compraram tanto (a venda de carros no acumulado deste ano superou em 50% o total de 2006), mas a oferta não está dando conta da demanda porque as empresas não investem na ampliação da produção. Não é sem razão. Quem vai querer investir em um país onde há poucos meses o governo estatizou as principais empresas de telefonia e de energia e fechou um dos maiores canais de TV por razões políticas? (‘À sombra de El Supremo’,*Veja*, ed.2003 de 07/11/2007).

No começo dos anos 2000, uma corrente teórica procurou associar as vitórias de presidentes como Chávez na Venezuela, Lula no Brasil e Evo Morales na Bolívia como uma

‘guinada à esquerda’, buscando dividir e categorizar o continente em dois blocos: de um lado, estariam os presidentes que buscariam implantar programas sociais e instituir reformas dentro do capitalismo como o Brasil e o Chile. Esses governos seriam considerados a ‘boa esquerda’ do continente. Do outro lado, estaria a chamada ‘má esquerda’ formada por países como Venezuela, Bolívia e Equador que, ao contrário da outra ala, eram países que não buscavam reformas, mas sim um rompimento radical com os programas neoliberais e uma mudança estrutural na sociedade. Por esse motivo, os presidentes desses países eram considerados populistas e autoritários (SALGADO (2012), CASTANEDA (2006)), principalmente pelos EUA e seus aliados.

Devido à importância do petróleo, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos já demonstravam descontentamento em relação à postura nacionalista de alguns governos, pois esses, em caso de uma guerra com a antiga União Soviética, poderiam aderir a ideias anti americanas e sair da área de influência dos EUA, operando com um possível boicote no fornecimento de recursos naturais. Neste período, o governo norte americano não hesitou em interferir no processo político de outros países, desrespeitando a soberania dos Estados e o princípio de não intervenção (AYERBE, 2002, p. 82)

> Desde a ascensão de Hugo Chávez e as profundas mudanças que este promoveu, em especial no que diz respeito à política externa, a relativa tranquilidade estadunidense na questão energética se viu ameaçada. Além disso, a aproximação com antigos desafetos dos EUA-como Fidel Castro, em Cuba, e os países do Oriente-seja por afinidades ideológicas, seja por interesses comerciais, aliada a uma onda de nacionalismo e tendências esquerdistas que se espalharam pela América do Sul em momentos muito próximos da eleição de Chávez, como Lula, no Brasil, Evo Morales, na Bolívia, e Ernesto Kirchner, na Argentina, trouxeram a Venezuela para a pauta da imprensa internaciona (ADAMI, 2008, p. 24).

A etapa de transição ao socialismo na Venezuela confere novo fôlego ao debate do Socialismo para a América Latina em geral. Chávez, com seu discurso de rejeição ao neoliberalismo e com a promessa de implantar o Socialismo do século XXI, sempre representou uma ameaça para os EUA e para a elite venezuelana. O medo de que o projeto político de Chávez expandisse seu poder de influência por toda a América Latina pode ser observada no discurso da revista *Veja*:

> Por três razões principais, Chávez hoje representa perigo para a democracia e ameaça à estabilidade na América Latina. A primeira é que, claramente, ele não se contenta em infernizar a vida do próprio venezuelano e começa a lançar pseudópodes por toda uma crescente área de influência no continente americano. Segundo, porque tem a mover seu expansionismo o dinheiro fácil dos petrodólares oriundos da riqueza do subsolo venezuelano. Terceiro, mas não menos preocupante, Chávez está semeando insurreição e instabilidade em países que, embora nominalmente democráticos, ainda lutam para solidificar suas instituições políticas e jurídicas e suas bases econômicas de progresso material. A combinação das três razões acima faz de Chávez um risco novo e grande no sofrido horizonte da América Latina (O clone do totalitarismo, *Veja* ,ed. 1903 de 04/05/2005, p. 82).

> Com a morte de Fidel, o poder passa às mãos de figuras cinzentas, ao estilo de um politburo soviético, e a ilha deixa de ter relevância ou influência geopolítica. Se o que acontecerá em Cuba daqui em diante interessa, basicamente, apenas aos cubanos, os rumos políticos da Venezuela trazem risco para toda a região. A partir deste momento, a esquerda revolucionária, órfã de pai e mãe, só pode se voltar para Chávez. (...) Os venezuelanos já perderam a guerra contra Chávez. Ele precisa agora ser contido antes que consiga 'construir o socialismo' e destruir mais países na América Latina ('Um Fidel com petróleo', *Veja* ,ed. 1986 de 13/12/2006, p. 82).

Através de suas fontes autorizadas[180], A revista *Veja* não apenas critica o socialismo como também aponta a economia de mercado como a única saída para o desenvolvimento social, omitindo os efeitos negativos produzidos pela aplicação das medidas neoliberais na América Latina, de forma geral, e na Venezuela antes do governo Chávez. Desse modo, o livre mercado passa a ser visto como parte intrínseca das sociedades humanas:

> 'Os governos socialistas queriam atingir o mesmo desenvolvimento de uma economia de mercado por meio de um planejamento centralizado nas mãos do governo. Isso é impossível porque o Estado não é um bom piloto do motor que produz a riqueza de uma nação. A iniciativa privada desempenha melhor esse papel', disse a *Veja* Vladimir Kontorovich, economista ucraniano estudioso dos sistemas socialistas do Haverford College, na Pensilvânia, nos Estados Unidos (Um Fidel com petróleo, *Veja* ,ed. 1986 de 13/12/2006, p. 80).

Os meios de comunicação, como organismo especializados, têm o dever de informar e tornar público tudo o que for de interesse da população. Sua função está sujeita a um benefício da cidadania. No entanto, por ser um organismo que se define através de uma lógica

[180] No capítulo 3, discutimos a respeito das vozes autorizadas, também chamadas de fontes, pela imprensa.

comercial e movido por interesses e relações políticas, nem sempre se posiciona a serviço da democracia ao se referir aos acontecimentos do espaço público político e civil (CHARAUDEAU, 2009, p. 58-59).

A imprensa, como aparelho privado de hegemonia, procura intervir no plano político-cultural para organizar e disseminar informações que contribuem para a formação de um consenso em torno de determinadas visões de mundo (MORAES, 2016, p. 101).

Como grupo privado e representante de interesses de uma determinada classe política, *Veja* procura preservar sua rentabilidade e área de influência na definição das linhas gerais do imaginário coletivo. Utilizando um discurso articulado na defesa de um programa neoliberal, a revista neutraliza um debate mais profícuo e direciona a opinião pública para juízos contrários a qualquer ação do governo venezuelano. Como a revista "promove a aceitação plena do discurso neoliberal"[181], não raras vezes se refere ao ex-presidente venezuelano como ditador, procurando associá-lo sempre a Fidel Castro e outros chefes de estado considerados ditadores

Por esse motivo, entender as formas de dominação exige também explicar como se constroi e se sustenta o poder dos meios de comunicação para, em seguida, elaborar estratégias para denunciá-los, combatê-los e a eles se contrapor.

[181] Hernandes (2004, p. 174)

CAPITULO 7

Leitura crítica das reportagens

Neste capítulo, faremos uma 'leitura crítica das reportagens' selecionadas da revista *Veja*. Para isso, dividimos este capítulo em duas seções: a primeira consiste na análise da representação do ator social Hugo Chávez através do Sistema de Transitividade baseado na metafunção ideacional (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004); e a segunda, na representação de grupos nominais que representam os atores sociais Hugo Chávez, os especialistas e os venezuelanos para serem analisados de acordo com a Teoria dos Atores Sociais de Van Leeuwen (2008).

Consideramos que as escolhas de processos estão intrinsecamente relacionadas à produção de significados. Desse modo, a maneira como a revista *Veja* seleciona o modelo e a estrutura de suas orações no seu discurso orienta a construção de determinados significados. Portanto, nesta primeira etapa, procuramos descrever as escolhas lexicogramaticais que a revista utilizou para representar o ex-presidente venezuelano e os efeitos de sentido ocasionados a partir de tais escolhas.

As análises partirão dos processos, mas também serão feitas referências tanto aos participantes quanto às circunstâncias, demonstrando qual a função que desempenham em cada oração. Como nosso objetivo é analisar a forma como o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez foi representado no discurso da revista *Veja*, nosso foco de análise recairá apenas sobre ele. Desse modo, foi realizado um levantamento de todos os processos encontrados em nosso *corpus* em que Chávez estivesse envolvido tanto no papel de agente quanto paciente, de acordo com as proposições da LSF. Em seguida, fizemos uma análise do papel que o ator social Hugo Chávez ocupa nos sintagmas verbais instanciados no Sistema de Transitividade e quais processos foram mobilizados nas orações em que Chávez atua como participante incluído.

Na segunda seção deste capítulo, com base no inventário sociossemântico de Van Leeuwen (2008), fizemos uma análise dos atores sociais identificados como "Hugo Chávez", "venezuelanos" e "especialistas".

O modelo de Van Leeuwen (2008), como parte da LSF, procura, através de suas categorias sociossemânticas, trazer o significado da função exercida pelo participante na oração. Portanto, fizemos um mapeamento das ocorrências referentes aos atores sociais "Hugo Chávez", "Venezuelanos" e "especialistas" nos textos que compõem o *corpus* desta

pesquisa. Esses são os três atores sociais mais frequentemente encontrados no discurso da revista e, por isso, foram selecionados para nossa análise. Desse modo, identificamos, nas quinze reportagens, todas as orações que, de alguma forma, citavam os três atores sociais já mencionados.

Para essa análise, fundamentada no modelo de Van Leeuwen (2008), consideramos todas as ocorrências dos atores sociais que se constituem como grupos nominais ou nomes próprios. Foram, portanto, excluídas as referências anafóricas pronominais por entendermos que elas apenas recuperam sentidos já anteriormente construídos.

O *corpus* selecionado para esta pesquisa é formado por 15 reportagens publicadas na revista *Veja* no período de 1999 a 2012. A escolha desse material foi feita considerando o tempo em que Chávez esteve no exercício de sua função como presidente. Portanto, excluímos desse *corpus* o ano de 1998, referente ao ano em que Chávez ganhou a primeira eleição, e 2013 que foi o ano de sua morte.

Sobre a delimitação do *corpus*, acreditamos ser importante citar Orlandi (1989, p. 32) para quem "a análise do discurso não visa à exaustividade horizontal, isto é, em extensão, nem à completude, ou à exaustividade em relação ao objeto empírico, material." Dito de outro modo, não é a exaustividade do *corpus*, mas os objetivos e a temática que ele envolve que constituem a essência de uma pesquisa. Por essa razão, delimitamos o nosso *corpus* em 15 reportagens por entendermos que essa amostra já se torna suficiente para oferecer um panorama sobre o modo como a revista *Veja* faz uso de estratégias linguísticas para representar Chávez e seu governo.

O critério de escolha das reportagens seguiu não apenas uma ordem cronológica, mas procurou abordar temas importantes para a democracia como: liberdade de imprensa, oposição política, votação da constituinte, plesbiscitos, golpe institucional e relações político-diplomáticas com outros países.

A análise será dividida em dois momentos. Para realizar a análise utilizando o sistema de transitividade, selecionamos cinco reportagens: I) O nome da encrenca é Chávez; II) O clone do totalitarismo; III) Louco por uma guerrinha; IV) Eleição, apenas, não basta; e V) O Estado sou eu. Nesta primeira etapa, o único ator social a ser analisado será o ex-presidente venezuelano e as reportagens serão analisadas linha a linha, incluindo os títulos das matérias.

Na segunda etapa, utilizando a taxonomia de Van Leeuwen, selecionamos cinco outras reportagens: I) O nome da encrenca é Chávez; II) O clone do totalitarismo; III) Louco por uma guerrinha; IV) Eleição, apenas, não basta; e V) O Estado sou eu. Nesta parte, as

reportagens não serão analisadas linha a linha, mas sim por trechos selecionados, e os atores sociais, além de Chávez, incluirão “os venezuelanos” e “os especialistas”.

O quadro a seguir nos mostra o título de cada reportagem, identificado por sua edição e data de publicação.

Número	Título	Edição (Número)	data
1	A lei da boina	1629	22/12/99
2	O dono de tudo	1661	09/08/2000
3	O charlatão bolivariano	1707	04/07/2001
4	O falastrão caiu	1747	17/04/2002
5	O nome da encrenca é Chávez	1794	19/03/2003
6	Caça às bruxas	1791	26/02/2003
7	O Estado sou eu	1855	26/05/2004
8	O clone do totalitarismo	1903	04/05/2005
9	Um Fidel com petróleo	1986	13/12/2006
10	À sombra de El Supremo	2003	07/11/2007
11	A vontade do eleitor não vale	2073	13/08/2008
12	Louco por uma guerrinha	2125	12/08/2009
13	Os prisioneiros de Chávez	2158	31/03/2010
14	Eleição, apenas, não basta	2199	12/01/2011
15	Um futuro muito pior	2291	17/10/2012

Quadro 17: Dados sobre as matérias

7.1. O sistema de transitividade em análise

Conforme já foi detalhado no capítulo 2, o sistema de transitividade é composto por seis processos: material, mental, relacional, comportamental, verbal e existencial, que constituem o elemento nuclear da oração. Cada um desses processos contribui de forma diferenciada na construção da experiência representada. Sendo a metafunção ideacional capaz de codificar nossas experiências no mundo, ela será útil para a análise da representação dos

atores sociais encontrados no discurso da revista *Veja*. Por meio da análise aqui apresentada, procuramos demonstrar a presença dos diferentes processos, bem como de seu contexto de uso nessa revista.

Como nosso objetivo é saber quais as estratégias linguísticas são utilizadas pela revista *Veja* para representar o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, procuramos investigar de que forma os processos foram empregados no discurso da revista. Por compreendermos que o número de ocorrências de um dado processo pode estar relacionado à composição de sentido em um determinado discurso, fizemos uma contagem manual do número de ocorrências de cada processo nos textos em análise e procedemos à análise de alguns deles.

No quadro a seguir, apresentamos os tipos de processos encontrados nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, o que nos permite delinear um perfil da distribuição desses processos no que diz respeito a sua ocorrência nos textos:

Tipos de processos	Número de ocorrências
Material	263
Relacional	87
Mental	52
Verbal	46
Existencial	7
Comportamental	4
Total	465

Quadro 18: número de ocorrências dos tipos de processos encontrados no *corpus* da pesquisa

Esse quadro nos revela a maior incidência de processos materiais (263 ocorrências, sendo 229 como ator, 26 como meta, 7 como recebedor e 1 por circunstancialização), seguida pelos processos relacionais (87 ocorrências, sendo 70 processos relacionais atributivos, e apenas 17 identificativos) e, em proporção quase semelhante, dos processos mentais e verbais. Já os processos existenciais e comportamentais têm uma frequência menor nos textos selecionados, indicando pouca relevância para a construção do discurso sobre Chávez.

Com esses números, podemos constatar a importância dos processos materiais, bem como dos processos relacionais, na construção da imagem do ex-presidente venezuelano. A partir desses números, podemos observar que as ações (representadas pelos processos materiais), seguidas por classificações e definições (representadas pelos processos relacionais) representam a base do discurso veiculado pela revista *Veja* sobre Chávez.

Apesar de o discurso da revista *Veja* concentrar um maior número de ocorrências de processos materiais e relacionais, os processos mentais e verbais, encontrados em proporções semelhantes, também possuem uma relevância na representação do ex-presidente venezuelano.

Conforme já foi analisado no capítulo 2, os processos mentais revelam experiências sensoriais, tais como cognição, percepção, emoção e desejo. Nesse tipo de processo, há dois participantes: a) o experienciador, um ser consciente que sente algo, e b) o fenômeno que corresponde ao que é sentido. No *corpus* que compõe esta pesquisa, observamos a ocorrência dos seguintes processos mentais:

Tipos de processos mentais	Número de ocorrências
Perceptivo	2
Cognitivo	12
Desiderativo	16
Emotivo	22
Total	52

Quadro 19: Número de ocorrências dos tipos de processos mentais encontrados no *corpus* da pesquisa

Dos 52 processos mentais encontrados em nosso *corpus*, Chávez aparece como experienciador em 41 deles e como fenômeno em 11. Desses, o ex-presidente venezuelano ocupa o papel de fenômeno na seguinte proporção: cinco ocorrências no processo mental cognitivo, três no mental emotivo; duas no mental desiderativo; e uma no mental perceptivo.

Dentre os processos mentais encontrados em nosso *corpus*, o mais recorrente é o processo mental emotivo seguido pelo desiderativo, indicando que Chávez é mais movido pela emoção e pelos desejos do que pela razão.

Já os processos verbais estão relacionados a "formas de dizer", referindo-se à ação verbal. Podemos ter quatro participantes: a) o dizente, que comunica algo; b) o alvo, que é o objeto da ação verbal; c) o receptor, a quem o processo é direcionado; e d) a verbiagem, que corresponde ao conteúdo do que é dito. No *corpus* selecionado para esta pesquisa, há 46 ocorrências de processos verbais. Dentre essas ocorrências, Chávez aparece como dizente em 45 e como alvo em apenas 1. No entanto, sua fala é reportada em discurso direto, ou seja, em

que a verbiagem é uma citação literal, em apenas três situações que estão inseridas em um contexto de ordem, ameaça ou acusação, conforme o exemplo a seguir:

> Muita gente que participou da greve está sendo vítima da revanche do regime bolivariano. Na gigante estatal do petróleo, PDVSA, as demissões punitivas atingem um terço dos 12.000 funcionários. Em vão, os remanescentes realizam manifestações diárias exigindo a readmissão dos punidos. Chávez diz que eles não terão o emprego de volta. "merecem cadeia", ameaça ele. (Caça às bruxas. *Veja*, ed 1791 de 26/02/2003).

Dos 46 processos verbais localizados em nosso *corpus*, 25 têm a estrutura dizente+ processo verbal+ verbiagem (por relato, citação ou oração não-finita), seguido ou não por elementos circunstanciais, o que indica que Chávez não tem uma preocupação em dialogar com um interlocutor. Nesse sentido, seu discurso, por ser fechado em si mesmo, teria um caráter impositivo.

Por outro lado, há 21 processos verbais que apresentam a seguinte estrutura dizente+ processo verbal+ verbiagem (por relato, citação ou oração não-finita) + Alvo ou receptor. Desses, foram localizados 17 alvos e apenas 4 receptores, o que, mediante o contexto discursivo, nos leva a que Chávez estaria mais propenso ao ataque e/ou acusação do que ao diálogo.

Por meio desses números, fica evidente a relevância dos processos de fazer (materiais), dizer (verbais), Pensar (mentais), Classificar e definir (relacionais), para a construção da imagem de Hugo Chávez. Agora, analisaremos algumas reportagens de nosso *corpus*, focalizando o papel dos processos encontrados. Para essa etapa selecionamos as seguintes matérias jornalísticas: I)"O nome da encrenca é Chávez", II) "O clone do totalitarismo", III) "Louco por uma guerrinha", IV) "Eleição, apenas, não basta" e V) "O Estado sou eu"

I. 1ª reportagem: O nome da encrenca é Chávez

A reportagem "O nome da encrenca é Chávez" discorre a respeito das graves conseqüências no campo social, como desabastecimento de mercadorias (alimentos e remédios), de algumas medidas econômicas tomadas pelo governo. Dentre essas medidas estão o congelamento de preços e a proibição da venda de dólares no país.

Para tentar explicar a atual crise política da Venezuela, a revista faz uma breve análise sobre o período político-econômico que antecedeu o governo Chávez, procurando enfatizar as principais mudanças ocorridas após sua chegada ao poder, sua política de governo em relação à PDVSA, bem como suas relações com Brasil, EUA e Cuba.

Nossa análise aqui empreendida começa pelo título da matéria em que Chávez ocupa a posição de identificado no processo relacional identificativo "e´". O indentificador " nome da encrenca" tem por função atribuir uma identidade a Chávez. Portanto, nessa representação, Chávez possui a identidade de ´ser encrenqueiro´ ou, dito em outras palavras, Chávez representa o próprio "nome da encrenca". Essa escolha de transitividade no domínio relacional, identificando Chávez como alguém que é sinônimo de encrenca e confusão, vai direcionar todo o processo argumentativo do texto como veremos a seguir.

(1) "Desemprego, inflação e pobreza atingem recordes históricos na Venezuela. Em lugar de governar, o presidente só **quer** briga."

No trecho (1), é mostrada uma situação grave de "desemprego, inflação e pobreza", que afetam a Venezuela. Em seguida, Chávez é representado como presidente e experienciador do processo mental desiderativo "quer", antecedido pelo advérbio "só". Isso indica que, apesar de os indicadores sociais negativos na Venezuela atingirem 'recordes históricos', o presidente, em vez de se preocupar em governar bem o seu país, ele "só" deseja brigar, o que o caracteriza não apenas como uma pessoa difícil, mas como um mal governante que deseja apenas o confronto.

Ao ser colocado como experienciador do processo mental desiderativo "quer", Chávez é representado como alguém que não racionaliza suas ações, apenas age no plano dos desejos e, por isso, se torna uma pessoa impulsiva, imprevisível e pouco confiável.

(2) "Há dois meses, numa tentativa desesperada de interromper a desvalorização da moeda nacional e a fuga de capitais, Chávez **proibiu** a venda de dólares no país. Sem a moeda americana, o desabastecimento tornou-se tão agudo que os pacientes em hospitais agora precisam comprar as próprias seringas e antibióticos."

Em (2), há o processo material "proibir", em que Chávez é codificado como ator de uma ação sobre a meta "venda de dólares". Essa ação, que tinha por finalidade 'interromper a desvalorização da moeda nacional e a fuga de divisas', acabou por ocasionar um grave desabastecimento no país. Além de revelar uma 'incompetência' para governar o país, uma

vez que não conseguiu prever as conseqüências de sua ação, a representação experiencial acima reforça a ideia de que Chávez é um governante que não se preocupa com a população, pois deixou que até mesmo pessoas em situações mais vulneráveis, os pacientes em hospitais, recebessem os efeitos nefastos de suas medidas e 'agora precisam comprar as próprias seringas e antibióticos'

(3) "O que agrava a encrenca é o fato de que os outros três venezuelanos estarem dispostos a darem o sangue em defesa da 'revolução bolivariana', como Chávez **apelidou** pomposamente seu governo, iniciado há quatro anos."

No recorte acima, Chávez aparece ocupando a posição de dizente no processo verbal "apelidou", cujo alvo é "o seu governo". Podemos observar uma certa ironia no discurso, uma vez que o processo verbal "apelidou", que significa 'designar ou denominar algo' (no caso aqui, o seu governo), esteja antecedido pela circunstância de modo "pomposamente[182]". Esse advérbio que significa 'luxuoso' e 'exuberante' faz referência ao modo como Chávez chamou o seu governo, esvaziando assim o próprio sentido do termo 'revolução bolivariana', que passou a ser um simples capricho do presidente ao definir o seu governo.

Podemos notar também que a verbiagem 'revolução bolivariana' está entre aspas, o que indica que o autor do texto não se compromete com o termo usado, mas deixar em evidência que representa um nome criado e utilizado por Chávez. Além disso, a escolha do processo verbal "apelidou" sugere que a verbiagem 'revolução bolivariana' tem o propósito de dar uma certa importância ao seu governo e assim ganhar mais apoio.

(4) "Em 1998, Hugo Chávez **foi eleito** presidente como a única novidade disponível. Coronel paraquedista sem partido nem programa político, o que **tinha a oferecer** como currículo era a fracassada tentativa de golpe de Estado que liderou em 1992."

Em (4), a circunstância 'Em 1998' localiza o momento em que Hugo Chávez ocupa o papel de meta no processo matéria "foi eleito" sem estar especificada a posição de ator do mesmo processo. Portanto, não podemos, nesta construção discursiva, identificar, inclusive em termos numéricos, quem teria dado vitória a Chávez em 1998. Em todo caso, a revista aponta a circunstância de papel "como a única novidade disponível" para estabelecer uma

[182] Conforme as referências de Borba (2004)

justificativa para Chávez ter sido eleito, ou seja, não havia outro candidato que se destacasse como algo diferente naquele cenário político já analisado no capítulo 4.

Em seguida, Chávez aparece identificado no papel de ator como "coronel paraquedista sem partido nem programa político" que "tinha a oferecer" (processo material) "a fracassada tentativa de golpe de Estado que liderou em 1992" (Escopo). Ao trazer à tona que Chávez já tinha liderado uma tentativa de golpe em 1992, *Veja* o caracteriza como golpista e inexperiente que não esta à altura do cargo que ocupa.

(5) "Encantados com as promessas messiânicas, os venezuelanos **deram**-lhe carta branca para fazer o que julgasse necessário para tirar o país da decadência."

Em (5), Chávez aparece como recebedor (lhe) da meta "carta branca" no processo material "deram". Nesse processo, o ator protagonista que realiza a ação são os venezuelanos. Através da oração identificada como circunstância de causa "para fazer o que julgasse necessário para tirar o país da decadência", que apresenta o propósito da ação, a revista constrói seu discurso sugerindo que os venezuelanos confiaram em Chávez porque, além de estarem "encantados com as promessas messiânicas", esperavam que ele tirasse o país da decadência. Em nenhum momento, a revista atribui a confiança que os venezuelanos depositaram em Chávez a algo positivo que tenha realizado ou à sua trajetória de militante político que ele tenha realizado, mas sim porque os venezuelanos pareciam iludidos com suas promessas e precisavam de alguém para resolver os problemas do país.

(6) "Chávez **venceu** seis plebiscitos e duas eleições, **reformou** a Constituição, **interveio** no Judiciário, **prolongou** o próprio mandato e **fez** maioria no Congresso. Na hora de usar isso em benefício do país, **revelou-se** um desastre."

No recorte acima, Chávez é codificado como ator nos processos materiais "venceu", "reformou", "interveio", "prolongou" e "fez". O modo como esses processos foram organizados no discurso sugere uma ordem cronológica para as ações de Chávez. Primeiro, ele vence as eleições, depois, ele "reformou a Constituição, interveio no Judiciário, prolongou o próprio mandato e fez maioria no Congresso", demonstrando com isso que, após vencer as eleições, Chávez buscou transformar as instituições públicas em apêndice de sua vontade.

Em seguida, Chávez aparece como Portador do atributo "um desastre" no processo relacional atributivo "revelou-se". É importante assinalar que esse processo relacional é antecedido pela circunstância de tempo "Na hora de usar isso em benefício do país",

indicando, mais uma vez, que as ações de Chávez enquanto governante não se revertem em resultados positivos para a população, mas tem como objetivo apenas o benefício próprio.

(7) "Diferentemente de Lula, que se cercou de petistas pragmáticos e até de gente de fora de seu partido para poder governar, Chávez **formou** o ministério com companheiros fardados e velhos militantes comunistas, gente sem experiência administrativa."

Em (7), o ex-presidente Chávez aparece como ator no processo material "formou" que tem por meta "o ministério". Desse modo, Chávez aparece como alguém que tem o poder e a responsabilidade de agir sobre um determinado órgão público. A meta "o ministério" é seguida pela circunstância de acompanhamento "com companheiros fardados e velhos militantes comunistas, gente sem experiência administrativa", que especifica as pessoas selecionadas por Chávez para compor seu governo.

Ao utilizar essa circunstância de acompanhamento, a revista destaca a origem militar do ex-presidente, amparada na ideologia de esquerda e sugere que, por colocar as afinidades ideológicas acima das necessidades da população, Chávez, diferentemente de Lula, "formou o ministério" com "gente sem experiência administrativa."O ex-presidente venezuelano teria, portanto, utilizado a máquina pública como 'cabide de empregos' sem pensar na população.

A escolha dessa circunstância nos remete também a outra questão importante: ao contrário de Lula que "se cercou de petistas pragmáticos e até de gente de fora de seu partido", Chávez formou o ministério "com companheiros fardados e velhos militantes comunistas", o que indica que Chávez não pretende governar com a participação de outros partidos que seguem uma orientação ideológica diferente da sua.

(8) "Em suas aparições na televisão, Chávez mais **parece** um líder de torcida organizada. Só em 2003, o governo **convocou** 41 cadeias nacionais de rádio e televisão. Chávez **falou** quase quarenta horas em 25 dessas cadeias."

Em (8), Chávez ocupa a posição de portador no processo relacional "parece" seguido do atributo "um líder de torcida organizada", o que confere uma característica de simples animador e não de um chefe de Estado. Sendo caracterizado como "um líder de torcida organizada", o ex-presidente não deve ser levado a sério.

A circunstância de localização "Em suas aparições na televisão", que antecede o processo relacional já citado, mostra que Chávez faz uso de uma concessão pública para proferir seus longos discursos, interrompendo, por horas, as programações televisivas.

Logo em seguida, Chávez aparece como dizente em dois processos verbais: “convocou” e “falou”. É importante destacar a ausência de verbiagem nesses dois processos, o que revela a pouca importância, dada pela revista, ao que Chávez tem a dizer. No primeiro processo verbal, temos o alvo “41 cadeias de rádio e televisão”. Podemos observar que a revista *Veja* fez questão de enfatizar, em números, a quantidade de veículos de comunicação mobilizados pelo ex-presidente; já o segundo processo verbal “falou” é seguido por uma circunstância de extensão, apontando para o tempo de duração do discurso de Chávez, ou seja, “quase quarenta horas”, o que demonstra o caráter narcisista e arbitrário do ex-presidente.

(9) “De modo arbitrário, ele **interrompe** novelas e noticiários para mostrar cerimônias militares ou entregas de títulos de terras feitas pelo governo.”

No trecho acima, Chávez, através do pronome anafórico ele, ocupa a posição de ator no processo material “interrompe” que tem por meta “novelas e noticiários”. A circunstância de modo que antecede o processo material “interrompe” sinaliza o caráter autoritário de uma ação realizada pelo então presidente.

Após a meta “novelas e noticiários”, observamos a presença de uma oração que funciona como uma circunstância de causa “para mostrar cerimônias militares ou entregas de títulos de terras feitas pelo governo”, o que nos mostra que o mandatário age de forma autoritária ao interromper programas de TV com o propósito de fazer propaganda de seu governo.

(10)“Seu programa dominical na TV estatal, o *Alô, Presidente*, dura de quatro a cinco horas. O presidente **conta** piadas, **canta** e, principalmente, **xinga** seus adversários.”

No excerto (10), o presidente aparece como dizente nos processos verbais “conta” e “xinga” e como comportante no processo comportamental “Canta”. O trecho selecionado é antecedido por um outro processo que, neste caso, funciona como uma circunstância de lugar “Seu programa na TV estatal, *o Alô, Presidente*”.

O que a revista pretende enfatizar com essa construção discursiva é que Chávez usa o espaço público, a TV estatal, não de forma séria, condizente a um chefe de Estado, mas para fins particulares e recreativos. Por isso, ele usa a TV para contar piadas, cantar e, principalmente (como a própria revista faz questão de frisar ao utilizar a circunstância de modo), xingar seus adversários.

O uso do processo verbal “xinga” seguido pelo alvo “os adversários” indica que Chávez não só usa o espaço público para fins pessoais como também para agredir quem não concorda com seu regime de governo. A escolha desses três processos revela o caráter de um presidente autoritário, pouco sério e agressivo.

> (11)“Por iniciativa do Brasil, foi criado um grupo de países de amigos da Venezuela-que inclui os Estados Unidos, que compram 65% das exportações venezuelanas de petróleo-com o objetivo de mediar um diálogo entre o governo e a oposição. O presidente venezuelano **boicotou** o esforço com a exigência de que o grupo fosse reforçado com alguns países mui amigos, como Cuba (Chávez **fala** diariamente por telefone com Fidel Castro, a quem **considera** um mentor).”

Nesse excerto, o presidente venezuelano aparece como ator do processo material “boicotou” seguido da meta “o esforço”, que é uma referência à iniciativa brasileira em criar ‘um grupo de países amigos da Venezuela’. Este grupo, segundo a descrição dada, foi criado com o propósito de “mediar um diálogo entre governo e oposição”. Ao caracterizar Chávez como ator e protagonista da ação de ‘boicotar’ esse projeto, a revista insinua que o presidente não está aberto ao diálogo, principalmente com a oposição, a não ser que fosse atendido em sua exigência “de que o grupo fosse reforçado com alguns países mui amigos, como Cuba.”

Para confirmar seu caráter autoritário, no mesmo discurso, Chávez é definido como dizente no processo verbal “fala”, que tem como receptor “Fidel Castro”. Novamente, esse processo não possui a verbiagem como um dos participantes, o que indica uma ocultação do conteúdo do que é dito.

Duas circunstâncias foram associadas a esse processo: “diariamente”, que é uma circunstância de extensão e caracteriza a freqüência com que Chávez fala com Fidel Castro, e “por telefone”, que é uma circunstância de modo, a qual indica o meio de comunicação utilizado pelos dois participantes.

As duas circunstâncias associadas ao processo verbal “fala” indicam que o dizente Chávez, mesmo geograficamente distante, mantém contato com uma frequência diária com seu receptor Fidel Castro. É importante observar também que Fidel Castro, que ocupa o papel de receptor, é considerado, por muitos países, alguém que mantém um regime não-democrático e essa comunicação diária sinaliza uma proximidade muito grande entre os dois, talvez, por causa do mesmo posicionamento ideológico.

Por fim, Chávez ocupa a posição de experienciador no processo mental cognitivo “considera”, que tem por fenômeno “(Fidel Castro) um mentor”, o que sugere que, no plano da consciência, o ex-presidente reconhece Fidel Castro no papel de seu mentor.

O modo como houve a associação desses três processos, em que Chávez é identificado como dizente e experienciador, demonstra como a revista *Veja* procura, nas suas escolhas de transitividade, ratificar a idéia de que o ex-presidente venezuelano impede o diálogo com a oposição, mas se mostra receptivo àqueles que possuem o mesmo alinhamento ideológico que o seu.

> (12)"Também **partiu** para uma caça às bruxas. **Pediu** na TV que juízes 'corajosos' prendessem os líderes da greve."

Em (12), Chávez aparece, em elipse, como ator no processo material "partiu" que tem por meta "para uma caça às bruxas". Nesse recorte experiencial, o processo partiu significa começou e "caça às bruxas" é uma referência a um tipo de perseguição sistemática de um governo a seus adversários políticos. Portanto, nesse caso, Chávez aparece praticando a ação de perseguir a oposição, o que é uma característica típica dos governos não-democráticos, conforme já foi discutido no capítulo 5.

Em seguida, novamente elidido, Chávez exerce a função de dizente no processo verbal "pediu". Dessa vez, o processo verbal tem como verbiagem a oração projetada "que juízes 'corajosos' prendessem os líderes da greve" antecedida pela circunstância de localização "na TV". Essa construção indica que Chávez, mais uma vez, utilizou o espaço público para fins pessoais, exercendo o poder político para perseguir os opositores do seu regime.

Chama a tenção nesse processo o fato de não haver um receptor como um dos participantes, o que abre duas possibilidades de interpretação: na primeira, os juízes poderiam ser os próprios receptores, demonstrando com isso a tentativa de Chávez de controlar o Judiciário; na segunda possibilidade, Chávez poderia apenas estar dando ordens sem ter um receptor específico, como se falasse para os telespectadores de modo geral. De qualquer forma, a própria verbiagem, representada pela oração projetada, já tem uma ordem em forma de 'pedido',como sugere o processo.

> (13)"Depois da greve, a empresa não pôde voltar a funcionar porque o governo **puniu** 16.000 funcionários, quase metade do quadro, com demissão sumária."

O excerto (13) confirma o anterior em relação à perseguição política exercida por Chávez. Neste trecho, o ex-presidente, representado pelo vocábulo "o governo", exerce o papel de ator no processo material "puniu". De acordo com o que ocorre no processo material, Chávez exerce uma ação de castigar o participante meta representado por "16.000

funcionários" e seguido pela circunstância de modo "com demissão sumária", que reforça o caráter punitivo e arbitrário da ação perpetrada.

A especificação numérica do participante meta ("16.000 funcionários") é reforçada pela especificação "quase metade do quadro" e serve não apenas para mostrar o prejuízo decorrente da ação arbitrária de Chávez como também para potencializar o seu efeito.

Por fim, a circunstância de localização "depois da greve" indica mais do que o momento da ação do presidente. Ela denuncia o caráter vingativo e arbitrário d ex-presidente que não tolera quem se opõe ao seu governo.

> (14)"Quem realmente mudou de vida nesses quatro anos de populismo **foi** o próprio Chávez. O presidente **engordou** e, apesar de se **exibir** publicamente com a boina vermelha e farda, **adora** relógios e ternos italianos. Também **comprou** para uso da Presidência um avião de 70 milhões de dólares."

Nesse recorte, Chávez aparece no papel de Identificado no processo relacional "foi" associado ao Identificador "Quem realmente mudou de vida nesses quatro anos de populismo". Portanto, a Chávez é atribuída a identidade de alguém que teve a vida modificada nos quatro anos de populismo. Para confirmar essa informação, em seguida, o ex-presidente aparece como ator no processo material transformativo "engordou", indicando ter havido realmente uma mudança, incluindo o aspecto físico do ex-presidente, que pode ser percebida se compararmos o processo ao longo do tempo "nesses quatro anos de populismo".

A fim de comprovar o tamanho da mudança de Chávez, a revista *Veja*, em seu discurso, representa o ex-presidente no papel de experienciador do processo mental emotivo "adora" seguido pelo fenômeno "relógios e ternos italianos", o que nos sugere uma relação de afeto entre Chávez e os objetos de valor.

Na sequência desse processo, Chávez, novamente, é definido como ator no processo material criativo "comprou" cuja meta é "um avião de 70 milhões de dólares". O uso da circunstância de causa "para uso da Presidência" nos remete à idéia de que Chávez tenha comprado o avião para uso pessoal, uma vez que ele mesmo ocupa o cargo de presidente. O uso de um processo material criativo "comprou" indica que a meta "um avião de 70 milhões de dólares" não era algo tão necessário, já que nenhum outro presidente teve a preocupação de adquirir antes um bem tão caro.

Tanto o processo mental emotivo "adorar" quanto o material criativo "comprou" foram antecedidos pelo processo comportamental "exibir", em que Chávez aparece como

comportante seguido de duas circunstâncias de modo: “publicamente” e “com boina vermelha e farda”, que são objetos associados a um militarismo de esquerda.

A escolha do processo comportamental “exibir”, tendo Chávez como comportante, o acréscimo das circunstâncias que o identificam como um político de esquerda, seguido pelos processos mental “adora” e material “comprou”, traz indícios de que Chávez mantém um comportamento, aparentemente, alinhado com um discurso de esquerda, mas que, na prática, ele se apresenta como alguém que age de maneira contrária aos seus discursos.

> (15)“Durante a campanha eleitoral de 1998, ele **abandonou** a primeira mulher, com quem **tem** três filhos, e também uma amante de vários anos. Tudo isso para **se casar** com a loira Marisabel, que era locutora de rádio. Ela deixou o palácio há alguns meses. Dizendo-se **abandonada** pelo presidente, abriu um salão de beleza numa cidade do interior. Como a maioria dos venezuelanos, ela **se decepcionou** com Chávez.”

Em (15), Chávez aparece representado pelo pronome anafórico “ele” ocupando o papel de ator no processo material “abandonou”, que tem por meta “a primeira mulher (...) e também uma amante de vários anos”. Ele também aparece como possuidor no processo relacional atributivo possessivo “tem”, sendo o possuído “três filhos”.

Ao selecionar a circunstância de localização “durante a campanha eleitoral de 1998”, a revista insinua que, desde antes de ser eleito, Chávez já não era alguém de confiança, pois, além de “abandonar” a primeira mulher, ele fez a mesma coisa com “a amante de vários anos”. É interessante notar como a revista selecionou os elementos de transitividade para produzir um determinado resultado. Assim, em vez de selecionar o processo “se separou”, a revista optou por “abandonou”. Além disso, ao especificar “amante de vários anos”, a revista enfatiza que há muito tempo Chávez mantinha uma vida dupla e, se ele era capaz de trair a esposa (com quem tinha três filhos), ele poderia trair toda a nação.

Em seguida, a revista *Veja* aponta o propósito para Chávez ter abandonado a “primeira mulher” e a “amante de vários anos”: para “se casar com a loira Marisabel, que era locutora de rádio”. Ao caracterizar Chávez como ator do processo material “casar” associado à circunstância de companhia “com a loira Marisabel”, a revista define o ex-presidente como alguém que possui um comportamento imprevisível, agindo apenas por impulso. Essa característica é reforçada quando Chávez é apresentado como agente da passiva (ator) do processo material “foi abandonada”, cuja meta agora passou a ser a atual esposa Marisabel.

Por fim, Chávez aparece como fenômeno do processo mental emotivo "se decepcionou", cujo experienciador é o pronome anafórico "ela" que retoma o substantivo "Marisabel". A revista ainda selecionou uma circunstância de modo "como a maioria dos venezuelanos, para fazer um vínculo com o papel de experienciador ocupado por Marisabel no processo mental emotivo "se decepcionou", criando um efeito de consenso. Sendo assim, não apenas Marisabel se decepcionou com Chávez, mas também a maioria dos venezuelanos, talvez, por terem sido igualmente abandonados.

II. 2ª reportagem: "O clone do totalitarismo"

Nesta reportagem, a revista *Veja* denuncia o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por oferecer um suposto apoio político e financiamento a grupos radicais de países vizinhos, formação de uma milícia civil, além de utilizar o dinheiro do petróleo venezuelano para patrocinar o regime de Fidel Castro em Cuba. Segundo o discurso da revista, todas essas ações estão associadas a uma grande concentração de poder e a um emergente processo de expansão de área de influência por todo o continente latino-americano, o que constituem uma ameaça à estabilidade da América Latina.

> (16)"O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, há mais de seis anos no poder, **ameaça** a estabilidade da América Latina com o financiamento e o apoio a grupos radicais de países vizinhos, a formação de uma milícia civil, o uso do petróleo para chantagear as repúblicas da América Central, a compra de armas e a aliança com a ditadura cubana de Fidel Castro, de quem **está se tornando** um clone mal feito e extemporâneo."

Em (16), apesar de "ameaça" ser caracterizado como um processo verbal, aqui ele está funcionando como um processo material devido à própria sequência de circunstâncias "com o financiamento e o apoio a grupos radicais de países vizinhos, a formação de uma milícia civil, o uso do petróleo para chantagear as repúblicas da América Central, a compra de armas e a aliança com a ditadura cubana de Fidel Castro, de quem está se tornando um clone mal feito e extemporâneo.", que mostram o meio como poderia ser empreendida a ação cujo ator está identificado como "o presidente da Venezuela, Hugo Chávez".

Essa ação, representada pelo processo material "ameaça", tem como meta "a estabilidade da América Latina", demonstrando que Chávez age de forma agressiva contra seus vizinhos latino-americanos e, por isso, ele deve ser considerado um perigo para a região.

Embora o processo e os participantes obrigatórios sejam importantes para a representação de Chávez, é através das circunstâncias que o significa se completa. Por meio delas, a revista *Veja* aproxima o governo de Chávez de "grupos radicais" e da "ditadura cubana de Fidel Castro". Com isso, a revista destaca o perigo que Chávez representa não só para a Venezuela como para toda a América Latina.

Ao ameaçar a estabilidade da América Latina com "a formação de uma milícia civil" e "compra de armas", Chávez estaria montando um grande aparato beligerante que põe em risco a paz do continente.

Por fim, a revista afirma que "(Chávez) está se tornando um clone mal feito e extemporâneo" de Fidel Castro. O processo relacional atributivo "está se tornando" nos mostra que Chávez, no papel de portador, está caracterizado como "um clone mal feito e extemporâneo". Essa construção discursiva indica não apenas a falta de originalidade de Chávez, uma vez que ele se apresenta como uma cópia ultrapassada de Fidel Castro, como também o risco de ele construir uma ditadura tal como existe em Cuba.

> (17)"Na Venezuela, Chávez **adotou** um governo centralizador, **mudou** as leis para controlar melhor a oposição e **aumentou** o tamanho do Estado, **levando** à derrocada de uma das mais antigas democracias da região."

Em (17), toda a construção discursiva de *Veja* aponta para a possibilidade de um risco ou ameaça que a figura de Chávez representa para o futuro da democracia na Venezuela. Sua figura, construída pelos processos materiais "adotou", "mudou", "aumentou" e "levando", indica que o ex-presidente usa de sua posição de presidente para controlar o Estado, mobilizar a oposição e aumentar seu poder. Essas são características próprias de regimes ditatoriais.

Ao afirmar que Chávez "mudou" (processo material transformativo) "as leis" (meta) "para controlar melhor a oposição" e "aumentou" (processo material transformativo) "o tamanho do Estado" (meta), demonstrando que o ex-presidente age movido pelos seus próprios interesses. Portanto, a centralização do poder, o aparelhamento estatal e o

personalismo são constantemente afirmados na tentativa de representar Chávez como alguém que pretende implantar uma ditadura no país.

> (18)"Ele não **tem** passado socialista ou marxista, nem teórico nem prático. **Veio** do meio militar e **tornou-se** populista, autoritário e fanfarrão."

Em (18), Chávez está representado, através do pronome "ele", na função de possuidor do processo relacional atributivo possessivo "tem". Esses processos codificam significados de propriedade ou posse entre os integrantes da oração. No entanto, a presença do advérbio de negação, que antecede o processo relacional possessivo "tem", indica uma não posse do "passado socialista ou marxista, nem teórico nem prático"identificado como possuído. Essa construção discursiva de *Veja* aponta para uma ausência de vínculo de um possível legado da ideologia de esquerda a qual Chávez se diz alinhado.

Em seguida, Chávez é definido como ator do processo material "veio" seguido da circunstância de localização "do meio militar", que indicaria a verdadeira origem de Chávez. Essas escolhas de transitividade revelam uma dissociação entre o discurso e a prática, pois, ao contrário do que se pensa, Chávez não tem um passado alinhado a uma ideologia de esquerda socialista ou marxista, mas, na verdade, sua origem é militar. Após isso, Chávez é representado como portador do atributo "populista, autoritário e fanfarrão" no processo relacional atributivo "tornou-se", o que reforçaria o significado elaborado através dos dois processos anteriores.

O significado total dos três processos sugere uma descoberta sobre Chávez e sua origem: ele não tem vínculo com a esquerda como sempre quis demonstrar em seus discursos. Na verdade, sua origem é militar e tornou-se populista (daí o motivo de ser vinculado aos ideais de esquerda), autoritário (que justificaria sua origem militar) e fanfarrão (portanto, não deve ser levado a sério).

> (19)"Por três razões principais, Chávez hoje **representa** perigo para a democracia e ameaça à estabilidade na América Latina"

Em (19) Chávez ocupa a posição de identificado no processo relacional identificativo "representa" e tem como identificador "perigo para a democracia e ameaça à estabilidade na América Latina". Portanto, a identidade atribuída a Chávez é de alguém perigoso e ameaçador.

A revista ainda utiliza a circunstância de localização “hoje” para determinar o momento em que ele representa esse perigo: já o momento atual. Sendo assim, o leitor é levado a pensar que não se trata de um perigo futuro, mas, já no modo como Chávez vem conduzindo a política, ele representa um perigo atual não apenas para a democracia na Venezuela como também se constitui numa ameaça para toda a América Latina.

Em seu discurso, a revista apresenta uma circunstância de causa “por três razões principais”, indicando que há três razões específicas que servem como provas para justificar sua afirmação. Estas razões serão descritas a seguir.

> (20)“A primeira é que, claramente, ele não **se contenta** em infernizar a vida do próprio venezuelano e **começa** a lançar pseudópodes por toda uma crescente área de influência no continente americano. Segundo, porque ele **tem** a mover seu expansionismo o dinheiro fácil dos petrodólares oriundos da riqueza do subsolo venezuelano. Terceiro, mas não menos preocupante, Chávez **está semeando** insurreição e instabilidade em países, embora nominalmente democráticos, ainda lutam para solidificar suas instituições políticas e jurídicas e suas bases econômicas de progresso material.”

Em (20), Chávez é representado pelo pronome “ele” no papel de experienciador do processo mental emotivo “se contenta” que tem por fenômeno “em infernizar a vida do próprio venezuelano”, indicando que ele não se satisfaz, não é suficiente atormentar ou afligir a vida da população.

Para completar o significado, Chávez é codificado no papel de ator do processo material “começa”, que tem por escopo “lançar pseudópodes” e recebedor “por toda uma crescente área de influência”. Isso significa que Chávez busca expandir seu poder para muito além das fronteiras de seu país.

O recebedor, identificado como “por toda uma crescente área de influência”, não recebe nenhuma especificação além da circunstância de localização “no continente americano”. Essa falta de especificidade conduz o leitor a inferir que a área de influência não foi definida porque ela se encontra em contínua expansão, o que aumenta a ideia de perigo mencionada anteriormente.

Apontada como a segunda razão por que Chávez representa um perigo está a figura construída a partir das seguintes escolhas de transitividade: Chávez (possuidor) no processo relacional atributivo possessivo “tem” e com “o dinheiro fácil dos petrodólares oriundos da riqueza do subsolo venezuelano” como possuído. Por meio dessa construção discursiva,

podemos entender que Chávez tomou posse de algo que pertence a todo povo venezuelano para uma finalidade "mover o seu expansionismo". Mais uma vez, Chávez é identificado como alguém que faz uso do dinheiro do petróleo para expandir sua influência para outros países latino-americanos. Seria o uso de um bem público em um projeto pessoal que visa à concentração e fortalecimento de poder.

Como terceira razão para Chávez ser considerado um perigo está a construção discursiva "Chávez está semeando insurreição e instabilidade". Nesse trecho, Chávez ocupa a posição de ator no processo material "está semeando" seguido da meta "insurreição e instabilidade", apontando não apenas para uma possível ruptura da ordem estabelecida provocada por uma rebelião incentivada por Chávez, como também um risco bélico na região, que está sinalizado através da circunstância de localização "em países, embora nominalmente democráticos, ainda lutam para solidificar suas instituições políticas e jurídicas e suas bases econômicas de progresso material."Nesse sentido, Chávez estaria promovendo ações que afetariam diretamente os países que se encontram mais vulneráveis devido à fragilidade de suas instituições.

> (21)"Nos últimos seis anos, desde que foi eleito, Chávez **usou** o cargo para iniciar a construção em seu país de uma versão extemporânea do regime totalitário que existe em Cuba."

Em (21), as duas circunstâncias de localização "Nos últimos seis anos" e "desde que foi eleito" contextualizam o momento em que ocorreu a ação realizada pelo processo material "usou", cujo ator é representado por Chávez. Portanto, Chávez teria usado o cargo, desde o início do seu governo, com a finalidade de "iniciar a construção em seu país de uma versão extemporânea do regime totalitário que existe em Cuba."No discurso aqui tomado, Chávez é representado como alguém que, desde o início, já possuía um projeto específico a longo prazo: modificar a ordem democrática venezuelana para instaurar um regime totalitário semelhante ao regime cubano.

> (22)"Depois de uma longa queda-de-braço com a oposição, o presidente venezuelano **venceu** o plebiscito do ano passado que pretendia encurtar o seu mandato. Com a vitória, Chávez **encheu-se** de força moral e **partiu** para a ofensiva para neutralizar qualquer desafio à sua autoridade."

Nesse excerto, a representação de Hugo Chávez é realizada pelos processos materiais "venceu", "encheu-se" e "partiu", nos quais o ex-presidente venezuelano ocupa a posição de ator. A disposição seqüencial desses três processos traz um efeito gradativo ao significado: primeiro, o presidente venezuelano "venceu o plebiscito"; depois, "encheu-se de força moral"; e, por fim, "partiu para a ofensiva".

A composição dos três processos traz a ideia de uma preparação para a guerra contra qualquer oposição ao seu governo. Podemos observar que, logo no início, a circunstância de localização "depois de uma longa queda-de-braço cm a oposição" remete a um duelo que já estaria ocorrendo antes mesmo da votação do plebiscito "que pretendia encurtar seu mandato".

A vitória de Chávez, nesse contexto, trouxe o fortalecimento necessário para que ele pudesse partir para um confronto com a oposição. Desse modo, Chávez passa a ser representado como alguém que usa de instrumentos democráticos (como o plebiscito) para barrar qualquer oposição ao seu governo. A falta de diálogo e participação da oposição são características de governos não-democráticos, conforme já foi discutido no capítulo 5.

> (23)"Chávez **ampliou** o número de juízes da Suprema Corte, de vinte para 32, e **preencheu** os novos cargos com aliados políticos."

Em (23) Chávez aparece como ator nos processos materiais "ampliou" e "preencheu", cujas metas são, respectivamente, "número de juízes da Suprema Corte" e "os novos cargos com aliados políticos". Essa construção põe em evidência uma característica dos regimes não-democráticos: o personalismo.

Nesse caso, a personalidade de Chávez estaria acima das instituições, pois ele dispõe de seu poder para, de acordo com sua vontade e em benefício próprio, ampliar o número de juízes da Suprema Corte e usar de seu poder e influência para favorecer aliados políticos em cargos públicos.

Ao preencher os novos cargos com aliados políticos, Chávez não apenas estaria favorecendo seus 'amigos' como também demonstra querer governar apenas com pessoas que não pretendem se opor ao seu governo.

(24) “Não há mais respeito pelas normas que regem o direito à propriedade privada. O governo **começou** seu projeto de reforma agrária **desapropriando** uma fazenda que abriga o maior rebanho de corte do país.”

O excerto (24) inicia-se com uma organização experiencial que tem como núcleo o processo existencial “há” antecedido pelo advérbio “não”, afirmando a inexistência de “respeito pelas normas que regem o direito à propriedade privada”. Como prova disso, Chávez aparece identificado por “governo” e ocupa a posição de ator nos processos materiais “começou” e “desapropriando”. Nesse último, o ator “governo” aparece encoberto, mas é possível deduzir sua existência pelo contexto.

Podemos observar que a organização discursiva sugere que o processo material “desapropriando”, que tem por meta “uma fazenda”, ocorre como consequência da ação realizada anteriormente concretizada através do processo material “começou”. Chávez aparece realizando duas ações que remetem à falta de “respeito pelas normas que regem o direito à propriedade privada.”, uma vez que, ao especificar a meta “fazenda” como aquela “que abriga o maior rebanho de corte do país”, o discurso sugere que o governo estaria desapropriando uma fazenda produtiva, o que poderia trazer grave prejuízo ao setor de agronegócio e, consequentemente, ao país.

O direito à propriedade é um elemento importante presente nos países de democracia representativa. Ao afirmar que “Não há mais respeito pelas normas que regem o direito à propriedade privada” e direcionar o discurso a fim de demonstrar o modo como o governo tem agido, conduz o leitor a idéia de que Chávez não respeita os princípios democráticos.

(25) “No comando da quinta maior produção de petróleo, Chávez **possui** um caixa sem limites”

Em (25), Chávez é identificado como possuidor, no processo relacional atributivo possessivo “possui”, do possuído “um caixa sem limites”, indicando que Chávez tem a posse de um fundo financeiro ilimitado à sua disposição.

A presença da circunstância de localização “no comando da quinta maior produção de petróleo” nos sugere que esse fundo financeiro é proveniente das reservas de petróleo da Venezuela e que, por estar ocupando o posto de presidente, Chávez poderia dispor dessa fonte de recursos ilimitada da maneira que quisesse, inclusive para fins pessoais, afinal, é ele quem possui “um caixa sem limites” e não a Venezuela.

> (26)"O presidente venezuelano **é** da categoria caudilho iluminado, típico da América hispânica, cujos sonhos revolucionários resultam de fantasias muito próprias. "Chávez **é** um Fidel Castro sem cérebro e com petróleo", definiu a *Veja* Andrés Oppenheimer, colunista do jornal americano *Miami Herald* e respeitado especialista em América Latina.

Nesse excerto, o "presidente venezuelano" aparece como possuído no processo relacional possessivo "é", cujo possuidor está representado por "da categoria caudilho iluminado, típico da América hispânica, cujos sonhos revolucionários resultam de fantasias muito próprias."Portanto, estabelece-se uma relação de posse, na qual "o presidente venezuelano" aparece como pertencendo a um grupo maior da "categoria caudilho iluminado". Através desta relação de posse, criou-se a própria caracterização de Chávez como um caudilho.

Em seguida, Chávez é o portador no processo relacional "é" e tem por atributo "um Fidel Castro sem cérebro e com petróleo". Novamente, Chávez recebe uma caracterização específica. Desta vez, ele é caracterizado como sendo um tipo de cópia de Fidel Castro. Ao associá-lo com um chefe de Estado considerado ditador, o discurso sugere que Chávez e Fidel Castro possuem os mesmos ideais e propósitos em relação à política e ao poder. No entanto, as semelhanças param nos ideais políticos, pois Chávez não tem a inteligência de Fidel.

Essa representação, em que Chávez é associado a Fidel Castro, funciona como verbiagem de outro discurso dentro de *Veja*. O uso de uma fonte externa à revista serve como argumento para reforçar a tese de que Chávez é um ditador, sendo marcado numa posição de militarismo, autoritarismo e arbitrariedade.

> (27)"Ele **está usando** o dinheiro do petróleo, abundante na Venezuela, para criar dependência nos países vizinhos."

Em (27), Chávez é representado por meio do pronome "ele" no papel de ator do processo material "está usando" e tem por meta "o petróleo, abundante na Venezuela". Nesse exemplo, Chávez é representado como alguém que faz uso de um recurso abundante na Venezuela com a finalidade de "criar dependência nos países vizinhos", o que demonstra, novamente, o projeto do ex-presidente venezuelano de expandir seu poder para além das fronteiras de seu país.

Além disso, Chávez estaria fazendo uso de um recurso público para favorecimento próprio em vez de utilizá-lo em prol da população, o que o caracterizaria como um presidente irresponsável.

> (28)"Chávez **dá** dinheiro e apoio político e técnico para movimentos de esquerda latino-americanos, muitos dos quais têm-ou já tiveram- o projeto de tomar o poder à força para instalar uma ditadura socialista."

Em (28), Chávez aparece como ator do processo material "dá" que tem por escopo "dinheiro e apoio político e técnico" e recebedor "movimentos de esquerda latino-americanos". Portanto, no discurso da revista, Chávez aparece como financiador de movimentos de esquerda que "têm-ou já tiveram- o projeto de tomar o poder à força para instalar uma ditadura socialista".

Nesse sentido, a revista conduz o leitor a fazer o seguinte raciocínio: se Chávez apóia grupos que querem tomar o poder à força para instalar uma ditadura socialista, é porque ele pretende fazer a mesma coisa na Venezuela. Chávez estaria, portanto, caracterizado como um ditador de esquerda, que não respeita a soberania de seus vizinhos.

> (29)"O presidente venezuelano **interfere** nos assuntos internos de outros países de várias maneiras. **Apoia** candidatos à presidência, **patrocina** movimentos radicais. Na Nicarágua, por exemplo, ele **pediu** votos ao sandinista Daniel Ortega e, no peru, **deu** dinheiro a um grupo que tentou derrubar o governo com uma quartelada."

Em (29), Chávez está representado como o "presidente venezuelano" e ocupa a posição de ator nos processos materiais "interfere", "apóia", "patrocina" e "deu" e, como dizente, representado pelo pronome anafórico "ele", do processo verbal "pediu".

A sequência de ações empreendidas pelo ex-presidente venezuelano indica que ele atua de diversas maneiras, desrespeitando a soberania de outros países. Portanto, ele pode ser considerado uma ameaça à soberania política e jurídica de qualquer país, bem como às suas instituições democráticas.

Ao promover uma série de ações como indicado nos processos materiais "patrocina" e "deu" dinheiro (escopo), cujos beneficiários são, respectivamente, "movimentos radicais" e "um grupo que tentou derrubar o governo com uma quartelada", Chávez aparece representado como alguém que financia grupos que procuram romper com a ordem democrática dentro de seus próprios países. Desse modo, ao criar um clima de guerra para desestabilizar governos

democráticos do continente, Chávez passaria a representar uma ameaça, não apenas simbólica, mas real, à democracia.

> (30)"Hugo Chávez **adotou** um virulento discurso antiamericano que soa como música aos ouvidos nostálgicos da Guerra Fria."

Em (30), Hugo Chávez é codificado como ator no processo material "adotou" que tem por escopo "um virulento discurso antiamericano". Ao caracterizar Chávez como alguém que "adotou um virulento discurso antiamericano", a revista sugere que ele passou a usar um tipo específico de discurso para agradar a um determinado público, provavelmente os militantes de esquerda. Portanto, novamente, Chávez é representado como alguém que usa de estratégias para castigar um determinado público, a fim de se manter no poder.

> (31)"O Itamaraty não esconde sua avaliação de que Chávez **se ressente** do respeito que Lula desperta no exterior. Cada vez que Chávez **faz** declarações exageradas, como a de que a secretária de Estado americano Condoleezza Rice tem uma queda por ele, Lula **liga** para o colega venezuelano e **pede** moderação. Chávez **promete** se comportar, mas não **cumpre** a palavra."

Nesse trecho, Chávez é codificado como experienciador do processo mental emotivo "se ressente", que tem por fenômeno "do respeito que Lula desperta no exterior". Deste modo, Chávez é representado como alguém invejoso, pois sente uma mágoa profunda pelo fato de Lula ser respeitado no exterior. Por outro lado, se Chávez se ressente por este fato, é porque ele mesmo não consegue ser respeitado. Para confirmar isto, Chávez aparece como dizente no processo verbal "faz declarações", que tem por verbiagem "de que a secretária de Estado americano Condoleezza Rice tem uma queda por ele (Lula)"[183], o que demonstra que, ao se sentir com inveja, Chávez agride o ex-presidente Lula. Isso coloca Chávez em outra posição: a de alguém que, além de ressentido, é também vingativo.

Em seguida, Chávez aparece como receptor em dois processos verbais "liga" e "pede" que tem por dizente Lula. Se por um lado esses dois recortes experienciais assinalam escolas de transitividade verbal que indicam a tentativa de um diálogo da parte do ex-presidente Lula para com Chávez, por outro, mostram que o ex-presidente venezuelano é alguém que não age com moderação e, talvez, por esse motivo, não seja respeitado.

---

[183] Aqui, "faz declarações" funciona como o processo verbal "declara" seguido por uma verbiagem, portanto, não iremos considerá-lo como um processo material, mas sim verbal.

Para ratificar o comportamento imprevisível do ex-presidente venezuelano, Chávez aparece codificado como dizente no processo verbal "promete" + "se comportar" (verbiagem), e como ator no processo material "cumpre" antecedido pelo advérbio "não", indicando que Chávez não é uma pessoa em quem se possa confiar, uma vez que ele promete uma coisa e faz exatamente o contrário.

III. 3ª reportagem: Louco por uma guerrinha

A reportagem "Louco por uma guerrinha" descreve as características do governo do ex-presidente Hugo Chávez, comparando-o a um regime totalitário. Nesse discurso, Chávez é acusado de manipular eleições, perseguir a oposição e ainda cooptar o Poder Legislativo e o Judiciário a fim de se manter no poder. A revista ainda descreve, de forma detalhada, o apoio (financeiro e logístico) oferecido às FARC, bem como a suspensão das relações comerciais e diplomáticas entre Venezuela e Colômbia com o objetivo de desviar a atenção dos reais problemas internos do país venezuelano.

> (32) "Chávez **deu** armas às FARC. Agora, ele fala todo dia em uma guerra com os Estados Unidos e a Colômbia."

Em (32), a posição de ator do processo material "deu" é ocupada por Chávez e tem como recebedor "as FARC". Nesse recorte, a revista *Veja* destaca uma ação de Chávez que beneficia um grupo guerrilheiro na Colômbia, mas não especifica o motivo, fazendo com que o leitor deduza que o ex-presidente venezuelano esteja se preparando para uma guerra.

Em seguida, no discurso da revista, Chávez é identificado na posição de dizente do processo verbal "fala" e da verbiagem "em uma guerra com os Estados Unidos e a Colômbia". É interessante notar que a revista *Veja* não assume a guerra contra os Estados Unidos e a Colômbia como uma informação sua, mas sim como o conteúdo da fala de Chávez, sugerindo que isso possa ser uma mentira ou mesmo fantasia criada pelo próprio Chávez para justificar sua ação de fornecer "armas" (escopo) a um grupo guerrilheiro. A revista procura denunciar essa estratégia ao colocar, entre uma figura e outra, a circunstância de localização "agora". Pelo uso dessa circunstância que indica tempo, a revista *Veja*

denuncia a estratégia de Chávez de primeiro fornecer armas às FARC e, só depois, falar em guerra com os Estados Unidos e Colômbia.

O uso da circunstância de localização "todo dia", logo após o processo verbal "fala", indica o caráter repetitivo do discurso, como se Chávez quisesse convencer a população de suas ações não pelo argumento racional, mas pela repetição.

> (33)"**Eleito** e **reeleito** pelo voto popular, o tenente-coronel Hugo Chávez Frías **tem torpedeado** sistematicamente as instituições democráticas para implantar o que ele chama de 'Socialismo do século XXI'-uma mistura do pior que têm a oferecer o populismo, o ultranacionalismo e o esquerdismo em suas manifestações mais infantis."

Nesse recorte, Chávez está representado como meta dos processos materiais "eleito e reeleito", que têm o mesmo ator "pelo voto popular". Esse ator, que está identificado como agente da passiva, não está especificado, ou seja, não podemos saber qual o perfil das pessoas que votaram em Chávez. Esta construção gera um efeito de consenso ao demonstrar que o ex-presidente venezuelano " foi eleito e reeleito" pela população, através do voto popular, numa clara demonstração de confiança.

Logo em seguida, Chávez é transformado em ator do processo material transformativo "tem torpedeado". Esse processo sugere não apenas transformar a meta "instituições democráticas", mas fazer isso por meio da violência, uma vez que o verbo "torpedear" faz parte do campo semântico de guerra e significa "atacar" e "bombardear"[184].

O uso da circunstância de modo "sistematicamente" entre o processo "tem torpedeado" e a meta "as instituições democráticas" já demonstra que Chávez ataca, com certa regularidade, as instituições democráticas, uma ação não condizente com um governo que se diz democrático.

A justificativa para a ação de Chávez contra as instituições democráticas é exposta através de uma oração projetada que funciona como uma circunstância de causa "para implantar o que ele chama de 'Socialismo do século XXI'", sugerindo que ele, não respeitando os votos recebidos, age contra a democracia apenas para concretizar um capricho.

Ao afirmar que Chávez "tem torpedeado as instituições democráticas" com a finalidade de "implantar o que ele chama de 'Socialismo do século XXI'", a revista *Veja*

---

[184] Segundo Borba (2004)

sugere também que o "Socialismo do século XXI', que se constitui em um projeto de governo de Hugo Chávez, conforme foi discutido nos capítulos 4 e 5, é incompatível com a democracia, uma vez que ele precise destruir as instituições democráticas de seu país para viabilizar sua implantação.

Por fim, ao definir o 'Socialismo do século XXI' como "uma mistura do pior que têm a oferecer o populismo, o ultranacionalismo e o esquerdismo em suas manifestações mais infantis.", a revista aponta para um projeto nefasto que Chávez, a todo custo, tenta impor ao país.

> (34)"Chávez **tem** apelo, em especial entre as camadas da população que nunca se sentiram representadas, e **usou**-muito mal, mas **usou**- o dinheiro do petróleo para simular melhorias para os mais desvalidos."

Nesse recorte (34), Chávez aparece como possuidor no processo relacional atributivo possessivo "tem" e como ator no processo material "usou". No primeiro caso, ele aparece como possuidor do possuído "apelo" que, neste contexto, significa que ele tem a posse do apoio, do clamor e do pedido das massas, ou seja, ele exerce uma influência sobre a população. Essa afirmação ganha um contorno específico quando observamos o uso da circunstância de localização "entre as camadas da população que nunca se sentiram representadas". O discurso, assim, sugere que, devido à insatisfação ou à situação de vulnerabilidade por "nunca se sentirem representadas", algumas pessoas seriam influenciadas pelo discurso de Chávez e, consequentemente, atenderiam a todos os seus pedidos, sugestões ou mesmo ordens.

No segundo caso, Chávez é representado como ator no processo material "usou" seguido pela meta "dinheiro do petróleo". A colocação da circunstância "muito mal" aponta para o modo como Chávez utiliza o recurso, sugerindo que ele seja incompetente para administrar não um dinheiro qualquer, mas o dinheiro proveniente do petróleo, que é considerado a maior fonte de renda do país, conforme foi analisado no capítulo 4.

Após a representação de Chávez como ator no processo material "usou", a revista mostra o destino do recurso proveniente do petróleo "para simular melhorias para os mais desvalidos", ou seja, Chávez faz uso inadequado do dinheiro público para fingir que está investindo em melhorias para a população mais necessitada. Essa afirmação põe em evidência o caráter demagogo de Chávez e sua incompetência na administração pública, demonstrando

que ele só pode usar mal o dinheiro público porque consegue exercer influência sobre as massas.

> (35) "Quando Chávez não seduz pelo populismo e pelas benesses, ele usa milícias qe atacam opositores-depois, finge condenar exageros, como no caso do ataque à Globovisión, baseado na premissa absurda de que gangues armadas poderiam agir em plena capital do país sem o seu beneplácito."

Nesse excerto, Chávez é representado em duas posições que ocorrem em alternância: como experienciador no processo mental emotivo "seduz" e como ator no processo material "usa". Essas escolhas lexicogramaticais de transitividade, usadas para construir a imagem de Chávez, apontam para alguém que ora utiliza a emoção para envolver a população, ora usa a força, através das "milícias" (meta), para conter os opositores. Em nenhum momento, Chávez é representado como um político que age de maneira equilibrada, buscando encontrar soluções de modo racional e não por meio do uso de força ou fazendo apelos emocionais. Pelo contrário, as escolhas lexicogramaticais reforçam a imagem de alguém violento e que age com agressividade, movido pelos seus instintos.

Por fim, Chávez ocupa a posição de comportante no processo comportamental "finge" e tem como comportamento "condenar exageros, como no caso do ataque à Globovisión". A escolha léxico-gramatical de transitividade para representar o comportamento de Chávez traz uma construção discursiva condizente com aquelas construídas nos demais domínios experienciais (mental e material), representando o ex-presidente como uma pessoa dissimulada, imprevisível, pouco confiável e capaz de utilizar qualquer meio para se manter no poder.

> (36) "Chávez **dá** dinheiro, guarida, armas, assistência médica e incansável apoio político às FARC, bando que controla 60% da produção e do tráfico de cocaína na Colômbia."

Em (36), Chávez é codificado com ator do processo material "dá", que tem por escopo "dinheiro, guarida, armas, assistência médica e incansável apoio político", e recebedor "as FARC". Ao levar um benefício ao recebedor, representado pelas FARC, Chávez aparece como inimigo da democracia, uma vez que os governos democráticos têm por princípio defender as instituições legitimamente instituídas, além de respeitarem a soberania política e jurídica de outros países.

Veja ainda define as FARC como "bando que controla 60% da produção e do tráfico de cocaína na Colômbia", a fim de induzir o leitor à conclusão de que Chávez apóia ações de grupos criminosos em outros países, pois ele não apenas realiza a ação de dar "guarida, armas e assistência médica" como também "incansável apoio político".

A partir dessas escolhas de transitividade, o leitor é instado a pensar 'Por que Chávez quer interferir em assuntos de outros países?' ou 'Por que Chávez apóia grupos criminosos contra presidentes democraticamente eleitos?', o que também remete ao fio condutor de todo o discurso da revista: de que Chávez é antidemocrático e representa uma ameaça que ultrapassa as fronteiras de seu país, expandindo-se por toda a América Latina e colocando em risco a ordem democrática de outros países.

> (37)"Diante da prova irrefutável de crime, Chávez **recorreu** à tática habitual do contra-ataque: **congelou** relações diplomáticas com a Colômbia, **insultou** o presidente Álvaro Uribe, **suspendeu** o comércio bilateral e **transformou** o uso de bases militares colombianas por forças americanas na questão central."

Em (37), Chávez é posicionado como ator nos processos materiais "recorreu", "congelou", "suspendeu", "transformou" e como dizente no processo verbal "insultou". Nesse recorte, a representação da experiência se encontra não apenas na escolha dos tipos de processos mas também na disposição em que eles se encontram.

A ordem seqüencial em que estão colocados os processos traz um significado específico à circunstância "Diante de prova irrefutável de crime". Neste sentido, Chávez estaria não apenas reagindo para se eximir de uma "prova irrefutável de crime" como também para se vingar de quem denunciou. Portanto, Chávez "recorreu à tática de contra-ataque". Como? Praticando ações contra o governo colombiano: "congelou relações diplomáticas com a Colômbia" e "suspendeu o comércio bilateral"

Congelar relações diplomáticas e suspender relações comerciais são ações que costumam ser utilizadas como uma forma não militar de punir países que ameacem a paz e a segurança mundial.[185]

No discurso da revista *Veja*, a Colômbia não aparenta ser um perigo à segurança nacional, o que induz o leitor a pensar que se trata de mais uma atitude de vingança por parte

[185] Também chamadas de 'sanções', essas ações são usadas como forma de expressar desaprovação, punir e pressionar governos com o objetivo de incentivar determinado país a mudar sua postura (HTTPS://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-como-funcionam-as-sançoes-internacionais. (acessado dia 08/02/2018)).

do ex-presidente venezuelano por ter sido descoberto praticando um crime. A prova disso está na representação de Chávez como ator no processo material "transformou" que age sobre a meta "o uso de bases militares colombianas por forças americanas na questão central", demonstrando que ele tentou justificar suas ações anteriores, retirando o foco do verdadeiro motivo que era esconder "a prova irrefutável de crime".

Por fim, Chávez ocupa a posição de dizente no processo verbal "insultou", que tem como alvo o presidente colombiano Álvaro Uribe. Aqui, no Brasil, configura-se como "crime contra a honra" e está sujeito à ação penal insultar um chefe de Estado brasileiro ou estrangeiro[186].

O discurso da revista *Veja* nos conduz ao raciocínio de que Chávez realiza uma série de ações agressivas (como insultar um outro chefe de Estado) e extremas, do ponto de vista econômico-comercial, (como suspender relações comerciais), apenas como ato de vingança e com o propósito de retirar o foco de um outro crime cometido por ele.

IV. 4ª reportagem: Eleição, apenas, não basta

A reportagem "Eleição, apenas, não basta" retrata a posse, no dia 05 de janeiro de 2011, dos parlamentares na Assembleia Nacional da Venezuela. Utilizando como exemplo o funcionamento do Congresso americano, a revista *Veja* procura mostrar que não há democracia na Venezuela, mesmo havendo uma câmara legislativa no país eleita pelo voto direto.

> (38)"Antes da posse dos novos deputados, Chávez **ordenou** à Assembleia, então formada quase exclusivamente por chavistas, que aprovasse uma lei para lhe permitir governar por decreto durante um ano e meio. Com isso, **emasculou** o poder da Nova Casa-em que os deputados de oposição ocupam 41% das cadeiras, apesar de terem recebido 52% dos votos."

Em (38) Chávez é o dizente do processo verbal "ordenou" que tem por alvo "Assembleia" e como verbiagem "que aprovasse uma lei para lhe permitir governar por decreto durante um ano e meio". Por este processo, podemos perceber a relação de comando

[186] A ação de "insultar um Presidente da República ou o chefe de governo estrangeiro" configura-se em crime contra a honra e está previsto no código penal (fonte: HTTPS://wsaraiva.com/2013/06/12/calunia-difamaçao-e-injuria-os-crimes-contra-a-honra. (acessado dia 08/02/2018)).

que Chávez mantém com o Poder Legislativo, o que demonstra que ele se utiliza de instrumentos democráticos, como as instituições, para se perpetuar no poder.

A circunstância de localização "antes da posse dos novos deputados" é muito importante na construção do significado, pois indica que Chávez tinha tanta pressa em garantir sua permanência no poder que nem pode esperar por certas formalidades como a cerimônia de posse.

Essa pressa em interferir nos assuntos do Poder Legislativo era tão grande que, mesmo a Assembleia sendo "formada quase exclusivamente por chavistas", o que lhe garantiria, provavelmente, a vitória, e ex-presidente venezuelano não quis esperar a posse dos deputados aliados. Antes, preferiu 'ordenar' à Assembleia que "aprovasse uma lei para lhe permitir governar por decreto durante um ano e meio", o que demonstra, além do desrespeito em relação à autonomia dos três poderes, que Chávez quer que tudo seja feito na hora e do jeito que ele quer, revelando assim um certo autoritarismo.

> (39)"Para completar, **mexeu** os pauzinhos na Justiça, também submissa a ele, para prender dois dos oposicionistas eleitos."

Chávez aqui ocupa a posição de ator no processo material "mexeu". A figura "(Ele) mexeu os pauzinhos" significa, no português coloquial, que Chávez procedeu de maneira ardilosa e pouco ética para conseguir certos benefícios.

A circunstância de localização "na Justiça" demonstra onde se passa a ação empreendida pelo ex-presidente venezuelano, indicando que ele não respeita a autonomia dos três poderes, pois interfere nos processos em benefício próprio. Esse benefício é representado pela circunstância de causa "para prender dois oposicionistas eleitos" e identifica a finalidade de toda a ação que seria perseguir quem se opõe a seu governo, mesmo tendo sido eleito pelo povo. Mais uma vez, Chávez quebra as regras democráticas ao interferir em órgãos públicos, diminuindo sua autonomia em relação ao Executivo para calar a oposição.

> (40) "Na Venezuela, o presidente **muda** as regras a todo momento para impedir que os outros poderes do estado-o Legislativo e o Judiciário - imponham limites ao Executivo."

No excerto (40), o presidente (Chávez) foi alçado à posição de ator no processo material transformativo "muda", o que nos mostra que ele realiza uma ação que altera "as regras" (meta). Esta ação é seguida pela circunstância de extensão "a todo momento" e indica a frequência com Chávez promove estas mudanças, sugerindo o caráter imprevisível e autoritário do presidente.

Através dessas escolhas de transitividade, o ex-presidente Chávez é representado como alguém que não sofre limitações reais em termos de influência política e que usa a máquina estatal a serviço do seu referencial ideológico, alterando leis em benefício próprio, o que confere a ele um poder com características ditatoriais.

V. 5ª reportagem: "O estado sou eu"

Nossa análise deve começar pelo próprio título, o qual faz referência a uma frase atribuída ao rei absolutista francês Luis XIV. Embora alguns pesquisadores neguem que o monarca tenha dito esta frase, ela representa, em sua essência, a imagem do poder absoluto, concentrado nas mãos de um único governante. Portanto, a lei, a justiça e a burocracia estariam subordinadas ao seu poder e à sua vontade.[187]

A reportagem "O Estado sou eu" retrata mais um episódio de perseguição à imprensa: Chávez, segundo a revista, estaria irritado com as críticas ao seu governo e tenta retirar a cidadania de dois jornalistas estrangeiros naturalizados venezuelanos. Na mesma matéria, foram abordados outros temas como a convocação, pela oposição, de um abaixo-assinado para a realização de um novo plebiscito, a fim de encurtar o mandato presidencial, e a vitória de Chávez com a aprovação de uma nova lei na Assembleia Nacional que aumenta o número de juízes da Suprema Corte. Embora aparentemente desconectados um do outro, os três temas giram em torno da mesma questão: o excesso de poder nas mãos de Chávez.

---

[187] Fernandes, J.P.T. *O estado sou eu*: Erdogan e a democracia como caminho para o autoritarismo. In: HTTP://www.publico.pt/2016/07/18 (acessado 18/02/2018)

(41) “Chávez **quer** agora cassar a cidadania de jornalistas que criticam seu governo.”

Nesse trecho, Chávez aparece como experienciador do processo mental desiderativo “quer” e do fenômeno “cassar a cidadania de jornalistas que criticam seu governo”. Portanto, Chávez tem o desejo de anular a condição de cidadão dos jornalistas que se opõem ao seu governo, demonstrando intolerância em relação a opiniões divergentes.

Fazer com que um cidadão perca seus direitos civis e políticos, apenas por criticar um determinado governo, é uma característica típica dos regimes anti-democráticos. Nesse sentido, Chávez é representado como um governo que tira os direitos daqueles que se opõem ao seu poder, persegue e censura a imprensa, além de querer subordinar as leis à sua vontade, numa demonstração de poder tal como um monarca absolutista.

> (42) “Irritado com as críticas a sua atuação, o presidente **pretende** expulsar o jornalista do país. Não, não se está falando de Luís Inácio Lula da Silva e de sua frustrada tentativa de cassar o visto do correspondente estrangeiro que escreveu sobre seus, como diz o Palácio do Planalto, “hábitos sociais”. O presidente em questão **é** o venezuelano Hugo Chávez. De modo bem diferente de seu colega brasileiro, ele não **quer** punir um repórter estrangeiro incômodo e, sim, cassar a nacionalidade de jornalistas venezuelanos que lhe fazem oposição.”

Nesse fragmento, novamente Chávez é ancorado à posição de experienciador no processo mental desiderativo “pretende” e do fenômeno “expulsar o jornalista do país”. O desejo de Chávez de “expulsar o jornalista do país” é mostrado no discurso da revista como uma consequência por ele estar “irritado com as críticas à sua atuação”. Isso demonstra que Chávez não aceita ser contrariado e/ou ser criticado, podendo, inclusive, tomar quaisquer medidas mais drásticas contra quem se mostrar contrário ao seu governo.

Em seguida, a revista aponta uma situação semelhante ocorrida com Lula, na ocasião em que ainda era presidente do país, para destacar o autoritarismo de Chávez em relação ao presidente brasileiro. Assim, para direcionar a crítica a Chávez, a revista procura destacar a sua identidade ao associar o identificador “o venezuelano Hugo Chávez” ao identificado “o presidente em questão” através do processo relacional “é”. A partir de então, a revista direciona seu discurso para Hugo Chávez, demarcando sua posição.

Novamente, para enfatizar que está se referindo a Chávez e não a Lula, a revista se utiliza da circunstância de modo “de modo bem diferente de seu colega brasileiro” para, em seguida, colocar o ex-presidente venezuelano, representado pelo pronome “ele”, como experienciador dos processos mentais desiderativos “quer”. No entanto, a presença do

advérbio “não”, que antecede o primeiro processo mental “quer”, indica que Chávez não deseja “punir um repórter estrangeiro incômodo” (fenômeno), mas sim perseguir um cidadão venezuelano e fazê-lo perder todos os seus direitos, ou seja, “cassar a nacionalidade de jornalistas venezuelanos que lhe fazem oposição”.

O uso dos três processos mentais desiderativos, em que Chávez ocupa a posição de experienciador, ressalta a ideia de que o ex-presidente age movido pelos seus desejos. Com isso, a revista *Veja* aponta para a existência de uma perseguição política e para o temor imposto à população que desestimulariam qualquer tentativa de ação por parte da oposição. Além disso, o discurso reforça o seu alerta sobre o perigo que representa a concentração de poder nas mãos de Chávez.

> (43) “Há um mês, Chávez **conseguiu aprovar** uma lei na Assembleia Nacional que aumenta o número de juízes da Suprema Corte de Justiça. Com a possibilidade de nomear novos juízes, ele praticamente **assegurou** as vitórias do governo em decisões judiciais de última instância.”

Nesse recorte, Chávez foi caracterizado como ator em dois processos materiais “conseguiu aprovar” e “assegurou”, sendo que o segundo ocorre como conseqüência do primeiro.

No primeiro processo material “conseguiu aprovar”, Chávez aparece exercendo uma ação sobre a meta “uma lei” específica “que aumenta o número de juízes da Suprema Corte”. Essa construção discursiva demonstra que Chávez exerce o poder sobre o órgão legislativo, a Assembleia Nacional, interferindo na sua função de criar e aprovar leis. Nesse sentido, Chávez ignora a separação dos três poderes, tão característica dos Estados democráticos, atropelando as instituições em benefício próprio.

Ao preencher o papel de ator no segundo processo material “assegurou”, a revista ratifica a informação inicial de que Chávez subjuga o poder legislativo para transformar as leis de acordo com seus interesses ou mesmo se colocando acima destas. Por outro lado, através do processo material “assegurou” e da meta “as vitórias do governo em decisões judiciais de última instância”, Chávez demonstra ter o controle também sobre o Judiciário, o que é um indício de seu excesso de poder.

> (44) "Um confuso episódio envolvendo um grupo de 100 colombianos detidos numa propriedade rural na periferia de Caracas, no início do mês, também serviu de pretexto para Chávez **fustigar** a oposição. O governo venezuelano **alega** que os detidos eram mercenários contratados por oposicionistas para derrubar o governo."

Nesse recorte, Chávez aparece como ator no processo material "fustigar" e exerce uma ação sobre a meta "a oposição". Novamente, Chávez exerce uma ação agressiva contra a oposição, demonstrando uma certa intransigência em relação a posições políticas divergentes da sua.

Segundo o discurso se apresenta, Chávez teria utilizado como motivo para a sua ação de agredir a oposição "um confuso episódio envolvendo um grupo de 100 colombianos detidos numa propriedade rural na periferia de Caracas". Para ratificar a tese de que Chávez teria usado este fato como pretexto, a revista coloca Chávez, agora representado como "o governo venezuelano", no papel de dizente da verbiagem representada pela oração projetada "que os detidos eram mercenários contratados por oposicionistas para derrubar o governo". A ausência de um receptor nos sugere que Chávez não quis dialogar com ninguém, mas apenas afirmar algo para usar como justificativa para um possível ataque, no caso, "fustigar a oposição".

A seleção desses dois processos "fustigar" e "alega" ajudam a construir a imagem do ex-presidente venezuelano como alguém que faz uso de qualquer motivo para acusar e, posteriormente, atacar quem contraria seus propósitos.

> (45) "O episódio ainda está sob investigação, mas Chávez rapidamente **denunciou** uma 'conspiração internacional' envolvendo os governos da Colômbia e dos Estados Unidos."

Em continuação ao recorte anterior, neste, Chávez ocupa o papel de dizente do processo verbal "denunciou", que tem por alvo " 'uma conspiração internacional' envolvendo os governos da Colômbia e dos Estados Unidos". A presença da circunstância de modo "rapidamente" antecedendo o processo verbal "denunciou" indica que Chávez se apressou em declarar publicamente a existência de uma conspiração e apontar possíveis culpados, mesmo sabendo que "o episódio ainda está sob investigação".

O modo como a informação está distribuída nos componentes experienciais da oração ajuda a construir a imagem do ex-presidente venezuelano como alguém que age por impulso, não refletindo sobre as consequências de seus atos.

> (46) "Na semana passada, insistindo na tese conspiratória, o presidente venezuelano **empenhou-se** na criação de milícias populares para defender seu governo. Trata-se da mesma iniciativa adotada por Fidel Castro nos primeiros anos da Revolução Cubana. Chávez **parece ter buscado** inspiração em quem tem experiência para se eternizar no poder."

Nesse excerto, Chávez ocupa o lugar de ator nos processos materiais "empenhou-se" e "parece ter buscado". No primeiro, Chávez, representado por "o presidente venezuelano", agiu com esforço e envolvimento "na criação de milícias populares" (meta) com a finalidade "de defender seu governo". A alusão feita a uma suposta militarização da Venezuela por meio da "criação de milícias populares" aponta para o perigo que o fortalecimento, a concentração e a expansão do poder de Chávez representam para a Venezuela.

Em seguida, a revista afirma que essa ação de Chávez não é algo novo no continente, uma vez que "trata-se da mesma iniciativa adotada por Fidel Castro nos primeiros anos da Revolução Cubana". A associação com o ex-presidente cubano sugere que Chávez pode querer copiar o modelo político castrista.

Essa idéia é reforçada quando Chávez passa a ocupar a posição de ator no processo material "parece ter buscado". A meta "inspiração em quem tem experiência para se eternizar no poder" indica que Chávez não apenas tem admiração por Fidel Castro como também procura copiar o seu modelo político com o objetivo de se manter no poder por muito tempo.

7.2. A representação dos atores sociais

Em nosso *corpus* composto por 15 reportagens, podemos observar a presença significativa de diferentes atores sociais. Dentre eles, percebemos que a "população venezuelana", de modo geral, e os chamados "especialistas", que incluem venezuelanos e estrangeiros, podem ser relevantes para a construção da representação do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*. Por esse motivo, com base no inventário sociossemântico proposto por Van Leeuwen (2008), além da análise das categorias que representam Chávez, iremos analisar os grupos nominais em que os "venezuelanos" e os chamados "especialistas" estejam presentes.

Utilizaremos como base de análise quatro reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa: "O Falastrão caiu", "O clone do totalitarismo" e "À sombra de *El Supremo*" e "A vontade do eleitor não vale". Seus trechos serão utilizados conforme houver necessidade.

7.2.1 A representação do ator social Hugo Chávez

A representação do ator social Hugo Chávez se realizou por meio de 353 registros. Destes, 317 são realizados por personalização individualizada, 28 por personalização assimilada e 8 por objetivação. Dentro dos 317 casos de personalização individualizada, encontramos 163 registros de nomeação por formalização ("Chávez"); 12 representações por semiformalização ("Hugo Chávez"); 51 casos por funcionalização (38 como "presidente", e 13 como "coronel" ou "tenente-coronel"); 10 registros por funcionalização + identificação ("presidente venezuelano"); 9 ocorrências por funcionalização +nomeação ("presidente Hugo Chávez"); 29 variadas referências por avaliação (alguns exemplos são "Charlatão bolivariano", "bufão", "autoritário" e "truculento"), e outras formas menos frequentes resultantes da combinação de duas ou mais categorias. Das 28 ocorrências de personalização assimilada por coletivização, há 25 casos representados como "governo" e 3 casos como "Estado" e "Executivo".

Embora em menor número, o presidente Hugo Chávez também foi representado por objetivação através de oito registros. Dentre esses registros, encontram-se cinco ocorrências por espacialização ("Venezuela" e "Presidência da República") e três por autonomização do enunciado ("discurso raivoso" e "bravatas esquerdistas").

Podemos observar no quadro a seguir que a escolha por formas de personalização individualizada são predominantes dentre as diversas formas de representação do ex-presidente Hugo Chávez, o que confere não apenas um maior destaque a esse ator social mas também uma maior responsabilidade sobre suas ações.

Ator Social	Número de ocorrências
Chávez	163
Presidente	38
Governo	25
Coronel e tenente-coronel	13
Hugo Chávez	12
Presidente venezuelano	8
Presidente Hugo Chávez	7
Presidente Chávez	2
Presidente da Venezuela	2
Avaliação	29
Total	299

Quadro 20: As categorias sociossemânticas mais utilizadas na representação de Hugo Chávez

Embora a nomeação por formalização pressuponha uma hierarquia social implícita devido à sua alta formalidade, no *corpus* aqui analisado, a simples nomeação por formalização ou semiformalização não remete a este tipo de formalidade, podendo, inclusive levar a uma relação de igualdade ou de intimidade entre os interlocutores. Portanto, a escolha por estruturas de nomeação formal e semiformal ("Chávez" e "Hugo Chávez") não confere um caráter mais respeitoso ou cerimonioso no discurso da revista. Este recurso representacional estaria mais associado à necessidade de dar ênfase a agentividade deste ator social.

Uma outra forma de representação de Chávez no discurso da revista *Veja* tem sido através do uso do termo "coronel" ou "tenente-coronel", fazendo referência à antiga função desempenhada por ele antes de chegar à Presidência, conforme foi abordado no capítulo 4.

A origem militar de Chávez ajuda a construir uma imagem de um governo agressivo. Portanto, ao representá-lo através da funcionalização "coronel" a revista atualiza o seu sentido negativo, deixando implícita a ausência de democracia na Venezuela, além de reforçar o modo autoritário como o poder é exercido pelo então presidente:

(1) "Era repetidamente acusado pelas autoridades da Colômbia de dar abrigo a guerrilheiros colombianos, e até Vladimiro Montesinos, o chefão do esquema corrupto de Alberto Fujimori, esteve foragido em Caracas, provavelmente com a autorização do **coronel**" (O Falastrão caiu, *Veja*, Ed. 1747 de 17/04/2002).

(2) "O **coronel** ainda não atingiu a sofisticação que garante a sobrevivência de Fidel Castro, este sim um esquerdista autêntico, um fóssil da Guerra Fria que sobrevive em

sua ilha particular como um capataz magnânimo, mas repressor" (O clone do totalitarismo, *Veja*, Ed 1903 de 04/05/2005).

Por outro lado, ao empregar o termo "coronel" para se referir a contextos que remetem à violência, infração de direitos e rompimento da ordem democrática, a revista associa Chávez ao caráter militar de seu governo, e apresenta esta característica violenta e repressiva como inerente à sua própria personalidade.

No *corpus* desta pesquisa, Chávez é representado através de 29 ocorrências de avaliações. O conceito de avaliação (*appraisement*) é definido por Van Leeuwen (2008) como a maneira que os atores sociais são representados no discurso, utilizando para isso termos apreciativos e/ou depreciativos que, de alguma forma, os qualificam ou avaliam:

(3) "Chávez se considerava um **Robin Hood bolivariano**. Era mais um **bufão**, que entretinha o povão com programas de televisão em que se comportava mais como um **animador de auditório** do que como presidente" (O Falastrão caiu, *Veja*, Ed. 1747 de 17/04/2002)
(4) "Com a reforma constitucional aprovada na semana passada, Hugo Chávez consolida seu regime **autoritário** e **personalista** na Venezuela" (À sombra de El Supremo, *Veja*, Ed 2003 de 07/11/2007).
(5) "Ele não tem passado socialista ou marxista, nem teórico nem prático. Veio do meio militar e tornou-se um **populista autoritário e fanfarrão"** (O clone do totalitarismo, *Veja*, Ed 1903 de 04/05/2005).
(6) "O Chávez **conciliador** é uma **mentira**. Apenas o **autocrata** é **sincero**" (A vontade do eleitor não vale, *Veja*, Ed 2073 de 13/08/2008).

O adjetivo "bufão" e do substantivo "animador de auditório" em (3) suscitam a ideia de alguém que se comporta de modo ridículo, inoportuno ou cômico. Semelhante sentido é evocado em (5), a partir do emprego da palavra "fanfarrão" que faz parte do mesmo campo semântico. Ao realizar essas associações, a revista atribui um caráter de uma pessoa que não possui seriedade em suas relações e que, portanto, não poderia ocupar o cargo de presidente.

Os exemplos (4), (5) e (6) podem ser consideradas formas de avaliação do ator social Hugo Chávez. Desta forma, os adjetivos "autoritário" e "personalista", e os substantivos "populista" e "autocrata" constituem avaliações negativas em relação ao ex-presidente, que corroboram a ideia de que ele seja um ditador que procura, por meio de discursos demagógicos, iludir a população. Com o uso dessas avaliações, a revista resgata e vincula ao seu discurso a memória coletiva que as pessoas detêm sobre a ditadura.

7.2.2 A representação dos venezuelanos

Os registros de representação dos atores que agrupamos no coletivo "venezuelanos" compreendem 174 casos. Dentre esse número, encontramos 78 casos de inclusão por personalização individualizada, 84 de inclusão por personalização assimilada e 8 de inclusão por impersonalização (objetivação).

A inclusão por personalização individualizada foi realizada em 22 casos por meio de nomeação + categorização, e em 57 através da categorização, sendo 44 realizadas por meio da funcionalização (ex.: "deputados", "juízes"etc), 5 por identificação relacional (ex.: "sua filha mais velha" etc) e 8 por valoração (ex.: "povão" etc).

Dos 84 registros de inclusão por personalização assimilada, 57 foram realizados por meio da coletivização ("Exército", "sindicatos" etc) e 27 através da agregação ex.: "a maioria dos venezuelanos" etc).

Por fim, temos 11 casos de inclusão por impersonalização (objetivação). Destes, cinco foram realizados por espacialização (ex.: "Venezuela" etc) e seis, por instrumentalização (ex.: "voto popular" etc).

Dos 22 registros de personalização individualizada encontrados em nosso *corpus*, em que os venezuelanos foram representados através de nomeação + categorização, apenas quatro são de pessoas ligadas diretamente a Chávez. Todas as outras 17 encontram-se sempre representadas em oposição ou vinculadas a algum contexto desfavorável ao ex-presidente Chávez.

A reportagem "À sombra de *El Supremo*" é bem ilustrativa a esse respeito. A matéria discorre a respeito do modo como Hugo Chávez vem conduzindo seu governo e traz o depoimento de dez pessoas que foram afetadas e/ ou tiveram as suas vidas transformadas pela política governamental do ex-presidente. Desse modo, foram registrados, ao longo da reportagem, os depoimentos (a favor ou contra o ex-presidente) de acordo com a experiência de cada um. Todas essas pessoas foram representadas por meio de nomeação + categorização, recebendo, em alguns casos, até mesmo uma valoração positiva, e tiveram suas falas registradas através do discurso direto. Vejamos alguns casos:

(7) "**Atriz de sucesso e candidata ao Miss Venezuela** de 1994, **Fabíola Colmenares** acaba de descobrir que a beleza e a fama não garantem imunidade à perseguição ideológica do governo chavista. No fim de outubro, quando se preparava para estrear sua 15ª novela, a atriz foi sumariamente demitida pela Venevisión, emissora na qual

trabalhava havia catorze anos. Não foi segredo sobre o motivo: ela foi punida por ter participado de protestos contra a reforma constitucional. 'O país mudou muito com o governo Chávez. Qualquer pessoa que discorde dele é imediatamente discriminada e desqualificada', diz a **atriz de 33 anos**." (À sombra de *El Supremo, Veja,* Ed 2003 de 07/11/2007, p. 89).

(8) "Processar jornalistas é uma das estratégias adotadas pelo regime chavista para calar a oposição. 'Como não há independência de poderes na Venezuela, somos submetidos a verdadeiros julgamentos kafkanianos'. Diz **Marianella Salazar, radialista e colunista** do jornal *El Nacional*" (À sombra de *El Supremo, Veja,* Ed 2003 de 07/11/2007, p. 96).

Das dez pessoas representadas nessa reportagem, apenas duas produziram discursos favoráveis ao ex-presidente. O primeiro caso é de Erick Morales, 19 anos e estudante de Direito da Universidade Bolivariana e filho de um mecânico e de uma escriturária. Ele é representado através da nomeação semiformal (Erick Morales) e da categorização, que se realiza por meio da funcionalização (estudante de Direito), da classificação (19 anos) e da identificação relacional ("filho de um mecânico e de uma escriturária).

Apesar de ter sido, assim como os outros nove casos, representado por meio da nomeação semiformal e da categorização, podemos observar que este ator social está inserido em um contexto que sugere que seu apoio ao ex-presidente Hugo Chávez é devido a: i) sua pouca idade (19 anos), o que poderia indicar uma certa ingenuidade; ii) ser beneficiário de um programa social do governo, pois ele é estudante de Direito da Universidade Bolivariana, e iii) ele é identificado como sendo "filho de um mecânico e de uma escrituraria", ou seja, pertencendo a uma família de origem social simples e sem muitos recursos e, portanto, mais vulnerável a aceitar práticas governamentais de assistencialismo e ser cooptado ideologicamente por meio de discursos demagógicos.

O segundo caso apresentado é do empresário Majed Khalil, "cuja família é dona de uma indústria de pescado e enlatado e de uma importadora de produtos eletrônicos". Esse ator social é representado por meio de nomeação semiformal (majed Khalil) e por categorização que, assim como no caso anterior, também se realizou por meio de funcionalização ("empresário") e de identificação relacional. No entanto, ao contrário do estudante de Direito, a identificação relacional o representa como membro de uma família economicamente privilegiada. Inserida no contexto discursivo da revista, esta representação sugere que o

empresário seria favorecido por Chávez em seus negócios e, por este motivo, teria interesse em defendê-lo.

Os outros oito casos presentes nessa reportagem também são representados através da nomeação semiformal e da categorização, mas todos elessão colocados em um contexto de denúncia de autoritarismo e/ou acusação de perseguição por parte do ex-presidente.

De acordo com todos os 22 registros de personalização individualizada encontrados no corpus dessa pesquisa, podemos observar que a maioria, ou seja, 17 casos são de pessoas contrárias ao ex-presidente seja através de ações movidas contra Chávez, seja por meio de seus discursos (direto ou indireto). Mesmo quando são apresentados os testemunhos favoráveis ou de pessoas próximas a Chávez, eles aparecem em um contexto de crítica ao presidente, sugerindo que eles o defendem porque receberam algum tipo de favorecimento no plano pessoal, ou porque, devido à sua condição econômica desprivilegiada, estariam mais vulneráveis a determinados discursos de cunho demagógico.

Essa discrepância numérica nos remete ao que Abramo (2003) chamou de "padrão de ocultação" que se refere ao critério de seleção e apresentação de informações que devem ou não ser noticiadas pela imprensa. Neste caso, a revista *Veja* selecionou apenas cinco pessoas vinculadas a Chávez para que fossem representadas de forma particularizada através da nomeação e da categorização, ocultando ou mesmo diminuindo a presença de atores sociais que pudessem estar ligados a Chávez em um contexto favorável a seu governo.

Segundo Rajagopalan (2003, p. 120), a representação "é uma questão eminentemente ideológica e responde aos interesses políticos que norteiam seus defensores." Desse modo, ao promover o silenciamento de vozes e da representação de atores sociais vinculados a Chávez, a revista *Veja* o identifica como algém que não tem apoio da população para governar. Por outro lado, ao destacar os "testemunhos" contrários ao seu governo, a revista induz o leitor a pensar que Chávez não tenha realizado ações positivas durante seu mandato e, assim, justificaria a sua reprovação materializada nas representações contrárias ao seu governo.

A representação dos atores sociais que formam o grupo "venezuelanos" também se realizou por meio da personalização assimilada. Foram 84 registros divididos entre 57 coletivizações e 27 agregações. Esse tipo de representação busca trazer uma ideia generalista de criação de consenso, conforme já abordado no capítulo 2. Para tentar compreender o motivo desta predominância representacional e os efeitos de significado produzidos no discurso, selecionamos alguns trechos da reportagem "O Falastrão caiu":

(9)"Multidões nas ruas e rebelião militar tiram Hugo Chávez da Presidência da República."

(10)"Na quinta-feira passada, **uma multidão de 200.000 venezuelanos**, arregimentados por **sindicatos de patrões e empregados**, marchou para o palácio presidencial e foi recebida a bala por partidários do presidente."

(11)"Na madrugada de sexta, com a **nação** mergulhada em comoção cívica, uma rebelião militar forçou Chávez a renunciar e ele foi aprisionado num quartel na periferia de Caracas, capital do país."

(12)"Os **venezuelanos** jamais perdoaram Chávez por ter criticado os ataques americanos no Afeganistão. Por pouco, eles entravam de graça no eixo do mal, a lista de países declarados inimigos pelos Estados Unidos."

Em (9), (10), os atores sociais selecionados "multidões" e "multidão de 200.000 venezuelanos" estão representados através de uma assimilação por coletivização. Este tipo de representação propõe uma ideia generalista de que havia uma posição uníssona na Venezuela contra a permanência de Chávez na Presidência da República.

Essa ideia de consenso é confirmada por outra coletivização representada por "sindicatos de patrões e empregados", pois os sindicatos são órgãos cuja função seria representar os interesses de setores da população. Se "**uma multidão de 200.000 venezuelanos** arregimentados **por sindicatos de patrões e empregados** marchou para o palácio presidencial" significa que não só o país está unido contra Chávez, mas que até atores políticos normalmente considerados antagônicos (patrões e empregados) se uniram contra o presidente venezuelano para destituí-lo do poder.

Em (11) e (12), novamente, observamos a presença da categoria coletivização através das lexias "venezuelanos" e "nação", que também transmitem a noção de consenso. Essa referência de modo assimilador e impreciso é uma estratégia utilizada pela revista *Veja* para impedir que o público-leitor possa distinguir os indivíduos que fazem parte desses grupos e, assim, homogeneizar as diferenças. Este mecanismo tem a função de orientar a leitura sobre um fato específico de modo a apagar as possíveis distinções político-ideológicas dos membros de um grupo social. Por meio da categoria coletivização foi possível formar uma identidade coletiva para o grupo de venezuelanos que estaria em oposição ao ex-presidente Chávez.

Podemos dizer que a utilização desses substantivos genéricos, que se referem a um conjunto de pessoas, coaduna-se com o terceiro modo de operação da ideologia já descrito por

Thompson (1995, p.81), a unificação. De acordo com o autor, o processo de unificação interliga os indivíduos numa identidade coletiva, apagando as possíveis diferenças sociais, políticas, culturais e ideológicas entre os membros do grupo, que passam a nutrir um sentimento de identidade social. Constroi-se, assim, um sentimento de união e compartilhamento dos mesmos ideais.

A construção simbólica de uma identidade coletiva fortalece a imagem de contraste entre dois grupos: de um lado, os venezuelanos e, de outro, Hugo Chávez, reforçando a tese da luta do 'bem' contra o 'mal'. Essa polarização é identificada como a estratégia ideológica de fragmentação pelo 'expurgo do outro'. Por meio deste mecanismo, a revista *Veja* criou um inimigo (no caso, Hugo Chávez) que representa uma ameaça e, portanto, precisa ser eliminado para que paz seja restabelecida.

Nos trechos (9), (10), (11) e (12), podemos perceber que os grupos são colocados como dois pólos contrastantes: de um lado, identificado como 'bem', está o grupo que representa todos os venezuelanos e cujos objetivos são partilhados por toda a sociedade; de outro, identificado como 'mal', encontra-se o ex-presidente Hugo Chávez sempre associado a ações autoritárias. Constroi-se, assim, uma imagem brutal, opressiva e autoritária do governo venezuelano e, em contrapartida, estabelece-se uma imagem positiva para a população.

Ao diluir a identidade de cada ator social, por meio da coletivização, dentro de um mesmo grupo, a revista *Veja* faz uso de um outro dispositivo ideológico de Thompson (1995): a universalização e, assim, interesses específicos são apresentados como sendo interesses de toda a população.

No caso dos trechos selecionados da reportagem "O Falastrão caiu", a queda de Chávez significa a defesa da segurança da nação e do mundo como interesse de todos os venezuelanos, não sendo compreendido como uma ação militar unilateral empreendida pela oposição, conforme foi analisado no capítulo 4. Deste modo, o significado de interesse dos EUA e da elite venezuelana no petróleo da região é esvaziado, e a queda de Chávez é vista como algo benéfico e positivo, devendo ser, inclusive, estimulada.

7.2.3 A representação dos "especialistas"

Conforme já foi abordado no capítulo 3 desta pesquisa, os especialistas são agentes sociais detentores de um conhecimento científico e/ou tecnológico específico em determinada área, tendo, portanto, uma "autorização" para se pronunciar sobre um tema. Este discurso especializado e institucionalmente reconhecido, apesar de querer se mostrar desvinculado do poder hegemônico, configura-se como um eficaz e poderoso elemento ideológico não só para justificar mas também ocultar todo e qualquer exercício de poder.

No *corpus* desta pesquisa, encontramos a fala de 31 especialistas. Desses, 29 são citados por meio do discurso direto, ou seja, sua fala é representada de forma literal; 28 especialistas criticam Chávez e/ou seu governo diretamente; e apenas três mantêm uma neutralidade no discurso, todavia suas falas estão inseridas em um contexto discursivo de crítica ao ex-presidente.

Todos os atores sociais que compõem este grupo foram representados por meio da personalização individualizada. Neste caso, o processo de nomeação + categorização colabora para que estes atores possuam um alto grau de identificação. Dentre os especialistas que são representados por meio da nomeação semiformal (nome+ sobrenome) e da funcionalização seguida pelo local onde trabalham, sete são representados através da sobredeterminação por destilação.

Conforme já foi abordado no capítulo 2, a sobredeterminação (por destilação) ocorre quando um ator social é representado desempenhando mais de uma prática social, sem que uma se sobreponha a outra. Esse tipo de mecanismo caracteriza identidades múltiplas do mesmo ator social e, assim, oferece várias informações sobre a mesma pessoa, conforme nos mostra o exemplo a seguir:

> (13)"Na tentativa de implantar um capitalismo de Estado na Venezuela, o governo passa a atuar em setores nos quais as empresas privadas são mais eficientes e deixa de investir em áreas fundamentais para o país, como saúde e educação", disse a *Veja* o economista José Guerra, ex-chefe de pesquisas do Banco Central da Venezuela (A vontade do eleitor não vale, *Veja*, ed 2073 de 13/08/2008).

Em alguns casos, a funcionalização e/ou o local em que os especialistas exercem suas funções estão vinculados a uma valoração positiva. Nos trechos selecionados a seguir, os termos "respeitado especialista", "o mais respeitado do país" e "respeitada revista americana"

são avaliações feitas pela revista que se referem a aspectos positivos do ator social (especialista), o que confere não apenas credibilidade ao que é proferido como também poder ao ator social que tem sua fala representada:

(14)"Tomara que a queda de Chávez represente uma vacina contra os salvadores da pátria da região", disse a *Veja* Andrés Oppenheimer, colunista do jornal americano *Miami Herald* e **respeitado especialista** em América Latina (O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002)

(15)"O país estava à venda, os empresários precisavam urgentemente de parceiros estrangeiros para se tornar competitivos. E o que aconteceu? Ninguém queria colocar o seu dinheiro nas terras de Chávez", disse a *Veja* o editor da **respeitada revista americana** *Foreign Policy*, o venezuelano Moisés Naim (O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002).

(16)"Chávez tem um objetivo claro: quer se tornar o grande líder de massas da América Latina", disse a *Veja* o historiador venezuelano Manuel Caballero, **o mais respeitado do país** (O clone do totalitarismo, *Veja*, ed. 1903 de 04/05/2005).

Segundo Chauí (2014, p. 113), os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos são "autorizados" pela sociedade a falar por todos aqueles que não possuem um determinado saber reconhecido institucionalmente. Isso nos direciona para um dos modos de operação da ideologia estabelecidos por Thompson (1995), a legitimação.

A legitimação busca justificar o exercício de poder de uns sobre os outros. Quando associada à estratégia de racionalização, ela desenvolve uma cadeia de raciocínio que procura não apenas justificar como também defender e validar determinadas práticas sociais. No corpus analisado, verificamos que a revista *Veja* fez uso de fontes jornalísticas, que desfrutam de uma respeitabilidade e poder perante a sociedade, para tecer um raciocínio contrário a Chávez e, assim, comprovar que ele, além de ser um péssimo governante, representa um perigo para a democracia.

7.3 Análise interpretativa

A análise do *corpus* revelou que há um padrão léxico-gramatical de representação de Chávez que aponta para a construção de uma imagem negativa que remete ao contexto ditatorial. Os recortes experienciais selecionados na análise assinalam escolhas de transitividade material, relacional, verbal, mental e comportamental que ratificam uma representação negativa de Chávez. Deste modo, o ex-presidente venezuelano é representado como autoritário, narcisista, prolixo e como alguém que nutre o desejo de se perpetuar no poder e de exportar sua 'revolução'. Para isso, ele estaria usando o dinheiro proveniente da venda do petróleo, recurso abundante no país, para financiar governantes estrangeiros aliados, grupos guerrilheiros no exterior (como as FARC) e, principalmente, Fidel Castro, com quem mantém afinidade ideológica.

Ao enfatizar a aproximação e um possível financiamento de Chávez a grupos guerrilheiros no continente latino-americano, a revista aponta para o risco de um conflito bélico na região, ameaçando, assim, a própria estabilidade da América Latina com a possibilidade de quebra da ordem institucional em vários países.

Conforme foi discutido no capítulo 5, a denominação "regimes autoritários" é utilizada para designar toda a classe de regimes não-democráticos (totalitarismo, ditaduras,etc) que, muitas vezes, são utilizadas de maneira aleatória pelo senso comum. Algumas das características comumente atribuídas a esses regimes são: perseguição aos meios de comunicação, ausência de instituições democráticas (como o Parlamento, por exemplo), ou sua manutenção apenas em caráter cerimonial; ausência de eleições livres e diretas; supressão do pluripartidarismo ou sua conversão em um simples simulacro; poder concentracionário, de modo que o poder Executivo tenha predomínio sobre os demais poderes etc.

Há uma predominância de Chávez como ator de processos materiais, em que ele é representado como agente de ações concretas que afetam e modificam diretamente o ambiente social em que ele esta inserido. No entanto, essas ações promovidas por Chávez se mostram voltadas para o universo da agressão, abusos cometidos pelo governo ou vinculadas a um propósito negativo como destruir a democracia, por exemplo. Desse modo, são atribuídas ao ex-presidente ações típicas de regimes autoritários e/ou contrárias ao conceito de democracia.

Frequentemente dialogando com o binômio ditadura e repressão, *Veja* aproxima Chávez de Fidel Castro, considerado pela revista como o último dos grandes ditadores da América Latina, a fim de estabelecer uma ponte entre as duas figuras e consolidar a imagem de Chávez como um ditador. A partir do material analisado, pudemos identificar que uma das

formas utilizadas por *Veja* para realizar esta aproximação entre os dois chefes de Estado é através dos processos relacionais. Utilizados para definir, caracterizar e identificar por meio de qualidades, posse ou circunstâncias, os processos relacionais são importantes ferramentas para a construção de identidades no discurso.

A reiterada associação entre Chávez, Fidel Castro e grupos guerrilheiros, por meios de processos materiais e relacionais, permite a *Veja* representar Chávez em um caráter ameaçador, confirmando não apenas sua associação com o terrorismo e com regimes ditatoriais, como também enfatizando seu projeto de expansão e consolidação de poder.

Se considerarmos as escolhas dos processos materiais para a representação das ações do ex-presidente, de igual modo, podemos presumir também que a organização experiencial envolvendo os processos verbais descreve exatamente o aspecto discursivo da realidade material vivida por Chávez, ou seja, seu discurso seria um reflexo de suas atividades no mundo material. Por exemplo, ao colocar qualquer um que se oponha ao governo chavista como alvo nos processos verbais, Chávez passa a ser representado como um político agressivo e intrinsecamente associado ao cerceamento da liberdade de expressão, tão característico de governos ditatoriais. Neste caso, o discurso, muitas vezes em tom agressivo e ameaçador, seria uma verbalização de ações concretas do campo material.

As ações, identificadas pelos processos materiais, e as falas de Chávez, representadas pelos processos verbais, aparecerem no discurso da revista *Veja* associadas a palavras do campo semântico da agressividade e são apresentadas como atividades que ferem liberdades e direitos legalmente garantidos aos venezuelanos e adquirem a feição de intolerância política.

Assim como os processos materiais, relacionais e verbais, a revista faz uso de processos mentais para a representação do ex-presidente. Dessa forma, Chávez ocupa a função de experienciador, principalmente, nos processos mentais emotivos e desiderativos, o que ajuda a sedimentar a imagem desse ator social como um indivíduo que age motivado apenas pelos seus desejos e emoções, caracterizando-o como alguém impulsivo e irresponsável. Por outro lado, sua pouca participação no processo mental perceptivo (uma como fenômeno e outra como experienciador) aponta para alguém que possui pouca percepção do que ocorre a sua volta, identificando o ex-presidente como uma pessoa voltada para si mesma e para sua vida.

Ao selecionar um item lexical para compor a representação de um ator social, a revista *Veja* faz uma determinada escolha dentre as várias outras possíveis. No caso de Chávez, diante da diversidade de representações, há uma preferência do veículo em caracterizar esse

ator social através da personalização por determinação. Desse modo, em seu discurso, a revista particulariza a figura do ex-presidente, enfatizando sua identidade individual, o que conduz a uma maior visibilidade e responsabilidade a suas ações.

A alta frequência com que Hugo Chávez é nomeado sugere a importância e o destaque que a revista pretende dar a sua imagem, pois nomear um ator social significa representá-lo por meio de sua identidade única, o que pode ser considerada uma estratégia ideológica da revista para enfatizar a responsabilidade de suas ações.

Embora em menor número, Chávez também é representado por meio da funcionalização "coronel". Ao fazer referência ao seu passado militar, a revista pretende construir uma imagem de um personagem beligerante. As construções textuais feitas por meio dos recursos de transitividade reiteram essa violência excessiva praticada por ele.

Se, por um lado, a revista procura destacar a identidade de Chávez através da nomeação e categorização, observamos que isso nem sempre ocorre quando se trata da representação dos venezuelanos. Apenas um pequeno número de venezuelanos tem a sua identidade especificada através da nomeação e categorização. Dentro desse número, apenas alguns estão vinculados diretamente a Chávez ou mantêm um posicionamento favorável em relação a ele.

A maior parte dos venezuelanos é representada por meio das categorias sociossemânticas coletivização e agregação. Desse modo, a revista cria representações genéricas dos venezuelanos com baixo grau de representação dos atores, a fim de criar um efeito de consenso em relação a suas demandas. Ao isolar o ator social Hugo Chávez do restante da população venezuelana, a revista constroi duas identidades distintas e polarizadas: os venezuelanos, de um lado, e Chávez, de outro, reafirmando a imagem do ex-presidente como alguém cruel e ameaçador, ou seja, de um inimigo comum que precisa ser combatido.

Em uma análise geral do *corpus*, mas com um olhar mais atento para as reportagens aqui analisadas, podemos verificar a presença dos padrões de manipulação elencados por Abramo (2003). Através do padrão de ocultação, a revista *Veja* omite aspectos relevantes no plano econômico relacionados aos governos anteriores a Chávez, que poderiam justificar ou mesmo explicar a situação atual da sua gestão. Por outro lado, o veículo encobre qualquer aspecto positivo que possa ter ocorrido durante o mandato do ex-presidente. Uma das estratégias utilizadas para esse fim é o uso de fontes jornalísticas também conhecidas como "especialistas".

Examinando o *corpus* selecionado para esta pesquisa, todos os especialistas foram representados através da nomeação (semiformal), da categorização e alguns, até mesmo, por

sobredeterminação e valoração positiva. Isso indica o destaque e importância que a revista pretendia atribuir a cada um deles. No entanto, não encontramos nenhum especialista que fizesse uma análise favorável ao governo de Chávez. Todos eles se posicionaram contrários a Chávez por meio do uso de discurso direto, ou tiveram suas análises inseridas em contextos que prejudicavam a imagem do ex-presidente. Nesse grupo, há uma exclusão ou apagamento de qualquer ator social com conhecimento técnico-científico que possa avaliar, de forma positiva, qualquer aspecto do governo de Chávez. Podemos então observar, através da escolha de fontes pela revista *Veja*, que há um controle seletivo de informações a serem divulgadas, além de um esvaziamento e interdição de ideias antagônicas.

A ausência de interconexões entre as condições econômicas, sociais, políticas e históricas entre governos anteriores a Chávez e o tempo do seu mandato nos conduz ao segundo padrão de manipulação, a fragmentação. Através de uma visão fragmentada da realidade, opera-se a produção compartimentalizada de informações, sem nenhum fio ordenador, desvinculando a notícia de seu fundo histórico-social como se fosse um dado solto.

O processo de fragmentação vem aliado à personificação dos processos sociais no qual o público aprende a 'desprezar' as determinações histórico-estruturais dos fenômenos responsáveis pelas ocorrências no campo da política e economia, trazendo a responsabilidade para o indivíduo e não para o sistema em si. O que seria uma ocorrência histórica, derivada de setores dominantes na sociedade, passa a ser responsabilidade individual, produto de atitudes e comportamentos de pessoas isoladas. Tanto a fragmentação quanto a personalização são técnicas que simplificam os fatos, mostram apenas os sintomas da situação e nunca as causas, além de desinformar as pessoas.

A fragmentação e a descontextualização de determinados acontecimentos é o que motiva a revista a aproximar Chávez de governos considerados ditatoriais como Cuba, por exemplo. Nesse caso, *Veja* também faz uso do padrão de inversão através do qual é possível enfatizar determinados aspectos de um acontecimento como uma possível aproximação ideológica, ou mesmo de uma amizade entre os dois chefes de Estado, e ignorar as relações comerciais e diplomáticas, tão comuns entre Estados, que teriam suscitado esta proximidade.

Nas reportagens analisadas, *Veja* deixa em seu discurso marcas em defesa da ideologia neoliberal, associando aspectos do regime ditatorial a elementos como centralização de poder e nacionalismo, que são valores incompatíveis com a economia de mercado, globalização e estado mínimo. Por esse motivo, em diversos momentos, a revista recorreu a estratégias

discursivas que produzissem um efeito de medo e ameaça associados a Chávez. Esses recursos foram utilizados para estabelecer um efeito de consenso em torno de medidas a serem tomadas para diminuir o controle e/ou o papel do Estado na economia.

Os efeitos de sentido produzidos pelo discurso da revista, a partir do uso de determinados processos e papeis semânticos assumidos por Chávez, constroem a imagem de um presidente autocrata, personalista e agressivo. O que podemos observar, a partir das análises realizadas, é que mesmo representado em domínios experienciais diferentes, o ator social Hugo Chávez é construído em uma estrutura semântica constante ao longo das reportagens. Desse modo, mesmo ocupando diferentes papeis como ator, dizente, portador ou experienciador, os significados atrelados às suas atividades constroem uma representação uniforme: Hugo Chávez é um presidente autoritário e representa uma ameaça para a democracia. Portanto, acreditamos que é nessa circulação de sentidos, em domínios experienciais diferentes, que o discurso de *Veja* busca naturalizar sua representação como real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem serve para representar nossas experiências de processos, de pessoas, de estados e de relações no mundo ao nosso redor e dentro de nós. Halliday e Matthiessen (2004) demonstram que, no significado ideacional da linguagem, toda oração expressa padrões da experiência do falante. Para esse significado, a oração é usada para construir uma imagem mental da realidade, ou para dar sentido ao que passa a nossa volta ou dentro de nossa própria consciência.

A representação do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez pela mídia sinaliza intrínsecas relações entre linguagem e sociedade. Essas duas dimensões interagem dialeticamente, cada uma com sua própria especificidade de modo a construir versões de supostas realidades que chegam até nós como realidades prontas para serem consumidas. Assim, as reportagens jornalísticas causam efeitos na sociedade: constroem conhecimentos sobre política interna de um país ou podem ser usadas para construir identidades sociais. Portanto, cada escolha (lexical, sintática ou semântica) opera estrategicamente na construção de uma representação significativa de aspectos da realidade social.

Esta pesquisa, com base nos pressupostos teóricos da ACD e da LSF, buscou revelar as estratégias linguísticas utilizadas pela revista *Veja* na representação do ex-presidente Hugo Chávez, procurando desnaturalizar os processos ideológicos inseridos nas práticas discursivas adotadas pelo veículo. Conforme analisamos no capítulo 1, a ACD verifica o modo como as estruturas do discurso são organizadas para reproduzir, legitimar, confirmar ou subverter as relações de poder e de dominação na sociedade (VAN DIJK, 2008)

Para a ACD, o poder não reside na linguagem propriamente dita, mas sim no uso que as pessoas fazem dela para reproduzir as relações de dominação e sustentar a hegemonia vigente. É desse uso que surgem as desigualdades, as representações (positivas ou negativas) que são reforçadas por meio da linguagem dentro das instituições sociais ou do próprio exercício de poder.

A imprensa, como aparelho privado de hegemonia, procura, através de seus discursos, intervir no plano político-cultural para disseminar informações que contribuam para a formação de consenso em torno de determinadas visões de mundo. Para Fairclough (2003, p. 8), os textos são entendidos como elementos de eventos sociais que causam mudanças no conhecimento, no sistema de crenças e nas atitudes das pessoas, podendo, inclusive, ocasionar transformações no comportamento e nas relações sociais.

O público-leitor de *Veja* pertence, em sua maioria, às classes A e B, possui alto grau de escolaridade e utiliza a revista como principais fontes de informação. Além disso, conforme já foi mostrado nesta pesquisa, a revista possui uma alta tiragem, sendo utilizada, inclusive, como fonte de pesquisa em escolas e bibliotecas e leitura diária em repartições públicas, o que nos mostra o tamanho do grau de influência exercido por esse veículo de comunicação.

Conforme foi analisado no capítulo 3, a revista *Veja* compreende um forte oligopólio empresarial em nosso país e seu discurso e sua prática encontram-se vinculados aos interesses desse oligopólio no mercado de comunicação. Portanto, como grupo privado, a revista procura preservar sua rentabilidade e área de influência na definição das linhas gerais do imaginário coletivo.

Ao longo desta pesquisa citamos diversos estudos que analisam o discurso da revista *Veja* em defesa do neoliberalismo, sustentando o afastamento do Estado no controle da economia e defendendo o poder do mercado e sua capacidade em gerenciar a vida social.

No capítulo 6, analisamos como as relações de poder das políticas neoliberais tornam-se práticas capilares, insidiosas, incorporadas no discurso da revista. Ao condenar toda e qualquer intervenção do Estado no campo político-econômico e uma maior desresgulamentação da vida econômica, *Veja* naturaliza determinados discursos que circulam como verdades nos espaços públicos, operando, continuamente, na construção do senso comum. Portanto, a revista produz um discurso que procura diminuir o papel de provedor do Estado, promovendo maior autonomia do indivíduo. Nesse cenário, o social estaria subordinado ao econômico e as atividades estatais, quando não privatizadas, estariam submetidas à lógica empresarial.

No entanto, conforme foi discutido nos capítulos 4 e 5, a política de Hugo Chávez seguia em direção oposta. Longe de desviar do Estado a tutela econômica e política, o ex-presidente venezuelano, durante seu mandato, utilizou o Estado, não apenas para regular e prover as atividades consideradas essenciais tal como prevê o receituário neoliberal, mas para controle e financiamento das necessidades sociais. Desde a eleição de Hugo Chávez, o país tem anunciado a construção de uma nova sociedade mediante um processo revolucionário de enfrentamento ao neoliberalismo. As transformações políticas, econômicas e culturais, que vinham alterando significativamente as condições sociais da grande maioria da população, vem estabelecer um novo modelo produtivo.

Chávez manteve um discurso de rejeição ao neoliberalismo e um desdém pela velha e desprestigiada classe política e acreditamos que esse seja um dos principais motivos pelos

quais a mídia hegemônica, em especial a revista *Veja*, vêm representando o ex-presidente Hugo Chávez de forma tão negativa.

A partir da análise documental aqui empreendida, percebemos que *Veja* totaliza seu discurso em torno da valorização da 'democracia' e busca fazer com que seus leitores saibam dos riscos inerentes aos regimes antidemocráticos, decorrentes das ações de governos autoritários e violentos. Desse modo, a revista *Veja* baseou sua análise em duas perspectivas: uma crítica ao modelo de governo adotado por Chávez, ou seja, a democracia participativa e protagônica, e outra de crítica pessoal ao presidente, considerado autoritário e personalista.

É possível observar que, frequentemente, a revista procura dissociar a figura de Chávez da democracia representativa e aproximá-lo de governos ditatoriais ou de ações que o identifiquem como um governo autocrata. Nesse caso, tanto o sistema de transitividade, proposto por Halliday e Matthiessen (2004), através da análise de processos, participantes e circunstâncias, quanto a taxonomia dos atores sociais de Van Leeuwen (2008) foram fundamentais para identificar as estratégias linguísticas utilizadas para representar Chávez.

A análise dos tipos de processos nas reportagens revelou uma visibilidade representacional de Chávez. Essa representação mostra a inclusão e a atuação do ex-presidente em diferentes processos, no entanto, é ocupando a posição de ator nos processos materiais que Chávez mais se destaca, o que reflete a maior visibilidade dada a ele na materialidade dos textos.

Chávez é representado como força ativa e dinâmica no que diz respeito a suas atividades como presidente, todavia suas ações são caracterizadas como agressões e abusos de poder. Sendo as atividades de Chávez representadas, sobretudo, no domínio do mundo material, o leitor tem acesso pormenorizado das práticas exercidas pelo ex-presidente, podendo despertar uma reação de indignação por parte do leitor. Ao identificar um número maior de processos no domínio material da experiência, podemos atribuir maior responsabilidade ao ex-presidente, uma vez que ele se encontrava em maior número como participante protagonista das ações.

Em nossos dados de análise, podemos também observar que as escolhas de atributos e características de identidade marcam, consideravelmente, a representação linguística de Hugo Chávez. Enquanto os processos materiais representam as ações de Chávez, ou seja, mudanças que produzem resultados concretos no mundo material, as escolhas do domínio relacional fornecem subsídios informativos sobre os atributos e características do ex-presidente

venezuelano. Isso porque os processos relacionais estabelecem relações entre duas entidades, identificando ou atribuindo características a algo ou alguém.

No domínio relacional, as escolhas de transitividade qualificam, descrevem e identificam de forma explícita o ex-presidente Chávez, reprovando-o por meio de escolhas lexicais de valoração negativa. Por esse motivo, muitas vezes, Chávez foi identificado com características de governo autoritário, sendo associado, frequentemente, a líderes considerados ditatoriais como Fidel Castro, por exemplo.

Em relação aos processos mentais, Halliday e Matthiessen (2004) os definem como processos do sentir, voltados para o fluxo de eventos no consciente, onde o indivíduo representa suas experiências nos campos da percepção, desejo, emoção e cognição. Depois da análise do *corpus*, concluímos que a revista utiliza, principalmente, os processos emotivos e desiderativos para representar as experiências do mundo interior de Chávez. Desse modo, a representação dos estados de sentir do ator social Hugo Chávez busca mostrar que sua imagem está associada a alguém que realiza suas ações com base em desejos e emoções, identificando-o como alguém que age pela emoção e movido por interesses pessoais.

Com relação às escolhas lexicogramaticais de transitividade que representam a fala de Hugo Chávez, podemos dizer que trazem uma construção discursiva condizente com aquelas construídas nos demais domínios experienciais (exceto o existencial e o comportamental). Essas escolhas constroem uma imagem de Chávez como alguém agressivo, intolerante, autoritário e ameaçador.

Assim, a semântica de todos esses processos juntamente com a escolha dos participantes e das circunstâncias constroem uma realidade de concentração e abuso de poder. Podemos observar que toda a organização discursiva da revista identifica Chávez como um líder autocrata, personalista, imprevisível, de caráter ameaçador, prepotente, violento e que usou de mecanismos democráticos para se perpetuar no poder.

Além do sistema de transitividade, utilizamos, em nossa análise, o inventário sociossemântico de Van Leeuwen (2008) de base hallidayana e vinculado aos estudos da ACD não só para representação de Chávez como dos venezuelanos de modo geral.

No caso de Chávez, ele foi identificado, no discurso da revista *Veja*, por meio da nomeação formal, na maioria das vezes, como autor da ação, o que podemos chamar de ativação do indivíduo. A apresentação de seu nome em posição ativa nos textos, ou seja, como agente da ação, mostra sua importância dentro do discurso e a posição de destaque dentro do cenário geopolítico internacional.

Os venezuelanos são incluídos, em sua maioria, por coletivização, ou seja, uma representação imprecisa quanto à referência de suas identidades, conforme apontam os dados na análise de representação dos grupos nominais. Percebemos com isso a estratégia discursiva utilizada pela revista *Veja* ao construir uma identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separar os indivíduos que compõem o grupo, criando, assim, um efeito de consenso contrário ao governo de Chávez.

Com essa estratégia, o sentido construído no discurso é de que há um descontentamento geral contra o governo, o que nos leva a conclusão de que somente com a saída de Chávez será possível garantir o funcionamento das instituições e a estabilidade da ordem democrática no país.

Ao representar Chávez como uma ameaça à democracia, a revista recorre a uma das estratégias de construção simbólica de Thompson (1995) já analisadas no capítulo 1, a fragmentação pelo expurgo do outro. Por esse processo, Chávez foi representado como um inimigo comum da democracia e do povo venezuelano, de modo geral, perigoso, ameaçador e contra o qual os indivíduos são convocados a resistir coletivamente ou expurgá-lo.

A escolha de determinados elementos lexicogramaticais e itens lexicais promovem singulares efeitos de sentido possíveis de construir uma imagem de Hugo Chávez como um político agressivo, autoritário, personalista e que tem como projeto único sua permanência no poder por tempo indeterminado, representando, assim, um perigo para a democracia.

Além das estratégias linguísticas aqui apontadas, *Veja* também faz uso de determinados 'padrões de manipulação', já abordados no capítulo 3, frequentemente utilizados no jornalismo. Um desses padrões é chamado de padrão de ocultação através do qual a revista suprime informações relevantes que permitiriam entender o entorno histórico e social do que ocorreu na Venezuela durante o mandato do ex-presidente Hugo Chávez, construindo assim uma imagem incompleta, ou mesmo equivocada, de seu governo. Desse modo, ao omitir dados sobre os governos anteriores, a tentativa de intervenção político-ideológica norte-americana no país, ou abrir espaço para vozes dissonantes do discurso da revista, *Veja* contribui para uma visão fragmentada da situação.

Veja omite também que Chávez chegou ao poder através do apoio e mobilização de diversos setores da sociedade e que seu programa de governo realizou mudanças significativas na vida dos venezuelanos. Uma dessas mudanças foi através da Constituição que passou a incluir mecanismos de democracia participativa, favorecendo a descentralização político-administrativa e a democratização econômica, conforme foi mostrado no capítulo 5.

A revista não menciona que antes do governo Chávez a Venezuela também tinha um Estado centralizador baseado na intensa exploração petrolífera, no entanto o seu controle estava nas mãos de uma burguesia rentista e importadora, cujo objetivo era a implantação do modelo fiscal, político e econômico do neoliberalismo. Por outro lado, a revista oculta de seu público-leitor o fato de que Chávez implementou reformas estruturais na Venezuela que atingiram desde as instituições e a política, de forma geral, até o próprio sistema de produção. Por meio de uma reforma do estado e do fortalecimento das organizações populares locais, constituíram-se instâncias de auto-gestão política e produtiva que tinham por objetivo a superação do Estado burguês e do modo de produção capitalista.

A revista procura 'explicar' as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre, frequentemente, ao 'conhecimento legitimado' por meio das vozes consideradas autorizadas (professores, pesquisadores, especialistas etc), conforme já analisados no capítulo 3. É desse lugar legitimador de fala por excelência que a revista retira sua credibilidade para construir uma representação negativa de Chávez.

Ao consultar várias fontes, a revista procura passar ao público uma imagem de veículo imparcial, pluralista e democrático, no entanto, uma análise mais minuciosa de suas reportagens nos leva a perceber certas tendências político-ideológicas que chegam a comprometer o caráter pluralista do próprio universo jornalístico.

O fato de não haver uma fonte pró-Chávez já é um indicador para caracterizar o sistema informativo da revista *Veja* como parcial, e não apenas opositor e crítico ao seu governo. A maneira como o veículo de informação representa o ator social Hugo Chávez extrapola os limites de uma simples leitura informativa e passa a contribuir para a formação de uma opinião pública desfavorável ao governo venezuelano.

Ao ocultar as vozes favoráveis ao governo Chávez, a revista também exclui todos os aspectos positivos e as muitas conquistas da Revolução Bolivariana como, por exemplo, a evolução positiva de todos os indicadores sociais do país; participação maciça nos programas sociais do governo; a criação e a consolidação de instâncias de organização das classes trabalhadoras; políticas nacionalistas de distribuição de renda e propriedade; criação de políticas públicas de combate à extrema pobreza, estimulando a expansão econômica; introdução de modificações institucionais para consubstanciar a democracia participativa; uma política externa voltada para a soberania dos povos latino-americanos; a busca pelo desenvolvimento endógeno e pela soberania alimentar; e a politização de amplos setores da sociedade etc (ALVES, 2015; RODRIGUES, 2012; AlMADA, 2007).

Por tudo o que analisamos, concluímos que a revista *Veja* privilegiou seus interesses corporativos, sociais e políticos em detrimento dos padrões jornalísticos na representação do ex-presidente Hugo Chávez no cumprimento do seu mandato.

A questão da Venezuela e da forma como Hugo Chávez foi representado pela revista *Vej*a passa pela reflexão da problemática atual sobre o controle dos meios de comunicação e da pluralidade da informação. É necessário e urgente compreender quem controla a informação e de que forma esse controle é exercido para que se possa ter maior clareza da atual situação da imprensa brasileira e, assim, propor medidas efetivas para garantir maior acesso e diversidade das informações pela população.

Um jornalismo livre, que critique e denuncie os excessos e os atos ilegais do poder público, é uma condição básica da transparência, controle e participação dos cidadãos. No entanto, é necessário haver formas de regulação do setor para coibir interesses político-partidários e empresariais e, para isso, é fundamental reverter a predominância do setor privado-comercial no sistema de mídia, priorizando o equilíbrio em termos de acesso, participação e representatividade.

Esta pesquisa procurou incentivar, a partir dos resultados alcançados, um debate teórico e crítico sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade atual, abrindo espaço para uma reflexão sobre a responsabilidade social da imprensa para a compreensão da realidade e o uso da linguagem como instrumento de dominação ou emancipação social. No entanto, a pesquisa sobre esse tema está longe de ser definitiva, sendo apenas uma contribuição a um leque de infinitas possibilidades. Desse modo, esta abordagem, com todos os resultados derivados dela, propõe uma reflexão sobre alguns dentre os diversos mecanismos discursivos utilizados pela revista *Veja* na representação de Hugo Chávez

Esperamos que os resultados aqui obtidos possam servir de suporte para outras futuras pesquisas que busquem trabalhar, numa base quantitativa e qualitativa, a representação de outros atores sociais.

Em todas as reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa há, pelo menos, uma imagem ilustrando, reforçando, dialogando ou explicando o texto verbal. Estudar o modo como a revista utiliza determinadas estratégias visuais como diagramação, fotografias, gráficos entre outros recursos, que são pensados para reafirmar e legitimar os conceitos emitidos na parte verbal, seria uma contribuição valiosa para os estudos dentro do escopo da ACD.

BIBLIOGRAFIA

ADAMI, A. K. *Hugo Chávez, o ditador:* o discurso da revista *Veja* sobre o presidente da Venezuela. 2008.125f. Projeto Experimental em Jornalismo I (Monografia). UFRGS: Porto Alegre/RS, 2008.

ADORNO, T.W. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista (1951). *Revista Margem Esquerda*. São Paulo, N.7, Maio 2006, pag 164-190.

ALMADA, I. *Venezuela:* povo e Forças Armadas. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Trad Maria L. V. de Castro.2ª Ed. Rio de janeiro: Graal, 1985.

ALVAREZ, R. *Opep ajuda explicar ação golpista dos EUA na Venezuela*. 11/03/2014. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br. Acesso em 06/06/2016.

ALVES, B.S. *A educação escolar bolivariana da Venezuela e o chamado socialismo do século XXI nos governos Chávez (2005-2012)*.2015. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/PR., 2015.

ALVES FILHO, F. *Gêneros jornalísticos:* notícias e cartas de leitor no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2011.

AMANTINO, A.K. Democracia: a concepção de Schumpeter. *Revista Teoria e Evidência. Econômica*., Passo Fundo/RS, V.5, N.10, p.127-140, maio 1998.

AMENTA, R.N. *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo.*Trd. Heloísa Marques Gimenez. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2012, p. 9-23.

ANTUNES,R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

APT, M.K. *Discurso e poder:* o modelo mental como instrumento ideológico de manipulação.2010. 144f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo: São Paulo/SP, 2010.

ARBEX JR, J. *O jornalismo canalha:* a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2003.

ASSANGE, J. et al. *Cypherpunks:* liberdade e o futuro da internet (Trad. Cristina Yamagami). São Paulo: Boitempo, 2013.

AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa (s)* (Trad. Celeste M. Cruz e João W. Geraldi). *Caderno de estudos Linguísticos*, Campinas, (19): 25-42, jul/dez, 1990.

AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina:* A construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal* [trad. Paulo Bezerra]. 6ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, PP 261-306.

BAKHTIN, M. [VOLOCHÍNOV]. *Marxismo e Filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem(trad. Michel Lahud &Yara F. Vieira). 14ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BEZERRA, A.A.S. *Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso RCTV*. Dissertação (mestrado).Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco A. Nogueira. São Paulo: Ed Brasiliense, 2000.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1986.

BOLÍVAR, A. Análisis Del discurso y compromisso social. *Akademos,* vol 5, n.1, 2003, pp7-31.

BORBA, F.A. (org.). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo/SP: UNESP, 2004.

BORGES, A. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BORON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs). *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2012, p. 63-118.

_____. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*.Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. (Trad. Maria Lúcia Machado). Rio de janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRANDÃO, H.N. *Introdução à análise do discurso*, 2ª Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRUCE, M. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BUCCI, E; KEHL, M.R. Introdução: o mito não para. In: _____. *Videologias:* ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004, pag 15-23.

BUNDCHEN, I.C.F. *A imagem de Hugo Chávez na imprensa brasileira:*estudo de caso dos jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense. 2008. 74f. Monografia. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. UNB: Brasília/DF, 2008.

CABRAL, R.P. As dinâmicas da segurança venezuelana. In: SCHURSTER, K; ARAÚJO, R. (ORGS) *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de janeiro: Editora autografia/ EDUPE, 2015, pag 217-239.

CAMARGO, J.F. *Mídia e relações internacionais*: lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

CARDOSO, F.H. Os regimes autoritários na América Latina In: COLLIER,D (org.) *O Novo autoritarismo na América Latina.* Trad. Mariana T.V.Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 41-62.

CARMO, C. A. do. Venezuela: democratização e transformações econômicas no governo Hugo Chávez. *Brazilian Journal of International Relations (BJIR),* V1, N.1, p. 92-131, Jan/Abril, 2012.

CASTANEDA, J. Latin America's left turn, *Foreign Affairs*, 85, 3, 2006.

CHADS, B.H. *VEJA, o discurso psiquiátrico.* 2007.107f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense (UFF): Niteroi/RJ, 2007.

CHAUÍ, M. A ideologia da competência. In: _____*A ideologia da competência*. Vol. 3. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014, p. 53-58.

_____. Contra o discurso competente. In: _____*A ideologia da competência.* Vol. 3. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014, p. 113-115.

_____. *O que é ideologia*. 2ª. Edição. São Paulo: editora Brasiliense, 2006a.

_____. *Simulacro e poder:* uma análise da mídia. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2006b.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias* (trad. Ângela S.M. Corrêa). São Paulo: Contexto, 2009.

CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. *Verinotio*, N.15, Ano VIII, p 15-21, agosto/2012.

CHOMSKY, N. *Mídia, propaganda política e manipulação* (trad. Fernando Santos). São Paulo: Martins Fontes, 2013.

, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COGGIOLA, O. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COLLIER,D. Prefácio In: COLLIER,D (org.) *O Novo autoritarismo na América Latina.* Trad. Mariana T.V.Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 11-23.

_____. Resumo do modelo autoritário-burocrático.In: COLLIER,D (org.) *O Novo autoritarismo na América Latina*. Trad. Mariana T.V.Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 27-39.

CORTE, S. D. *Modos de organização do discurso e representação de um governo latino-americano no gênero reportagem*.2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria/RS, 2009.

COSTA, M.C.C. *O que todo cidadão precisa saber sobre a democracia*. São Paulo: Global, 1986.

CUNHA, M.A.F.; COSTA, M.A.; CEZARIO, M.M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M.A.F.; OLIVEIRA, M.R.; MARTELOTTA, M.E. (orgs). *Linguística funcional:* teoria e debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, pp 21-47.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, pp 157-176.

CUNHA, D.A.C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A.(orgs). *Gêneros textuais e ensino.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010, pp. 179-193.

CUNHA, M.A.F. da; SOUZA, M.M.de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.

CUNNINGHAM, F. *Teorias da democracia:* uma introdução crítica. Trad. Delamar J. V. Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, R.A. *Sobre a democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília: Ed UNB, 2001.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória?.In: ACHARD etc al. *Papel da memória* (trad José Horta Nunes), 3ª ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2010, pag 23-37.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DÓRIA, P.; SEVERINO, M. *Crime de imprensa:* um retrato da mídia brasileira murdoquizada. São Paulo: Plena Editorial, 2011.

EGGINS, S. *Na introduction to system functional linguistics*. London: Print Sage, 2004.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. Trad. Raquel G. Barreto. *Revista Teias*, v.11, n.22, p.225-234, maio/agosto, 2010

_____. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análisis critica del discurso. Trad Elena Marengo, pp 367-404. In: VAN DIJK, T (Org). *El discurso como interacción social. Estudios sobre El discurso II:* uma introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

FERNANDES, C.A. *Análise do Discurso:* reflexões introdutórias, 2ª. São Carlos: Claraluz Editora, 2008.

FIGUEIREDO, A.C. & FIGUEIREDO,M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2ª Ed. São Paulo: Ed Brasiliense, 1993.

FIORIN, J.L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Trad Afonso C.C.Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016

FUSER, I. *Petróleo e poder:* o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2014.

FUZER, C. *Linguagem e representação nos autos de um processo penal*: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros. 2008. 269 f.Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Santa Maria/RS, 2008.

GARAMBONE, S. A. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de janeiro: Mauad, 2003.

GARCIA, N. J. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.

GERZSON, V. R. S. *A mídia como dispositivo da governabilidade neoliberal-* os discursos sobre educação nas revistas *Veja*, Época e ISTO É.2007. 164f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 2007.

GIANNOTTI, V. *Muralhas da linguagem*. 2ª Ed. Rio de janeiro: Mauad, 2004.

GOHN, M.G. *Mídia, terceiro setor e MST*. Ptrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O papel da avaliatividade na construção da polêmica: uma abordagem semântico-discursiva das cartas do leitor acerca do falecimento de Hugo Chávez. Revista *Metalinguagens*. São Paulo/SP, V.1, N.1, 2014, pag 9-28. Disponível em http://metalinguagens.spo.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-papel-da-avaliatividade-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-pol%C3%AAmica-uma-abordagem-sem%C3%A2ntico-discursiva-das-cartas-do-leitor-acerca-do-falecimento-de-Hugo-Ch%C3%A1vez.pdf. Acessado em 18/06/2016.

GOTT, R. *A La sombra Del libertador.* Caracas: Imprenta Nacional, 2002, pag 117.

GUARESCHI, P. *Comunicação &Poder:* a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 5ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HALLIDAY, M.A.K.; MATHIESEN, C. *Introduction to functional grammar*. 4ª ed. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.

HARNECKER, M. *Um homem, um povo* (entrevista concedida por Hugo Chávez Frías a Marta Harnecker). Trad. Geraldo M. A. Filho. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2004.

HAYEK, F.A. *O Caminho da servidão*. Trad. Anna M. Capovilla, José I.Stellle e Liane M Ribeiro. Campinas/SP: Vide Editorial, 2013.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques:* o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização:* uma análise semiótica. Salvador/BA: EDUFA; Maceió/AL: EDUFAL, 2004.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. *Manufacturing Consense.* Pantheon Books, 1998.

HOLDORF, R.D. *A mídia e o outro:* estudo da construção das figuras dos presidentes da Argentina, Chile e Venezuela em *Veja, Carta Capital, Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. 2013.162f. Tese (Doutorado em Semiótica). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo, 2013.

JAGUARIBE, H. Et alli. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

KEHL, M.R. Tortura como sintoma social. In: TELES,S.; SAFATLE,W. (orgs). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

KITZBERGER, P. Giro para a esquerda, populismo e ativismo governamental na esfera pública midiática na América Latina. In: SORJ, B (org.). *Poder político e meios de comunicação:* da representação política ao reality show. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 47-73.

KLEIN, J. A. *Poder político e luta de classes na Venezuela:* 1989-2009. 2010.Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica. PUC/SP: São Paulo, 2010.

KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. *Ler e compreender:* os sentidos do texto. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KUCINSKI, B; LIMA, V.A. *Diálogos da perplexidade:* reflexões críticas sobre a mídia. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

LAFER, C. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:* passado, presente e futuro. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LAGE, N. *A reportagem:* teoria e técnica de entrevistas e pesquisa jornalística. 11ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2014.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis/RJ: editora Vozes, 1979.

LARANGEIRA, A. N. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEITE, P.P.O; GOMES, R. A.L. *Demônio ou líder? O discurso de Veja e Carta Capital sobre a morte de Hugo Chávez*. 9º Encontro Nacional de História da Mídia (UFOP). Ouro Preto/MG. 2013a, pag 1-15. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0279-1.pdf Acessado em 18/06/2016.

_____. *As duas versões sobre Hugo Chávez:* mídia e dualidade de poderes numa análise do *Le Monde Diplomatique Brasil*. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus/AM, 2013b, pag 1-14. Disponível em http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-impressa/demonio-ou-lider-o-discurso-de-veja-e-carta-capital-sobre-a-morte-de-hugo-chavez. Acessado em 18/06/2016.

LIMA, V. A. *Mídia:* crise política e poder no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, R.E.L. *Estudos de Transitividade em Língua Portuguesa:* o perfil do gênero cartas de Venda. 2001. 170 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2001.

LÓPEZ-MAYA, M., Iglesia Católica y democracia participativa y protagónica em Venezuela. *Latin American Research Review* (special Issue). V.49, p 45-60, 2014.

_____, Venezuela: de La democracia participativa al Estado Comunal. In: *Foro Democracia Directa*, Montevideo (Uruguay), pp 275-298, 2012.

_____, Venezuela: Hugo Chávez y El bolivarianismo. *Rev.Venezoelana de Economía.Y Ciências Sociales*, V.14, N.3, p.55-92, Agosto de 2008.

_____ *La protesta popular Venezoelana entre 1989 y 1993*. Caracas/ Venezuela: Coordinación de Extensión, 2000.

MACHADO, I. L. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: PAULA, L; STAFUZZA,G. *Da Análise do discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil:* Três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso-LemD*, Tubarão, V.4, N.esp, 2004, pag 113-131.

MANUAL DE REDAÇÃO; Folha de S. Paulo, 7ª. Edição. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia:* jornalismo como produção social da segunda natureza. 2ª Ed. São Paulo/SP: Editora Ática, 1989.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A.(orgs). *Gêneros textuais e ensino.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010, PP 19-38.

MARINGONI, G. *A revolução venezuelana*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. A *Venezuela que se inventa*: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo opinativo:* gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª Ed. Campos de Jordão/SP: Matiqueira, 2003.

MARTELOTTA, M.E.; KENEDY, E., A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M.A.F.; OLIVEIRA, M.R.; MARTELOTTA, M.E. (orgs). *Linguística funcional:* teoria e debate. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, pp 11-20.

MARTINS, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MAZZARINO, J.M. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. *Revista Fronteiras-estudos midiáticos.* UNISINOS/RS, Vol. IX, N^{0}1, Jan/Abril 2007, pp 53-63. Disponível em revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5841/3025.Acessado em 15/08/2016)

MELO, I.F. Por uma análise crítica do discurso. IN: MELO, I. F.(Org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso:* teoria e prática. Campinas/SP: Pontes editores, 2012, pag 53-98.
_____. *Análise crítica do discurso*: um estudo sobre a representação de LGBT em jornais de Pernambuco. Recife: E. Universitária da UFPE, 2010.

_____ Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. *Letra Magna*, ano 05, no 11. 2º semestre/2009,PP. 1-18.

MENDES, F. S. *Hugo Chavez em seu labirinto:* o movimento bolivariano e a política na Venezuela. São Paulo: Alameda, 2012.

MENDES, G.da S. *A naturalização do atraso:* os noticiários de El Universal e O Globo sobre o governo de Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina.2009. 233f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal de Juiz de Fora): Juiz de Fora/MG, 2009.

MESQUITA, F. A. *As fontes jornalísticas no Caso Dossiê* - uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, Época, Isto É e Carta Capital. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social).Universidade Estadual Paulista (UNESP): Bauru/SP, 2008.

MEURER, J.L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J.L.; BONINI, A. MOTTA-ROTH, D. (orgs). *Gêneros: teorias, métodos e debates.* São Paulo/SP: Parábola Editorial, 2005, pp 81-106.

MIOTELLO, V; ORLANDINI, R.A. A questão da fotografia na página de política: o fotógrafo como atirador e formador. IN: ROMÃO, L.M.S; GASPAR, N.R (orgs) *Discursos midiáticos:* sentidos de memória e arquivo. São Paulo: Pedro & João Editores, 2008, pag 247-265.

MONIZ-BANDEIRA, L. A. *Os EUA e o golpe contra Chávez.* Meridiano 47, UNB/ Brasília, N.22, Maio/2002. Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4550. Acessado em 18/06/2016

MORAES, D. *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

MORAES, D. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D. (org). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.* São Paulo: Boitempo, 2013, pag 19-52

MORAES, R.C.C., *Neoliberalismo*: de onde vem, pra onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2001.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em tempo real:* o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA-ROTH, D.; HERBELE, V.M.O conceito de estrutura potencial dos gêneros de Ruqya Hasan. In: _____ *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.

NASCIMENTO, P. C. *Jornalismo em revista no Brasil:* um estudo das construções discursivas em *VEJA* e Manchete. São Paulo: Annablume, 2002.

NEGRÃO, E.V. A natureza da linguagem humana. In: FIORIN, J. L.(Org.). *Linguística? O que é isso?*. São Paulo: Contexto, 2013, pag 75-110.

NOGUEIRA, J.A. *Quando 'ELES' ganham voz:* uma análise da representação da Umbanda e do Candomblé em mídia impressa.2011.115f.Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura). Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ/MG), 2011.

O'DONNELL, G. *Contrapontos:* autoritarismo e democratização. Trad Evely K. Massaro e Nathan Giraldi. São Paulo: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, D. Prefácio in: RAMONET, I. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídia*s. Trad. Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil, 2012, pag 10.

OLIVEIRA, R.P. Formalismos na Linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à Linguística:* fundamentos epistemológicos (Vol 3), 4a ed. São Paulo: Cortez, 2009, pag 219-250.

ORLANDI, E. *Discurso em análise:* sujeito, sentido e ideologia. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)*.In GUIMARÃES, E. (org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989.

PARDO ABRIL, N.G. Representación de los actores armados em conflicto em La prensa colombiana. *Forma Y Función* 18 (2005), p. 167-196. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, D.C.

PASQUINO, G. *Curso de ciência política*. Cascais/PT: Princípia, 2002.

PAULA, L; STAFUZZA,G. *Da Análise do discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil:* Três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

PEDRO, E.R.. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E.R. (org.) *Análise crítica do discurso:* uma perspectiva sociopolitica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 19-45.

PENA, F. *Teoria do jornalismo*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, I.E.B. *O interesse nacional nas revistas Carta Capital, Época, ISTO É e Veja: Eles y nosotros.*2011.153f Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Porto Alegre/RS, 2011.

PIGNATARI, N. *Como escrever textos dissertativos*. São Paulo: Ática, 2010.

QUADROS, A. C. *Itamar na Veja*: análise do discurso jocoso. Belo Horizonte/MG: Cuatiara, 2002.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica:* linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMONET, I.. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, D. (org). Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013, pag 53-72.

_____. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídia*s. Trad. Douglas Estevam. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

_____. *A tirania da comunicação*. Trad. Lucia Mathilde E. Orth, 3ª. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

RAMALHO, V.C.V.S. *O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque*.2005.193f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília (UNB). Brasília/DF, 2005.

RESENDE, V. M. ; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Vicente N. S. Venezuela Bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva. In: SCHURSTER, K; ARAÚJO, R. (ORGS) *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de janeiro: Editora autografia/ EDUPE, 2015, pags 257-269.

RINCÓN, O.; MAGRINI, A.L. Meios, poder e democracia na América Latina... de celebridades políticas, poderes mediáticos e democracia de simulação. In: SORJ, B (org.). *Poder político e meios de comunicação:* da representação política ao reality show. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 75-104.

RODRIGUES, N.S. A revolução bolivariana e a ofensiva socialista na Venezuela. 2012. 253f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista (UNESP): . Araraquara/SP. 2012.

ROSENFIELD, D.L. *O que é Democracia.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: editora Brasiliense, 2003.

ROVAI, R. *Midiático poder:* o caso Venezuela e a guerrilha informativa. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

RUIZ, F. Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina. In: SORJ, B (org.). *Poder político e meios de comunicação:* da representação política ao reality show. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 15-45.

SADER, E. Venezuela: o ódio de classe dos ricos. 08/12/2004. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Venezuela-o-odio-de-classe-dos-ricos/18979. Acessado em 09/06/2016.

_____. *Decálogo para falar mal de Hugo Chávez*. 10/07/2007. Disponível em: http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/16836/decalogo-para-hablar-mal-de-hugo-chavez. Acessado em 06/06/2016.

_____. Por que a Veja mente, mente, mente desesperadamente?. *Caros Amigos*, N. 104, p.18, Nov.2005.

SAES, D. *Democracia*. 2ª Ed. São Paulo: editora Ática, 1993.

SALGADO, T.S. *A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

_____ *A Folha de S.Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005)*. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo/SP, 2012.

_____. *A democracia defendida pela Folha de São Paulo e o governo de Hugo Chávez (2002-2005)*. ExtraPrensa (USP). São Paulo/SP. Ano VIII, N.14, JUN/2014, pag 75-84. Disponível em http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/85154. Acessado em 18/06/2016.

SANTANA, W.A.; ABREU, N.P.B. *Discurso e ideologia:* como a mídia britânica noticiou o falecimento de Hugo Chávez. *Revista Ecopós. Comunicação e conflitos políticos*.Rio de Janeiro/RJ. V.17, n.1, 2014 (Dossiê), pag 1-12. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/1290/pdf_19. Acessado em 18/06/2016.

SANTANA, E. M.C. *A guerra midiática contra a Venezuela de Hugo Chávez*: a cobertura da revista Veja (1998-2002) 2012. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): Natal/RN, 2012.

SANTOS, J. dos. *Construção da opinião no texto informativo:* adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em *Veja*, Época, Isto É e Carta Capital. 2009. 98f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Porto Alegre/RS, 2009.

SANTOS, M. *O poder norte-americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria*. São Paulo: editora Annablume/FAPESP, 2007.

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. 4ª Ed. São Paulo: editora Contexto, 2016.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Trad Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEABRA, R. L. *A Primeira Revolução do século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela*.2012. 237f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília (UNB): Brasília/DF: 2012.

SEABRA, R., A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. *SOC.e CULT,* Goiânia, V.13, N.2, p.211-220, Jul/Dez.2010.

SEVERO, Leonardo. W. *Latifúndio Midiota:* crimes, castigos e trapaças. São Paulo: Papiro Produções, 2012.

SEVERO, Luciano W. *Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul*. Revista Orbis Latina , vol 2, N0 1, janeiro-dezembro de 2012, p. 112-115. Disponível em: https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista_orbis_latina_v2. Acessado em 21/08/2016.

SILVA, J.C.R. *Época, Veja e o (e)leitor:* análise crítica de uma corrida presidencial. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, C. L. A direita e sua imprensa: o papel da revista *Veja*. In: DEMIER, F; HOEVELER, R (orgs). *A onda conservadora:* ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro/RJ: MAUAD, 2016 b, p. 125-135.

SILVA, M.C.F.; COSTA, J. Os anos 1900 na gramática gerativa. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à Linguística:* fundamentos epistemológicos(Vol 3), 4a ed. São Paulo: Cortez, 2009, pag 131-164.

SILVA, C.L.S. *VEJA*: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Vol I e II. 2005. 658f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niteroi/RJ, 2005.

SILVA, M. C. da. *A representação dos atores sociais no discurso político eleitoral*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas/RS, 2002.

SILVA, C. E. L. DA. *O Adiantado da hora:* a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. 2ª. Edição. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

SILVEIRA, L.S. *A influência da mídia na arena política:* uma análise do governo Chávez. 2010. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Relações Internacionais. Universidade Federal de Roraima (UFFR), Boa Vista/RR, 2010.

SOARES, A.R. *A ditadura e seu legado*: Subsídios à crítica acerca da ditadura militar de 1964-1985. São Paulo: Clíper Editora, 2004.

SOARES, A.; SILVA, C.L. Chávez, a Venezuela e a esquerda: o atraso da América Latina-o discurso jornalístico e a construção de um continente. IN: ROMÃO, L.M.S; GASPAR, N.R (orgs) *Discursos midiáticos:* sentidos de memória e arquivo. São Paulo: Pedro & João Editores, 2008, pag 69-79.

SOUZA, V.A.de. *A defesa incondicional do mercado em VEJA:* Por que a revista age como age?. 2003. 157f. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica (PUC): São Paulo/ SP, 2003.

SPINDEL, A. *O que são Ditaduras*. 9ª Ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: editora Brasiliense, 1992.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna:* teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

TOBIAS, J.V.da S. *Representações discursivas de atores sociais do curso de Letras:* um estudo sócio-semântico. 2012.121f. Dissertação (Mestrado em Linguística). UNEMAT: Cárceres/MT, 2012.

VALENTE, L. A política externa da Venezuela entre Punto Fijo e Hugo Chávez: rupturas e continuidades. In: SCHURSTER, K; ARAÚJO, R. (ORGS) *A era Chavez e a Venezuela no tempo presente.* Rio de janeiro: Editora autografia/ EDUPE, 2015, pags 270-292.

VAN DIJK, T. Política, ideologia e discurso. In: MELO, I. F.(Org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso:* teoria e prática. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012, pp.15-51.
_____. *Discurso* e *poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Ideología. Uma aproximación multidisciplinaria.* Trad. Lucrecia B. Blanco. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

_____. *Semântica do discurso e ideologia.* In: PEDRO, E.R. (org.) Análise crítica do discurso: uma perspective sociopolitica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pp. 105-168.

VAN LEUWEEN, T. *Discourse and practice.* News tools for Critical Discourse Analysis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

_____. *A representação dos atores sociais*. In: PEDRO, E.R. (org.) Análise crítica do discurso: uma perspective sociopolitica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 169-222.

_____. The representation of social actors In: Caldas-Coulthard, C.; Coulthard, M (Orgs) *Texts and Practices*: readings in critical discourse analysis. London; New York: Routledge, 1996, p 32-70.

VIEIRA, R.P.; FONSECA-SILVA, M.C. Efeitos de Sentido, descrição/interpretação e *Veja* como lugar de memória discursiva.*Estudos da Lingua(gem),* Vitória da Conquista/BA, V.11, N.2, 2013, pag 195-209. Disponível em http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/377/363. Acessado em 18/06/2016.

VIEIRA, R.P. *Memória e discurso*: Chávez na mídia impressa. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2009.

VIZENTINI, P. F. *As relações internacionais do Brasil:* De Vargas a Lula. 3ª Ed. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2008.

WEEDWOOD, B. *História concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

WEILER, M. Ideologia, retórica e argumentação. Trad. Paulo R.G.Segundo e Winola W.P.Cunha. *EID&A- Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.7, p. 264-287, dez 2014.

WODAK, R. Do que trata a ACD- um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis) curso- LemD,* Tubarão, V.4, n.esp., 2004, pp 223-243.

DOCUMENTÁRIOS

Criança, a alma do negócio. Dir Estela Renner. Maria Farinha Produções. São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KQQrHH4RrNc

Levante sua voz. Dir Pedro Ekman. Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU

Outfoxed: Rupert Murdoch's War on Journalism. Direção: Robert Greenwald, EUA, 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P74oHhU5MDk

Puente Llaguno: las claves de uma masacre. Direção: Ángel Palacios, Venezuela, 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gu8RzkOT1rg.

The revolution will not be television. Directed and produced by Kim Bartley, Donnacha O' Brien, 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=on7s339cRNc

The war on democracy. Directed and produced by John Pilger, Austrália, 2007. (DVD)

The war you don't see. Dir. John Pilger. Prod. Dartmouth Films. Austrália, 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pskjzl2czKg

This is what democracy looks like. Directed and produced by Jill Freidberg & Rick Rowley. Independent Media Center. EUA, 2000. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yBUZH2vCD_k